

WILMA MARIA PEREIRA

**OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NA ARGUMENTAÇÃO
SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE NA REVISTA ULTIMATO**

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2014

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e Classificação da
Biblioteca Central da UFV

T

P436i
2014
Pereira, Wilma Maria, 1976-
Os imaginários sociodiscursivos na argumentação sobre a
homossexualidade na revista *Ultimato* / Wilma Maria Pereira. - Viçosa, MG,
2014.
169f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Mônica Santos de Souza Melo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.142-145.

1. Semiótica. 2. Linguística. 3. Imaginários. 4. Argumentação. I.
Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Letras. Programa de
Pós-graduação em Letras. II. Título.

CDD 22. ed. 401.41

WILMA MARIA PEREIRA

**OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NA ARGUMENTAÇÃO
SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE NA REVISTA ULTIMATO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2014

WILMA MARIA PEREIRA

**OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NA ARGUMENTAÇÃO SOBRE A
HOMOSSEXUALIDADE NA REVISTA ULTIMATO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de Magister Scientiae.

APROVADA: 26 de março de 2014.

Mariana Ramalho Procópio Xavier

Cristiane Cataldi dos Santos Paes

Mônica Santos de Souza Melo
(Orientadora)

À minha família pelo apoio e presença em todos
os momentos da minha vida.

Ella está en el horizonte. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se aleja diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía entonces? Para eso sirve, para caminar.

Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, acima de tudo, por todas as vitórias que tem me concedido;

À minha família pelo apoio incondicional em todos os momentos;

À Profa. Mônica Santos de Souza Melo, pela atenção, compreensão e apoio para que esta pesquisa fosse desenvolvida;

Às professoras do Mestrado pelos ensinamentos e contribuições ao longo do curso;

A todos os colegas do Mestrado com quem pude compartilhar momentos de alegrias e também de ansiedade;

Ao Claudio Alexandre de Souza pelo apoio emocional, acadêmico e pela parceria de longa data;

Aos meus amigos-irmãos, Prof.^a Tânia Maria Mares Figueiredo e Prof. Wesley Florentino de Oliveira, do Instituto Federal de Educação do Norte de Minas, pelos momentos de agradável convivência e pelas palavras de encorajamento durante esta jornada.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas pela concessão da licença para que este trabalho fosse concluído.

SUMÁRIO

RESUMO

RESUMÉ

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: RELIGIÃO, MÍDIA, PODER E HOMOSSEXUALIDADE	17
1.1 MÍDIA E RELIGIÃO.....	17
1.2 RELIGIÃO E PODER.....	21
1.3 RELIGIÃO E HOMOSSEXUALIDADE	27
CAPÍTULO II: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	35
2.1 A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA.....	35
2.1.1 A encenação do ato comunicativo.....	39
2.1.2 O contrato comunicativo	42
2.1.3 Os imaginários sociodiscursivos	45
2.2 OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO	50
2.2.1 O modo de organização enunciativo	51
2.2.2 O modo de organização descritivo	52
2.2.3 O modo de organização narrativo	54
2.2.4 O modo de organização argumentativo.....	56
2.3 ARGUMENTAÇÃO: DA RETÓRICA AO DISCURSO	58
2.3.1 Da Retórica Clássica à Nova Retórica	58
2.3.2 A retórica e a argumentação sob uma “nova” perspectiva: A Teoria Retórica do Discurso (TRD)	64
CAPÍTULO III: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	70
3.1 DESCRIÇÃO E COLETA DE CORPUS	71

3.2	PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTO DE ANÁLISE.....	73
-----	--	-----------

CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO DISCURSIVO 75

4.1	A NOÇÃO DE GÊNERO DISCURSIVO NA TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA .	75
4.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNERO NOTÍCIA	79
4.2.1	O gênero notícia na Revista Ultimato	80
4.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO.....	83
4.3.1	O gênero artigo de opinião na Revista Ultimato	84

CAPÍTULO V: ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO NA REVISTA ULTIMATO 86

5.1	A ARGUMENTAÇÃO NAS NOTÍCIAS E NOS ARTIGOS DA ULTIMATO. .	86
5.2	A ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA NA ARGUMENTAÇÃO.....	89
5.2.1	A citação.....	89
5.2.2	A descrição narrativa.....	94
5.2.3	A definição	94
5.2.4	O questionamento.....	96
5.2.5	A comparação.....	97
5.2.6	A acumulação.....	98
5.3	OS PROCEDIMENTOS SEMÂNTICOS.....	99
5.3.1	O domínio do ético	100
5.3.2	O domínio do estético.....	102
5.3.3	O domínio do pragmático.....	103
5.4	OS PROCEDIMENTOS DESCRITIVOS NA ARGUMENTAÇÃO.....	107
5.4.1	O procedimento de nomear	107
5.4.2	O procedimento de localizar	107
5.4.3	O procedimento de qualificar.....	109
5.5	A ENUNCIÇÃO NA ARGUMENTAÇÃO DA REVISTA ULTIMATO	111
5.6	OUTROS PROCEDIMENTOS: AS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS	112

5.6.1	O discurso de autoridade	112
5.6.2	A figura de presença.....	116
5.6.3	O argumento pelo modelo	116
5.6.4	O argumento pelo antimodelo	117
CAPÍTULO VI: OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE NA REVISTA ULTIMATO		121
6.1	OS SABERES DE CONHECIMENTO NAS NOTÍCIAS.....	121
6.2	OS SABERES DE CONHECIMENTO NOS ARTIGOS DE OPINIÃO	127
6.3	OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NA REVISTA ULTIMATO.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		142
ANEXOS		146

LISTA DE QUADROS

Quadro	Nome do quadro	Página
Quadro 1	Representação do dispositivo da encenação da linguagem.	38
Quadro 2	A estrutura dos saberes na formação dos imaginários	47
Quadro 3	Os componentes linguísticos da construção enunciativa	52
Quadro 4	Os procedimentos linguísticos da construção descritiva	53
Quadro 5	Modelo da Teoria Retórica do Discurso	68
Quadro 6	As notícias na Revista Ultimato	71
Quadro 7	Os artigos de opinião na Revista Ultimato	72
Quadro 8	O percurso metodológico	74
Quadro 9	Os elementos do contrato de comunicação	77
Quadro 10	O tratamento languageiro	78
Quadro 11	A reconfiguração do gênero notícia na Revista Ultimato	83
Quadro 12	O procedimento qualificativo nas notícias da Revista Ultimato	110
Quadro 13	O procedimento qualificativo nos artigos de opinião da Revista Ultimato	111
Quadro 14	A identificação dos saberes de conhecimento na constituição dos imaginários nas notícias	124
Quadro 15	A identificação dos saberes de conhecimento na constituição dos imaginários nos artigos de opinião	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos	Nome do gráfico	Página
Gráfico 1	Classificação das citações da Revista Ultimato	90
Gráfico 2	Os livros bíblicos mais citados na Revista Ultimato	91
Gráfico 3	Os procedimentos argumentativos nas notícias	106
Gráfico 4	As técnicas argumentativas na Revista Ultimato	118
Gráfico 5	Os argumentos na Revista Ultimato	119
Gráfico 6	Os saberes de conhecimento nas notícias da Revista Ultimato	124
Gráfico 7	Os saberes de conhecimento nos artigos de opinião da Revista Ultimato	131
Gráfico 8	Os imaginários sociodiscursivos na Revista Ultimato	134

LISTA DE GRADES

Grades	Nome do gráfico	Página
Grade 1	Os imaginários sociodiscursivos nas notícias da Revista Ultimato	126
Grade 2	Os imaginários sociodiscursivos nos artigos da Revista Ultimato	133

RESUMO

PEREIRA, Wilma Maria. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2014. **Os imaginários sociodiscursivos na argumentação sobre a homossexualidade na Revista Ultimato**. Orientadora: Mônica Santos de Souza Melo.

Esta pesquisa analisa a construção dos imaginários sociodiscursivos erigidos a partir da configuração argumentativa nas notícias e nos artigos de opinião publicados na Revista Ultimato, entre os anos de 2009 e 2013. A pesquisa foi embasada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, sobretudo, da Teoria Semiolinguística do autor francês Patrick Charaudeau (2006, 2007, 2008). Partindo da concepção de que os discursos produzidos são o resultado da articulação entre os planos linguístico e situacional na qual está inserido um sujeito intencional, buscamos desvelar os mecanismos argumentativos e composicionais que são acionados na produção desses discursos. Dessa forma, a pesquisa incide também sobre os procedimentos e as técnicas argumentativas (PERELMAN, 1996) utilizados por um sujeito psicossocial em uma determinada situação de comunicação com a finalidade de ampliação da adesão do seu interlocutor. Também foi enfocada a relação desses argumentos com as dimensões racionalizadas, estética e política (DITTRICH, 2008) que lhes confere uma configuração mais racional, emotiva ou legitimadora dependendo do objetivo do enunciador e da situação comunicativa na qual está inserido. Assim, buscou-se apreender os imaginários sociodiscursivos produzidos nos discursos sobre a homossexualidade no contexto de produção da Revista Ultimato e a sua possível implicação para o contexto social. A análise evidenciou a presença de imaginários sociodiscursivos que caracterizam a homossexualidade como: prática contrária à lei de Deus, prática delituosa, patologia, comportamento passível de “conversão”, prática de valor social negativo, pecado, comportamento de pouca validade social, prática heterofóbica, escolha individual e conceito diferente de lesbianismo. Além disso, a análise evidenciou também uma mudança de visada na divulgação das informações e na configuração dos gêneros notícias e artigos de opinião. Consideramos que, dada à intenção comunicativa do enunciador, os gêneros analisados foram veículos substanciais de um discurso prescritivo que visa à normatização do comportamento dos fiéis e a defesa de um ponto de vista contrário à homossexualidade o que sugere ainda uma “intolerância” em relação à possibilidade do amor “plural” no meio cristão.

RESUMÉ

PEREIRA, Wilma Maria, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, mars, 2014. **L'imaginaire socio-discursif dans l'argumentation sur l'homosexualité dans le magazine Ultimato.** Directeur de recherches: Mônica Santos de Souza Melo.

Cette recherche analyse la construction de sociodiscursifs imaginaires construits à partir de la configuration argumentative de nouvelles et d'articles d'opinion publiés dans Revista Ultimatum, entre les années 2009 et 2013. La recherche a été basée sur les hypothèses théoriques et méthodologiques de l'analyse du discours, en particulier théorie Semiolingüística l'auteur français Patrick Charaudeau (2006, 2007, 2008). Partant de l'hypothèse que les discours produits sont le résultat de la relation entre les plans linguistiques et situationnels dans lequel un sujet intentionnel est inséré, nous cherchons à révéler les mécanismes d'argumentation et de composition qui sont déclenchés dans la production de ces discours. Ainsi, la recherche se concentre également sur les procédures et les techniques argumentatives (Perelman 1996) utilisés par thème psychosocial dans une situation de communication donnée en vue d'élargir la composition de l'appelant. A également mis l'accent sur la relation de ces arguments avec les dimensions simplifiées, esthétique et politique (Dittrich, 2008) ce qui leur donne une configuration plus rationnelle, émotionnelle ou légitimer fonction de l'objectif et le locuteur de la situation de communication dans laquelle elle est insérée. Ainsi, nous avons cherché à saisir sociodiscursifs imaginaires produites dans les discours sur l'homosexualité dans le contexte de la production Ultimato Magazine et ses implications possibles pour le contexte social. L'analyse a révélé la présence de sociodiscursifs imaginaires qui caractérisent l'homosexualité comme contraire à la pratique de la loi de Dieu, la pratique pénale, la pathologie, capable d'un comportement de «conversion», la pratique de la valeur sociale négative, le péché, comportement peu pratique sociale validité de heterofóbica choix individuel et différent concept de lesbianisme. En outre, l'analyse a également montré un changement de vue dans la diffusion de l'information et de la configuration des générations nouvelles et d'articles d'opinion. Nous pensons que, compte tenu de l'intention communicative du locuteur, le genres analysées sont véhicules importants d'un discours normatif qui vise à normaliser le comportement des croyants et de défendre un point de vue contraire à l'homosexualité qui suggère également une "intolérance" par rapport à possibilité de l'amour "pluriel" dans la communauté chrétienne.

INTRODUÇÃO

Cada discurso que circula na sociedade materializa os valores e as crenças de quem o produziu. Sobre esses valores e crenças são construídos os pontos de vista do indivíduo que (inter) age social e discursivamente em cada situação de comunicação. Um ponto de vista ao mesmo tempo individual e coletivo que poderá ser “negociado” nessa interação com o outro.

No entanto, esse processo de negociação entre os modos de pensar e agir e, mais precisamente, de representar e compreender o mundo, nem sempre ocorre de forma harmônica, pois, cada sujeito, sobredeterminado pelas intervenções de seu grupo social, produz o seu discurso com base nos valores e nas crenças de seu grupo de pertencimento. Assim, eventualmente, faz-se necessário mobilizar o possível efeito das palavras para interferir nas crenças e nas atitudes do outro.

A tentativa de agir sobre o outro sugere uma luta simbólica pelo poder. Uma “luta” instaurada na tentativa e na capacidade de interferir no comportamento do outro exigindo-lhe algum tipo de sinal (concordância, ação). Assim, o enunciador mobilizará, em cada situação de comunicação, os recursos discursivos e argumentativos considerados necessários para “manobrar” o seu discurso na tentativa de mobilizar racional e afetivamente o seu interlocutor fazendo-o mais próximo do seu ponto de vista. Trata-se de uma espécie de “encenação” ordenada pelo sujeito falante com a intenção de ampliar a efetividade do seu discurso.

Dessa tentativa de “mobilizar” os sentidos do discurso aumentando a sua efetividade em favor da defesa do ponto de vista, é que concebemos a noção de argumentação. E, sob essa perspectiva argumentativa, estão as nossas perguntas de pesquisa: a) quais são as estratégias argumentativas utilizadas nos artigos e nas notícias na Revista Ultimato; b) Como essas estratégias são utilizadas na veiculação dos imaginários sociodiscursivos; e c) Que imaginários sociodiscursivos são possíveis depreender da argumentação nos artigos e nas notícias da Revista Ultimato.

Para responder às perguntas de pesquisa, buscamos apoio na Teoria Semiolinguística que nos forneceu os recursos teóricos e metodológicos necessários para a análise do corpus. Além da Semiolinguística, recorreremos também a alguns princípios dos estudos argumentativos da Nova Retórica e da Teoria Retórica do Discurso a fim de ampliar os mecanismos de análise.

Para a pesquisa, foram selecionados 24 textos, a saber, 13 notícias e 11 artigos de opinião publicados na Revista *Ultimato* entre os anos de 2009 e 2013. Todos os textos selecionados versam sobre a temática homossexualidade.

Esta dissertação é composta por seis capítulos. No primeiro, apresentamos um panorama sobre a relação entre religião, mídia, poder e homossexualidade. Este capítulo aponta o recorte conceitual e teórico sobre o qual estão pautadas algumas de nossas considerações.

No segundo capítulo, apresentamos os aspectos mais relevantes da Teoria Semiociológica que nortearam esta pesquisa, a saber, as noções de contrato comunicativo, encenação do ato comunicativo, imaginários sociodiscursivos e os Modos de Organização do Discurso. Além disso, apresentamos também um panorama geral sobre as teorias argumentativas utilizadas na pesquisa: A Nova Retórica (Técnicas argumentativas) e a Teoria Retórica do Discurso (Dimensão Racionalizadora, Estética e Política).

O percurso metodológico empreendido no desenvolvimento desta pesquisa será apresentado no terceiro capítulo.

O quarto capítulo versa sobre a noção de gênero discursivo na Teoria Semiociológica e apresenta a descrição dos gêneros notícia e artigo de opinião na Revista *Ultimato*. Apresentamos, assim, como os gêneros podem ser (re) configurados a fim de atender à finalidade comunicativa do seu enunciador.

No quinto capítulo, a análise apresenta os mecanismos argumentativos e os procedimentos utilizados nas notícias e nos artigos de opinião da Revista *Ultimato*. Além disso, identificamos a predominância e a natureza desses argumentos relacionando-os à intenção comunicativa (racionalizadora, estética e política) empreendida pelos representantes da Revista *Ultimato*.

No sexto e último capítulo, os argumentos foram relacionados aos saberes de conhecimento a fim de se apreender a fundamentação dos imaginários sociodiscursivos decorrentes da argumentação discursiva sobre a homossexualidade na Revista *Ultimato*.

Finalmente, as considerações finais, em função do que foi proposto, indicam os resultados do estudo por nós empreendido. Em tempo, vale informar que o corpus constitutivo dessa pesquisa está registrado nos anexos, no final da dissertação.

1. SOBRE RELIGIÃO, MÍDIA PODER E HOMOSSEXUALIDADE

1.1 MÍDIA E RELIGIÃO CRISTÃ

O ordenamento bíblico “Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda a criatura”¹ encontra na atualidade uma nova configuração e demonstra de certa maneira a motivação que está relacionada ao uso dos dispositivos midiáticos pelos agentes religiosos na divulgação do evangelho. Trata-se de uma nova cruzada², a “cruzada midiática”, que busca fazer avançar novos métodos de evangelização dependentes dos aparatos telemidiáticos.

Do deslocamento do espaço restrito dos templos às grandes mídias, a evangelização reflete a influência de uma nova arquitetura social com a (re) configuração da fé que passa do espaço coletivo dos cultos e dos templos ao isolamento de um ritual doméstico assim, “Uma nova igreja é criada, universal e virtual. Os templos são os próprios lares [...]” (GOMES, 2004, p. 5) e a fé praticada individualmente.

No entanto, no que tange ao alcance da mensagem o processo é inverso. O deslocamento do espaço tradicional dos templos às mídias amplifica a possibilidade de alcance das mensagens que agora passam a circular em um campo mais aberto e multidimensional. Por isso, Gomes (2004) considera que “[...] a lógica do templo, direta e dialogal, é substituída pela lógica da mídia moderna que se dirige a um público anônimo, heterogêneo e disperso” (GOMES, 2004, p. 4). Em termos de alcance, poderíamos dizer que a mensagem passa de um auditório particular para um auditório mais universal.

A amplificação do espaço de circulação das mensagens está no cerne da questão da utilização das mídias pelas igrejas. Isso retoma de certa forma, a configuração de evangelização do Cristianismo que desde o Império Romano já demonstrava preocupação com a disseminação de sua mensagem. Na atualidade, o Cristianismo continua sendo uma doutrina de “mensagens” e de “mensageiros”. Para Santos (2002), “O Cristianismo é uma religião universal de enviados (apóstolos) portadores de uma boa mensagem que chegou às massas através dos canais de comunicação do Império” (SANTOS, 2002, p. 274).

Dos romanos à atualidade o que se observa é que a “divulgação da fé” não é assunto novo para as igrejas. Trata-se de uma resposta ao dinamismo requerido pelas relações comunicativas em um “novo” espaço social. Segundo Castro (1987), “o Cristianismo passa a

¹ Matheus 16:15 (Bíblia Sagrada).

² Expedições medievais de inspiração cristã que tinham como intuito retomar a Terra Santa. O movimento recebe esse nome em referência à cruz, principal símbolo do Cristianismo, estampada nas vestimentas dos expedidores.

responder às necessidades criadas por uma intensa e progressiva complexificação do social” (CASTRO, 1987, p. 40). Daí, a crescente midiática da religião que busca corresponder a este espaço social com a oferta diversificada de opções religiosas.

Ao apontar as dimensões históricas que envolvem os processos midiáticos e a construção de novas religiosidades, Gomes (2004) faz um importante recorte sobre a aparição e os precursores da chamada “igreja eletrônica”. O seu enfoque é dado, sobretudo, aos aspectos da utilização da mídia televisiva, mas que aponta claramente para a crescente relação mídia/religião.

Um dos aspectos apontados por ele no que tange à configuração de uma nova religiosidade, além da reconfiguração do espaço “cúltico”, é a figura dos pregadores que se deixaram impregnar pelas leis da comunicação de massa. Assim, “o conteúdo da mensagem cede lugar à postura corporal, aos gestos, ao canto e à dança” (GOMES, 2004, p. 4) na pretensão de uma eficácia cada vez mais ampla capaz de mobilizar o público.

Neste novo espaço, a fé é agora imbuída do universo do espetáculo. Dessa forma, “o culto perde o mistério do sagrado para revestir-se da transparência da mídia, onde a imagem é tudo” (GOMES, 2004, p. 5). Ainda a esse respeito, Fausto Neto (2002) considera que neste novo formato de “culto” “[...] seus ministros se transformam em personagens e vedetes desse novo processo de oferta de sentido, fazendo desse espaço trampolim para, dentre outras coisas, a vendagem de produtos religiosos (FAUSTO NETO, 2002, p. 153).

Por sua vez, os fiéis também são imbricados por essa nova configuração. Eles são agora fixados numa nova dimensão comunicativa: a de telespectadores. Assim, eles passam de atores das práticas religiosas a espectadores, ou conforme aponta Gomes (2004) “passa-se do palco à plateia” (GOMES, 2004, p. 4). Trata-se de um processo por meio do qual o espaço da fé é (re) territorializado maximizando o seu alcance, ou seja, se “as pessoas não vêm ao templo, o templo vai até elas” (GOMES, 2004, p. 4).

No entanto, mesmo na execução da “fé à distância” é necessário que o indivíduo convertido dê algum sinal de que faz parte desta ou daquela denominação religiosa. Por isso, a “igreja eletrônica” invoca os seus fiéis na participação de campanhas, na venda de livros e outros produtos religiosos. Na contabilidade dessa “filiação mercadológica”, as denominações religiosas aferem a efetividade do alcance de sua “evangelização”.

O fiel é agora aquele que compartilha não só do “corpo de Cristo” representado pelos rituais litúrgicos. É aquele que consome os “bens sagrado” ofertados. Gomes (2004) considera que para essa nova configuração da “igreja eletrônica”: “Não existem maiores

exigências, a não ser a participação pelo consumo dos bens oferecidos. Os bens religiosos são oferecidos em casa, à la carte, de acordo com a necessidade do freguês” (GOMES, 2004, p. 5). Trata-se de uma nova “igreja” que vem reconfigurando uma nova fé desde o século XIX com as grandes campanhas mundiais de avivamento chegando a atualidade no formato de “igreja midiática”.

Da potencialidade de alguns atores sociais de arregimentar grandes multidões à potencialidade de alcance do rádio, da televisão e das mídias impressas surgem as novas formas de religiosidade para além dos templos e em prol de um número cada vez maior de fiéis.

No Brasil, a evangelização via mídias de comunicação teve dois expoentes: um no rádio, outro na televisão. O primeiro, o Pastor Davi Miranda, líder da Igreja Deus é Amor teve os seus programas transmitidos por emissoras de rádio em todo o Brasil. Após a década de 80, os seus programas chegaram a outros países latino-americanos. O segundo, o Bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus. A referida igreja responde por parte da programação evangelística da Rede Record de Televisão e da Rede Família. Possui ainda três canais específicos de tele-evangelismo: (IURD TV Brasil, IURD TV Europa, IURD TV Argentina), além do Portal R7 na internet.

Integrando o espaço da “evangelização à distância”, encontra-se também a utilização da mídia impressa. A sua circulação está principalmente relacionada ao fortalecimento dos vínculos já existentes entre os fiéis e a denominação religiosa de sua filiação. É assim, que revistas, jornais e livros são divulgados e comercializados em quantidades consideráveis como o livro do Bispo Edir Macedo que em 2012 já havia vendido mais de 350 mil exemplares, ostentando o título de livro mais vendido no Brasil no referido ano.

No entanto, a força da mídia impressa religiosa não está representada só em altos números de vendas. O tradicionalismo com que algumas publicações atravessam épocas aponta para a expressão do alcance desse tipo de publicação. Um exemplo é a Revista Família Cristã que desde 1934 é comercializada no meio católico com expressivos números já na década de 80 de 217 mil assinantes³. Atualmente, a revista ganhou uma versão para dispositivos digitais móveis.

No meio evangélico ganha destaque a Revista Ultimato, objeto de nossa pesquisa, que desde 1968⁴ divulga e “comercializa” a fé cristã. O crescimento exponencial

³ Dados extraídos do site oficial da Revista. Disponível em www.paulinas.org.br/familia-crista/?system=paginas&id=2269&action=read. Acesso em: 23 out. 2013.

⁴ Primeiro no formato jornal. Em 1976 passa a ser divulgada no formato revista. Dados extraídos do site oficial da Revista. Disponível em: <http://www.ultimato.com.br/pagina/diario-intimo-de-ultimato>. Acesso em: 15 ago. 2013.

resultou na abertura de uma editora própria, a Editora Ultimato que, além da revista, oferece livros voltados para a evangelização. Atualmente, é a terceira revista evangélica mais lida no Brasil.

Esses dados apontam que a utilização das mídias é um processo social significativo que no sistema “fé de plantão” regula o universo evangelístico à necessidade de cada um. Assim, com a amplitude alcançada por alguns ministérios, a questão da utilização dos meios de comunicação, sejam eles televisivos, radiofônicos, impressos ou digitais, é uma solução atraente, pois

Dada a complexidade e a vastidão do mundo contemporâneo, os locais acanhados dos templos limitam a proclamação do evangelho a todos os povos e regiões [...] Logo, os modernos meios de comunicação representam um instrumento providencial para ajudar no cumprimento da missão (GOMES, 2004, p. 10).

Um questionamento que surge dessa reconfiguração da evangelização midiática diz respeito às manifestações religiosas contemporâneas, ou seja, ao surgimento de uma nova “religião” que deve ser compreendida no espaço social no qual é configurada.

Dessa forma, Gomes (2004) aponta a questão levantada por Stewart Hoover⁵(1990) sobre essa “nova religiosidade” e a sua implicação no contexto social. O seu questionamento propõe uma mudança na consideração entre mídia e religião ao afirmar que a questão não deveria ser somente “Qual o status da religião na mídia”, e sim “Qual é a religião que emerge na mídia”, pois, segundo ele, as implicações entre mídia e religião estão além de uma simples utilização de um recurso midiático para maximização de mensagens. Trata-se de “espaços de construção de identidade e de configuração de comunidades” (GOMES, 2004, p. 10). Além disso, aponta para um processo que reconfigura o estrato social e a maneira individual de lidar com a realidade religiosa criando também novas identidades sociais.

Da utilização evangelística das mídias ao domínio discursivo que ela abarca, perpassa também a configuração ou o conteúdo das mensagens, ou seja, as mensagens e os discursos produzidos e divulgados pelas denominações evangélicas como mecanismos de controle e de regulação desses “novos fiéis” com o objetivo de manutenção de sua filiação via exercício do poder religioso dos quais trataremos no próximo tópico.

1.2 DISCURSO RELIGIOSO E PODER

⁵ Professor adjunto e pesquisador do grupo de Estudos sobre Mídia e Religião da Universidade do Colorado/USA.

Falar de religião é falar também do corpo social no qual a ideologia religiosa é configurada. E, nesse contexto, falar do poder religioso é, em suma, tratar dos reflexos do campo social sobre o campo religioso e vice-versa. E para tratar da questão que abarca religião e poder, faz-se necessário impor alguns recortes conceituais.

O conceito de “poder”, dada a sua pluralidade, é um termo de difícil definição. Assim, tomaremos aqui a noção sugerida por Max Weber (2000) para quem o poder seria “sociologicamente amorfo” o que possibilita o seu manejo em diferentes contextos de análise. O adjetivo “amorfo” não implica dizer que ele não apresenta uma existência “material”, mas sim que ele é configurado somente no cerne das questões sociais específicas e dos contextos que o abarcam. Ainda segundo Weber (2000), é possível compreender o conceito de poder também no plano individual como “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 2000, p. 33).

Em Foucault (2010), encontra-se a definição de poder como “exercício”, ou seja, “ele (o poder) se exerce e só existe em ato” (FOUCAULT, 2010, p. 15). Por isso, ele levanta a hipótese de que “as relações de poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida em dado momento, historicamente precisável” (FOUCAULT, 2010, p. 15).

Em relação ao segundo conceito, a religião, tomaremos o conceito também de Max Weber (2000) na distinção feita por ele entre Igreja e religião. Para Weber, as igrejas são potências hierocráticas⁶ predispostas a dar ao poder político um “poderio de legitimação” (WEBER apud BOURDIEU, 1992, p. 88), por sua vez, a religião se constitui como elemento de ação comunitária (BOURDIEU, 1992). Dessa noção, depreende-se a estreita relação entre religião e política e as “funções sociais” que a religião cumpre em favor de certo ordenamento do “corpo social”.

O objeto de nosso interesse no momento é o discurso religioso compreendido aqui como parte integrante dessas duas noções. O conceito de discurso religioso tomaremos de Eni Orlandi (2011) para quem o discurso religioso é aquele no qual se faz ouvir a voz de um ente superior (Deus), assim, o discurso religioso seria “aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus” (ORLANDI, 2011, p. 242-243).

⁶ Cf. Weber (2000): Tipo de organização social que se mantém graças a um sistema de coerção psíquica que se utiliza das concepções religiosas do indivíduo.

Da conceituação à relação entre os conceitos, é necessário acrescentar que igreja e religião correspondem a duas noções que, sobretudo, pela íntima relação existente entre elas, são de certa forma constitutivas. Assim, consideramos que a religião é parte indissociável da Igreja e, dessa forma, veículos inseparáveis de poder (PEREIRA, 2008). Da junção entre igreja, religião e discurso religioso é possível ainda extrair, segundo Bourdieu (1992), a configuração de uma ação conjunta (associação de dominação) que constitui o fundamento da dominação espiritual que se dá na “legitimação” do poder dos “dominantes” para a “domesticação” dos dominados” (BOURDIEU, 1992, p. 32).

A partir de agora, trataremos do poder religioso ou da representação dele por meio de três mecanismos distintos e complementares pelos quais se dariam a “dominação espiritual” de que fala Bourdieu (1992). Nas nossas considerações, são eles: a palavra divina, entendida como revelação, as práticas constitutivas de cada filiação doutrinária (rezas, missas, cultos) e os sacramentos (santa ceia, eucaristia, batismo). Cada uma dessas formas de representação do poder religioso implica a existência de um sujeito instado por um contrato que conecta indivíduo e religião.

No que diz respeito à expressão de poder por meio da palavra, deve-se considerar que não se trata de qualquer palavra, mas da palavra de “revelação” por meio da qual Deus fala aos homens. No Cristianismo, a palavra de revelação divina é a Bíblia cujo acesso é restrito aos “especializados” de quem decorre a “perfeita” interpretação. A instância maior de quem parte a interpretação do texto sagrado é a igreja. A essa interpretação “maior”, institucionalizada e próxima ao sagrado, estão submetidos os sacerdotes e os leigos.

Nessa concepção está implicada a noção de poder que se aplica tanto para os leigos⁷ quanto para os sacerdotes. O discurso religioso oriundo desses textos se aproxima do discurso autoritário, fechado e não passível de novas interpretações. As “verdades” (re) interpretadas pelos “especializados” responsáveis pelo trabalho religioso, são passíveis agora de serem divulgadas aos fiéis. Para Bourdieu (1992), trata-se de um trabalho

realizado pelos produtores e porta-vozes especializados, investidos de poder, institucional ou não, de responder por meio de um tipo determinado de prática ou discurso a uma categoria particular de necessidades próprias a certos grupos sociais (BOURDIEU, 1992, p. 32).

⁷ Cf. Bourdieu (1992). Leigos no sentido de “ignorantes” da religião e estranhos ao sagrado.

Obedecendo a uma certa hierarquia, a palavra divina “chega” de Deus à igreja e aos seus sacerdotes, compreendidos aqui segundo a noção⁸ de Bourdieu (1992). Posteriormente, a palavra divina deverá ser disseminada aos leigos que deverão cumprir e obedecer aos preceitos que essa palavra apresenta. Para Pereira (2008),

o acesso à Bíblia e seu suposto conhecimento restrito aos padres, ajudava a reforçar a idéia de que eles eram detentores dos mistérios divinos, criando, assim, uma ordem de saber acessível apenas aos iniciados que, por sua vez, os autorizavam a intervir na vida social dos fiéis, impondo-lhes os sacramentos como possibilidade de acessos ao inacessível (PEREIRA, 2008, p. 97).

Para Orlandi (2011), esse fator tende à promoção da monossemia, pois “os sentidos não podem ser quaisquer sentidos” (ORLANDI, 2011, p. 246). O sentido é aquele determinado pela instituição que como representante da ideologia cristã fornecerá a “verdadeira interpretação”. Para a autora, “no Cristianismo, enquanto religião institucional, a interpretação própria é a da Igreja, o texto próprio é a Bíblia, que é a revelação da palavra de Deus, o lugar próprio para a palavra é determinado segundo diferentes cerimônias” (ORLANDI, 2011, p. 246). É dessa forma que a palavra é considerada uma forma de exercício do poder religioso sobre os fiéis. O que está colocado é a palavra de Deus, aquele que é, ao qual nada antecede e, por isso, a sua palavra também “É”.

A palavra de revelação implica também o monopólio da gestão dos bens de salvação por um corpo de especialistas religiosos. A divisão entre os “agentes” dos conhecimentos raros e secretos e aqueles destituídos do capital religioso (os leigos). Trata-se de um poder/saber a serviço da “fé” que constitui o princípio da oposição entre o sagrado (dominador) e o profano (dominado). Esse é também “o núcleo do sistema de produção da ideologia religiosa” (BOURDIEU, 1992, p. 33).

No que diz respeito aos leigos, a palavra divina ministrada pelos “agentes especializados” é apresentada como palavra de salvação, redenção e consolo. Assim, ela exerce no meio social duas funções distintas e efetivas representadas pela “palavra de sanção” e pela “palavra de salvação/consolo”.

A palavra de sanção é aquela que exige dos fiéis a conduta virtuosa sob pena de sanção, caso a orientação seja descumprida. Trata-se, segundo Bourdieu (1992), dos processos de “interiorização” e de “racionalização” dos fenômenos religiosos como mecanismos de

⁸ Os sacerdotes para Bourdieu (1992) representam a “fé” institucionalizada, ao contrário dos profetas que representam o “extraordinário”, o novo, não institucionalizado.

“moralização” por meio dos quais são aferidos os comportamentos. Os poderes éticos exercidos por meio da palavra sagrada recompensam o “bem” e punem o “mal”, de modo a salvaguardar as aspirações éticas” (BOURDIEU, 1992, p.35). Dessa forma, a palavra de sanção chega aos fiéis recoberta por conteúdos disciplinares.

Por sua vez, a palavra de salvação/consolo refere-se aos “bens” materiais e espirituais concedidos como recompensa à conduta virtuosa, bens que se estendem ao apaziguamento das adversidades da vida, ou seja, “torna fácil e feliz o que é inevitável”. Essa palavra é utilizada para justificar as causas desconhecidas da dor e do sofrimento humano. Dor e o sofrimento dos quais serão livres todos aqueles que crerem na palavra libertadora. A esse respeito, Bourdieu (1992) retoma Max Weber na consideração de que

O campo religioso tem por função específica um tipo particular de exercício, isto é, o interesse religioso que leva leigos a esperar de certas categorias de agentes que realizem “ações mágicas ou religiosas”, ações fundamentalmente “mundanas” e práticas, realizadas “a fim de que tudo corra bem para ti e para que vivas muito tempo na terra (BOURDIEU, 1992, p. 82).

Nessa perspectiva, a igreja é a porta para o mundo transcendental. É ela que mantém o controle e o domínio sobre os “bens da salvação” podendo, dessa forma, concedê-los ou negá-los com base no seu estatuto maior (a revelação divina). A igreja é a “concessionária permanente da graça divina e dispõe do poder de coerção correlato à possibilidade de conceder ou de recusar os bens sagrados” (BOURDIEU, 1992, p. 96).

O poder aqui é exercido sob os fiéis na forma de uma “troca simbólica”, ou seja, a submissão do indivíduo é reconhecida como uma espécie de “passaporte” que poderá garantir o acesso não só aos bens simbólicos, mas também à vida eterna. Dessa forma, a promessa de salvação é utilizada como instrumento por meio do qual a igreja administra o “bem espiritual” do qual é detentora e, com ele, exerce o controle dos fiéis na possibilidade de lhes conceder ou recusar os “bens da salvação”.

É na desigualdade e na dependência do homem em relação ao plano transcendental que se alojam os discursos segundo os quais cabe ao homem falível buscar uma forma de se transcender. Assim, “na desigualdade, Deus domina os homens” (ORLANDI, 2011, p. 243). Na relação de dominador e dominados está implícito o exercício do poder.

Dessa forma, cabe ao sujeito inserido na ideologia cristã “ser sujeito” (livre) e “assujeitar-se” (dominado). Essa relação foi apontada por Althusser (1980) na consideração de que na ideologia cristã “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que aceite (livremente) a sua sujeição. É dessa maneira que Althusser (1980) aponta a condição do sujeito.

O indivíduo em questão conduz-se desta ou daquela maneira, adota este ou aquele comportamento prático e, o que é mais, participa em certas práticas reguladas, que são as do aparelho ideológico de que “dependem” as ideias que enquanto sujeito escolheu livremente, conscientemente” (ALTHUSSER, 1980, p. 86).

O contraditório dessa noção é que o sujeito é livre e “regulado” ao mesmo tempo. A esse respeito, Orlandi (2011) enfoca que existe na ideologia uma contradição porque “[...] a noção de livre arbítrio traz, em si, a de coerção” (ORLANDI, 2011, p. 242).

Em relação à sua sujeição, diríamos que essa não se encontra apenas submetida à supremacia da revelação divina, mas também atrelada a práticas que o identificam como “sujeito” de sua crença. É como se o corpo do indivíduo religioso e “sujeito” precisasse testemunhar a sua submissão às práticas que representam a ideologia a qual ele está submisso “Ajoelhai-vos, mexei os lábios como se fosseis rezar, e sereis crentes” (ALTHUSSER, 1980, p. 88). É assim, que os rituais e as práticas para se acessar o “supremo poder” podem ser considerados como mecanismo de poder, pois revelam a condição dominador/dominado por meio dos rituais a que o corpo do indivíduo é submetido na comprovação de sua fé.

Assim, segundo Althusser, se o indivíduo crê em Deus, ele vai à igreja para assistir à missa, ajoelha-se, reza, faz penitência. Se ele crê na justiça e no dever tem comportamentos que correspondem às práticas rituais e às regras do Direito. Dessa forma, ele deve corresponder nas suas ações às imposições dos mecanismos sociais a que se submeteu.

A ideologia cristã para Althusser (1980) não é apenas o que ela “diz”, segundo revelação divina. Para ele, ela “diz” não só nos seus testamentos, nos seus teólogos, nos seus Sermões, mas também nas suas práticas, nos seus rituais, nas suas cerimônias e nos sacramentos” (ALTHUSSER, 1980, p. 105). A submissão à determinada prática demonstra de que maneira a “crença” de um indivíduo pode ser materializada em suas ações cotidianas. Assim,

A materialidade de uma deslocação para ir à missa, de um ajoelhar, de um gesto de sinal da cruz ou de mea culpa, de uma frase, de uma oração, de uma contrição, de uma penitência, de um olhar, de um aperto de mão, de um discurso verbal externo ou de um discurso verbal “interno” (a consciência) não é a única materialidade” (ALTHUSSER, 1980, p. 89).

Embora deixe em suspenso a natureza da materialidade que engloba todos esses eventos, Althusser (1980) aponta para os mecanismos pelos quais são possíveis identificar a representação ideológica da ideologia religiosa segundo a qual todo “sujeito” deve representar “livremente” nos seus atos e práticas as ideias que uma determinada ideologia lhe impõe e que

ele “opta” seguir. Assim, o fiel é obrigado a dar testemunho de sua fé, a agir de modo adequado, a cumprir com os seus deveres de fiel (congregar, dar o dízimo, confessar). Dessa forma, consideramos que as práticas religiosas incidem sobre os fiéis e se configuram como mecanismos de representação do poder da religião sobre os indivíduos.

Finalmente, o terceiro elemento pelo qual a religião exerce o poder sobre os fiéis, os sacramentos. Os sacramentos são a materialização da filiação à ideologia religiosa. Eles são a “validação” da submissão, pois só participam dos sacramentos, os escolhidos, ou seja, aqueles que aceitaram a interferência divina em suas vidas e precisam agora mantê-la por meio de rituais que o confirmem como tal. Para Pereira (2008), “na transformação das relações sociais em relações sobrenaturais, configuradas nas relações sacramentais, veicula-se o poder simbólico da religião que é exercido por essa categoria de agentes que gerencia o sagrado” (PEREIRA, 2008, p. 89). Os sacramentos seriam então os “sinais visíveis de uma graça invisível”.

Nessa perspectiva, os sacramentos são mecanismos de prova da “identidade” que proporciona ao indivíduo a sua condição de ser reconhecido como sujeito inserido e “validado” pela autoridade religiosa. A autoridade religiosa tem em seu interior a configuração da hierarquia e do poder que exerce sobre os fiéis o que reflete no corpo social sob a configuração do respeito às leis, às autoridades e no cumprimento do dever cívico, ou seja, a sua influência se aplica diretamente sobre a ordem das coisas no mundo social.

É dessa forma que consideramos o poder religioso, manifesto na palavra de revelação, nas práticas e nos sacramentos, considerados aqui como símbolos do poder sagrado, são mecanismos não só de exercício de poder, mas também de influência no corpo social e político. Para Pereira (2008), são símbolos que têm “o poder de regular as relações sociais, através das normas religiosas, favorecendo que se instale uma certa harmonia que possibilita o convívio social” (PEREIRA, 2008, p. 99).

Assim, a ideologia religiosa irá contribuir para a disciplina social que “materializa” a alma no corpo sobre o qual incide o “adestramento” configurado na noção de “docilidade” sugerida por Foucault (2009). Segundo Foucault (2009), “é dócil o corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2009, p. 132). Portanto, consideramos que a ideologia cristã encerra uma visão de mundo que busca regular os comportamentos individuais, dentre eles, a sexualidade, tema do qual trataremos no próximo tópico.

1.3 RELIGIÃO E HOMOSSEXUALIDADE

A homossexualidade é um tema que não diz respeito só as vivências individuais afetivas de um indivíduo: “Ela penetra toda a existência social e individual” (FARRIS, 2006, p. 1). E por extrapolar os limites da individualidade, é também uma questão que esbarra nos ideais dos domínios ético, moral, religioso, político. Assim, cada um desses domínios sociais tenta à sua maneira dar conta da multiplicidade de eventos que envolvem essa noção, sem, no entanto, alcançar a amplitude do termo “homossexualidade”.

Desta tentativa de “dizer” ou de sistematizar a homossexualidade, algumas perspectivas o fazem transformando-a em uma “homossexualidade monolítica”⁹, conforme aponta Carneiro (2009). Segundo o autor, “pensar a “homossexualidade” como um modo único de ser é a base de estereótipos e da atribuição de propriedades universais às múltiplas vivências que estão associadas à “homossexualidade”” (CARNEIRO, 2009, p. 77).

No entanto, é assim que surgem as múltiplas maneiras de “dizer” a homossexualidade como forma de dar-lhe respostas, entender a sua origem, sistematizá-la. O “dizer” a homossexualidade encontra ressonância em Foucault (2006) com a noção de um dispositivo da sexualidade que busca instaurar o controle do corpo e dos desejos por meio da confissão, ou seja, pelo discurso. Para Foucault, é por meio da discursivização que

as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual (FOUCAULT, 2006, p. 25).

A discursivização da homossexualidade se converte então como mecanismo não só de compreensão, mas também de controle dos afetos dos indivíduos “fazendo passar tudo o que diz respeito ao sexo pelo crivo da palavra” (BUSSIN, 2011, p. 111). Ela aparece não só no “dizer” a homossexualidade que parte do próprio indivíduo, vai além disso, e se erige também no aparecimento de distintas maneiras de conceituar e de entender o termo “homossexualidade” e nas várias perspectivas que buscam apreender e sistematizar a realidade homossexual.

Uma delas é a perspectiva histórica que tenta colocar em paralelo a homossexualidade atual como reflexo da antiguidade. Para Farris (2006), a história da homossexualidade pode ser compreendida a partir de duas perspectivas: o essencialismo e a construção social. O essencialismo considera a homossexualidade como uma vivência ampla que envolve a relação íntima, a profunda autocompreensão de si e do outro, a identidade, a intimidade, a interligação, a proximidade e o compromisso entre pessoas do mesmo sexo.

⁹ Cf. Carneiro (2009), maneira uniforme de entender a “homossexualidade”.

Aproxima-se desta perspectiva a conceituação encontrada na obra de Carneiro (2009). Segundo o autor, apesar de a homossexualidade ser a vivência da sexualidade entre pessoas do mesmo sexo, ela não se esgota no sexo em si, e por isso, o termo deve ser utilizado no plural “homossexualidades” para se referir a uma maneira mais global de entender o que se dá no plano das vivências e dos sentidos individuais, das relações interpessoais, das estruturas sociais, culturais, ideológicas e políticas.

Por sua vez, a perspectiva da construção social acredita que a sexualidade é construída socialmente e, por isso, até o fim do século XIX, o conceito da homossexualidade não existia, só o da heterossexualidade. Para Farris (2006), “a homossexualidade era entendida como um ato no qual os heterossexuais participavam, de vez em quando, mas a única autodefinição sexual era a heterossexualidade (FARRIS, 2006, p. 7). Assemelha-se a essa perspectiva a definição encontrada em Halperin (1989), para quem “a homossexualidade pressupõe sexualidade, que é uma construção moderna, pois, ao contrário do sexo, que é um fato natural, a sexualidade é uma produção cultural” (HALPERIN apud POSSAMAI, 1989, p. 8).

Ao discutir essa noção apresentada por Halperin (1989), Possamai (2010) acrescenta que o termo “homossexualismo” surgiu justamente quando se criou a dicotomia entre os direcionados eroticamente ao sexo oposto, então considerados “normais”, e os chamados “invertidos”, os que só encontravam o prazer entre os representantes do mesmo sexo. Segundo ele, isso aconteceu no decorrer do século XIX, na chamada “medicalização” da homossexualidade, ou seja, quando o homoerotismo foi qualificado como uma doença.

Cascais (2009) também chama a atenção para a referência feita à sexualidade como construto da modernidade ao constatar que

Ser homossexual no século XIX não é ser o sodomita medieval e deixa a perder de vista aquilo que poderá ter sido o erotikos grego da mesma maneira que o ser gay, hoje, vai libertando os nossos contemporâneos do lastro histórico da pederastia, da sodomia e da homossexualidade que constituiu o nosso devir identitário ao longo dos tempos” (CASCAIS apud CARNEIRO, 2009, p. 11).

Para ele, a experiência ocidental abarca uma realidade distinta, sobretudo, no que se refere ao processo de compreender a homossexualidade, por isso, ele considera que apesar de na antiguidade clássica os prazeres entre as pessoas do mesmo sexo estarem sujeitos a imposições de costumes e leis, às vezes, severas, eles não coincidem com os mesmos objetos e partilhas dos ocidentais. Segundo o autor,

O que eles (gregos) não conheciam era a pertença comum, quer a uma origem mítica, a Sodoma bíblica, operada pelo pecado que dela retira o seu nome, quer a um tipo humano, o homossexual, efectivada por uma patologia com que a scientia sexualis da biopolítica moderna faz definir em função da sua sexualidade tudo o que tal indivíduo é (CASCAIS apud CARNEIRO, 2009, p. 11).

Assim, é possível inferir, segundo o autor que, o que a teologia moral chama sodomia e a medicina moderna caracteriza como homossexualidade é uma construção discursiva e biomédica distinta e desconhecida na antiguidade clássica.

De qualquer modo, a homossexualidade sempre foi um “território vigiado” e alvo de intervenções moral, jurídicas e religiosas. A religião é o domínio de onde partem as discussões mais inflamadas sobre a homossexualidade. É o que aparece nos Penitenciais¹⁰ dos séculos VII e XI, documentos que previam punição física (prisão, castigos) para as práticas homossexuais ativa ou passiva. Aqui mais uma vez, o corpo aparece como lugar de suplício sob o qual se busca encontrar a “conversão” do comportamento humano.

É sob essa perspectiva que Foucault (2009), ao se referir ao corpo dos condenados, considera que o corpo é investido no campo político onde “as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 2009, p. 29).

Assim, restrita às interdições sociais, a homossexualidade figurou por muito tempo no espaço privado confinadas a quatro paredes. Daí a observação de Michel Foucault (1994) de que o sexo é um não dito, um espaço destinado ao silêncio e à interdição. No caso da homossexualidade, o silêncio e a interdição que lhe são impostos são investidos de uma ordem hegemônica que estigmatiza qualquer forma não heterossexual de comportamento. É com base nessa ordem hegemônica representante de um modelo heterossexista¹¹ que os mecanismos institucionais, constitucionais, legais e sociais são sistematicamente sustentados e imbuídos de objetivos que fazem do grupo homossexual o alvo de uma disciplina heteronormativa.

No entanto, o desejo de “mostrar-se” e de se constituir socialmente é a mola que impulsiona os homossexuais para romper com as imposições deste modelo heteronormativo no (des)silenciar da identidade “diferente”. Segundo Carneiro (2009) “a transição de uma voz comodativa para uma voz transformativa, no dessilenciar das identidades e na sua formação política, converteu a culpa e a vergonha em orgulho” (CARNEIRO, 2009, p. 46).

¹⁰ Documentos da Igreja Católica que instituíam as penas de acordo com a gravidade do pecado cometido.

¹¹ Cf. Carneiro (2009) “Morin (1977) definiu o termo heterossexismo enquanto sistema de crenças que valoriza a heterossexualidade como superior à homossexualidade.

Dessa forma, é que desprendendo-se desses espaços de silenciamento começaram a emergir no meio social as vozes que “falam” não só a sexualidade, como parte integrante da constituição do indivíduo, como também aquelas vozes que subjugadas há séculos de “interdição” começam a tentar se “fazer ouvir” por meio de “movimentos sociais organizados para dar visibilidade a diferentes formas de viver e expressar “as diferenças sexuais” (CARNEIRO, 2009, p. 65), ou seja, as vozes constitutivas e representativas dos movimentos homossexuais.

Trata-se de um processo lento que vai se esbarrando aqui e ali nas estruturas sociais mais rígidas (escola, família, trabalho, igreja) que tendem a não ceder às mudanças, pois estão sustentadas em suportes tradicionais que insistem em ver a homossexualidade e a possibilidade de pluralidade afetiva como mecanismos de “desconstrução” do que já está estabelecido (norma) em função de um novo que ninguém sabe muito bem o que é. Para Carneiro (2009),

os cenários da vida individual e coletiva habitualmente referenciados como estruturantes, de que fazem parte a escola, o trabalho ou a família, parecem e aparecem ainda como predominantemente reprodutores dessa “norma”, impedindo o desenvolvimento do sujeito e das suas redes na plenitude e na busca da felicidade (CARNEIRO, 2009, p. 20).

É na reivindicação de igualdade social traduzida pela busca da felicidade que os grupos homossexuais procuraram apoiar os seus discursos no requerimento de direitos iguais e de cidadania que os contextos históricos há tempos mostraram como desfavoráveis. Segundo Carneiro,

O verdadeiro problema histórico da “homossexualidade” foi o de que os corpos deveriam permanecer como entidades materiais cuja sexualidade não podia figurar no espaço público: o homossexual sempre esteve impedido de alcançar a sua cidadania, porque os seus interesses sempre foram vistos como corpóreos e não espirituais, e por isso perigosos” (CARNEIRO, 2009, p. 72).

Dessa forma é que corpo (matéria) e espírito (alma) vão reconfigurando os preâmbulos por onde transitam os indivíduos na sociedade. Considerado sob um outro viés, é possível dizer que no encontro dessas duas entidades corpo/alma e de suas implicações sociais é que se travam os debates entre a homossexualidade e religião.

É assim que as questões a respeito da relação entre a homossexualidade, o corpo, a fé, as doutrinas e o espírito se encontram entrecruzadas na discussão da configuração identitária dos indivíduos que vem sendo discutida ao longo dos tempos. Mais recentemente, a

discussão se intensificou¹², sobretudo, nas lutas pelo reconhecimento de uma cidadania plural. No entanto, o (des)silenciar das homossexualidades tem como marco simbólico o incidente de Stonewall no dia 28 de junho de 1969¹³ que foi instituído como o Dia do Orgulho Gay.

A pluralidade negada é também promotora de conflitos morais, sobretudo, dentro da ética religiosa promotora de uma moralidade cristã. A moralidade, segundo Farris (2006), pode ser compreendida como os comportamentos, as atitudes e as crenças que são consideradas legítimas, por uma comunidade cristã, para dar as respostas mais adequadas segundo a autorrevelação de Deus.

Assim, na perspectiva cristã, a moralidade não teria apenas como base os costumes sociais ou o senso comum, e sim a revelação divina ou a percepção da intervenção divina na existência humana. Segundo essa revelação, a heterossexualidade é a ordem natural da criação de Deus assim, essa orientação encontra-se “baseada na autoridade da Bíblia, na tradição, na razão e na experiência” (FARRIS, 2006, p. 1), elementos suficientes, segundo os seus representantes, para se manter a hegemonia heteronormativa.

Situando a homossexualidade no âmbito religioso, é possível verificar que na tradição hebraica antiga, apesar de ainda não existir uma sistematização dos códigos morais da sociedade, a ética sexual cristã tinha como foco o casamento procriativo. Segundo Farris (2006), “o casamento era central na tradição da moralidade sexual e qualquer ato que impedia, ou ameaçava a relação entre os cônjuges era proibida, como a prostituição, por exemplo” (FARRIS, 2006, p. 4). No entanto, era aceita a poligamia e relações sexuais com concubinas “à luz de que não era a qualidade da relação do casamento que tinha importância central, mas a procriação” (FARRIS, 2006, p. 4). A rejeição era contra qualquer tipo de relação ou ato sexual que não resultasse na procriação, como a relação homossexual ou a masturbação.

A procriação continua a ser o centro das relações afetivas também na ética sexual da igreja primitiva nos primeiros séculos do Cristianismo. Sob influência da ética judaica e também de algumas correntes filosóficas era enfatizado o vínculo entre sexualidade e procriação. Farris (2006) postula que “qualquer ato sexual era considerado inferior devido a seu desligamento da possibilidade de criação de uma nova vida” (FARRIS, 2006, p. 5).

¹² Cf. Carneiro (2009) as mudanças mais significativas começam a partir de meados do século XX na busca por uma identidade sexual com dois movimentos: o movimento Homofílico e o movimento Liberacionista gay e lésbico.

¹³ O “Levante de Stonewall” refere-se ao incidente ocorrido no Stonewall Inn, bar de Nova Iorque, no qual gays, lésbicas e drag queens insurgiram de forma destemida contra a repressão policial praticada contra eles nos “guetos” daquela cidade, no dia 28 de junho de 1969.

Em Santo Agostinho, que também teve forte influência na defesa da ética moral cristã, encontra-se uma avaliação do desejo sexual como algo mau por ser considerado capaz de incentivar atos e pensamentos pecaminosos. O valor positivo continua a ser dado ao casamento e à procriação e qualquer relação que fugisse a essa norma era considerada pecaminosa.

Assim como Agostinho, São Tomás de Aquino¹⁴ considerava que o desejo sexual era pecaminoso porque poderia interferir na capacidade racional e no autocontrole do indivíduo. A procriação era a norma fundamental da sua ética sexual (FARRIS, 2006). É o corpo e o uso que se faz dele que está no cerne da teologia de São Tomás de Aquino na classificação dos pecados que se cometem contra o próprio corpo e contra à natureza.

Noção semelhante é encontrada em Busin (2011), na consideração de que Tomás de Aquino e o pensamento escolástico¹⁵ reforçaram essa ideia de pecado contra à natureza, pois consideravam que o sexo deveria se dirigir a sua finalidade natural. Assim, segundo a autora, eles acreditavam que como o fim natural do sexo seria a concepção, qualquer relação que pudesse impedi-la seria uma prática pecaminosa.

Esse pensamento ecoa na história da igreja católica na consideração contrária à utilização de métodos contraceptivos e, sobretudo, contra a homossexualidade considerada por alguns mais radicais como “cultura da morte” por impedir a natalidade.

Com a Reforma Protestante, a sexualidade passa a ser compreendida como parte da criação de Deus, no entanto, o desejo sexual continua a ser considerado mau porque poderia interferir na relação individual do homem com Deus. O casamento aparece então como uma maneira de lidar com o desejo sexual de uma forma controlada e socialmente aceitável. Segundo Farris (2006),

O debate na Reforma a respeito da homossexualidade era menos em torno da relação entre a sexualidade e a procriação, um fato quase universalmente aceito na Teologia da Reforma, e mais sobre a possibilidade, ou não de ter clérigos casados (FARRIS, 2006, p. 6).

No entanto, a principal diferença entre os princípios do catolicismo e das igrejas da reforma no que diz respeito à sexualidade está no fato de que o Catolicismo tinha como fundamento a ética baseada na “lei natural”, enquanto para os protestantes a base era a Bíblia

¹⁴ Considerado pelo Papa Leão XIII uma espécie de filósofo oficial da Igreja Católica.

¹⁵ A escolástica nasceu nas escolas monásticas cristãs como método de pensamento crítico que buscava conciliar a fé cristã com um sistema de pensamento racional.

utilizada como fonte de verdade absoluta e, segundo as escrituras, o casamento heterossexual é o lugar de realização da sexualidade.

No período pós-reforma, essas noções ainda permaneceram. O casamento heterossexual e a procriação como função básica da sexualidade humana fazem erigir um padrão hegemônico com reflexos profundos na sexualidade da modernidade.

Dessa forma, a ética cristã continua pautada em duas orientações que não são excludentes entre si, “a ordem natural” (católica) segundo a qual a homossexualidade seria pecado por causa da impossibilidade de procriação (teologia natural), e a autoridade bíblica (protestante) como regra e modelo de conduta. Sob essas perspectivas, a homossexualidade é considerada “desviante” porque viola o ordenamento bíblico e a lei natural.

Dessa forma, fica compreensível verificar o que Carneiro (2009) postula como a não simetria existente entre a relação heterossexual e a homossexual, uma vez que a relação homossexual não teria a finalidade procriativa necessária à configuração da família nos moldes tradicionais. Assim, segundo ele, a

homossexualidade e a heterossexualidade nunca serão realmente simétricas no binarismo que as opõe e que impede qualquer homologia entre amar, que será sempre heterossexualmente norma, e praticar a homossexualidade, que não poderá senão ser desvio a ela” (CARNEIRO, 2009, p. 12).

Dessa forma, ao destoar dessa lógica tradicional cristã, o homossexual é considerado “como pessoa em rebelião direta, consciente e intencional contra a vontade revelada de Deus” (FARRIS, 2006, p. 14) que estaria de forma crescente “poluindo” o mundo idealizado dos relacionamentos heteronormativos.

A ideia de uma “propagação” da homossexualidade é referida por Carneiro (2009) como a noção de uma suposta “poluição homossexual” a que uma “maioria heterossexual”, constituída como referência privilegiada da sexualidade, recorrem para designar a “minorias homossexuais”. Segundo Carneiro (2009), a metáfora da “poluição homossexual” é utilizada para se justificar o encarceramento social das pessoas homossexuais. Ainda segundo ele, essa noção de uma “poluição homossexual” a que recorrem comumente as doutrinas cristãs enfatiza “um conjunto de estratégias ideológicas orientadas para a exclusão dos sexualmente “diferentes” e para a configuração cultural destes “diferentes” como “desgostantes”, como “menos válidos” (CARNEIRO, 2009, p. 67).

Resumidamente, é possível considerar que toda a produção discursiva religiosa sobre a homossexualidade institui uma legalidade favorável ao casamento e à família nos moldes tradicionais. O seu contrário, a homossexualidade, “comporta desafios aos tradicionais

valores religiosos, morais, ideológicos-políticos do casamento, da parentalidade, dos direitos reprodutivos, do gênero ou da sexualidade” (CARNEIRO, 2009, p. 93).

No que diz respeito à intercessão dos valores religiosos com a homossexualidade, foco aqui do nosso interesse, é possível considerar que a aplicação da doutrina cristã incide, sobretudo, sobre a regulação do corpo e que de certa forma não se aplica a outras áreas para as quais a Bíblia teria supostamente algum tipo de orientação para os cristãos.

Essa constatação encontra respaldo em Jurkewicz (2003) que busca evidenciar a maleabilidade na interpretação das orientações bíblicas quando o assunto não é o corpo. Segundo a autora, a obediência à Bíblia enfatizada pelos cristãos no que tange à condenação da homossexualidade, não é a mesma em relação a outros assuntos, como a observação em relação a “guardar” o sábado “cada um temerá sua mãe e a seu pai e guardará os meus sábados” (LEVÍTICOS, 19:3) e também em, “Seis dias trabalharás, mas o sétimo dia vos será santo, o sábado do repouso do Senhor; todo aquele que fizer obra nele morrerá”, por exemplo.

A mesma noção aparece em Bussin (2011), na consideração de que tanto no Velho quanto no Novo Testamento há passagens que já não são aceitas socialmente, pois são hoje interpretadas à luz do contexto histórico e social. Dentre elas, destaca-se a orientação para o corte de cabelo e de barba para os homens “Não cortareis o cabelo, arredondando os cantos da vossa cabeça, nem danificarás a ponta da tua barba” (LEVÍTICOS, 19:27), ou a orientação em relação aos animais que não se deve comer “Destes, porém, não comereis: dos que remoem ou dos que tem unhas fendidas [...] o porco, porque tem unhas fendidas, e a fenda das unhas se divide em duas, mas não remói, este vos será imundo [...] da sua carne não comereis (LEVÍTICOS, 11.5:7).

Assim, é possível concluir que o que está em jogo na condenação da homossexualidade não é a obediência ou não às Escrituras, e sim a obediência à “interpretação” dada pela instituição religiosa sobre este evento. Trata-se de uma espécie de controle moral que enfatiza o casamento heterossexual e a finalidade procriativa como ideal capaz de manter a ordem social e a força produtiva representadas pelo modelo da família patriarcal burguesa (homem-pai, cidadão, devoto à religião, trabalhador) o que aponta uma maneira de manutenção da “ordem” social.

É como se a heterossexualidade pudesse trazer uma legitimação pública que ainda não tem correspondente na homossexualidade, pois o indivíduo homossexual seria “menos homem” ou “menos mulher” que o indivíduo heterossexual, e, por isso, menos representativo na sociedade heterossexista da qual faz parte.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

A Semiologia, doravante TS, é uma das várias correntes de análise que se entrecruzam no universo teórico/metodológico denominado Análise do Discurso. Atualmente, as formas de abordagens teórico/discursivas são muitas e cada uma delas é reconfigurada na pluralidade do objeto-discurso focado, nos múltiplos objetivos pretendidos e também com base nos diferentes corpora selecionados pelos pesquisadores. Daí, “a impossibilidade de se reduzir a análise do discurso a uma única teoria” (MACHADO, 2001, p. 42).

O objeto de nosso interesse, no momento, é a Semiologia, e por isso, nos deteremos às definições e aos modelos de análise sugeridos pelo linguista francês Patrick Charaudeau idealizador dessa disciplina teórico/metodológica sem, no entanto, desconsiderar as definições e as possibilidades de entrecruzamentos advindas de outras bases teóricas.

A teoria proposta por ele a partir dos estudos apresentados em sua tese de doutorado de 1979 sugere uma forte relação entre a linguagem e o contexto sócio-histórico. Essa relação nos remete a um ponto relevante da disciplina que é o seu interesse e preocupação com os aspectos psicossociológicos da interação comunicativa. Daí, a noção de contrato comunicativo, dos saberes partilhados, da presença de um sujeito sócio-histórico atuante/comunicante.

A Semiologia busca investigar o fenômeno linguístico a partir de uma possível relação entre os componentes verbais do processo enunciativo e os elementos do contexto sociocultural. Trata-se de uma análise que enfatiza a atuação de um sujeito que, movido por determinadas intenções, procede a uma encenação articulando, se necessário, vários códigos semiológicos simultaneamente em função dos efeitos que objetiva provocar no seu interlocutor. Charaudeau diz porque a sua posição na análise do discurso pode ser chamada de Semiologia. Segundo ele,

semio - , de semiosis, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido, sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; linguística para destacar que a matéria principal da forma em questão é a das línguas naturais (CHARAUDEAU, 2005, p. 11).

Para a TS, os discursos que circulam na sociedade ou os efeitos de discursos são resultados de uma dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades

(sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto) que impõem um procedimento de semiotização do mundo.

Para explicar esse evento e sua forma de ocorrência na construção do sentido, Charaudeau (2005) postula que se trata de um duplo processo: um processo de transformação, partindo de um mundo “a significar”, e o outro, o processo de transação, que faz deste “mundo significado” um objeto de troca com outro sujeito que desempenha o papel de destinatário deste objeto.

O processo de transformação compreende quatro tipos de operações: a identificação, a qualificação, a ação e a causação. Charaudeau considera a identificação como um processo por meio do qual é possível conceituar e nomear os seres; enquanto a qualificação é uma operação que possibilita a transformação dos seres do mundo em “identidades descritivas”, ao contrário da ação que os transforma em “identidades narrativas”. E, por fim, a operação de causação, por meio da qual é possível explicar os fatos do mundo numa cadeia de causalidade.

Ao apresentar o processo de transação, Charaudeau (2005) explica que ele se realiza por meio de quatro princípios: princípio de alteridade, pertinência, influência e regulação, todos fortemente vinculados ao projeto de fala do sujeito e à sua intenção comunicativa. Voltaremos a falar a respeito desses quatro princípios ao tratarmos da noção de contrato comunicativo.

Para Charaudeau (2001), todo ato de linguagem corresponde a uma dada expectativa de significação que depende da interação (produção + interpretação) de intencionalidades dos parceiros da troca comunicativa. Essa postura adotada por Charaudeau para analisar os discursos, confere a TS o estatuto de uma abordagem que enfatiza a intencionalidade pretendida pelo sujeito, a produção do sentido e o fenômeno da interação social, posto que é uma teoria que busca relacionar os fatos da linguagem a fenômenos de natureza psicológica e social.

Segundo Machado (2008), em uma de suas reflexões a respeito da TS, ela diz que “um ato de linguagem só pode ser bem analisado se nele considerarmos sua parte lingüística (ligada ao “mundo das palavras”) e sua parte “extra-lingüística”, ligada à situação de comunicação na qual se encontram os parceiros da comunicação” (MACHADO, 2006, p. 16). A esse respeito, Charaudeau considera que

A maneira pela qual abordamos o discurso insere-o numa problemática geral que procura relacionar os fatos de linguagem a alguns outros fenômenos psicológicos e sociais: a ação e a influência. Nessa perspectiva, o que se pretende é tratar do

fenômeno da construção psico-socio-lingueira do sentido, a qual se realiza através da intervenção de um sujeito, sendo ele próprio, psico-socio-lingueiro (CHARAUDEAU, 2005, p. 11).

Ao abordar a questão da linguagem relacionada a fenômenos psicológicos e sociais (ação/influência), Charaudeau insere no discurso a presença de um sujeito falante ativo, engajado em um projeto de fala que pretende materializar as suas intenções comunicativas. Com essa noção, o autor amplia a noção de sujeito ao considerar que esse não é um ser “assujeitado” por seu discurso, pois ao mesmo tempo em que “fala” o discurso é também “falado” por ele, ou seja, ele é o produto da interação comunicativa.

Para Charaudeau (2001, “o sujeito pode ser considerado como um lugar de produção e significação linguageira, para o qual esta significação retorna, a fim de constituí-lo” (CHARAUDEAU, 2001, p.30). Trata-se de um processo dinâmico de constituição que confere ao sujeito uma dimensão ativa e estratégica (NOGUEIRA, 2004).

Dessa forma, os discursos produzidos por esses sujeitos não devem ser considerados construtos ingênuos uma vez que são resultantes de interesses que estão constantemente em jogo no curso do processo comunicativo. O resultado da intencionalidade no projeto de fala do sujeito comunicante implica em dizer que os sentidos produzidos não são fixos e que os discursos que os materializam podem ser “encenados” a fim de obter se esse ou aquele objetivo.

O sentido é, então, para a TS, o resultado de uma produção contextual que engloba os parceiros envolvidos, a situação comunicativa e a intenção dos parceiros da troca comunicativa. Daí, a necessidade do reconhecimento de que nenhuma interpretação abrange todos os sentidos possíveis. Charaudeau (2008) aborda essa questão sob a ótica dos possíveis interpretativos, que, segundo ele, são os sentidos sugeridos pelo contexto e não pelo dicionário e que são calcados nas ideologias, nas crenças e nos valores de cada grupo social.

Os possíveis interpretativos propostos por Charaudeau nos dão a noção de que cada ato de linguagem é uma “aposta” do sujeito comunicante face ao seu parceiro de troca, uma aposta construída na culminância dos saberes entre esses dois parceiros. Além disso, o ato comunicativo é portador de uma expectativa enjue que carrega a possibilidade de produzir efeitos de discurso, isto é, os “efeitos possíveis”.

Para a TS, os sentidos dos enunciados são dependentes do contexto sócio-histórico, da intencionalidade de um sujeito comunicante na produção e na recepção dos enunciados, ou seja, a significação discursiva é o resultado da articulação entre os componentes linguístico e situacional, da interação entre o verbal e o psicossocial e sendo o resultado de

componentes tão fluídos, eles não nos asseguram a certeza em dizer que foi produzido este ou aquele sentido. Por isso, a Semiolinguística tratará dos efeitos possíveis em uma ou outra situação de comunicação e não da noção de efeitos “reais” produzidos.

A partir dessas considerações, Charaudeau propõe um modelo de estruturação do ato de linguagem em três níveis: o situacional (determina a finalidade do ato de linguagem), o comunicacional (determina as formas de falar) e o discursivo (constitui o lugar de intervenção do sujeito falante). Trata-se de um espaço “aberto” às possibilidades de uso das estratégias discursivas e “fechado” pela imposição de restrições da situação de comunicação.

O reconhecimento desses aspectos pelo sujeito comunicante nos remete à noção de “acordo”, ou seja, um tipo de reconhecimento mútuo que estabelece o que é permitido e o que não é, em uma determinada situação de comunicação. Esse “acordo imaginário” que se estabelece entre os parceiros da troca comunicativa corresponde ao que Charaudeau denominou de contrato comunicativo, um elemento da construção linguageira que engloba o situacional e o discursivo. Assim, conforme aponta Charaudeau, é possível considerar “o ato de linguagem como originário de uma situação concreta de troca, dependente de uma intencionalidade, organizando-se ao mesmo tempo num espaço de restrições e num espaço de estratégias, produzindo significações a partir da interdependência de um espaço externo e interno” (2005, p. 14). A figura a seguir, elucida essa noção:



Quadro 1 - Representação do dispositivo da encenação da linguagem. **Fonte:** CHARAUDEAU, 2008, p. 52.

Com essa ocorrência, Charaudeau enfatiza que todo ato de linguagem é regulado pelas circunstâncias sociais e que a sua construção leva em conta o explícito e o implícito da

linguagem. Segundo o autor, trata-se de um espaço que combina o dizer (discursivo) e o fazer (psicossocial, situacional).

Finalizando, a Semiolinguística parte do pressuposto de que o ato de linguagem é um fenômeno que designa o conjunto da realidade languageira e que este combina o dizer e o fazer para que o discurso possa realmente significar. Segundo Charaudeau, o fazer é o lugar da instância situacional que se autodefine pelo espaço que ocupam os responsáveis deste ato, enquanto o dizer é o lugar da instância discursiva que se autodefine como uma encenação da qual participam os seres da palavra.

O modelo descrito acima nos remete à atuação do sujeito que ao mesmo tempo estará sobredeterminado pelas restrições da situação de troca languageira e pela especificidade de seu projeto de fala. Essa condição impõe ao sujeito a utilização de uma série de meios linguísticos orientados pela sua finalidade, pela sua identidade e pelo seu projeto comunicativo. Segundo Charaudeau (2008, p. 74), “[...] os procedimentos que consistem em utilizar certas categorias da língua para ordená-las em função de certas finalidades discursivas e comunicacionais podem ser reunidos em quatro modos de organização do discurso”. Trata-se dos Modos de Organização Enunciativo, Descritivo, Narrativo e Argumentativo que constituem os princípios de organização da matéria linguística por meio dos quais se torna possível a identificação das estratégias discursivas utilizadas na troca languageira. Os Modos de Organização do Discurso e a noção de contrato comunicativo, anteriormente mencionado, serão tratados mais adiante.

2.1.1 Encenação do ato comunicativo

O termo encenação aparentemente pertence ao universo artístico, da teatralidade e carrega em si um sentido de algo construído a fim de uma representação, dar a conhecer, produzir certo sentido. O termo também corresponde a um “ato”, a uma cena, a uma situação criada em função de um determinado objetivo que se materializa no encontro das expectativas dos envolvidos, no caso do teatro, os produtores/atores das peças teatrais e o seu público.

No entanto, trata-se de uma noção muito presente também na análise do discurso a fim de se fazer referência, segundo Louzada, “à maneira pela qual o discurso constrói uma representação de sua própria situação” (LOUZADA, 2007, p. 179). Dessa forma, ainda segundo a autora, a encenação refere-se ao papel que o locutor, por meio de sua fala, escolhe para se dar e para atribuir a seu parceiro.

A TS aborda a encenação também sob a perspectiva da ação de protagonistas em “cena”, visto que, como dito anteriormente, o sujeito é, para essa teoria, um sujeito agente que tendo um “projeto de fala” mobilizará estrategicamente alguns recursos na construção de seus discursos. No entanto, trata-se de uma encenação que se constitui no cotidiano social resultante dessa intenção de comunicação do sujeito falante frente a seu parceiro na troca linguageira. É o que Charaudeau (2008) se propõe a chamar de *mise en scène* a fim de ilustrar a ação dos sujeitos no universo da linguagem.

A noção de encenação parte da consideração de que todo ato de linguagem é resultante do jogo entre o implícito e o explícito da linguagem, e segundo Charaudeau

vai nascer de circunstâncias de discurso específicas; vai se realizar no ponto de encontro dos processos de produção e de interpretação; será encenado por duas entidades, desdobradas em sujeito de fala e sujeito agente (CHARAUDEAU, 2008, p. 52).

O desdobramento do sujeito de que fala Charaudeau é um dos pontos relevantes da Teoria Semiolinguística, uma vez que a partir dele não é possível considerar mais a existência do ato de comunicação como um simples resultado da relação de um emissor que envia a sua mensagem a um receptor. Charaudeau (2008) o considera como algo mais abrangente ao afirmar que o ato de linguagem torna-se um ato inter-enunciativo entre quatro e não dois sujeitos, sendo, portanto, o lugar do encontro imaginário de dois universos de discurso que mesmo não sendo idênticos, estabelecem, segundo ele, uma zona de intercompreensão para que o ato comunicativo se efetive.

Em relação aos sujeitos envolvidos no ato de linguagem, os dois primeiros correspondem ao eu comunicante (EUC) e ao eu enunciativo (EUE) e referem-se à instância de produção. Na instância de recepção, encontram-se o sujeito interpretante (TUI) e o sujeito destinatário (TUD).

Os sujeitos do circuito interno são o EUE e o TUD, considerados pela TS como projeções do sujeito comunicante, são seres do mundo discursivo onde se realiza a encenação discursiva. Segundo Charaudeau, “trata-se de seres de fala instituídos como imagem de sujeito enunciativo (EUE) e de sujeito destinatário (TUD), oriundos de um saber intimamente ligado às representações linguageiras das práticas sociais” (2008, p. 53).

Os sujeitos do circuito externo são EUC e o TUI, seres do mundo situacional onde circulam os saberes partilhados, as crenças, as ideologias que os constituem como sujeitos ao mesmo tempo individuais (portadores de uma identidade única) e coletivos (socialmente

situados). Segundo Machado (2001, p.49), “trata-se de seres historicamente determinados, parceiros reais da troca linguageira que têm uma identidade psicológica e social”.

A presença dos quatro sujeitos no ato comunicativo proposto pela TS configura a relação contratual que se estabelece entre o DIZER, lugar onde se inscrevem os seres de fala, e o FAZER, lugar ocupado pelos parceiros reais que podem recorrer a determinados componentes do dispositivo de comunicação objetivando alcançar certos efeitos no seu interlocutor. O FAZER pertence ao circuito externo que precede e “condiciona” o circuito do DIZER, no entanto, sem determiná-lo. O DIZER, nas palavras de Charaudeau, “é o lugar da instância discursiva que se autodefine como uma encenação da qual participam os seres da palavra” (CHARAUDEAU, 2001, p. 28).

Esse conceito de encenação pode ser considerado um dos pontos fortes da TS, uma vez que assegura a noção de que o ato de linguagem é uma espécie de “jogo” do qual participam seres psico-socio-linguageiros que são re/configurados “na” e “pela” situação de comunicação na qual estão inseridos. Isso implica dizer também que todo ato comunicativo apresenta um espaço de produção/interpretação onde o sujeito comunicante cria os seus significados a partir de dados extraídos do que lhe é próprio, sujeito individual, e ao mesmo tempo do que reconhece como válido segundo determinadas regras e valores sociais que o determinam também como sujeito coletivo.

A respeito dessa dupla possibilidade de realização do sujeito, Machado considera que se trata de um sujeito “nem completamente livre, nem completamente submisso, eis como vemos tal sujeito, evoluindo num mundo dominado pelas práticas e trocas linguageiras” (MACHADO, 2001, p. 52).

Na TS, a encenação pode ser compreendida como um espaço de “representação” onde o sujeito “mais ou menos consciente das restrições e da margem de manobra proposta pela situação de comunicação, utiliza categorias de língua ordenadas nos Modos de organização do discurso para produzir sentido” (CHARAUDEAU, 2008, p. 75). Trata-se de uma possibilidade do universo comunicativo onde é possível o ajustamento dos papéis encenados às várias possibilidades de realização do discurso.

Finalizando, a encenação é uma ação de seres psicossociais que depende das determinações do quadro situacional e do envolvimento dos protagonistas para que o ato comunicativo se realize.

2.1.2 O contrato comunicativo

O termo “contrato” está presente no universo das leis e dos aspectos legais que regem a vida em sociedade. É, nesse contexto, o elemento responsável pela regulação dos atos sociais estabelecendo e garantindo que determinadas ações e regras sejam cumpridas. Assegura o que deve e o que não deve ser feito.

Para a TS, essa noção representa um de seus principais compromissos teóricos uma vez que, diferente de outras teorias do discurso, evidencia a sua forma de conceber os discursos como resultantes de uma relação entre os planos situacional e linguístico. Isso implica dizer que a proposta de Charaudeau para a análise dos discursos pressupõe um modelo multidimensional de compreensão da realidade social e dos sujeitos envolvidos em cada situação de prática social.

No entanto, o que ele propõe não é um modelo de análise geral e abstrato sobre os mecanismos de articulação entre estruturas e sujeitos sociais, ao contrário, ele busca fundamentar o ato de linguagem na articulação entre os componentes situacionais e linguísticos característicos de cada caso. Essa articulação entre os componentes situacionais e linguísticos é o que ele se propõe a chamar de contrato comunicativo.

Para Charaudeau, a relação contratual depende de componentes mais ou menos objetivos, tornados pertinentes pela expectativa própria a cada ato languageiro. Segundo Charaudeau (2001, p. 30-31), são três esses componentes: a) O comunicacional que diz respeito ao plano físico da situação interacional: “Qual a posição física dos parceiros? Se estão ou não na presença um do outro? Qual canal (gráfico, oral, gestual) está sendo utilizado? b) O psicossocial diz respeito ao estatuto, a identidade social que os parceiros podem reconhecer no outro: idade, sexo, posição hierárquica, categoria profissional; c) O intencional – configurado em termos de conhecimento que cada um dos parceiros possui ou constrói anteriormente a respeito do seu parceiro de troca e para isso podem recorrer aos respectivos imaginários culturais ou saberes partilhados entre eles.

Charaudeau (2012), ao fazer algumas considerações a respeito do contrato comunicativo no âmbito da sala de aula, retoma a importância da articulação desses três componentes e explicita que não se pode reduzir o ato de comunicação a uma relação simétrica entre emissor e receptor, o que configuraria uma visão muito limitada do processo comunicativo. Segundo ele, é necessário analisar as condições de produção e de interpretação dos enunciados como um espaço onde os sujeitos se reconheçam e “conheçam” o direito recíproco de fala e de construção de sentidos, o estatuto desses sujeitos e as motivações que os fazem sujeitos “ativos e estratégicos”.

Esse reconhecimento mútuo depende da atuação de um implícito codificado que não só antecipa para os sujeitos a natureza do contrato no qual estão inseridos, mas também os “prepara” para a ação. Assim, Charaudeau (2008) considera o contrato de comunicação como um

ritual sociolinguageiro do qual depende o Implícito codificado e o definimos dizendo que ele é constituído pelo conjunto das restrições que codificam as práticas sociolinguageiras, lembrando que tais restrições resultam das condições de produção e de interpretação (CHARAUDEAU, 2008, p. 60).

Quando se pensa em um contrato do tipo “debate político”, por exemplo, antecipa-se que os sujeitos envolvidos nesse contrato reconheçam a natureza funcional dele contrato como a exposição de propostas de governo, por exemplo. Além disso, é necessário que os participantes reconheçam também as limitações impostas por esse contrato que os impede, por exemplo, de atingir fisicamente o seu oponente, por se tratar de um debate e não de luta de boxe, já que esse seria um outro tipo de contrato social. Além disso, cada um dos candidatos deve se ajustar “às circunstâncias materiais de tempo e de espaço do contrato e, também, se servir de estratégias discursivas consideradas apropriadas para esse tipo de contrato” (NOGUEIRA, 2005, p. 3).

É nesse sentido que Charaudeau considera que “o contrato é um quadro de reconhecimento no qual se inscrevem os parceiros para que se estabeleçam a troca e a intercompreensão. É, portanto, da ordem do imaginário social” (CHARAUDEAU, 2012, p. 9).

O que Charaudeau apresenta com essa noção é uma espécie de “maior denominador comum” que corresponde a um amplo universo de conhecimentos e expectativas partilhados pelos sujeitos de um mesmo universo cultural que os possibilita um certo tipo de reconhecimento mais ou menos próximo dos possíveis encontros linguageiros e da identidade dos envolvidos em cada um deles. Dessa forma é que os envolvidos em um debate político, por exemplo, “reconfigurarão” a sua encenação se estiverem inseridos em um outro tipo de contrato, como uma entrevista ou uma consulta médica, por exemplo.

Esses parâmetros resultam de um tipo de regulação das trocas comunicacionais do cotidiano que dependem da identidade dos parceiros, dos objetivos, dos saberes partilhados, das circunstâncias materiais, da forma mais apropriada de se produzir cada discurso. No entanto, não se pode pensar no contrato comunicativo apenas como “formas” socialmente partilhadas.

Para que o contrato comunicativo seja constituído é necessário, segundo Charaudeau, o reconhecimento do “direito à palavra”, e, para isso, é necessário que certas condições sejam preenchidas para que os sujeitos falantes sejam reconhecidos no seu direito de

falar. Para Charaudeau, “isso faz com que os parceiros só existam na medida em que se reconheçam (e se construam) uns aos outros com os estatutos que eles imaginam” (CHARAUDEAU, 2001, p. 30).

A esse respeito Nogueira considera que para que o contrato comunicativo seja estabelecido é necessário que o EUC tenha seu direito de fala reconhecido pelo EUI, ou seja, que ele seja considerado “um sujeito normal, não alienado, alguém digno de ser escutado” (NOGUEIRA, 2004, p. 3). Para Charaudeau (1996, p. 26), existem três condições que fundamentam o direito à fala: o reconhecimento do saber, do poder e do saber fazer.

A primeira condição do saber diz respeito ao universo dos saberes partilhados, das crenças e das representações características de cada grupo social. Para Charaudeau, trata-se de um “domínio em termos de discursos sobre o mundo” (CHARAUDEAU, 1996, p. 26). A segunda condição proposta por Charaudeau refere-se ao estatuto do EUC que precisa se fazer reconhecer como possuidor de determinadas categorias que possam de certa forma legitimar o seu dizer. Finalmente, a terceira condição sugere a capacidade que o EUC sujeito comunicante deve possuir a fim de conquistar credibilidade TUI.

Isto implica dizer que, ao comunicar, o sujeito deve demonstrar determinadas competências materializadas em um “saber fazer”, ou seja, o sujeito comunicante precisa se mostrar apto para desempenhar o papel que o sujeito interpretante supõe que ele seja capaz de desempenhar.

Além dessas quatro condições, Charaudeau (2012) faz referência aos quatro princípios que se situam na base de toda situação de comunicação: princípio de interação (reconhecimento da existência de dois parceiros que se reconhecem como semelhantes/diferentes no ato de linguagem); princípio de pertinência (refere-se aos saberes sobre o mundo, aos valores psicológicos e sociais que os parceiros devem reconhecer no ato de linguagem); princípio de influência (refere-se à presença de um sujeito comunicante inscrito em uma situação de intencionalidade frente a seu interlocutor); e princípio de regulação (diz respeito ao controle do jogo de influência no quadro situacional para que o ato de linguagem seja realmente efetivado).

Dessa forma, é possível pensar em um conhecimento e no uso de estratégias a que os parceiros recorrem para assegurar uma intercompreensão mínima, sem a qual a troca comunicativa não seria possível. Para Charaudeau (2012), esses quatro princípios são indissociáveis uns dos outros e ajudam a construir o que ele denomina de “contrato de comunicação”.

2.1.3 Os imaginários sociodiscursivos

Falar de imaginários é tratar de uma noção abstrata configurada no cerne das práticas languageiras por meio dos discursos de indivíduos socialmente situados. Esses indivíduos criam e recriam nas suas práticas cotidianas os valores, as crenças, os conhecimentos que serão colocados em prática e negociados entre eles em cada situação de comunicação. Os seus discursos são portadores de “sentidos sobre o mundo” e organizados em forma de “saberes” que são partilhados por um determinado grupo social.

Esses saberes partilhados constituem mais um dos pontos de interesse da TS, pois fazem parte do universo que configura a situação de comunicação por se tratar de saberes que serão invocados pelo sujeito ao se inscrever em uma dada situação comunicativa. Eles, portanto, estão intimamente relacionados à noção de contrato comunicativo.

Da relação desses saberes com a configuração do ato comunicativo, Charaudeau considera que “à medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significações, segundo princípios de coerência, falaremos em *imaginários*” (CHARAUDEAU, 2006, p. 203), ou seja, a TS tratará da questão da representação social¹⁶ sob a perspectiva dos imaginários sóciodiscursivos.

Para isso, Charaudeau aborda a questão dos imaginários sob o prisma da distinção existente entre os conceitos de “real” e “realidade”. Ele parte da consideração de que a “realidade nela mesma existe, mas não significa” (CHARAUDEAU, 2006, p. 203). Assim, segundo o autor,

[...] podemos dizer que a "realidade " corresponde ao mundo empírico através de sua fenomenalidade, como um lugar a significar (e até mesmo a ser servido), que se impõe ao homem em seu estado bruto a espera de ser significada. Em contrapartida, o "real" refere-se ao mundo como ele é construído, estruturado pela atividade significativa do homem através do exercício da linguagem em suas diversas operações de nomeação do mundo, de caracterização de suas propriedades, de descrição de suas ações no tempo e no espaço e de explicação para as causas de suas ações¹⁷. (CHARAUDEAU, 2007, p. 2 – tradução nossa).

A realidade é, então, para a TS, a “matéria” de onde parte a construção do sujeito sobre as coisas do mundo. Ela depende para a sua significação de uma dupla relação: a relação

¹⁶ Conceito elaborado pela Psicologia Social.

¹⁷ No original: “[...] on peut donc dire que « la réalité » correspond au monde empirique à travers sa phénoménalité, comme lieu a-signifiant (et encore a-signifié) s’imposant à l’homme dans son état brut en attendant d’être signifié. Par opposition, « le réel » réfère au monde tel qu’il est construit, structuré, par l’activité signifiante de l’homme à travers l’exercice du langage en ses diverses opérations de nomination des êtres du monde, de caractérisation de leurs propriétés, de description de leurs actions dans le temps et dans l’espace et d’explication de la causalité des ces actions.

“homem/realidade”, por meio da experiência, e da relação entre o “EU/OUTRO”, para a construção dos sentidos do mundo. Dessa forma, a realidade depende do papel do sujeito para significar, e é desse processo de significação criado pelo sujeito que surge, segundo Charaudeau, o chamado real significativo do mundo como uma construção significativa da realidade. É essa construção de sentido que chamamos o real significado do mundo”¹⁸ (CHARAUDEAU, 2007, p. 2 – tradução nossa).

Esse real significado construído pelo sujeito é configurado na ação de um sujeito que inserido em um contexto social irá construir as suas significações com base em uma série de conhecimentos, crenças e valores característicos do contexto onde são produzidos os enunciados e, daí, surge a noção de imaginários sociais. Segundo Charaudeau, esses imaginários são denominados de imaginários sociodiscursivos e correspondem a

um modo de apreensão do mundo que nasce da mecânica das representações sociais [...] constrói a significação dos objetos do mundo, os fenômenos aí produzidos, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significativo¹⁹ (CHARAUDEAU, 2007, p. 3 – tradução nossa).

Os imaginários seriam, então, as formas construídas pelo sujeito comunicante para dar significação ao mundo. Trata-se de um construto, de “uma imagem” da realidade, uma imagem que não só “representa” a realidade, mas a constrói em função da interpretação e do universo de significações do sujeito.

Mais uma vez, é possível notar a relevância dada à figura do sujeito pela TS, ao inseri-lo como elemento “atuante” no processo de construção da “realidade”. Destaca-se, mais uma vez nessa teoria, uma mudança de paradigma na análise dos discursos representada pela retomada do sujeito como constituinte do universo de construção e de interpretação dos discursos. Essa presença fundamental do sujeito no discurso nos remete à sugestão de Charaudeau ao criar a noção de imaginário sociodiscursivo. Para ele,

tendo em vista que estes são identificados por enunciados linguageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de “imaginários discursivos” [...] e, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de imaginários sociodiscursivos” (CHARAUDEAU, 2006, p. 203).

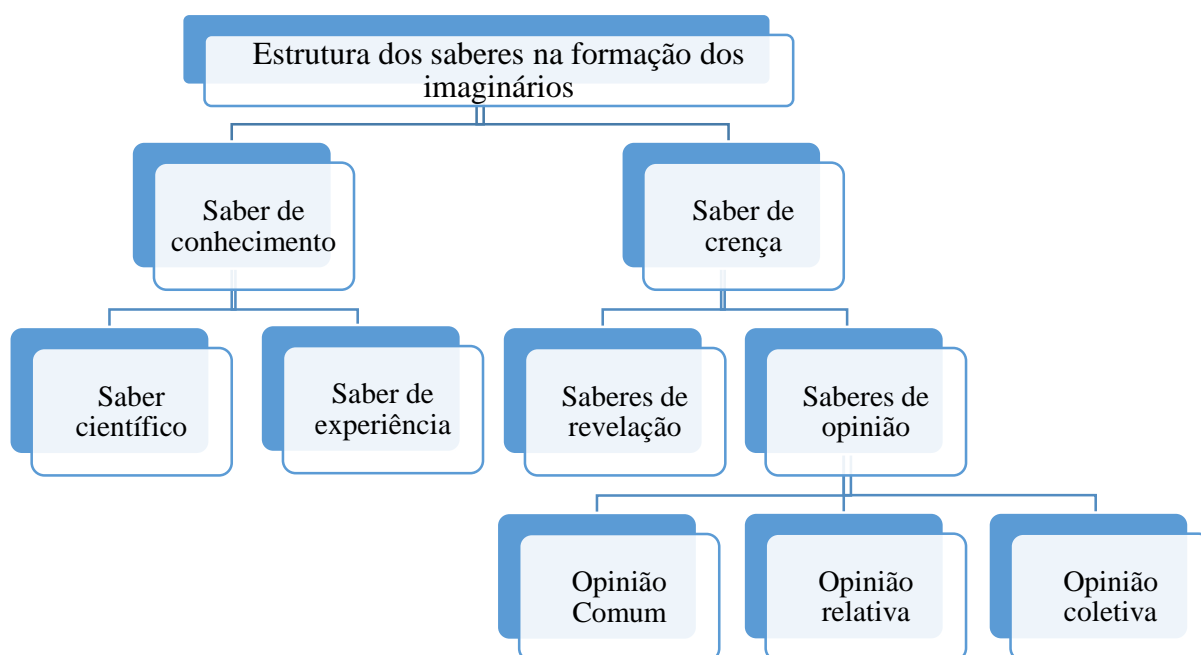
¹⁸ No original: “[...]le signifié n’est pas la réalité elle-même, mais une construction signifiante de la réalité. C’est cette construction de sens qu’on appellera le réel signifiant du monde [...]”

¹⁹ No original: “L’imaginaire est un mode d’appréhension du monde qui naît dans la mécanique des représentations sociales, laquelle, on l’a dit, construit de la signification sur les objets du monde, les phénomènes qui s’y produisent, les êtres humains et leurs comportements, transformant la réalité en réel significatif”.

Dessa forma, podemos considerar que os imaginários sociodiscursivos são construtos do universo social resultantes da interferência discursiva de um sujeito sobre a realidade cuja função é “classificar” as ações do mundo material. Além disso, eles apresentam a “palavra” como um instrumento de ação sobre o mundo, ou seja, o seu significado é materializado por meio dos discursos o que nos remete à consideração de Charaudeau para quem “o sintoma de um imaginário é o discurso”²⁰.

Para o autor, os imaginários podem ser materializados de diferentes maneiras: nos comportamentos, nas atividades coletivas, na produção de objetos, nos monumentos, nos rituais. Esses, imaginários “dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais” (CHARAUDEAU, 2006, p. 207).

No entanto, os imaginários não surgem do nada, aleatoriamente. Eles são erigidos sob a estrutura dos saberes sociais. Para Charaudeau, a construção dos imaginários tem como base dois tipos de saberes: os saberes de conhecimento e os saberes de crença, que se subdividem em outras categorias de conhecimento como pode ser observado no quadro abaixo.



Quadro 2 - A estrutura dos saberes na formação dos imaginários. **Fonte:** Adaptado de Charaudeau (2007).

Charaudeau (2006, p. 197) os classifica em saber de conhecimento e saber de crença. O saber de conhecimento busca estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do

²⁰ No original: “[...] le symptôme d’un imaginaire est la parole [...]”.

mundo. Uma verdade que existe fora da subjetividade do sujeito e que carrega a existência dos fatos do mundo e a explicação de fenômenos que são colocados anteriores ao homem e à sua consideração. Há uma sobreposição do mundo em relação ao indivíduo. O discurso produzido não é questionável, pois se impõem como verdade objetiva. Esse processo de construção dá origem a dois tipos de conhecimento: o saber científico e o saber de experiência.

O saber de crença também estabelece uma verdade sobre o mundo, no entanto, o faz por meio de avaliações, apreciações e julgamentos sobre os fenômenos, eventos, seres do mundo, sobre seu pensamento e comportamento. Os saberes de crença procedem do olhar do sujeito sobre os eventos e as ações humanas. O saber, aqui, está no sujeito, procede do sujeito, e é portador de um julgamento. Dessa forma, o homem é que se impõe ao mundo. Esse processo de construção do saber de crença dá origem a dois tipos de conhecimento: o saber de revelação e o saber de opinião.

Os saberes de conhecimento são divididos em Saber científico e Saber de experiência. O primeiro constrói por meio de procedimentos verificáveis de uma explicação que se aplica ao conhecimento sobre o mundo e seu funcionamento e tem como base a ordem da razão científica e os procedimentos de observação, experimentação e cálculo. Insere-se na ordem da prova, ou seja, do conhecimento que pode ser provado e comprovado quantas vezes forem necessárias; enquanto o segundo, constrói a explicação a partir de um conhecimento de mundo, de uma experiência, no entanto, não apresenta garantia de comprovação. O conhecimento se dá a partir das experiências individuais e coletivas. Estão ligados a esse saber, os saberes empíricos sobre o mundo que são materializados por um discurso de causalidade natural.

Por sua vez, os saberes de crenças se dividem em Saber de revelação e Saber de opinião. O primeiro supõe que existe um lugar de verdade exterior ao sujeito. Difere do saber de conhecimento porque a verdade apresentada por ele não pode ser provada ou verificada. Além disso, é um tipo de saber que exige do sujeito um certo grau de adesão. Esse tipo de conhecimento refere-se às chamadas doutrinas religiosas ou seculares e está fechado às provas de conhecimento.

O Saber de opinião surge a partir de um processo de avaliação pelo qual o sujeito toma posição e entra em um julgamento sobre os fatos do mundo. Como acontece com qualquer saber de crença, não é o mundo que se impõe ao sujeito, mas o sujeito que se impõe ao mundo. São julgamentos a partir dos quais o sujeito pode fazer uma escolha lógica: do necessário, do provável, do possível que envolve tanto o raciocínio como a emoção.

A esse tipo de saber são anexadas outras categorias de opinião denominadas: opinião comum, opinião relativa e opinião coletiva. A opinião comum refere-se a julgamentos generalizados e por esse traço generalizante, universal, supõe ser mais amplamente compartilhada. São exemplos desse tipo de opinião os provérbios, os ditos populares.

Por sua vez, a opinião relativa parte de um sujeito individual ou de um pequeno grupo. A opinião relativa sugere a presença de um sujeito que demonstra o seu posicionamento sobre os fatos do mundo e precisa afirmar essa opinião, sua adesão ou sua oposição. O saber de crença de opinião relativa se inscreve na emergência do espaço de discussão.

Finalmente, a opinião coletiva é aquela expressa por um grupo sobre um outro grupo. Trata-se de colocar o outro em uma categoria final em essencialização, ou seja, revelar o seu valor identitário por meio de julgamentos categorizantes.

São esses saberes em conjunto com outras categorias que participam da construção “alimentam” os imaginários sociodiscursivos, produzindo o “sentido social” para os eventos do mundo. Em outras palavras, eles criam e sustentam os imaginários circulantes na sociedade que surgem sob a forma de uma macro “palavra social” compartilhada que serve para criar valores e justificar as ações humanas.

No entanto, esses imaginários são fluidos, dada a natureza das relações humanas e do homem com o mundo que o cerca. Eles podem ser individuais e coletivos. O imaginário individual, segundo Charaudeau (2007), depende de um julgamento pessoal ou da experiência íntima de cada indivíduo, enquanto o imaginário social dependerá de uma atividade de simbolização do mundo dentro de uma prática social (artística, religiosa, jurídica, midiática, política).

Charaudeau considera ainda que os imaginários sociodiscursivos não são rígidos e que esses se entrecruzam no universo discursivo ora se excluindo, ora na sobreposição de um sobre o outro. Para ele, “o imaginário não é nem verdadeiro nem falso. É uma proposta de visão de mundo que se apoia sobre os saberes que constroem sistemas de pensamento, os quais podem excluir-se ou sobrepor-se uns aos outros²¹” (CHARAUDEAU, 2007, p. 8 – tradução nossa).

Concluindo, os imaginários são, para a TS, o resultado de uma atividade de representação do mundo construída no universo do pensamento. A sua construção se dá na articulação dos discursos narrativos e argumentativos a fim de descrever, explicar e justificar os fenômenos do mundo e do comportamento humano. Para Charaudeau, eles são “construídos

²¹ No original: “L’imaginaire n’est ni vrai ni faux. Il est une proposition de vision du monde qui s’appuie sur des savoirs qui construisent des systèmes de pensée, lesquels peuvent s’exclure ou se superposer les uns les autres ».

por um sistema coerente de pensamento, investidos, às vezes, de pathos (conhecimento como emoção), ethos (conhecimento como autoimagem), e logos (conhecimento como argumento racional). Assim, os imaginários são produzidos pelo discurso que circulam em grupos sociais, organizando-se em sistemas coerentes de pensamento criadores de valores, atuando como justificativa para a ação social e acumulados na memória coletiva²² (CHARAUDEAU, 2007, p. 4 – tradução nossa).

No entanto, essas representações languageiras não são inseridas de forma aleatórias nos discursos. Elas obedecem a um processo de organização composto de várias ordens de organização. É o que Charaudeau se propõe a chamar os Modos de organização do discurso dos quais trataremos no próximo tópico.

2.2 OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Os modos de organização do discurso, propostos por Charaudeau, podem ser compreendidos como mecanismos dos quais procedem a organização discursiva. Eles correspondem aos princípios de organização da matéria linguística e dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante.

A respeito desse mecanismo de organização do discurso, Charaudeau considera que “os procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias da língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação podem ser agrupados em quatro Modos de Organização: o Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo” (CHARAUDEAU, 2008, p. 74). Ainda, segundo Charaudeau (2008), cada um deles possui uma função de base e um princípio de organização que podem servir para desvelar, a partir da análise, a natureza das estratégias discursivas utilizadas em cada discurso, são eles: o Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo.

Passaremos agora a tratar de cada um deles abordando a sua natureza e os componentes e procedimentos que os compõem.

2.2.1 O modo de organização enunciativo

²² No original: “Il se construit ainsi des systèmes de pensée cohérents à partir de types de savoir qui sont investis, tantôt, de pathos (le savoir comme affect), d’ethos (la savoir comme image de soi), de logos (le savoir comme argument rationnel). Ainsi, les imaginaires sont engendrés par les discours qui circulent dans les groupes sociaux, s’organisant en systèmes de pensée cohérents créateur de valeurs, jouant le rôle de justification de l’action sociale et se déposant dans la mémoire collective.

Segundo Charaudeau, o modo enunciativo tem uma função particular na organização do discurso. Isso porque cabe ao modo enunciativo uma dupla função: a primeira seria “dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros” (CHARAUDEAU, 2008, p. 74) e a segunda refere-se a intervenção desse modo de organização na encenação de cada um dos três outros modos. Por isso, é possível considerar que o modo enunciativo é uma categoria do discurso que se sobrepõe às demais.

Para Charaudeau, o modo enunciativo é “uma categoria de discurso que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2008, p. 81). A questão do posicionamento do sujeito frente ao seu interlocutor permite a distinção entre as três funções do modo enunciativo que correspondem aos comportamentos que o sujeito de fala pode assumir em uma situação de comunicação (modalização). São eles, os comportamentos: alocutivo (estabelece relação de influência entre locutor e interlocutor), elocutivo (revela o ponto de vista do locutor) e delocutivo (retoma a fala de um terceiro).

Para Charaudeau (2008), são assim especificados: Comportamento alocutivo: o sujeito falante enuncia a sua posição em relação ao interlocutor e atribui, na instância de enunciação, papéis linguageiros a si e ao seu interlocutor. Por sua vez, no Comportamento elocutivo, o sujeito falante enuncia o seu ponto de vista sobre o mundo e, finalmente, no comportamento delocutivo, o sujeito falante se apaga no ato de enunciação e não implica o interlocutor. Ele se coloca apenas como “testemunha” dos discursos do mundo. O resultado é uma enunciação aparentemente objetiva.

No que diz respeito aos procedimentos que participam da construção enunciativa, eles são de duas ordens: linguística e discursiva.

Os procedimentos da ordem linguística dizem respeito aos diferentes tipos de relações (locutor/interlocutor) do ato enunciativo, considerando os processos de modalização dos enunciados, como se observa no quadro abaixo:

Alocutivo	Elocutivo	Delocutivo
<ul style="list-style-type: none"> • Interpelação • Injunção • Autorização • Aviso • Julgamento • Sugestão • Proposta • Interrogação • Petição 	<ul style="list-style-type: none"> • Constatação • Saber/ignorância • Opinião • Apreciação • Obrigação • Possibilidade • Promessa • Aceitação/recusa • Concordância/ • discordância • Declaração • Proclamação 	<ul style="list-style-type: none"> • Asserção • Discurso relatado

Quadro 3 – Os componentes linguísticos da construção enunciativa.

Os procedimentos da ordem discursiva dizem respeito à configuração da encenação dos outros Modos organização do discurso e são abordados segundo a natureza de cada um deles, conforme Charaudeau (2008, p. 84): a) Na encenação descritiva: são abordados os diferentes efeitos de saber, da realidade/ficção, da confiança e do gênero; b) Na encenação narrativa: são abordados a maneira de implicar o Destinatário/leitor, os modos de intervenção do narrador, os estatutos e os pontos de vista do narrador; c) Na encenação argumentativa: são abordados os tipos de posição do sujeito que argumenta e os tipos de valores do argumento.

2.2.2 O modo de organização descritivo

O modo de organização descritivo é um procedimento discursivo por meio do qual é possível atribuir qualidades, nomear, situar e localizar os seres do mundo. No entanto, vale ressaltar que esse exercício corresponde à ação de um sujeito sobredeterminado pelas características de um grupo social, ou seja, a descrição é um resultado formado a partir do olhar de um sujeito e de seu grupo social. Para Charaudeau, esse processo “consiste, então, em identificar os seres do mundo cuja existência se verifica por consenso (ou seja, de acordo com os códigos sociais)” (CHARAUDEAU, 2008, p. 113). São três os componentes da construção descritiva: nomear, localizar e qualificar. Eles são, segundo Charaudeau, autônomos e indissociáveis. Procederemos à especificação de cada um deles, conforme propôs Charaudeau (2008): a) Nomear: é o resultado de uma operação que faz “existir” significativamente os objetos, os seres do mundo e os lugares em função de suas semelhanças e diferentes com outros seres e lugares; b) Localizar/situar: identifica, no espaço e no tempo, o

lugar dos seres no mundo atribuindo-lhes certas características em função desse lugar ocupado;

c) Qualificar: procedimento por meio do qual é possível a criação de classes e subclasses atribuindo aos seres do mundo um sentido particular mais ou menos objetivo. Permite a manifestação dos imaginários individual e coletivo.

No que diz respeito aos procedimentos que participam da configuração descritiva, eles podem ser classificados em linguísticos e discursivos, e são utilizados ao mesmo tempo de maneira livre e não arbitrária. Livre, segundo Charaudeau, porque “o Descritivo é um modo de organização que não se fecha, em si, por uma lógica interna, como o são os outros modos e, não arbitrária, porque toda descrição está sempre em relação com os outros modos” (CHARAUDEAU, 2008, p. 117).

Os procedimentos discursivos implementam os componentes da construção descritiva. Dessa forma, tem-se: a) O componente nomear: que faz com que um “ser seja”. Ele suscita procedimentos de identificação que têm a finalidade comunicativa de “recensar, informar”. Podem aparecer materializados nos seguintes gêneros de textos: listas, nomenclaturas, listas classificatórias; b) O componente localizar/situar: que faz com que um “ser esteja”. Ele suscita procedimentos de construção objetiva do mundo que têm como finalidade comunicativa “definir, explicar, incitar, contar”. Pode ocorrer nos gêneros de texto científicos, anúncios, textos de lei; c) O componente qualificar: que faz com que um “ser seja alguma coisa”. Suscita procedimentos de construção subjetiva do mundo e tem como finalidade “incitar, contar”. São exemplo de sua ocorrência os gêneros de texto: publicidades, canções, declarações.

Em relação aos procedimentos linguísticos, esses utilizam uma ou mais categorias da língua podendo combinar-se entre si a fim de servir aos componentes da organização descritiva. São divididos em procedimentos para nomear, localizar/situar e qualificar, e são especificados conforme descrição abaixo:

Nomear	Localizar/situar	Qualificar
<ul style="list-style-type: none"> • Denominação • Indeterminação • Concretização • Dependência • Designação • Quantificação • Enumeração 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação: com objetividade na demarcação de espaço, tempo e lugar. • Sem identificação: referência a lugares, tempo e espaço imprecisos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acumulação de detalhes. • Utilização de analogias: explícitas ou implícitas.

Quadro 4 – Os procedimentos linguísticos da construção descritiva.

No que diz respeito à encenação descritiva, Charaudeau considera que essa “é proposta pelo sujeito falante, o qual se torna um descritor” (CHARAUDEAU, 2008, p. 139). Como descritor, o sujeito pode então intervir sobre a realidade que o cerca e, de sua intervenção sobre os eventos do mundo, podem surgir os “efeitos” de sua construção linguageira. Mais uma vez, vale ressaltar, que trata-se de efeitos possíveis e que eles nem sempre decorrem de uma intenção consciente do sujeito falante.

Esses efeitos são denominados pela TS, de “efeitos de saber, efeitos de realidade e de ficção, efeitos de confiança e efeitos de gênero”. Assim, o efeito de saber é produzido na discrepância de conhecimento entre o descritor e o seu leitor. Dessa forma, o descritor encena um papel de descritor sábio, portador de um conhecimento que o seu leitor supostamente não possui. Por sua vez, o efeito de realidade e de ficção constrói uma dupla imagem para o descritor, ora exterior ao mundo descrito, ora interessada em sua organização.

Na descrição aparece a fusão de representações do mundo “real” e do mundo “além”, sem que o leitor possa escolher entre os dois. O efeito de confiança procede de uma apreciação pessoal, explícita ou implícita, do descritor. Trata-se de uma recorrência subjetiva, enquanto o efeito de gênero é o emprego de procedimentos discursivos que passam a “significar” o próprio gênero.

Concluindo, pode-se considerar que o modo descritivo é uma mecânica que organiza os elementos do mundo em função de suas características, qualidades e localização no tempo e no espaço. Um mundo que, segundo Charaudeau, se presume existir como um “estar aí”, e que, no entanto, precisa do “olhar” do sujeito descritor para ser “reconhecido, mostrado”. É a partir dele que se torna possível essa construção dos seres do mundo a partir do olhar de um sujeito.

2.2.3 O modo de organização narrativo

Ao tratar do modo de organização narrativo, Charaudeau postula que a existência de uma narrativa está atrelada à presença de “contador” portador de uma intencionalidade, isto é, alguém que se investe de um “querer contar” alguma coisa a alguém, um suposto destinatário.

O modo narrativo se caracteriza por uma dupla articulação: a construção de uma sucessão de ações orientada por uma lógica acional denominada organização da lógica narrativa, e pela realização de uma representação narrativa que faz com que uma história se torne um universo narrado, denominada organização da encenação narrativa.

A organização da lógica narrativa se faz com a intervenção de certos componentes: os actantes, os processos e as sequências. Esses componentes são ligados entre si e se definem reciprocamente.

Dessa forma, os actantes desempenham papéis relacionados à ação da qual são dependentes, enquanto os processos são os responsáveis por unir os actantes construindo a unidade da ação ao mesmo tempo em que fornecem uma orientação funcional para essa ação. Por sua vez, as sequências integram os dois elementos anteriores (actantes e processos), numa finalidade narrativa segundo princípios de coerência, de intencionalidade, de encadeamento e de localização.

Em relação à configuração narrativa, Charaudeau considera que essa é o resultado da encenação da lógica narrativa dependente do dispositivo da encenação narrativa que engloba a situação de comunicação e os quatro sujeitos (autor, narrador, leitor destinatário, leitor real) configurados nos espaços externo e interno.

Os procedimentos que estão ligados à lógica narrativa são: a) Motivação intencional > que consiste em atribuir ao agente uma intenção para agir. Esse agente pode ser voluntário (consciente do seu projeto de fazer), ou não voluntário (não tem projeto de fazer); b) Cronologia > trata-se do princípio de sequencialidade, que consiste na ação orientada a partir de relações de causalidade das sequências entre si. Os aspectos cronológicos podem suceder de modo progressivo (cronologia em progressão) ou de modo invertido (cronologia em inversão), c) Ritmo > refere-se aos aspectos de sucessão dos fatos, ora se desenrolam de forma lenta, mais alongada, ora de forma rápida, mais condensada. Por isso, podem ser agrupados nos procedimentos denominados de expansão e condensação; d) Localização espaço/temporal > diz respeito às situações de tempo (passado/presente/futuro), e à localização no espaço (fechado/sem deslocamento) e (aberto/com deslocamento).

No tocante à encenação narrativa, essa engloba dois componentes: o dispositivo narrativo e os parceiros e protagonistas da encenação. O dispositivo narrativo está articulado em dois espaços de significação: o espaço externo e o espaço interno. A configuração desses dois espaços onde estão inseridos os sujeitos da encenação narrativa nos remete ao quadro geral de enunciador e destinatário do dispositivo da comunicação.

Os componentes que integram o dispositivo da encenação narrativa são realizados pelos procedimentos de configuração da encenação narrativa. Esses procedimentos dizem respeito à identidade do narrador, ao estatuto e aos pontos de vista do narrador.

2.2.4. O modo de organização argumentativo

A argumentação refere-se a um processo discursivo que procede a uma organização do discurso fundamentada no emprego de argumentos para promover a ampliação das possibilidades de êxito de um orador frente a seu auditório. Trata-se de um mecanismo operacional que permite organizar certas técnicas num encadeamento geral de causalidade a partir da mobilização de operações de pensamento racionais e afetivas para se “ter influência sobre outrem”.

Charaudeau (2009) considera que a argumentação “é uma atividade cognitiva geral voltada para o interlocutor, por meio da qual o emissor põe em ação uma organização discursiva cujo objetivo é impor ao interlocutor um quadro de questionamento, uma tomada de posição e argumentos de prova, com a finalidade de que este não encontre nenhum contra-argumento e acabe compartilhando da opinião do sujeito que argumenta²³” (CHARAUDEAU, 2009, p. 280 – tradução nossa).

O autor considera que, para que haja argumentação, é necessário que exista uma proposta sobre o mundo (questionamento), um sujeito convicto em relação a esse questionamento que irá desenvolver um raciocínio para tentar estabelecer uma “verdade”, e um outro sujeito que será o alvo da argumentação. Dessa forma, é possível entender a argumentação “numa relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo” (CHARAUDEAU, 2008, p. 205).

O modo de organização argumentativo se constitui de uma organização coerente, denominada organização da lógica argumentativa da qual participam os seguintes componentes: elementos de base, modos de encadeamento, modalidades/condição de realização e escopo do valor de verdade, assim descritos: a) Elementos de base > composto por uma asserção de partida (dado, uma premissa), uma asserção de chegada (conclusão, resultado) e uma ou várias asserções de passagem (inferência, prova, argumentos); b) Modos de encadeamento > referem-se às relações lógicas inscritas num modo de encadeamento geral de causalidade (conjunção, disjunção, restrição, oposição, causa, consequência, finalidade), c) Modalidades/ condição de realização > condição lógica que se situa no domínio do que é possível, necessário ou provável, d) O escopo do valor de verdade > conjunto da relação argumentativa que está sob o “escopo” do valor de verdade: generalizações, particularização e hipóteses.

²³ Versão em francês não disponível. Traduzido do espanhol: la argumentación es una actividad cognitiva general, dirigida hacia el interlocutor, mediante la cual el emisor pone en marcha una organización discursiva cuyo objetivo es imponer al interlocutor un marco de cuestionamiento, una toma de posición y unos argumentos de prueba, con el fin de que éste no encuentre ningún contra-argumento y termine compartiendo la opinión del sujeto que argumenta.

Esses componentes da lógica argumentativa serão combinados entre si para dar lugar a modos de raciocínio (a dedução, a explicação, a associação, a escolha alternativa, a concessão restritiva) que de certa forma permitirão a organização da lógica argumentativa em função de uma razão demonstrativa que atuará na encenação argumentativa.

No entanto, “à razão demonstrativa deve associar-se uma razão persuasiva” (CHARAUDEAU, 2008, p. 220), assim o sujeito mais uma vez se encontra no centro de uma encenação, que depende de outros componentes: os componentes da encenação argumentativa. São eles: o dispositivo argumentativo (que engloba uma proposta, uma proposição e a persuasão), os tipos de configuração: situação de troca (monologal / dialogal) ou contrato de fala (chaves de interpretação de um texto), posição do sujeito (rejeição/aceitação do estatuto do emissor).

Em relação aos procedimentos da encenação argumentativa, esses têm a função de validar a argumentação, ou seja, produzir provas para justificar o quadro de questionamento. São eles: os procedimentos semânticos, discursivos e de composição.

Os procedimentos semânticos utilizam argumentos que se fundamentam no consenso social por reconhecer que um grupo social compartilha valores em determinados domínios de avaliação. Esses procedimentos se dividem em domínios de avaliação e de valores. Os procedimentos dos domínios de avaliação são cinco: a) O domínio da verdade > define o valor do argumento em termos de verdadeiro e falso em função do ser considerado como autêntico, científico, b) O domínio do estético > define o valor das coisas do mundo em termos de belo e feio; c) O domínio do ético > define os comportamentos humanos em termos de bem e mal; d) O domínio do hedônico > define em termos de agradável ou desagradável o que pertence ao âmbito dos sentidos; e) O domínio do pragmático > parte da consideração do que é útil/inútil, o que depende de um cálculo.

Os procedimentos semânticos de valores são normas de representação social construídas no domínio da avaliação e concernentes aos domínios: da verdade, do estético, do ético (fidelidade, disciplina, honestidade), do pragmático (habitual, durável, singular, único), do pragmático e do ético, do hedônico.

No que se refere aos procedimentos discursivos, esses são configurados por Charaudeau como procedimentos que “consistem em utilizar ocasionalmente ou sistematicamente certas categorias da língua ou os procedimentos de outros Modos de organização do discurso, para, no âmbito da argumentação, produzir certos efeitos de persuasão” (CHARAUDEAU, 2008, p. 236). Os principais são: a comparação, a citação, a descrição narrativa, a reiteração e o questionamento.

Finalmente, os procedimentos de composição são utilizados na construção argumentativa de textos orais escritos. Eles consistem em ações de repartir, distribuir, hierarquizar os vários elementos constitutivos de um texto a fim de facilitar a localização das diferentes articulações de raciocínio (composição linear) direcionando as conclusões da argumentação (composição classificatória).

A explanação dos Modos de Organização do Discurso aqui exposta não tem a pretensão de ser exaustiva, e nem de abarcar todo o universo teórico que corresponde à proposta de Patrick Charaudeau. Serve, no entanto, de base para as análises que propusemos para este trabalho, e foi com essa finalidade assim construída.

2.3 A ARGUMENTAÇÃO: DA RETÓRICA AO DISCURSO

2.3.1. Da Retórica Clássica À Nova Retórica

A retórica como prática metódica teria sua emergência situada no séc. V antes de Cristo, na Sicília, sul da península itálica denominada de Magna Grécia²⁴. Da necessidade de se apaziguar os ânimos dos cidadãos que ultrajados em seus direitos exigiam do Estado uma justa reparação, surge a figura do orador Coráx²⁵ que por meio do “bom” uso da palavra (eloquência) conseguiu apaziguar os ânimos e colocar fim ao conflito. Do sucesso de seu discurso, que surpreendeu até o próprio Coráx, é que se tem o primeiro registro do uso potencialmente persuasivo da retórica.

Do reconhecimento da potencialidade persuasiva dos discursos surge uma nova disciplina que passa a ser ensinada como arte supostamente capaz de interferir sobre os comportamentos, crenças e atitudes de um interlocutor.

Portadora de grande reconhecimento, a arte retórica esteve a serviço da justiça e da política. A sua expansão esteve aliada ao desenvolvimento da democracia grega. A retórica para os gregos era “a arte da eloquência e o estudo desta corresponde ao estudo do discurso e das técnicas utilizadas para persuadir, manipular ou convencer o auditório” (SOUZA, 2001, p. 160) e o seu ensino estava dividido na apreensão de três gêneros de discurso: o gênero judiciário, relacionado à acusação e à defesa nos tribunais sob o critério do que era ou não considerado justo, o gênero deliberativo, relacionado a decisões nas assembleias públicas

²⁴ Magna Grécia era a denominação que recebia o sul da Península Itálica, região colonizada na Antiguidade pelos gregos.

²⁵ Habilidade orador e primeiro ministro do tirano Trasíbulo.

versando sobre o que era útil as cidades, e o gênero epidítico que tinha como objetivo o louvor aos deuses e aos heróis.

O ensino da retórica era ainda subdividido em quatro partes: a invenção (*inventio*), a disposição (*dispositio*), a elocução (*elocutio*) e a ação. Cada uma dessas partes versava sobre a maneira de melhor estruturar o discurso a fim de ampliar a sua efetividade persuasiva.

A retórica vai encontrar em Platão um de seus grandes opositores. Isso porque ele considerava como “mau” o uso que alguns hábeis oradores faziam dela como mecanismo para dissimular a verdade e confundir as pessoas. O centro da oposição de Platão está no seu entendimento sobre a busca da verdade como fim último de realização da arte retórica. Por isso, ele considerava que se a retórica fugisse desse objetivo, ela estaria sendo utilizada de maneira a conduzir ao erro o que poderia ser danoso aos cidadãos e à polis.

Não entraremos aqui no mérito da discussão sobre o conceito de verdade. Nos resguardaremos a considerá-lo, conforme Platão, sob dois princípios fundamentais: o de conformidade com a realidade e o de não contradição. Dessa forma, o declínio da retórica está implicado no desenvolvimento da crítica de Platão através da metafísica que questionava o uso da retórica desvinculada do caráter apodítico²⁶ (SOUZA, 2001).

Com Aristóteles (384-322 a. C) a arte retórica é elevada à categoria de ciência (CITELLI, 1991, p. 10). Apesar de Aristóteles não se opor às considerações de Platão sobre o uso não apodítico da retórica, ele trará a sua contribuição, sobretudo, na análise dos mecanismos mais efetivos na constituição e na elaboração dos discursos. Ele foi um dos primeiros que buscou analisar esses mecanismos no processo compositivo dos textos, verificando a forma de operação desses elementos organizacionais no discurso. Aristóteles analisou os discursos produzidos pela sociedade grega e verificou a presença de elementos estruturais, comuns a todos eles, e pode, então, indicar como os estudos retóricos poderiam contribuir para a compreensão dos mecanismos de persuasão nessas manifestações discursivas.

Cabe, portanto, a Aristóteles o papel de ser um dos primeiros sistematizadores do discurso uma vez que apresentava a retórica como uma disciplina que sugeria um conjunto de normas e regras que visava a identificar o que era, como se fazia e qual a aplicação dos procedimentos persuasivos no discurso. Para ele, a retórica se aproximava da ciência, pois apresentava determinado objeto e método verificativo para percorrer os passos seguidos para se produzir a persuasão nos discursos, ou seja, dada a sua natureza analítica, a retórica

²⁶ O discurso apodítico era considerado aquele que tinha como centro o conceito de verdade.

propiciava a identificação dos mecanismos utilizados para se atingir no discurso à dimensão de verdade.

Para Souza (2001, p. 162), é com Aristóteles que “a retórica perde a sua definição sofisticada de arte e eloquência e do “falar bem”, de arte oratória enfim, para se tornar um conjunto de técnicas “racionais”, visando a persuadir o auditório”.

Na definição de Aristóteles, a retórica é o mecanismo pelo qual em cada contexto é possível se alcançar a persuasão “Assentemos que a Retórica é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão”, (ARISTÓTELES, 1998, p. 21), considerando que a persuasão diz respeito também à organização do discurso visando a constituí-lo como verdadeiro para o destinatário.

Ainda segundo Souza (2001), essa definição engloba, entre outros, o discurso dialético compreendido na problemática entre dois opositores, assim a retórica é compreendida também como “a negociação da distância entre homens a respeito de uma questão, um problema” (MEYER, 1993 apud SOUZA, 2011, p. 162). Essa problemática definiria o objeto não só da retórica, mas também da argumentação, ou seja, a discussão de teses opostas.

Um dos pontos centrais da proposta retórica de Aristóteles está pautada também na relação entre o orador e seu auditório. Dessa relação, é possível chegar ao fundamento da argumentação aristotélica, ou seja, no tripé argumentativo constituído pelo Ethos, relacionado ao caráter e à credibilidade do orador, pelo Pathos que refere-se às paixões que o orador deve considerar de seu auditório e, pelo Logos, que representa o discurso organizado e coerente configurado a fim de melhor se adaptar a uma determinada situação comunicativa e à tese defendida.

A categoria do Ethos está relacionada à credibilidade, integridade, honestidade e responsabilidade do orador. Mesmo não possuindo essas qualidades ou virtudes, deve o orador ser capaz de criá-las e projetá-las para o público a fim de ganhar a credibilidade de um determinado auditório. Assim, (MAINGUENEAU, 1993, p. 38) considera que “o ethos está ligado ao exercício da palavra, ao papel a que corresponde seu discurso, e não ao indivíduo “real”, apreendido independentemente de sua atividade oratória”. Dessa forma, é possível situar a noção de Ethos na aparência do ato de linguagem, naquilo que o sujeito falante dá a ver e a entender.

A respeito dessa noção, Charaudeau (2006) propõe uma ampliação para essa noção e indica que o Ethos é voltado ao mesmo tempo para si e para o outro. Ele é uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é

representado por outro si-mesmo idealizado. Além dessa capacidade de projeção, outra se espera de um bom orador na construção do seu ethos. Trata-se da capacidade de comunicação (ouvir e falar), de optar, de pensar e de se comprometer com as ideias de um determinado público. Para isso, entram em cena as categorias de valor e qualidade que geralmente são apresentadas na constituição de alguns discursos, entre eles, o discurso religioso.

Na configuração do Pathos, o que está em jogo é a manipulação das paixões e das emoções dos ouvintes. Essa categoria diz respeito à forma de como o orador se dispõe a conquistar e a mobilizar emotivamente o seu público, fazendo isso de acordo com a sua conveniência. Assim, ele busca encaminhar o público a um determinado objetivo guiado pela abstenção do controle racional das opiniões.

O terceiro elemento formador do tripé argumentativo aristotélico, o Logos, ao contrário dos dois anteriores, está diretamente vinculado ao raciocínio lógico e ao conteúdo do discurso do orador através do qual se busca convencer o público de uma possível verdade. Para isso, o orador, ciente das características do seu auditório, mobiliza recursos racionais capazes de ampliar a natureza argumentativa de sua asserção.

Da retórica aristotélica, recortaremos a proposta que serve à análise do discurso, ou seja, à análise da construção discursiva dentro de um determinado contexto que considera não só a configuração textual, mas os mecanismos sustentados nas três provas retóricas o Ethos, o Pathos e o Logos utilizados e organizados a fim de aumentar o efeito persuasivo de um discurso.

Depois de Aristóteles, outros autores demonstraram interesse pelos estudos retóricos e procuraram particularmente uma renovação para essa teoria. Para isso, foi fundamental o trabalho desenvolvido a partir de 1947, na Universidade de Liège, sob coordenação de Chaim Perelman juntamente com sua colaboradora Lucie Obrechts-Tyteca. Esses estudiosos se dedicaram a elaborar a chamada “Nova Retórica”.

O pioneirismo desses autores na formulação de uma nova orientação para a retórica deve-se ao fato de não se limitarem a transpor acriticamente o conceito de dialética clássica para a atualidade. Buscaram, sobretudo, novas reflexões sobre o discurso argumentativo, e introduziram os conceitos de auditório particular e universal ampliando de maneira significativa a possibilidade de análise da troca comunicativa.

Para Plantin (2008), um dos méritos da nova retórica é o de ter fundado o estudo da argumentação sob o prisma das chamadas “técnicas argumentativas”, o que forneceu à

argumentação uma rica base empírica de esquemas, que configuram a especificidade dessa modalidade linguística, ou seja, o inventário ou a classificação dos tipos de argumentos é uma das contribuições essenciais do Tratado da Argumentação.

No Tratado da Argumentação, as técnicas argumentativas (esquemas argumentativos) são apresentadas sob dois aspectos: associativo e dissociativo. Perelman (1996) entende por processos de ligação (associativos) os “esquemas que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro” (PERELMAN, 1996, p. 215). Por sua vez, os processos de dissociação são compreendidos por ele como “técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados como um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento” (PERELMAN, 1996, p. 215).

Dessa classificação, Perelman parte para a constituição dos grupos de argumentos: os argumentos quase-lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real e os argumentos de ligação que fundamentam a estrutura do real. Posteriormente, são apresentados os argumentos dissociativos de noções.

A Nova Retórica inclui ainda considerações importantes sobre a importância dos lugares da argumentação (lugares comuns e lugares específicos) e dos acordos entre orador e auditório. Acrescenta ainda a relevância da hierarquia dos argumentos na argumentação. Trata-se de considerações sobre a ordem em que os argumentos devem ser apresentados para exercer maior efeito na argumentação, ou seja, busca a análise dos esquemas argumentativos e discursivos que objetivam a adesão de um determinado público, uma vez que o seu interesse “é analisar os recursos argumentativos que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 4). Assim, o Tratado engloba informações relevantes para a análise da argumentação sob vários aspectos que são integrantes e complementares.

No entanto, alguns pontos deixaram de ser observados na “nova retórica”, ou o foram de maneira simplificada. É o caso dos aspectos relacionadas aos efeitos patêmicos da argumentação, como observa Plantin (2008), “os afetos não recebem tratamento específico algum” (PLANTIN, 2008, p. 47).

Das técnicas argumentativas à análise dos discursos, diríamos com base em Ducrot (1976, p. 99), ao fazer observações sobre a importância da retórica para os estudos discursivos, que “o aparecimento da retórica como disciplina específica é o primeiro

testemunho, na tradição ocidental, numa reflexão sobre a linguagem. É a partir daí que se começa-se a estudar a linguagem não enquanto “língua”, mas enquanto “discurso”. Deste modo, os estudos sobre argumentação ganham papel de relevância na análise dos discursos que circulam na sociedade, sobretudo, na consideração da relação entre auditório e orador e da importância dela para a análise dos efeitos da comunicação.

Seguindo essa orientação, os estudos sobre argumentação têm encontrado respaldo no Brasil nos postulados teóricos de autores como Abreu (2010), Citelli (2002), Koch (2002), e têm acrescentado contribuições importantes para se estudar os constituintes discursivos que perpassam os diversos campos do conhecimento (CITELLI, 2002, p.9), dentre eles, a análise do discurso. Assim, torna-se relevante também a análise da interface entre argumentação e análise do discurso.

Analisar criticamente os discursos produzidos na sociedade implica na consideração de que a intencionalidade é integrante de todo enunciado. Um enunciado, ao dizer, representa um estado do mundo o que se pode chamar de sentido, mas ao mesmo tempo apresenta também, por meio de marcas linguísticas, o modo como foi dito, o lugar de enunciação e as vozes que este representa. Configura-se, assim, como forma de representação no jogo discursivo.

Koch (2002), em seu livro intitulado *Argumentação e Linguagem*, considera que “já que cada enunciação pode ter multiplicidade de significações, visto que as intenções dos falantes, ao produzir um enunciado, podem ser as mais variadas possíveis, não teria sentido a pretensão de atribuir-lhes uma interpretação única e verdadeira” (KOCH, 2002, p. 22). Assim, pode-se considerar que entender os discursos que circulam na sociedade é também compreender que intenção que se estabelece entre os interlocutores no jogo da representação discursiva. É considerar que os discursos produzidos por uma sociedade atualizam no momento da enunciação as suas intenções persuasivas e orientam a direção, as conclusões, o futuro discursivo, enfim, o alvo para onde esse enunciado aponta (KOCH, 2002, p. 23).

Ainda segundo essa autora, ao produzir um discurso, o homem se apropria da língua, não só com o fim de veicular mensagens, mas, principalmente, com o objetivo de atuar, de interagir socialmente por meio do jogo de representações. Nesse processo de interação por meio do discurso, a ação verbal dotada de intencionalidade tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe de suas opiniões (KOCH, 2002, p. 19). Por isso, o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui

um ato linguístico fundamental para a compreensão do discurso que busca fundamentalmente legitimar um determinado ponto de vista.

Para Citelli, os estudos atuais deram à retórica novas abordagens e domínios de atuação ganhando papel de relevância não só para a análise do discurso, mas também para diversos campos do conhecimento, “tal fato atesta o vigor de uma tradição que, se ajustando aos novos modos de produzir, circular e receber os processos comunicativos, dá contribuições importantes para se estudar os constituintes discursivos que marcam os diversos campos do conhecimento” (CITELLI, 2005, p. 8).

Além dos autores supracitados e da configuração argumentativa proposta por Charaudeau (2008), anteriormente mencionada sob os modos de organização do discurso, servirão de base para o nosso trabalho, no que diz respeito à análise da argumentação, as técnicas argumentativas postuladas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), e os estudos desenvolvidos pelo professor Ivo José Dittrich sob o nome de Teoria Retórica do Discurso da qual trataremos no próximo tópico.

2.3.2 A Retórica e a Argumentação sob uma “nova” perspectiva: A Teoria Retórica Do Discurso (TRD)

A Teoria Retórica do Discurso considera que a justificação, o desenvolvimento e a negociação de uma determinada tese se organiza em torno de três dimensões argumentativas: racionalizadora, estética e política. Trata-se de uma proposta de análise que retoma em linhas gerais o que Aristóteles já propunha em sua Arte Retórica com o tripé argumentativo *ethos*, *pathos* e *logos*. De certa forma relaciona-se com os estudos propostos pela Nova Retórica e amplia noções pouco apreciadas como o efeito patêmico nos discursos.

Tem, todavia, o mérito de propor uma possível organização teórico-metodológica do processo argumentativo em sua integridade, espelhando sua configuração a partir de distintas motivações, correlacionadas ao objetivo maior do discurso argumentativo: reforçar ou conquistar a adesão do interlocutor. Além disso, é uma proposta que prevê a descrição e a análise da interatividade entre os sujeitos como componente constituinte da configuração argumentativa. A TRD é, assim, uma possibilidade de compreensão do objeto retórica/argumentação que inclui a inserção dos estudos clássicos desde a sua origem até às formulações da nova retórica. O seu intuito é integrar e atualizar, numa teoria única, mecanismos teóricos e metodológicos desses estudos para adequá-los à variedade e à complexidade dos discursos atuais” (DITTRICH, 2008, p. 92).

Dessa forma, a TRD tem como ponto de partida a argumentação compreendida como prática social na qual estaria a argumentação posta em ação, como processo. (DITTRICH, 2008). O seu objetivo é mostrar a configuração de uma “retórica discursiva” que compreende a argumentação em seus aspectos racionais, estéticos e políticos vinculados à intenção comunicativa do orador.

A correlação entre as três dimensões argumentativas: racionalizadora, estética e política é um dos pontos centrais da TDR no que se refere à análise dos discursos do ponto de vista retórico e, portanto, argumentativo.

A dimensão Racionalizadora explicita a natureza e a função dos argumentos, agrupando-os em três categorias: técnicos (relativos à sustentação), sensibilizadores (relativos às consequências da aceitação ou não de uma tese) e os legitimadores (fundamentos éticos). Para Dittrich (2008), “a dimensão técnica é da ordem do conhecer e do entender; a emotiva, do sensibilizar e do atrair; a representacional, do crer e do legitimar” (DITTRICH, 2008, p. 23). Ainda a esse respeito Dittrich (2008) considera que

Os diferentes argumentos contribuem, assim, para sustentar a tese procurando fundamentá-la sob os mais diversos aspectos. Em seu conjunto, convergem para torná-la consistentes – argumentos técnicos -, para mostrar sua utilidade e suas consequências – argumentos sensibilizadores – e, finalmente, para atestar a competência do orador e a natureza ética da tese em apreciação – argumentos legitimadores (DITTRICH, 2008, p. 98).

Da relação entre os objetivos discursivos do orador e a configuração argumentativa se erigem os traços de sua intenção comunicativa. Assim, se o orador tem como objetivo uma argumentação técnica e objetiva, utilizará argumentos mais técnicos capazes de atingir o auditório pelo apelo à razão, da intenção de falar “à emoção” serão manejadas a expressividade das palavras a fim de “fermentar” a sensibilidade do auditório. No entanto, se a finalidade é a construção de um jogo de representação para impressionar positivamente, tem-se a “encenação” e a utilização de mecanismos legitimadores para a construção de uma imagem “credível” para o orador.

Trata-se de uma maneira de refletir sobre a maneira que o orador invoca, linguística e discursivamente, estratégias técnicas, emotivas e representacionais a fim de validar não só uma determinada tese, mas também na maneira como ele tenta influir sobre o interlocutor em suas crenças, valores, vontades e ações.

Assim, a potencialidade argumentativa do discurso, segundo dimensão racionalizadora, constitui-se em três frentes: “enquanto a primeira está centrada no discurso, a segunda está focada no auditório e a última, no orador” (DITTRICH, 2008, p. 22).

Por sua vez, a dimensão estética contempla o desenvolvimento e a configuração discursiva em função dos aspectos de apresentação, linguagem e organização que objetivam captar e manter o interesse do auditório em relação a determinado discurso. Trata-se da utilização de procedimentos que tornam a argumentação mais “acessível” ao auditório por meio da articulação de uma linguagem mais atraente, agradável e bonita a fim de viabilizar a construção de certos efeitos de sentido.

A dimensão Estética está vinculada também à situação de comunicação na qual o orador e auditório estão inseridos. Daí a seleção de discursos mais técnicos, mais agressivos, emotivos ou comoventes na apresentação das teses que terão como base para a sua configuração o perfil sociocultural e político do auditório.

No entanto, a dimensão Estética não diz respeito apenas à mobilização de recursos estéticos. Ela é aqui compreendida na sua potencialidade argumentativa de produzir um discurso consistente, confiável e, se oportuno ou necessário, comovente (DITTRICH, 2008), ou seja, também apresenta potencial argumentativo enquanto construtora de sentidos. Além de construtora de sentidos, a dimensão Estética parece estar duplamente a serviço do raciocínio e da argumentação. Assim, Dittrich (2008) considera que “por um lado, prepara o espírito do auditório para que, pelo menos, se disponha positivamente a acompanhar a argumentação desenvolvida e, por outro, procura sensibilizá-lo para a crença ou a atitude que o orador pretende alcançar por meio da argumentação, tecnicamente desenvolvida” (DITTRICH, 2008, p. 28).

Finalmente, a relação orador/auditório pressupõe a possibilidade de existência de lados opostos. Dessa configuração social “desencadeiam manifestações e estratégias de poder entre instâncias argumentativas” (DITTRICH, 2008, p. 93). É a dimensão política do discurso que se instaura no processo de negociação das teses que são apresentadas e na interação entre os sujeitos que as materializam.

A interação não é aqui compreendida apenas em termos de relação entre as instâncias mais diretamente envolvidas: o orador e o auditório. Passa a pressupor uma noção mais universalizante ao considerar que na relação orador/auditório pode conter a presença de outros enunciadores dos quais aqueles podem se constituir como porta-vozes. Dessa forma, dizem respeito também às diversas vozes que se entrecruzam e materializam em determinados posicionamentos sociais que ora promovem a empatia, ora o enfrentamento. Essas dualidades

discursivas fazem do espaço social um espaço de “luta” pelo poder que podem refletir na adesão e ou na rejeição de determinada tese.

A noção de dimensão política apresentada pela TRD abarca a noção de poder que buscamos empreender na nossa pesquisa. O poder é compreendido não como ação restrita ao exercício do Estado, mas como forma de configuração das “relações de poder” estabelecidas também entre indivíduos na execução de seus papéis sociais. Para Dittrich (2008), a relação de poder que se erige em nível de retórica do discurso

aproxima-se da microfísica de poder (Foucault, 1979) e, mais especificamente do poder social, como relação entre pessoas: capacidade do homem em determinar (ou interferir sobre) o comportamento do outro (DITTRICH, (2008, p. 108).

Poderíamos dizer ainda, com base em Weber (2000), que o poder é aquele configurado no espaço social e contextual das relações humanas, daí a sua natureza “amorfa”. É dessa forma que Dittrich (2008) considera que, dada a natureza relacional do poder, a prática discursiva implica movimentos de dominação e resistência entre instâncias argumentativas. Para ele,

o exercício do poder implica avaliar as coerções impostas pela situação argumentativa, especialmente no que diz respeito ao lugar do auditório na cena enunciativa, balizando a intenção ou o interesse em interferir sobre suas crenças, valores ou comportamentos (DITTRICH, 2008, p. 108).

Da possibilidade de divergência entre pontos de vista, é que o orador irá antecipar as estratégias supostamente necessárias para validar a sua tese frente a seu oponente, mesmo que este seja virtual. Para Dittrich (2008), “é compreensível que a relação entre orador e auditório seja da ordem do poder, uma vez que ambos estão socialmente situados e falam, ou ouvem, das posições sociais que ocupam e do meio cultural de que participam” (DITTRICH, 2008, p. 32). Ainda, segundo o referido autor, trata-se de uma relação de forças de ordem comunicativa onde cada um joga com as armas que tem na luta para impor sua opinião e na resistência para refutá-la, avançando e contrapondo seus próprios valores e crenças.

A noção de estratégia é apresentada pela TRD no seu sentido geral, ou seja, como “ação realizada de modo coordenado para atingir certo objetivo e em nível de discurso, como modo de o sujeito escolher (de maneira consciente ou não) operações languageiras para interferir sobre o outro” (DITTRICH, 2008, p. 109).

No que tange à dimensão política, as estratégias são configuradas com a intenção de legitimação, identificação, aproximação e antecipação. Na estratégia de legitimação, o

proponente pode se apresentar como legítimo representante de uma reconhecida instituição, como membro de um órgão representativo socialmente, ou ainda como autor de trabalhos e atividades já encaminhadas. Na estratégia de identificação, o proponente se “constrói” de forma a produzir no auditório o sentimento de “assimilação”, ou seja, de idêntico. Com a estratégia de identificação, o proponente “encena” a apresentação de sua tese de forma que o auditório se “reconheça” no seu discurso e, assim, estabelece com ele algum tipo de ligação.

A estratégia de aproximação é utilizada para criar a “proximidade”. A proximidade aqui não é entendida como proximidade física, mas implica em uma “construção” por meio da qual o proponente se coloca como “ouvinte” de seu interlocutor, de confidente e, sendo assim, um ente próximo merece apreço e reconhecimento.

Finalmente, a estratégia de antecipação diz respeito a uma manobra do proponente na antecipação de uma oposição, mesmo que esta seja virtual. É dessa forma que o orador irá se munir de argumentos capazes de ampliar o teor argumentativo de sua proposta, ao mesmo tempo em que minimiza as possíveis hostilidades e indiferenças do auditório. A partir da consideração sobre as três dimensões argumentativas, a TRD busca na integração e simultaneidade entre elas configurar o universo geral do discurso argumentativo. A fim de elucidar essa noção, Dittrich (2008, p. 112) propõe um modelo geral para a análise da configuração discursiva.



Quadro 5: Modelo da Teoria Retórica do Discurso. **Fonte:** DITTRICH, 2008, p. 112.

Segundo o autor, esse modelo é maleável e deve apenas servir de referência para a descrição da argumentação a partir dos fundamentos propostos pela teoria (TRD). Dessa

forma, a TRD concebe a relação argumentativa configurada segundo relação triangular entre orador, argumento e auditório. Dessa relação, pode-se considerar que a relação orador/argumento é da ordem do saber. Por sua vez, a relação orador/auditório é da ordem do poder e, finalmente, a relação do argumento/auditório é da ordem do fazer.

A contribuição da TRD para a análise do discurso está nas considerações pontuais sobre a relação argumentativa com o contexto no qual ela se desenvolve, sobretudo, na interação entre orador e auditório, ambos constituídos como sujeitos sócio-historicamente situados e, portanto, portadores de crenças e valores que irão influir na produção de discursos, às vezes, conflitantes e divergentes. Do conflito, o indivíduo procede a negociações que o insere num campo de luta pelo poder, “poder social” erigido na capacidade ou na possibilidade de agir sobre o outro.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa ora apresentada tem como objetivo a análise da argumentação no discurso religioso da Revista Ultimato sobre a homossexualidade e a construção dos imaginários sociodiscursivos dela decorrente. Para isso, buscamos investigar os mecanismos argumentativos e composicionais utilizados na produção desses discursos e a representação social erigida na Revista Ultimato sobre essa temática. Buscamos verificar não só a natureza retórica dos mecanismos argumentativo e composicionais, mas os imaginários sociais que o discurso da Revista Ultimato ajuda a reforçar no meio cristão.

O presente trabalho foi desenvolvido com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso. Dentre as várias orientações que existem para a análise da configuração discursiva, selecionamos a Teoria Semiolinguística de autoria do francês Patrick Charaudeau por encontrarmos nela a possibilidade de interface com outras teorias, sobretudo, as teorias argumentativas.

A TS, como disciplina do discurso, apresenta dois pontos que consideramos primordiais para os objetivos definidos na pesquisa: a articulação entre os planos psicossocial e o linguístico como fundadores do ato comunicativo. Para Charaudeau (1996), a consideração decorrente dessa articulação implica em dizer que “é necessário problematizar a linguagem num modelo que constrói o social em sociolinguageiro e o linguístico em sócio-discursivo” (CHARAUDEAU, 1996, p. 22). Esse foi um dos caminhos que tentamos trilhar em nossa pesquisa.

Além da TS, predominante em nosso trabalho, a pesquisa encontrou respaldo nos postulados de duas teorias argumentativas: a Nova Retórica e a Teoria Retórica do Discurso. O objetivo foi o de ampliar os mecanismos de análise da argumentação, a saber, as técnicas argumentativas, propostas no Tratado da Argumentação, utilizadas em consonância com as três dimensões argumentativas (racionalizadora, estética e política) propostas na Teoria Retórica do Discurso (TRD).

As técnicas argumentativas nos permitiu a sistematização e a identificação dos argumentos mais recorrentes no corpus de pesquisa. Por sua vez, as dimensões argumentativas racionalizadoras e políticas nos permitiu relacionar, de forma mais contundente, a dimensão linguística com a dimensão discursiva compreendida como resultante da intenção de um sujeito psicossocial em determinado contexto. A seguir, procederemos à descrição e aos critérios de seleção do corpus.

3.1 DESCRIÇÃO E COLETA DO CORPUS

As notícias e os artigos de opinião veiculados na Revista Ultimato sobre a homossexualidade compõem o objeto de nossa análise. Os textos foram coletados entre os anos de 2009 e 2013. Ao final da seleção, foram computados 24 textos, a saber, 13 notícias e 11 artigos de opinião.

No que se refere à fonte de onde foram extraídos os textos, vale destacar que a Revista Ultimato foi fundada em 1968 e, desde então, vem publicando temas diversos relacionados e distribuídos para o público cristão. A Revista se diz desvinculada de qualquer denominação religiosa sendo caracterizada apenas como revista cristã.

Em relação à escolha da Revista Ultimato, essa se deu pela sua representatividade no meio cristão. A Ultimato ocupa a terceira posição entre as revistas cristãs mais lidas no Brasil²⁷. Atualmente, a Ultimato tem uma tiragem mensal de 35.000 mil exemplares que são distribuídos no Brasil e em alguns países no exterior²⁸. A Revista faz parte do catálogo de publicação de Editora homônima que consta hoje com mais de 150 títulos destinados ao público cristão.

Como critério de seleção do corpus, adotamos a temática homossexualidade que resultou na seguinte seleção de notícias e de artigos de opinião.

Notícias	Tema	Ano
N1	Vaticano barra a entrada de homossexuais em seminários	2009
N2	Dois absurdos!	2009
N3	Psicóloga evangélica é censurada publicamente	2009
N4	Reprimir os desejos é uma atividade humana necessária	2009
N5	Pastores gays e pastoras lésbicas na Igreja Luterana Americana	2009
N6	Homofobia: não cabe ao cristão discriminar	2011
N7	Morre líder de ministério com homossexuais	2011
N8	Evitar a promiscuidade na relação gay é bom, mas não é suficiente	2011
N9	Anglicanos marcam 2ª conferência global para discutir futuro da denominação	2011
N10	É tão taxativa a condenação bíblica da homossexualidade?	2011
N11	A irrefreável homossexualização de homens e mulheres	2012
N12	O Estatuto da Diversidade Sexual é heterofóbico e cristofóbico	2013

²⁷ O primeiro lugar é ocupado pela Revista Cristianismo Hoje, versão brasileira da Christianity Today International, com sede nos Estados Unidos com 40.000 exemplares. O segundo lugar é ocupado pela Revista Portas Abertas ligado ao Ministério que recebe o mesmo nome. A sua tiragem é 36.100 exemplares. Os números referem-se ao ano de 2012. Disponível em: <http://literaturaprotestante.blogspot.com.br/2012/04/tiragem-das-revistas-cristas-em.html>. Acesso em 14 dez. 2013.

²⁸ Dados extraídos do site oficial da Revista Ultimato. Disponível em: <http://www.ultimato.com.br/revista>. Acesso em: 14 dez. 2013.

N13	A igreja pode e deve contribuir para a reversão da homossexualidade	2013
-----	---	------

Quadro 6 - As notícias na Revista Ultimato.

Artigos	Tema	Ano
A1	Deus – Pai ou Mãe?	2009
A2	Ateucracia e Heterofobia	2009
A3	Pedofilia e perdão	2010
A4	Como resguardar a criança do sexo precoce, da pornografia e da homossexualidade	2010
A5	Sobre a sexualidade cristã	2010
A6	Pai nosso, que estás nos céus! Seja feita a tua vontade quanto à nossa sexualidade	2010
A7	Heterossexualidade sem homofobia e homossexualidade sem heterofobia	2010
A8	A solução do problema gay na perspectiva cristã	2011
A9	Cristianismo, secularismo e cidadania	2011
A10	Os evangélicos e a pororoca gay	2011
A11	A construção de uma sexualidade relacional	2013

Quadro 7 - Os artigos de opinião na Revista Ultimato.

Assim, o nosso corpus de pesquisa resume uma coletânea composta por 24 textos que abordam a temática homossexualidade, publicados entre os anos de 2009 e 2013 na Revista Ultimato.

A princípio, foram selecionados todos os textos que tinham relação com essa temática. Assim, reunimos vários gêneros, dentre eles, carta ao leitor, artigo de opinião, notícia, carta do leitor, entrevista o que configurou uma amostra muito ampla para os objetivos que tínhamos para a pesquisa. Desse modo, partimos para um recorte mais apurado que atendesse mais pontualmente aos objetivos propostos.

Assim, seguindo a ideia inicial da pesquisa que era a identificação dos imaginários sociodiscursivos sobre a homossexualidade no discurso religioso, nos pareceu relevante selecionar dois gêneros, os artigos de opinião e as notícias. Os artigos de opinião pelo reconhecimento de que esse é um gênero de natureza argumentativa, e as notícias a fim de verificar de que forma esse gênero “dizia” a homossexualidade.

Conforme apontado anteriormente, as notícias na Revista Ultimato se mostraram também como gênero argumentativo e com características muito próximas do artigo de opinião. A partir desses dados, a pesquisa focou a análise da argumentação, para então identificar a presença dos imaginários mais recorrentes sobre a homossexualidade na Revista Ultimato.

Assim, a seleção desses dois gêneros atendeu à proposta da pesquisa no que diz respeito à constituição da argumentatividade e da representação sociodiscursiva sobre a

homossexualidade dela procedente. A seguir, apresentamos os procedimentos e os instrumentos de análise aqui empreendidos.

3.2 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

A fim de responder às nossas perguntas de pesquisa, procedemos à análise discursiva com base nos Modos de Organização do Discurso, a saber, o Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo que consistem em procedimentos que utilizam categorias da língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação (CHARAUDEAU, 2008).

Em consonância com os objetivos da pesquisa, o Modo de Organização Argumentativo foi o predominante sob o qual estiveram vinculados os outros modos de organização como constituintes da configuração argumentativa. Dessa forma, o corpus foi analisado, sobretudo, sob os critérios do Modo de Organização Argumentativo.

A análise com base nos Modos de Organização do Discurso pode ser configurada resumidamente com base nos seguintes critérios: a) Enunciativo: Alocutivo, Delocutivo e Locutivo; b) Descritivo: Nomear, Qualificar e Localizar; c) Narrativo: Actantes, Processos e Sequências; d) Argumentativo: Componentes e Procedimentos (semânticos e discursivos) da Construção argumentativa.

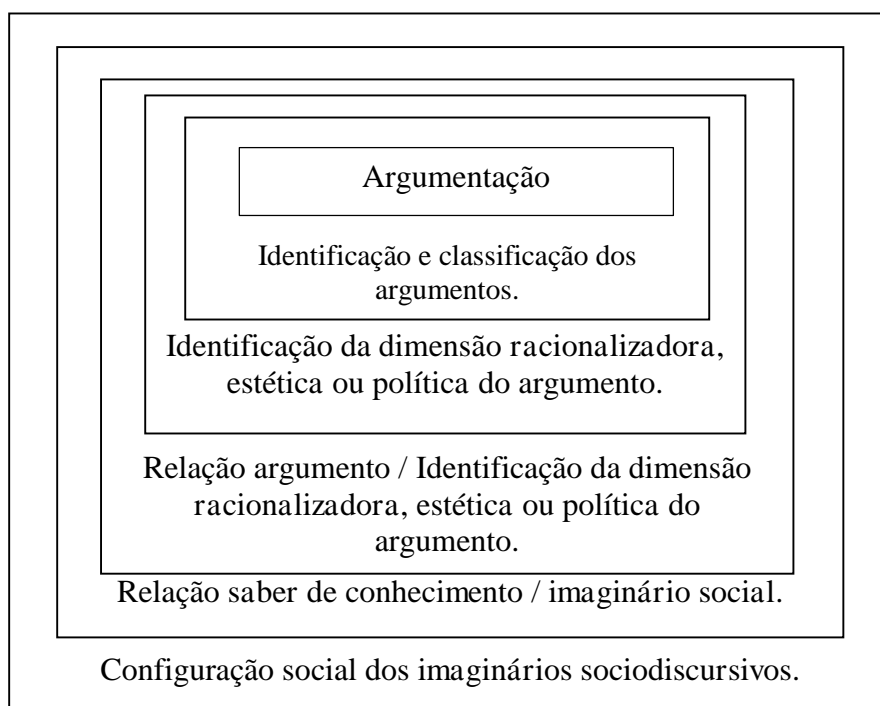
Após o levantamento dos dados da configuração discursiva com base nos Modos de Organização do Discurso, passamos à identificação e à classificação das técnicas argumentativas. Segundo Perelman (1996), elas podem ser descritas sob a especificação dos argumentos quase-lógicos (argumento do ridículo, argumento baseado na regra de justiça, argumento que relaciona a parte ao todo/todo em partes, argumento pelo sacrifício), e dos argumentos baseados na estrutura do real (argumento de autoridade, exemplo, modelo e antimodelo, direção/propagação).

Do resultado da análise dos argumentos e de sua recorrência procedemos à classificação dos argumentos com base nas dimensões racionalizadora, estética ou política a fim de se verificar a natureza da argumentação supostamente pretendida pelo enunciador com a utilização desses argumentos. Na sequência, buscamos na relação entre argumentos e saberes de conhecimento a identificação dos imaginários sociodiscursivos no discurso da Revista *Ultimato*.

Sob esse aspecto, a pesquisa aqui apresentada pode ser compreendida em seu desenvolvimento em duas etapas: a descrição e a interpretação. A primeira etapa diz respeito à

descrição na qual o objeto de estudo é tratado de forma empírica, ou seja, é determinado pela observação da regularidade no comportamento e nas formas enunciativas dos indivíduos em seus atos de troca social e comunicativa, descrevendo a recorrência de determinados aspectos que permitem vincular à sua realização/produção a existência de determinadas regras. Essa etapa é descritiva pelo fato de que visa a descrever tipos de situação comunicativa.

A segunda etapa corresponde à interpretação dos dados com base em elementos de representação sociodiscursiva de um determinado grupo social considerando elementos de natureza social, histórica e ideológica. Dessa forma, foi possível investigar os posicionamentos sociais em relação às práticas discursivas, à produção de sentido e às representações dos sujeitos envolvidos no ato comunicativo. Esse procedimento possibilita a consideração de que “a interpretação é aquela onde se realizam os efeitos de sentidos que são próprios do interlocutor que podemos falar aqui de efeitos produzidos” (CHARAUDEAU, 2011, p. 43). De maneira geral, a nosso percurso metodológico pode ser assim sintetizado:



Quadro 8 - O percurso metodológico da pesquisa.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNERO DISCURSIVO

4.1 A NOÇÃO DE GÊNERO NA TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

Os gêneros discursivos têm sido objeto de inúmeras investigações, sob as mais variadas perspectivas teóricas, nos últimos anos. Ao abordar a questão da noção e da classificação dos gêneros para os estudos discursivos, Charaudeau (2004) propõe um modelo de análise diferente do sugerido pela tradição literária e recoloca a questão sob outro ponto de vista.

A sugestão de Charaudeau é que se considerem os gêneros partindo de um modelo de análise que investigue os gêneros com base no nível situacional, no nível das restrições discursivas e no nível da configuração textual. Essa noção sugere que os gêneros estão vinculados às diferentes atividades da esfera humana e, por isso, há uma ampla quantidade e diversidade de gêneros orais e escritos, o que inviabiliza qualquer tentativa de classificação fechada. Bakhtin (1997) considera que a variedade de gêneros é infinita porque a multiplicidade virtual da atividade humana é também inesgotável (BAKHTIN, 1997, p. 279). Por isso, a configuração dos gêneros como formas relativamente estáveis que os falantes reconhecem e usam em função das diferentes atividades sociais.

Essa noção para a abordagem dos gêneros sugere que esses devem ser considerados como elementos (re) configurados “na” e “pela” necessidade comunicativa dos sujeitos falantes em cada situação social de comunicação. Charaudeau (2004), com base em Bakhtin, considera que o sujeito falante necessita de referências para poder se inscrever no mundo dos signos, significar suas intenções e comunicar. E para isso, constrói conjuntamente, em nome do uso, “a normalização dos comportamentos, do sentido e das formas, o sujeito registrando-os em sua memória” (CHARAUDEAU, 2004, p. 19).

Dessa forma é que Charaudeau considera que existem registradas, na memória de cada sujeito falante, determinadas formas que são acionadas no momento da enunciação para atender às suas necessidades e às especificidades de um determinado contrato comunicativo. Segundo Charaudeau, trata-se da existência de três memórias que testemunham cada uma das maneiras das quais se constituem as comunidades de fala.

A primeira corresponderia à memória dos discursos e nela seriam construídos os saberes de conhecimento, as crenças e as concepções sobre o mundo e sobre as coisas do mundo produzindo, conseqüentemente, determinadas formas de representação em torno das quais são formadas as identidades coletivas.

A outra memória diz respeito à memória das situações de comunicação que seriam dispositivos definidos através de um conjunto de condições psicossociais com a finalidade de normatizar as trocas comunicativas e estabelecer um contrato de reconhecimento a fim de atender o que constitui a expectativa (enjeu) dos parceiros na troca comunicativa. Por sua vez, a memória das formas de signos determina o que é aceitável em cada situação comunicativa, e o que não é, de acordo com cada comunidade discursiva. Dessa forma, pode-se considerar, segundo Charaudeau, a articulação entre as três memórias como uma primeira hipótese na definição da noção e no funcionamento da operação interna (no sujeito) dos gêneros discursivos.

Ele propõe ainda uma segunda hipótese, correlativa à primeira, que sugere a articulação das três memórias com outros elementos (externos ao sujeito) do ato comunicativo. Assim, pode-se considerar que para a noção de gênero é necessário ao sujeito falante o acionamento interno de um dispositivo psico-cognitivo representado pela articulação das três memórias, e outro externo, representado pela articulação das três memórias com elementos externos de um domínio comunicativo estreitando a inter-relação entre situação, sentido e forma. Dessa forma, segundo Charaudeau, podemos então

[...] sustentar a ideia de que o sujeito social se dota de gêneros empíricos, e que, por meio de representações que ele se constrói deles pela aprendizagem e pela experiência, ele os erige em normas de conformidade linguageira e os associa aos lugares de prática social mais ou menos institucionalizados. (CHARAUDEAU, 2004, p. 21).

Assim, a análise dos gêneros deve se apoiar em uma teoria do fato linguageiro, reconhecendo para isso os princípios gerais e os mecanismos de funcionamento que possibilitam a constituição do sujeito falante em sujeito falando, ou seja, o sujeito ativo e engajado ao seu propósito enunciativo.

Os princípios gerais foram apresentados por Charaudeau em 1995, no seu artigo intitulado *Une analyse sémiolinguistique du discours*, e, segundo ele, teriam por função fundar a atividade de linguagem. Dessa forma, ele considera que para que a semiotização do mundo se realize é necessário um duplo processo, a saber, um processo de transformação responsável pela transformação de um “mundo a significar” em um “mundo significado”, resultante da articulação entre quatro tipos de operação: a identificação, a qualificação, a ação e a causação. O segundo, o processo de transação, seria o responsável pela transformação do “mundo significado” em um objeto de troca entre os sujeitos falantes, tendo como base quatro princípios: de alteridade, pertinência, influência e regulação.

Além disso, para o estudo dos gêneros, Charaudeau (2004) considera que o nível dos mecanismos de funcionamento é duplo. Por um lado, apresentam-se as situações de comunicação consideradas como o lugar onde as restrições são instituídas a fim de determinar a expectativa da troca linguageira e, do outro, a discursivização, lugar onde se instituem as diferentes “maneiras de dizer” reguladas pelas restrições da situação comunicativa. É necessário, no entanto, pensar em dois tipos de restrições: a restrição formal que diz respeito às “maneiras de dizer”, e as restrições discursivas que correspondem aos modos de ordenamento do discurso. Vale lembrar que as restrições discursivas não constituem esquematizações de texto, porque elas

[...] não correspondem a uma obrigação de emprego desta ou daquela forma textual, mas a um conjunto de comportamentos discursivos possíveis entre os quais o sujeito comunicante escolhe aqueles que são suscetíveis de satisfazer às condições dos dados externos. (CHARAUDEAU, 2004, p. 27).

Com base nessas restrições, o sujeito falante seleciona uma visada de acordo com sua intenção. Para Charaudeau (2004), “as visadas correspondem a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa (enjeu) do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte, da própria troca linguageira” (CHARAUDEAU, 2004, p. 23).

Dessa forma, pode-se pensar na seguinte articulação.

FINALIDADE	→	SELECIONA A VISADA
IDENTIDADE	→	IDENTIFICA OS PARTICIPANTES (ETHOS)
PROPÓSITO	→	TEMA (AQUILO DE QUE SE FALA)
CIRCUNSTÂNCIAS	→	CONDIÇÕES MATERIAIS DA COMUNICAÇÃO

Quadro 9 - Os elementos do contrato de comunicação.

Assim, é a situação de comunicação que determina, com base nas características de seus componentes, as condições de produção e de reconhecimento dos atos de comunicação, condições de enunciação sob seu aspecto externo (CHARAUDEAU, 2004, p.26), o que sugere a noção de um contrato de comunicação.

Os componentes da situação de comunicação são dados externos que têm como finalidade a construção do discurso. Cada um dos componentes determina uma certa escolha e respondem à questão “Estamos aqui para dizer o quê ?” Ao fazer isso, cada componente produz instruções que devem encontrar o seu correspondente em um “Como dizer” estabelecendo assim uma relação de causalidade. Os dados externos determinam o que deve ser o quadro do tratamento linguageiro conforme ilustrado abaixo:

Dado externo	O que determina	Discurso (Como dizer?)
Finalidade	Modos enoncivos	Modo argumentativo, descritivo, etc.
Identidade	Modos enunciativos	Alocutivo, delocutivo, elocutivo.
Propósito	Modos de tematização	Organização de temas e subtemas.
Circunstâncias	Modos de semiologização	Organização da encenação verbal/visual.

Quadro 10 – O tratamento linguageiro.

Esses elementos da situação comunicativa permitem a identificação da natureza de uma determinada situação comunicativa e o tipo de contrato comunicativo que se efetiva em cada uma delas.

Ao abordar a questão da configuração textual é importante ressaltar a implicação desta para a compreensão de como as restrições formais podem operar na produção dos textos. A esse respeito, Charaudeau não descarta a apropriação das formas de uso e das formas repetitivas que se tornam rotineiras e que, conseqüentemente, se fixam em “maneiras de dizer”. Ele considera que “todos os componentes da situação de comunicação condicionam as formas, via restrições discursivas, mas as circunstâncias materiais são, talvez, as que influenciam mais diretamente nas formas, o que se explica já que estas induzem os dispositivos “materiais”” (CHARAUDEAU, 2004, p. 29).

Os dispositivos materiais organizam as formas consideradas mais adequadas a cada situação de comunicação. Charaudeau considera que “o texto é produzido em uma situação contratual, ele depende, para sua significação, daquilo que caracteriza uma situação (finalidade e visada enunciativa, identidade dos parceiros, propósito tematizante e circunstâncias materiais particulares” (CHARAUDEAU, 2004, p. 29). No entanto, todo texto se materializa na coexistência entre processos de abertura e fechamento que garantem a manutenção de uma coerência interna sustentando uma estrutura e uma existência mais ou menos autônoma o que contribui para a sua classificação com base nos pontos que são semelhantes e não nas suas diferenças.

Segundo Charaudeau (2004), os pontos comuns podem ser encontrados em três níveis: nos componentes do contrato situacional, nas categorias das restrições discursivas e nos diferentes aspectos da organização formal. Dessa forma, o modelo de análise para o estudo dos gêneros discursivos proposto por Charaudeau considera o resultado da combinação entre esses três níveis, evitando colocar a questão dos gêneros a partir de um só, evitando, assim, as confusões provenientes do tratamento isolado de cada um deles.

4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNERO NOTÍCIA

O gênero notícia geralmente é reconhecido pela identificação de sua função sociocomunicativa, além de suas características de estrutura composicional e de conteúdo, o que conferem certa regularidade tornando possível o seu (re) conhecimento como um gênero jornalístico por excelência. Nos termos utilizados por Charaudeau, podemos dizer que se trata de um “conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado” (CHARAUDEAU, 2007, p. 132).

O reconhecimento do aspecto “novidade” aponta para o fato de que, dentre outros, esse elemento é, possivelmente, o de maior destaque e está fortemente relacionado à função sociocomunicativa do gênero notícia, ou seja, ele aponta a função do gênero notícia de dar a conhecer a um determinado público informações novas consideradas relevantes para a vida social.

No entanto, para se transformar em notícia, o fato é submetido a um processo de “construção”, pois sabe-se que apenas a existência de um acontecimento não se configura como notícia. Para se transformar em notícia, o acontecimento passa por um processo de intervenção, uma espécie de “filtro” que transforma o fato em notícia. Nesse processo é que são inseridos os sentidos pretendidos pelo enunciador que procede à “construção” da notícia.

Convém ressaltar que as notícias não estão apenas relacionadas ao aspecto “novidade”. Existem também as notícias de natureza histórica. Essas, por algum motivo, são atualizadas em determinado momento originando um novo espaço temático, seja como suporte, explicação ou exemplificação a algum acontecimento que está acontecendo no momento histórico atual. Podem, ainda, ser atualizadas em função de fazer (re) lembrar algum acontecimento considerado grandioso e com esse estabelecer algum vínculo semântico. A (re) atualização de uma informação também estará submetida a um mecanismo de “construção” da notícia que tem como finalidade materializar a intenção do jornal ou da revista.

Assim, o aspecto “novidade” não significa que não se tenha falado do acontecimento antes, e sim que se trata de um novo elemento supostamente desconhecido pelo público que ao ser introduzido (re) configura a informação dando-lhe o caráter de um novo acontecimento. A esse respeito, Charaudeau (2007) considera que “a contemporaneidade midiática está no fato de a aparição do conhecimento ser o mais consubstancial possível ao ato de transmissão da notícia e a seu consumo” (CHARAUDEAU, 2007, p. 133). Dessa forma

pode-se considerar que essa noção de atualidade é um dos elementos primordiais do contrato midiático influenciando também na seleção temática da notícia.

Em relação aos aspectos composicionais da notícia, é possível ressaltar que esses correspondem aqueles elementos característicos da organização textual²⁹ que possibilitam, mesmo em situação de variação, a identificação e a distinção do gênero. No entanto, esses elementos não expressam rigidez ou inflexibilidade, pois essas poderiam inviabilizar sob vários aspectos a constituição do gênero. Esses elementos composicionais conferem ao texto noticioso certa regularidade que serve de orientação no reconhecimento desse gênero pelos sujeitos em uma determinada situação comunicativa.

A partir dessas informações em relação à função sociocomunicativa, aos elementos composicionais e à seleção temática, partiremos para a análise do gênero notícia na Revista *Ultimato* com base na noção de contrato comunicativo e, conseqüentemente, nas restrições impostas pela situação de comunicação propostas por Charaudeau (2007).

4.2.1 O gênero notícia na Revista *Ultimato*

Na Revista *Ultimato*, as notícias são publicadas, bimestralmente, nas seções NOTÍCIAS e MAIS DO QUE NOTÍCIAS. O título das seções antecipa para o leitor o suposto universo informativo no qual serão apresentadas as temáticas.

As duas seções não apresentam diferenças relevantes entre as temáticas apresentadas. No entanto, observamos que na seção NOTÍCIA o fato noticioso aparece de forma mais isenta demonstrando uma tentativa do enunciador de se manter imparcial, enquanto a seção MAIS DO QUE NOTÍCIA apresenta o fato noticioso de maneira mais parcial e subjetiva. Observa-se ainda que, 79% das notícias que compõem o corpus dessa pesquisa foram publicadas na seção MAIS DO QUE NOTÍCIAS, o que supostamente assinala uma “intencionalidade” com a publicação das notícias divulgadas.

A partir de 2013, a seção NOTÍCIAS passou a ser denominada CONEXÕES passando a divulgar, sobretudo, notícias do relacionadas ao trabalho de missões.

A Revista *Ultimato* é caracterizada como uma publicação cristã por apresentar, conforme informação da própria revista, publicações vinculadas aos princípios bíblicos fundamentados no Cristianismo. Ela prioriza textos que instruem os seus leitores com

²⁹ Cf. Van Dijk (1986). O autor propôs cinco categorias esquemáticas importantes para a identificação do gênero notícia, a saber, a) Sumário/ Resumo (Headline e Lead), b) Evento principal, c) Background, d) Consequências, e e) Comentários.

informações variadas embasadas nos padrões de comportamentos considerados aceitáveis para o paradigma dito cristão. Dessa forma, as temáticas, geralmente, versam sobre a manutenção da fé cristã, comportamento, família, casamento, devoção, atividade missionária e caridade.

Em relação às notícias, contrariando às expectativas, foi observado que a maioria delas apresentava uma configuração diferente do que se espera para o gênero. Das notícias selecionadas para a pesquisa, apenas 23% apresentaram estrutura e função comunicativa correspondentes a uma notícia, ou seja, reportavam realmente algum fato noticioso. Apenas 30% fizeram menção a um fato noticioso, porém, a ênfase maior foi dada a outros aspectos que especificamente não condizem com o gênero, por exemplo, um alto teor argumentativo. O aspecto de maior destaque refere-se ao fato de que 47% dos textos publicados na Revista Ultimato na seção destinada a notícias não apresentou os aspectos³⁰ que os conectassem ao gênero referido.

Essa informação nos possibilita dizer que o gênero notícia na Revista tem uma função comunicativa que não se restringe à comunicação de um determinado fato, pois configuram-se como espaço de veiculação de doutrinas e ensinamentos a respeito da fé cristã. Essa função justifica-se em parte pelo título da seção de onde foi extraída a maioria das notícias - MAIS DO QUE NOTÍCIAS - cujo conteúdo, supostamente, deve se encarregar de acrescentar “algo mais” à vida de seus leitores.

No que se refere ao processo de construção das notícias, a maioria não identificou o nome do responsável pela informação. Apenas 38% apresentou esse dado (nome de um “repórter” ou agência de informação, o que nos leva a inferir que as notícias são de responsabilidade de um corpo interno de agentes responsáveis pela informação.

Esse suposto corpo de agentes foi o responsável pelo olhar “filtro” que opera na transformação do fato em “notícia”. Na Ultimato, a transformação esteve pautada nas crenças e nos valores cristãos desses enunciadores. Dessa forma, a Revista Ultimato apresentou, na maioria das “notícias”, um enunciador que no processo da comunicação midiática materializa o ponto de vista considerado adequado para os preceitos da fé cristã.

Charaudeau (2007) postula que a instância midiática não pode inventar as notícias. Sendo assim, ela depende de fontes para aceder às informações. Essa fonte pode ser interna ou externa. Na Revista Ultimato, essas fontes são, na maioria, internas, ou seja, trata-se de representantes de instituições religiosas ou de líderes religiosos cristãos que formam o corpo editorial da revista. Essa informação implica na univocidade identificada na revista. Essa

³⁰ Os aspectos aqui enfocados referem-se aqueles propostos por Van Dijk (1986) já mencionados anteriormente.

univocidade refletiu nas referências bíblicas utilizadas para sustentar os pontos de vista desses autores, o que reforça ainda mais o caráter argumentativo das “notícias” na busca da adesão de seus leitores às teses apresentadas.

A Bíblia utilizada como fundamentação das “notícias” aponta também para a configuração do auditório da Revista Ultimato, ou seja, a presença dela nos textos implica supor a presença de um auditório particular que supostamente compartilha das mesmas crenças e valores do enunciador.

Além da Bíblia, os editores das notícias, geralmente, recorrem a outras vozes a fim de corroborar a validade da informação publicada. Foram invocadas as presenças de pessoas consideradas autoridades em determinado assunto, a saber, professores de universidades, autores de livros, médicos, entre outros. Todos os nomes invocados apresentam em comum o fato de pertencer a uma denominação cristã.

Em relação à organização do discurso midiático, que objetiva verificar de que maneira a instância midiática organiza o seu discurso em função do seu propósito comunicativo, a saber, o descritivo (descrever), o narrativo (narrar), o argumentativo (argumentar) que atendem à especificidade de cada situação de comunicação, verificamos que na Revista Ultimato, as notícias se organizam, sobretudo, com base nos modos de organização argumentativo (comentários) e descritivo (qualificação e objetividade) e em grau muito reduzido sob o modo de organização narrativo (acontecimento relatado).

É assim que a maioria das notícias da Revista Ultimato apresenta a informação: não necessariamente investida em uma estrutura narrativa, nem em uma de natureza puramente informativa. Ao contrário, as notícias na Ultimato abrem espaço para as apreciações do corpo editorial para além de um simples comentário. O objetivo passa a ser a defesa de um ponto de vista por meio da articulação de uma série de argumentos.

O quadro abaixo sintetiza o resultado da reconfiguração das notícias na Revista Ultimato:

Elemento	O que se espera do gênero		Como aparece na Revista Ultimato
Da finalidade	Visada de informação	→	Visada de prescrição

Da identidade dos participantes	Instância informante X Instância cidadã (mais ampla)	→	Instância argumentante X Instância cristã (grupo menor)
Do propósito	Acontecimentos do espaço público	→	Doutrinação
Das circunstâncias	Imprensa	→	Imprensa

Quadro 11 - A reconfiguração do gênero notícia na Revista Ultimato.

Essa reformulação do gênero notícia implicou em dois pontos importantes para a nossa pesquisa: o primeiro, diz respeito à mudança na seleção da visada, de informativa à prescritiva, e o segundo, a análise do gênero “notícia” passa a ser enfocada sob a perspectiva predominante do modo de organização argumentativo.

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

O artigo de opinião é considerado um gênero básico da imprensa e se constitui, nos moldes de Bakhtin (1997), a partir de aspectos dialógicos como um dizer sobre outro dizer. No artigo de opinião é muito recorrente a presença de “respostas” e avaliações a respeito de outros discursos produzidos na esfera social. Dessa forma, a sua existência está condicionada a uma cadeia ininterrupta de discursos que dialogam entre si.

Além desse aspecto dialógico, geralmente, apresenta a opinião de um enunciador que assume uma posição a respeito de um assunto polêmico com o objetivo de defendê-lo ou refutá-lo, e, para isso, faz uso de determinadas estratégias argumentativas com intuito de avaliar, analisar, responder e emitir um juízo a respeito de uma questão controversa com o objetivo de fazer valer uma convicção.

De acordo com Rodrigues (2007), o artigo de opinião é um gênero no qual interessa menos a apresentação dos acontecimentos sociais em si, e mais a análise e a posição do autor. Essa característica é o que o inscreve em uma modalidade discursiva de caráter basicamente argumentativo.

A inscrição dessa noção argumentativa no fio condutor do artigo de opinião o insere em uma modalidade discursiva que utiliza a visada de demonstração, conforme propôs Charaudeau (2004), que tem como papel fundamental “estabelecer uma verdade e mostrar as

provas”, o que o distingue de uma notícia, por exemplo, que, aparentemente, tem o objetivo de fazer saber, visada de informação.

Segundo Bräkling, trata-se de um “gênero discursivo no qual se busca convencer o outro sobre determinada ideia, influenciando-o e transformando seus valores por meio da argumentação a favor de uma posição, e de refutação de possíveis opiniões divergentes” (BRÄKLING, 2000, p. 226). O importante nessa noção proposta por Bräkling para o gênero em questão é o fato de ser este um gênero que supõe a existência de indivíduos em debate ou em situação de responder ao discurso do outro o que evidencia que a inter-relação entre indivíduos seja para aderir, criticar ou refutar ideias em um processo contínuo de produção dos discursos na sociedade.

O resultado desse encontro é a tensão entre duas modalidades discursivas geradas pelas representações contidas no discurso do outro e que supõe um embate entre ideias divergentes. É uma luta simbólica que, como todo confronto, prevê um vencedor, mesmo que o embate se dê no campo das ideias e das ideologias.

4.3.1 O gênero artigo de opinião na Revista Ultimato

A “tensão simbólica” é uma constante na temática homossexualidade tratada nos artigos da Revista Ultimato. A Revista representa o discurso contrário à homossexualidade e, para isso, fundamenta a sua argumentação nos princípios cristãos que, geralmente, confrontam com outros argumentos provenientes de outros meios de informação como a ciência, por exemplo.

Em relação à estrutura, o artigo de opinião, geralmente, apresenta os seguintes elementos para a sua configuração: a) contextualização e/ou apresentação da questão em discussão; b) explicitação da questão em discussão; c) utilização de argumentos que sustentam a posição assumida; d) consideração de posição contrária e antecipação de possíveis argumentos contrários à posição assumida; e) utilização de argumentos que refutam a posição contrária; f) retomada da posição assumida e/ou retomada do argumento mais enfático; g) proposta ou possibilidade de negociação; h) conclusão (pode ser retomada da tese ou posição defendida).

Dentre esses elementos que não são rígidos, foram mais recorrentes nos artigos da Ultimato a apresentação da questão a ser tratada (situação-problema), os argumentos para a sustentação da posição defendida, discussão e defesa do tópico em questão. A defesa do tópico, geralmente, foi feita com referências a passagens bíblicas ou a informações retiradas de livros publicados pela mesma editora da revista. A defesa do tópico (tese) apareceu seguida de uma

proposta ou possibilidade de negociação (solução/avaliação) na qual o autor geralmente reafirma a possibilidade de “cura” para a homossexualidade.

Os autores que escrevem os artigos são nomes reconhecidos ou autoridades dentro de suas áreas de atuação (missionário, bispo, escritor cristão, terapeuta). Eles, geralmente, apresentam, a fim de atender às expectativas dos leitores da revista, temáticas que, por algum motivo, estão causando algum tipo de polêmica no meio cristão e que, por isso, podem se configurar como assunto de interesse para o leitor cristão.

Assim, as temáticas abordadas, geralmente, giram em torno de questões relacionadas a casamento, comportamento, criação dos filhos, família. Para isso, é comum a utilização de termos que explicitam a filiação cristã de seus autores em defesa dessas temáticas como santidade, conversão, fé, pecado, salvação, vida eterna, dentre outros, e as “fórmulas” necessárias para se alcançar o comportamento requerido do leitor cristão.

Além disso, também são recorrentes os argumentos fundamentados na Bíblia cristã na qual, supostamente, existem as provas e justificativas para se defender ou rechaçar um determinado tópico. Geralmente, utilizam-se alguns elementos de ordem patêmica ou de apelação à sensibilidade, a saber, os mecanismos de negociação “faça isso para ganhar isso”, caso contrário são apresentadas as sanções (condenação, pecado, morte eterna) como forma de mobilização da emoção para garantir comportamentos alinhados aos padrões estabelecidos pela igreja.

O gênero é configurado, predominantemente, sob o modo de organização argumentativo segundo o qual são selecionados e organizados os elementos argumentativos sob a visada de demonstração. No entanto, em relação à seleção da visada é possível dizer ainda que no gênero coincidem a visada de demonstração (mostrar as provas) e a visada de prescrição (mandar fazer). A visada de prescrição no gênero se dá pela presença de uma autoridade representante do poder religioso.

5. ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO NA REVISTA ULTIMATO

5.1 A ARGUMENTAÇÃO NOS ARTIGOS E NAS NOTÍCIAS DA REVISTA ULTIMATO

De maneira geral, os textos sobre a homossexualidade na Revista Ultimato são “encenados” de forma a captar a atenção do leitor por meio da utilização de palavras passíveis de causar “impacto” no mesmo. Essas palavras são utilizadas nos títulos e também no corpo dos textos e podem como efeito possível fazer aflorar as subjetividades do auditório.

Nas notícias, o impacto foi promovido por palavras como “barrar, reprimir, censurar, absurdo, discriminar, condenação” relacionando o fato noticioso à questão da homossexualidade. Nos artigos, o possível efeito emotivo (consternação, dúvida) foi suscitado, principalmente, na referência ao suposto universo contraditório que existe entre cristianismo e homossexualidade e pela impossibilidade de conciliação entre eles.

Dessa forma, ao apresentar a temática homossexualidade, a revista buscou atender a um duplo interesse (contrato de captação): um interesse cognitivo (querer saber), e o outro, um interesse emotivo, supostamente, desencadeado por questões de natureza “moral” suscitada pela informação contida nos textos e fermentado pelas inclinações afetivas do auditório que reconhece a informação como controversa ou polêmica e, por isso, pertinente para o seu grupo de pertencimento. Trata-se de uma construção de dramatização e espetacularização utilizadas pelo enunciador para mobilizar o interesse e os afetos do auditório.

A análise apontou também que o efeito da dramatização assim constituído pode mobilizar as emoções do auditório devido à “desestabilização” de seus valores morais. Nos termos de Charaudeau (2007), é possível falar em potencial de imprevisibilidade pelo qual uma informação pode provocar uma “perturbação” no sistema de valores do leitor suscitando o seu interesse por uma determinada notícia.

A saliência será, aqui, produzida pelo fato de que os acontecimentos reportados vem perturbar a tranquilidade dos sistemas de expectativas do sujeito consumidor da informação, o que levará a instância midiática a pôr em evidência o insólito ou particularmente notável. O acontecimento midiático será então reinterpretado em função do potencial de pregnância do receptor, isto é, de sua aptidão em recategorizar seu sistema de inteligibilidade e em redramatizar seu sistema emocional (CHARAUDEAU, 2007, p. 102-103).

Assim, as escolhas feitas e a maneira como são organizadas já antecipam o posicionamento discursivo do enunciador que busca “jogar” com a informação promovendo uma “encenação” a fim de captar a atenção do leitor como se observa nos seguintes títulos dos

textos: (N1) “Vaticano **barra** a entrada de homossexuais em seminários”, ou ainda em (A12) “O estatuto da diversidade sexual é heterofóbico e cristofóbico”.

Consideramos que a utilização de termos como “barrar”, “cristofóbico” e a incompatibilidade imaginária entre ser cristão e ser gay, por exemplo, podem ser argumentativos na medida em que implicam um certo impacto dramatizante gerado pela controvérsia ao mesmo tempo em que exploram as potencialidades afetivas do auditório (perplexidade, consternação, dúvida, temor). Assim, o enunciador interpela o leitor a fim de “informar” e “emocionar” ao mesmo tempo, ou seja, a tematização é configurada na interação entre os interesses cognitivo e emotivo do leitor.

A análise nos possibilitou identificar também que o efeito de sentido produzido a partir da utilização desses termos não se restringe apenas às informações trazidas ou contidas nos enunciados, e sim na sua possibilidade de suscitar possíveis continuidades ou encadeamentos argumentativos devido às implicações que temas controversos como a homossexualidade são capazes de evocar, sobretudo, para o público cristão. Com isso, o enunciador apresenta o tema homossexualidade e convoca o leitor a fazer o seu julgamento responsivo moral duplamente orientado: primeiro, pela dimensão patêmica presente na materialidade linguística, e, segundo, pelas crenças e valores de que estes indivíduos são portadores. Assim, a temática pode acarretar, por meio da “dramatização”, uma tomada de posição por parte do leitor ao presumir que o seu posicionamento pode acarretar consequências para a sua vida e para o grupo do qual faz parte.

No contexto analisado, ser a favor ou contra a homossexualidade implica também a aceitação ou não de pessoas homossexuais no corpo congregacional. Assim, o leitor é mobilizado em função dos seus valores e crenças o que pode leva-lo a tomar partido da situação com base em suas emoções (perplexidade, dúvida, consternação, temor) suscitadas pelas informações presentes nos artigos e nas notícias.

A implicação de que a informação veiculada pode ter reflexos diretamente sobre a sua vida pode levar o leitor a problematizar a questão provocando uma “responsabilização imaginária”, posto que a aceitação da homossexualidade poderá repercutir “negativamente” para os cristãos e para as igrejas cristãs de uma forma geral, porque implica, conforme “encenação” do enunciador, desobediência aos mandamentos sagrados.

Assim, a possibilidade de escolha supostamente aclarada nos textos promove uma tensão dentro do universo contextual provocada pelo encontro dos valores do leitor e a incompatibilidade imaginária entre as proposições “ser homossexual” e “ser cristão” apresentadas pelo enunciador. Segundo Perelman (1997), uma proposição verdadeira não pode contradizer outra proposição também dita verdadeira. Assim, existe uma controvérsia

nos temas apresentados a respeito da homossexualidade que pode ser ilustrada da seguinte forma: P: José é cristão. P': José é homossexual.

Segundo o princípio da não contradição, as duas proposições, no contexto analisado, não podem ser verdadeiras, logo, uma delas haverá ser considerada falsa, sem valor, pois a proposição (P'), ser homossexual, é incompatível com a proposição (P), ser cristão. Dessa forma, quando as proposições apresentam condutas incompatíveis, há a necessidade de se renunciar uma a fim de se preservar a outra. Essa reflexão encontra ressonância em Charaudeau (2008), ao considerar que proposições dessa ordem inserem-se num modo de raciocínio dedutivo e explicativo que interpela o leitor em favor de uma escolha, posto que as duas proposições são excludentes, em função dos sentidos que traduzem, segundo a lógica tradicional cristã que a revista parece representar.

A lógica tradicional cristã define o comportamento com base em duas opções, isto é, ou se é cristão ou se é homossexual, mas não se pode ser as duas coisas ao mesmo tempo. Essa lógica torna visível também a impossibilidade de qualquer conjunção ou harmonia entre as duas proposições visto que a proposição descartada será considerada “errada, inadequada”.

Dessa forma, é possível considerar que a aceitação de argumentos ou mesmo de uma tese depende fortemente do auditório a quem são destinados. A esse respeito, Souza (2001) acrescenta que “para que uma tese consiga a adesão de uma audiência, ela necessita, de certa forma, estar em conformidade com as crenças desse auditório, ou com o que esse auditório é capaz de admitir como sendo racional” (SOUZA, 2011, p. 163). E este parece ser o cenário de onde parte a argumentação na Revista Ultimato.

Ainda em relação à aceitação de argumentos e teses, segundo Perelman (1996), uma proposição pode ser admitida ou afastada porque não é oportuna, socialmente útil, justa ou equilibrada. No contexto analisado, a ideia que envolve a aceitação de pessoas homossexuais no corpo congregacional é facilmente rejeitada, posto que não é considerada justa nem equilibra pelo grupo ao qual se destina, o grupo cristão.

Assim, foi possível observar que a construção das notícias e dos artigos, apesar de se tratar de gêneros diferentes, são semelhantes nos objetivos que pretendem. Dessa forma, os dois gêneros se conformam com a finalidade argumentativa e, assim, são construídos sob a articulação de vários recursos argumentativos visando a sedimentar, por meio de uma tese, um certo valor de verdade contrário à homossexualidade pretendido pelo enunciador.

Essa mobilização do enunciador na tentativa de se defender uma “verdade” insere as notícias e os artigos publicados na Revista Ultimato num jogo argumentativo, arquitetado sob orientação predominante do modo de organização argumentativo sob o qual

aparecem os outros modos de organização na constituição da argumentação. Trataremos a seguir das provas retóricas utilizadas na argumentação da Revista *Ultimato* explicitando quais são os procedimentos e técnicas argumentativas mobilizados pelo enunciador para sustentar a sua tese contrária à homossexualidade.

5.2 A ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA NA ARGUMENTAÇÃO DA REVISTA *ULTIMATO*

Conforme já explicitado, o Modo de Organização Argumentativo foi predominante nos artigos e nas notícias da Revista *Ultimato*. A utilização predominante desse modo de organização ampara a nossa hipótese de que, assim como os artigos de opinião, também as notícias são imbuídas de teor argumentativo e explicitam a intencionalidade do enunciador no que diz respeito à defesa da tese contrária à homossexualidade.

No âmbito dos procedimentos discursivos que constituem o Modo de Organização Argumentativo, identificamos como predominantes a citação, a descrição narrativa, a definição, o questionamento, a comparação e a acumulação.

5.2.1 A citação

A citação foi um dos procedimentos mais recorrentes. Dessa alta recorrência, identificamos uma maior incidência da citação bíblica em oposição à menor ocorrência de citações que não tem como referência os textos bíblicos. A citação é um procedimento utilizado com a finalidade de se produzir para o interlocutor um valor de autenticidade para a tese apresentada. Para Charaudeau (2008), trata-se de um recurso argumentativo porque funciona como fonte de verdade, testemunho de um saber. No caso da Bíblia, trata-se também de um postulado pelo qual se exerce a autoridade religiosa.

A presença marcante da Bíblia como discurso de verdade pode ser observada no gráfico 1 abaixo na ilustração da quantidade de referências feitas a esse texto canônico em oposição à citação de teor não bíblico que definimos como citação geral.

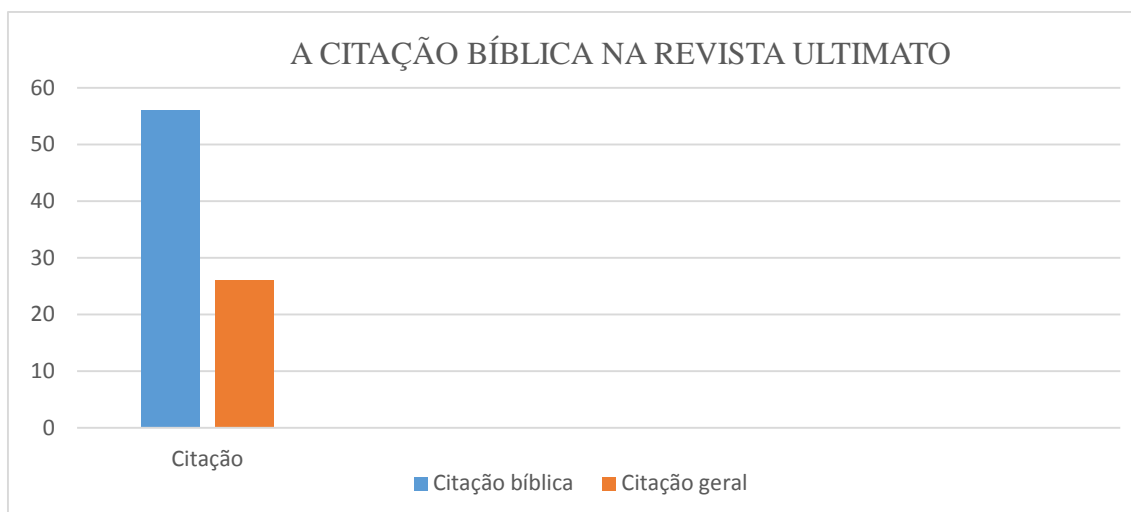


Gráfico 1 - Classificação das citações na Revista Ultimato.

O uso das escrituras sagradas especifica o contrato comunicativo que se estabelece entre o orador (enunciador da revista) e o seu auditório (cristãos), ou seja, trata-se de um contrato fundamentado em algo de valor imutável, e, por isso, pressupõe-se, para determinados temas, a questão da “coisa julgada, óbvia” que a inscreve na esteira das questões que não devem ser colocadas em discussão.

A esse respeito, Perelman considera que “se um texto, pelo fato de ser sagrado, é suposto exprimir a verdade, é necessário encontrar-lhe uma interpretação satisfatória” (PERELMAN, 1996, p. 245). Trata-se de um princípio de adequação, isto é, o indivíduo deve alinhar o seu comportamento a esse determinado texto pelo valor de verdade e de credibilidade que ele representa para determinado grupo social.

Dessa forma, trata-se de uma argumentação que se funda no que está dado/reconhecido por um grupo, e, por isso, insere-se na ordem do que é unívoco e, portanto, indiscutível. Esse comportamento é comum a todas as doutrinas que se fundamentam em textos (Cristianismo/Bíblia), (Discurso Jurídico/Leis). Segundo Perelman, “estes acordos podem ser de natureza ideológica ou profissional: o crente é suposto admitir os dogmas de sua religião, o juiz, as normas jurídicas as quais se deve conformar” (PERELMAN, 1996, p. 243).

No caso do Cristianismo, esse princípio de adequação é traduzido pelo “ajustamento” do indivíduo a um regime de verdade que estabelece justificações e regras para o comportamento humano, sobretudo, no que se refere à sexualidade como se observa em: “Não te deitarás com um homem assim como te deitas com uma mulher. É algo detestável. LEVÍTICO, 18:22” (BÍBLIA SAGRADA, 1986, p. 163).

Ainda em relação ao procedimento de citação, observamos que o valor desse argumento é reforçado pelo seu conteúdo que explicita, no contexto investigado, um

posicionamento contrário à homossexualidade como se observa em (N5), “Os homens em vez de **terem relações sexuais normais** cada qual com sua mulher, arderam de paixão uns pelos outros, homens praticando **coisas vergonhosas** com outros homens” (ULTIMATO, 2009, p. 17).

Concomitante a essas citações, identificamos também aquelas que fazem referência à possibilidade de mudança após a conversão, como em (N1): “Todos, porém, por terem aceitado o evangelho, foram lavados e justificados no nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus” 1CO 6:11” (ULTIMATO, 2009, p. 14).

Assim, consideramos que as citações utilizadas pelo enunciador não só reforçam uma argumentação contrária à homossexualidade como servem também para “construir” um imaginário negativo em torno da homossexualidade (coisas vergonhosas, detestável) e positivo para a heterossexualidade (relação sexual normal) ao mesmo tempo em que reafirmam a necessidade e a possibilidade de mudança comportamental para o indivíduo homossexual.

Dessa forma, as citações bíblicas utilizadas fortalecem, na negação da possibilidade de efetivação da união homossexual, uma representação cultural da afetividade restrita à união de um homem e uma mulher. E ao sugerir a possibilidade de “mudança”, tornam-se um mecanismo de ajuste de conduta que pretende, por meio do controle do corpo, neutralizar os impulsos afetivos/sexuais dos indivíduos sexualmente “diferentes”.

A tentativa de um “ajuste de conduta” do indivíduo sexualmente “diferente” pode ser traduzida pela presença marcante de “estratégias de normatização” contidas em livros da Bíblia, como Coríntios e Levíticos, presentes na maioria dos textos analisados.

O gráfico abaixo explicita a recorrência dos livros bíblicos mais citados na Revista Ultimato e exemplifica o aspecto normalizador aclarado por essas citações.

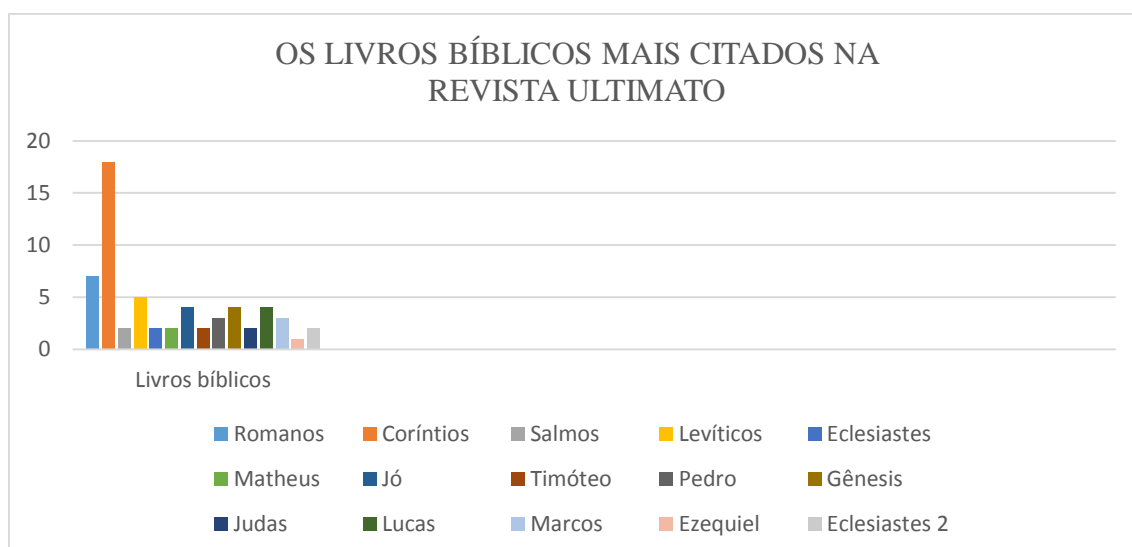


Gráfico 2 - Os livros bíblicos mais citados na Revista Ultimato.

O gráfico 2 mostra que a maior recorrência refere-se aos livros de Coríntios e Romanos, ambos de autoria do apóstolo Paulo, e ao livro de Levíticos. Os livros de Coríntios e Romanos aproximam-se em termos de conteúdo por apresentarem o mesmo caráter evangelístico e doutrinador. Essa informação remete também à função normativa, profilática e evangelística do apóstolo Paulo que, por meio de suas cartas e de suas viagens missionárias, foi o grande responsável por levar às igrejas da Ásia Menor os princípios doutrinários e de conduta característicos do Cristianismo.

No caso das notícias, é possível considerar que as citações bíblicas desmaterializam a sua função puramente informativa, pois também funcionam como mecanismos de construção de valores e de crenças ao fazerem do fato noticioso um pretexto para defender e difundir normas e padrões de comportamento. Há, assim, uma modificação na seleção da visada requerida para o gênero notícia, isto é, a transposição de uma visada informativa para uma visada prescritiva.

Outro livro de alta recorrência é Levíticos de autoria de Moisés. Trata-se de um livro do Antigo Testamento que enfatiza a necessidade de resgate dos preceitos cristãos. Ele traz como tema principal a santidade do corpo reconhecida como exigência para se manter o contínuo relacionamento com Deus.

De acordo com esse livro, após libertar o povo de Israel do Egito e levá-lo para Canaã, Moisés percebe que o povo estava abandonando os antigos valores. O livro de Levíticos descreve a tentativa de Moisés de fornecer instruções e leis para orientar o povo no resgate de valores morais, além de apresentar orientação para manter a santidade do corpo e, conseqüentemente, da alma a fim de garantir o contato com Deus.

No que diz respeito à santidade do corpo, a principal orientação era contra as práticas ditas imorais, entre elas, a homossexualidade considerada abominável aos olhos de Deus: “Não te deitarás com um homem assim como te deitas com uma mulher. É algo detestável. LEVÍTICO, 18:22” (BÍBLIA SAGRADA, 1986, p. 163).

Essa informação traduz a tentativa de o enunciador fazer valer os padrões e regras estabelecidos para todos os cristãos, independente de sua colocação espaço/temporal. É um procedimento que remete mais uma vez para uma argumentação feita em torno do que é imutável, perene, principalmente, no que diz respeito às regras de comportamento para os cristãos.

O procedimento de citação foi identificado também no emprego de referências bibliográficas mais gerais, consideradas representativas por darem visibilidade à argumentação. São informações que se aproximam do discurso acadêmico/científico que invocam raciocínios

precisos, formais e, por isso, são considerados portadores de verdades imparciais. Dentre elas, identificamos citações de Dicionário de Psicologia, Dicionário de Ética e livros diversos. Além desses, foram utilizados como referência livros e artigos publicados pela mesma Editora da Revista *Ultimato*.

O uso dessas referências supõe um caráter científico e intelectual e pode criar para o leitor a noção da imparcialidade, desvinculada de qualquer finalidade persuasiva. No entanto, trata-se de um recurso que explicita a intencionalidade do autor em demarcar o uso da razão e da imparcialidade com objetivos pontuais de convencimento. É como se o enunciador encenasse para o leitor uma condição de realização que se desdobra em “A1 portanto, A2”, assim, a ideia que se apresenta com esse tipo de citação é: “É científico, portanto, verdadeiro”.

No entanto, as obras de referência apresentadas são construtos utilizados pelo orador para reforçar a argumentação. Elas apresentam em comum a filiação cristã de seus autores.

As citações que não tomam como fonte documentos cristãos são utilizadas como suportes, “recortes” inseridos na argumentação para reforçar o imaginário da “anormalidade” da relação homossexual. É o caso identificado também em (N5), quando o enunciador afirma “Curiosamente, nas páginas dedicadas às variantes da função e vida sexual (869 a 874), o Dicionário de Psicologia Dorsh usa expressões que **não** corroboram com a noção de que qualquer forma de relação sexual é normal” (ULTIMATO, 2009, p. 17) (grifo nosso). Com essa afirmação, o enunciador reforça a sua tese com as informações retiradas do referido Dicionário de Psicologia cujos sentidos apontam para a condição clínica e “anormal” do sujeito homossexual.

Consideramos que a utilização de referências científicas atende a um duplo propósito do enunciador: o primeiro diz respeito ao fato de que a informação procedente de uma fonte científica (Psicologia) pode servir para elevar o valor de verdade das afirmações feitas, ou seja, testemunham a favor da patologização do sujeito homossexual ao considerá-lo como “indivíduo inadaptado” em torno do qual orbitam as possibilidades de “adaptação” sugeridas pela religião como observado em (N8): “E a graça de Deus é o instrumento para fazer o que a lei não consegue: dar ao pecador a possibilidade do perdão e da “metanoia” (conversão religiosa e moral)” (ULTIMATO, 2011, p. 15). E o segundo, evidencia que esse tipo de argumento testemunha também a favor do grau de conhecimento do orador que se projeta como portador de “saberes” (Ethos de sabedoria) que supostamente o seu auditório não possui ou possui em menor grau.

A análise do procedimento de citação nos possibilita dizer ainda que a citação apresenta duas categorias distintas: associativa e dissociativa. É associativa a citação que aparece alinhada aos valores e verdades do enunciador e, dissociativa, a citação na qual o enunciador faz referência à fala de um suposto oponente com a finalidade de desconstruir as afirmações feitas por ele. Nesse caso, está implicada a valorização do enunciador em detrimento da imagem de seu oponente que foi deslegitimado.

Por isso, consideramos que o procedimento de citação está inserido na ordem dos argumentos técnicos relacionados a um tipo de saber (Bíblia) e também legitimadores por favorecer, na interação entre conhecimento bíblico e secular, a construção de uma imagem de “conhecedor” para o enunciador.

5.2.2 A descrição narrativa

A narração sempre teve um papel relevante na educação e na fixação de valores sociais. Esse procedimento tem valor argumentativo ao inserir no texto um fato, uma história contada que servirá para confirmar uma prova ou para produzi-la (CHARAUDEAU, 2008). Em (A8), tem-se um exemplo na referência feita à cidade grega de Corinto, segunda a Bíblia, destituída de valores morais “Com a presença de tantos homossexuais na cidade grega de Corinto e a completa ausência de normas contrárias e de reações homofóbicas na sociedade grega, bastaria a Paulo instituir o casamento gay e combater apenas a orgia sexual. Mas não foi isso que ele fez [...]” (ULTIMATO, 2010, p. 36).

Trata-se de pequenas narrativas que atualizam no texto a condenação da homossexualidade pelo Cristianismo como ocorreu também em (N2): “Essas **anormalidades** eram frequentes e comuns entre os povos que moravam na Palestina na época de Moisés e do êxodo de Israel do Egito para Canaã (1500 anos de Cristo), que o livro de Levítico está cheio de ordens para proteger a relação sexual **predeterminada e sadia**” (ULTIMATO, 2009, p. 18).

De maneira geral, o uso desse procedimento serviu para sedimentar ordenamentos bíblicos. O seu valor argumentativo foi acentuado por veicular imaginários que reforçam a negação da homossexualidade em oposição à aceitação da heterossexualidade considerada predeterminada e sadia.

5.2.3 A definição

A definição é um argumento da ordem dos argumentos quase-lógicos que encenam para o leitor uma informação advinda do campo da inteligibilidade. Esse

procedimento pode ser considerado argumentativo, quando não se trata apenas da descrição dos diversos sentidos para um determinado termo, mas da escolha feita pelo enunciador entre os vários sentidos possíveis aqueles que podem fornecer elementos argumentativos para corroborar ou refutar uma determinada tese.

Esse argumento foi amplamente utilizado para o estabelecimento de sentidos determinados para alguns conceitos. Trata-se de uma espécie de “purificação” conceitual com a qual o enunciador submete determinados termos com a finalidade de se evitar equivalência além daquelas almejadas por ele. É o que ocorre em (A2): “Por estado laico se entende aquele legalmente separado das igrejas, sem religião oficial, com a igualdade perante a lei” (ULTIMATO, p. 40).

Em (N5), esse procedimento foi utilizado de forma enfática por meio da inserção de um Box que apresenta ao leitor uma lista de termos procedentes da esfera clínica (Psicologia). Esse recurso geralmente tem como função desenvolver e ampliar uma categoria do texto noticioso acrescentando informações consideradas relevantes para a inteligibilidade da notícia. Segundo Sventickas (2008), trata-se de um texto editado na mesma página da notícia principal para a qual traz informações complementares.

Na notícia em questão, o recurso Box serviu para elencar termos cujas definições corroboram o ponto de vista defendido pelo enunciador “Heterossexualidade: “a relação sexual normal”, “Desvio sexual: termo usado para designar os afastamentos da “norma sexual”. (ULTIMATO, 2009, p. 17). Assim, consideramos que o enunciador “encena” para o seu leitor informações que representam um saber-ciência sobre a homossexualidade capaz de garantir a veracidade de suas afirmações ao mesmo tempo em que busca um não comprometimento com o que está sendo dito.

No entanto, a seleção de termos apresenta significados cujos sentidos ajudam a “construir” imaginários negativos para a homossexualidade como aparece na citação “**A sensação sexual contrária é o termo coletivo para “modos de comportamento sexual afastado do normal, especialmente a homossexualidade”** (ULTIMATO, 2009, p. 17), e positivos para a heterossexualidade “**Heterossexualidade: relação sexual normal**” (ULTIMATO, 2009, p. 17) (grifos nossos).

Neste sentido, consideramos que as escolhas feitas não são apenas resultado de um processo aleatório de seleção de termos, pois referem-se a uma seleção feita pelo enunciador para promover uma aparente imparcialidade no discurso por se tratar de conhecimentos oriundos de uma esfera de conhecimento, a saber, a Psicologia. Neste contexto, o leitor pode ser seduzido a ficar a favor do discurso científico por sua aparente neutralidade, sem se dar

conta de que a seleção dos termos apresentados, é o resultado de um processo de “organização/construção” da informação com a finalidade de se conquistar a sua adesão.

5.2.4 O questionamento

Charaudeau (2008) propõe que o procedimento de questionamento pode ter diferentes visadas, ou seja, pode ser utilizado com a função de incitação a fazer, de proposta de uma escolha, de verificação de um saber, de provocação ou de negação.

Em (N11), tem-se um exemplo do questionamento com finalidade de escolha quando o enunciador interpela o seu interlocutor “O que vamos dizer? Será que devemos continuar no pecado (no adultério, na roubalheira e no homossexualismo) para que a graça de Deus aumente ainda mais?” (ULTIMATO, jan./fev. 2012, p. 15). Ao implicar o seu interlocutor, o enunciador o chama discretamente para que ele “compartilhe de seus pensamentos, julgamentos e opiniões” (CHARAUDEAU, 2008, p. 193). Nesse caso, o questionamento, segundo Charaudeau (2008), “consiste em colocar em questão uma proposta cuja realização depende da resposta (real ou suposta) do interlocutor” (CHARAUDEAU, 2008, p. 242).

Em alguns casos, o questionamento foi utilizado também para provocar um certo “desconcerto” no leitor. Ao abordar a possibilidade de intervenção clínica em distúrbios psicológicos ligados à sexualidade, o enunciador apresenta uma série de questionamentos que antecipadamente ele reconhece que poderão ser rejeitados pelo seu auditório, como em: “E se o psicoterapeuta for procurado por um pai de família que tem uma irresistível atração sexual pela filha menor de idade? E se ele for procurado por um homem ou por uma mulher possuídos por desejos sexuais contrários à natureza (homossexualidade)? E se ele for procurado por uma pessoa cujo desejo sexual é dirigido para cadáveres ? ” (ULTIMATO, 2009, p. 16).

É necessário destacar que estes questionamentos feitos pelo enunciador colocam a homossexualidade na mesma série de práticas criminosas, como a pedofilia, ou doentias, como a necrofilia³¹, o que pode servir para reforçar uma noção em torno da patologização/criminalização da homossexualidade e, conseqüentemente, uma maior rejeição do indivíduo homossexual no meio social.

Além desses, foram identificados alguns questionamentos de provocação que, aliados a uma regra de justiça, tiveram o seu teor argumentativo amplificado. Assim, temos em (A7): “Se os homossexuais podem defender a bandeira da homossexualidade, por que os heterossexuais não podem defender a bandeira da heterossexualidade? ” (ULTIMATO, 2010,

³¹ Desvio sexual de pessoas que sentem desejo sexual por cadáveres.

p. 35). Com esses questionamentos, o enunciador mobiliza valores que correspondem a normas sociais com base na validade do que é ou não considerado justo. Essa forma global de captar a realidade, com base em valores como justiça, igualdade, pode colocar em xeque a validade das afirmações contrárias às do enunciador. Além disso, serve também para reforçar ainda mais o teor argumentativo do questionamento em questão.

O procedimento de questionamento corporifica também uma outra técnica argumentativa: o argumento do ridículo, como propõe Perelman (1996) ao referir-se à contradição. Nessa situação, o orador ou aquele que emite uma opinião pode ser encurralado entre uma escolha feita e o seu papel/compromisso social, ou seja, segundo Perelman (1996), é ridículo aquele que peca contra uma determinada lógica, em termos mais gerais, seria aquele que não consegue estabelecer uma relação coerente entre o que diz e o que faz ou representa, como se observa em (N2): “Vamos jogar fora a ideia de Deus, a religião, o temor do Senhor e as Escrituras” (ULTIMATO, 2009, p. 18).

Ainda, segundo Perelman, “uma afirmação é ridícula quando entra em conflito, sem justificção, com uma opinião aceita” (PERELMAN, 1996, p. 233). No contexto analisado, a opinião aceita é a palavra divina. Por isso, a argumentação se constrói com base em estruturas fortemente sedimentadas, isto é, deve estar claro a todos os cristãos a condenação bíblica da homossexualidade, assim, seria “ridículo” destoar dessa lógica.

5.2.5 A comparação

No que diz respeito ao procedimento de comparação, identificamos que ele foi utilizado como mecanismo para reforçar uma prova. Na Revista Ultimato, esse procedimento foi utilizado para estabelecer uma relação entre eventos “possíveis” de acontecer. Dessa forma, a possibilidade de mudança “conversão” é apresentada na aproximação comparativa entre eventos do passado e fatos do presente. Assim, como a homossexualidade foi “curada” no passado, como reportam os exemplos da Bíblia, pode também ser “curada” no presente como aparece em (N1): “Na igreja de Corinto, **assim como havia** ex-trapaceiros, ex-idólatras e ex-adúlteros, havia também ex-homossexuais passivos e ativos [...] por terem aceitado o evangelho foram lavados e santificados no nome do Senhor Jesus. 1CO 6.9-11” (ULTIMATO, 2009, p. 14).

Assim, o leitor pode ser levado a crer que a homossexualidade é uma questão de escolha e de possibilidade que se resume a querer ser “curado” ou não, pois, de acordo com a

referência bíblica, pela qual o enunciador estabelece a comparação, existem os meios pelos quais é possível alterar a natureza dos indivíduos “inadaptados”.

A comparação apareceu também na representação identitária negativa que estabelece ligação entre a homossexualidade e outros desvios de conduta sociais, como em (N8): “Os que precisam de lei para se controlarem são os assassinos, os imorais, os homossexuais, os sequestradores, os mentirosos, os que dão falso testemunho [...]” (ULTIMATO, 2011, p. 15). Mesmo sem a presença de um elemento comparativo (como, tal, parece), consideramos que esse tipo de comparação é igualmente efetivo, pois coloca comportamentos sociais distintos numa mesma série estabelecendo entre eles um regime de paridade.

O que se observa nessa consideração é a potencialização do efeito de sentido de seus significados que transportam um fato pontual (a homossexualidade) para significados múltiplos relacionados à criminalidade (sequestrador, abusador, adúltero, assassinos, imorais). Dessa forma, por meio da “comparação indireta”, o sujeito homossexual é submetido a uma espécie de representação que o implica em sua condição não só religiosa, mas também em sua condição jurídica e moral.

Essas reflexões evidenciam um tipo de intenção do enunciador de se estabelecer diferenças no meio social com a finalidade de “classificar” para “distinguir” e, supostamente, excluir. Trata-se de um processo que estabelece os limites sociais entre o “centro” e a “margem”. São destinados à “margem social” todos os indivíduos portadores de algum “transtorno” que os impeça de viver na sociedade representada pelo “centro”.

O espaço marginal é o lugar do silenciamento do qual se é impossível ouvir as vozes, no entanto, a sua existência valida a necessidade de um processo de “purificação” ou de “correção social” por meio do qual se é possível a admissão ou o retorno ao “centro”.

Consideramos que esse procedimento é extremamente eficaz no estabelecimento e no reforço de imaginários negativos em torno da homossexualidade uma vez que traduz um significado que fortalece a noção da condição “errada”, “marginal” do sujeito sexualmente “diferente” o que pode implicar a necessidade de ele ser “resgatado” e “melhorado”. Com isso, a comparação identificada na Ultimato conduz a ideia de que o indivíduo homossexual deve se submeter a um processo de “correção social” sem o qual ele continuará sendo alvo de disciplina e sujeito à condenação moral, jurídica e religiosa.

5.2.6 A acumulação

A acumulação é um procedimento por meio do qual é possível “engrossar” o teor argumentativo de determinados argumentos impondo valor de “evidência” e de autenticidade a uma determinada prova. Ele refere-se à maneira como o enunciador pode organizar o seu discurso no sentido de agrupar vários argumentos para servir a uma mesma prova.

No contexto analisado, esse foi um procedimento pouco explorado. No entanto, a sua utilização marcou fortemente a construção argumentativa do enunciador no reforço do seu ponto de vista, como se observa em (A8): “A rigor, e para os cristãos, a questão gay tem de ser enfrentada de outra maneira. Permanecer no armário ou voltar para ele não resolve. Casar-se com o parceiro do mesmo sexo não resolve. Adotar e criar filhos ora sem mãe ora sem pai não resolve. Fazer uma leitura gay da Bíblia não resolve. Filiar-se a uma igreja gay e ter pastores e bispos homossexuais não resolve. Livrar-se de qualquer preconceito por parte da sociedade não resolve” (ULTIMATO, 2010, p. 36).

Dessa forma, é possível observar como o procedimento de acumulação serve para inserir no texto, de forma contínua e assertiva, não só um posicionamento do enunciador sobre o homossexualismo, já que acrescenta também, por meio da “repetição”, um valor de intensidade que é atribuído de forma indireta a cada uma das ações descritas.

O mesmo procedimento foi utilizado de forma enfática em (A3) quando o enunciador busca fortalecer a sua argumentação a favor da possibilidade de transformação e, sobretudo, de perdão para a prostituição, para a homossexualidade e para outros pecados sexuais: “Basta ler a história da prostituta Raabe, do escândalo de Davi, da mulher surpreendida em adultério, da mulher pecadora, do homem da igreja de Corinto que se atreveu a possuir a mulher de seu próprio pai e dos ex-homossexuais ativos e passivos que foram transformados e perdoados [...]” (ULTIMATO, 2010, p. 37).

A análise indicou que a acumulação de informações referentes à Bíblia é imposta como testemunho que fortalece a prova de que a possibilidade de transformação e perdão é possível. Assim, ao construir as provas em favor de sua argumentação, o enunciador deixa marcado também para o seu leitor uma possível carência de “asepsia moral” e que essa é possível por meio de práticas higienistas de normatização (transformação, conversão, purificação) dos comportamentos, das relações e da afetividade dos indivíduos.

5.3 OS PROCEDIMENTOS SEMÂNTICOS

No âmbito dos procedimentos semânticos, foram identificados os procedimentos referentes aos domínios do ético, do estético e do pragmático que explicitaremos a seguir.

5.3.1 O domínio do ético

O domínio do ético consiste em uma argumentação que define os valores das coisas com base no paradigma “bem” ou “mal”. Os comportamentos humanos também são avaliados sob essa ótica que encontra-se conectada aos saberes de crença de cada grupo social. Para Charaudeau (2008), os valores referem-se às normas de representação social. Para o domínio do ético, os valores podem ser de solidariedade, disciplina, honestidade, esforço e superação, dever/obrigação, justiça, etc.

A análise apontou que na Revista *Ultimato* alguns argumentos foram utilizados sustentados nesse domínio de avaliação. Assim, o enunciador lançou sobre os comportamentos humanos referências a valores que reforçam a argumentação pela inserção de elementos como solidariedade e humanidade como ocorreu em (N6): “Homofobia: **não** cabe ao cristão **discriminar**” (ULTIMATO, 2011, p. 15); em alguns casos, a referência foi feita à justiça como em (N1): “Seria **injustiça** não admitir esses últimos (os que apesar de homossexuais negam a sua identidade) aos seminários e posteriormente à ordenação” (ULTIMATO, 2009, p. 14).

No que diz respeito aos procedimentos do domínio do ético que fundamentam o teor argumentativo em valores que indicam responsabilidade e dever a serem cumpridos, temos em (A9) um exemplo: “[...] **devemos defender** nossos lícitos interesses, e travar lícitos embates políticos pela preservação dos valores de nossa cultura, dos direitos naturais e do bem comum [...]”; e em “[...] se esqueceram da visão de participação construtiva de uma cidadania **responsável e promotora** dos valores do reino de Deus” (ULTIMATO, 2011, p. 53) (grifos nossos).

Com esse procedimento, o enunciador se apresenta ao seu interlocutor como um líder ao incorporar a figura daquele que busca orientar e direcionar os demais em função do bem comum. O leitor pode ser levado a identificá-lo como Ethos de liderança.

Outro procedimento utilizado insere na argumentação o valor da honestidade considerada essencial no processo de estabelecimento de confiança entre o enunciador e o seu interlocutor. Afinal, o interlocutor pode ser mais facilmente convencido se ele reconhece o seu enunciador como alguém honesto, e, por isso, digno de crédito. É assim que o enunciador se apresenta para o seu interlocutor em (A8), ao mostrar a solução para a homossexualidade: “Trata-se, **honestamente falando**, de um milagre, algo inexplicável operado pelo Espírito Santo” (ULTIMATO, 2010, p. 36).

Esse procedimento fortalece a argumentação na medida em que a suposta honestidade empregada pelo enunciador, no ato de reportar um evento, pode financiar a adesão por parte do interlocutor que poderá considerá-lo como verdadeiro.

Outro procedimento do domínio do ético fortemente veiculado na Revista *Ultimato* diz respeito àqueles baseados no esforço/superação. O valor desse argumento é verificado na “pesagem” do objeto pelo qual se faz o sacrifício. Trata-se de colocar em jogo um determinado “preço a pagar” a fim de se obter certo resultado (PERELMAN, 1996).

O argumento do esforço/superação é representado, principalmente, pela negação da homossexualidade por parte do indivíduo homossexual como observado em (A3): “[...] Jesus receitou: **negar-se a si mesmo**, isto é, **dizer não** à vontade pecaminosa [...]” (ULTIMATO, 2010, p. 37)

Os procedimentos que fazem referência ao argumento de esforço/superação também dizem respeito à mudança de convicção religiosa pela qual se deve reconhecer o pecado e superá-lo por meio da conversão como é observado em (N11): “Agora vá e **abandone (custe o que custar)** a prática homossexual” (ULTIMATO, 2012, p. 15).

É por meio desse tipo de argumento que o enunciador promove e defende a sua tese de que é possível o abandono da homossexualidade. O desejo de mudança é expresso pelo arrependimento e pela conversão como ocorreu em (A5): “A igreja [...] deve levá-los ao **arrependimento**” (ULTIMATO, 2010, p. 31) e em “A graça de Deus a levará à **conversão** [...]” (ULTIMATO, 2010, p. 36) (grifos nossos).

No entanto, a possibilidade de mudança muitas vezes foi apresentada pelo enunciador como o resultado do “tratamento” clínico como em (A6): “Mesmo no meio científico, alguns já admitem que homossexuais podem mudar a sua orientação sexual” (ULTIMATO, 2010, p. 35). Em outras situações, foi apresentada também como resultado de um apoio religioso aliado ao tratamento clínico, estabelecendo uma equivalência entre eles como em (A10), por exemplo: “[...] o poder do Espírito Santo, pela **igreja como comunidade terapêutica**, ou **pelos instrumentos científicos disponíveis**, podem fazer nova todas as coisas, transformando-as à imagem do caráter de Jesus. (ULTIMATO, 2011, p. 53).

A recorrência desses traços evidencia a permanência de uma noção que insiste em classificar o indivíduo homossexual como sujeito clínico. Nessa linha, estão todas as considerações normativas e hegemônicas de representação que asseveram contra a despatologização da homossexualidade em prol de uma tentativa de mudança de comportamento de base médica e religiosa. Assim, o argumento pelo sacrifício apontado na argumentação da *Ultimato* não leva em conta o possível sofrimento de quem vive a “diferença”,

pois o que está em jogo não é o sentimento do indivíduo homossexual, e sim o resultado que ele pode obter com a submissão a tais sacrifícios.

Inserem-se também como argumentos do domínio do ético, aqueles que apresentam uma distinção entre o bem e o mal. Esse tipo de argumento foi recorrente e utilizado para justificar porque se deve oferecer “tratamento” ao indivíduo homossexual como ocorreu em (A3): “[...] não fazem **o bem** que preferem, mas **o mal** que detestam porque o pecado habita neles” (ULTIMATO, 2010, p. 37) (grifos nossos).

Com essa recorrência, o enunciador cria a noção de que a homossexualidade pode também ser um tipo de interferência do mal da qual o sujeito homossexual supostamente queira se livrar. Essa interferência está fundamentada na dupla potencialidade do ser humano que, segundo o enunciador, teria uma inclinação boa e outra má. Dessa forma, seria necessária a anulação de sua inclinação má materializada pelo comportamento homossexual.

Esse tipo de noção traz à tona a necessidade de “anulação” da identidade homossexual reconhecida como procedente do mal. Dessa forma, o que fica implícito é a noção do “nascer de novo” pregado pelo cristianismo, ou seja, uma noção que aponta para a “morte/supressão” da identidade do sujeito sexualmente “diferente” em favor de sua ressurreição como nova criatura. A nova criatura surge como representação do que é “belo” e “limpo”. Esse tipo de argumentação encontra respaldo nos valores de natureza estética que prevê a validade das coisas em função de suas características de beleza.

5.3.2 O domínio do estético

No que se refere ao domínio do estético, a argumentação feita na Ultimato apresentou a homossexualidade como algo “feio, impróprio, distorcido” como se observa em (N4): “Não adianta embrulhar essas **distorções** (homossexualidade, necrofilia, pedofilia) em papel de presente para esconder a **impropriedade** e a **feiura** delas” (ULTIMATO, 2009, p. 16) (grifos nossos).

Na sociedade atual, qualquer referência a aspectos envolvendo a “distorção”, a “disformidade” do corpo, seja no aspecto visual ou no uso que se faz dele, tendem a ser fortemente rejeitados. Isso porque consideramos que a sociedade sustenta um valor cultural negativo no que diz respeito ao que é considerado “feio, disforme” e, por isso, vergonhoso.

Esse valor social negativo para o que é “feio, disforme” invoca o seu contrário, ou seja, o que é “belo” “perfeito” e, por isso, a constante busca social por práticas que possam

“higienizar” e “normatizar” não só os comportamentos humanos, mas também o próprio corpo, por exemplo, as diversas sugestões de “cura” para a homossexualidade, a correção física (cirurgia plástica), o aumento considerável de espaços para o culto do corpo belo (academias, clínicas de estética).

É por meio dessa normalização higienista de negação do “feio” e do “disforme” que a sociedade abre caminhos de rejeição contra grupos minoritários representados ao longo dos tempos pelas prostitutas, gays, lésbicas, deficientes físicos e negros.

Dessa forma, a “feiuura” relacionada à questão da homossexualidade constrói, por meio da negação do “diferente”, a justificativa para a sua erradicação como ocorreu em (N6): “Ele (o sexualmente diferente) deveria ser temporariamente afastado dos privilégios da comunidade, até que sua **natureza carnal fosse suplantada** pela nova natureza” (ULTIMATO, 2011, p. 15), ou ainda em (N8): “Paulo menciona alguns comportamentos que **devem ser corrigidos** por causa da lei (homossexualismo, imoralidade)” (ULTIMATO, 2011, p. 15).

5.3.3 O domínio do pragmático

Um dos procedimentos semânticos identificados na Ultimato dizem respeito ao domínio de avaliação pragmático. Trata-se de um procedimento por meio do qual é possível considerar o valor das afirmações consoante ao que é ou não favorável em um determinado contexto. Para Perelman (1996), “o argumento pragmático é apresentado amiúde como uma simples pesagem de alguma coisa por meio de suas consequências” (PERELMAN, 1996, p. 305).

A importância desse tipo de argumento traduz-se pela incorporação de juízos de valor na argumentação, ou seja, o que pode ser “calculado” como bom, útil, durável ou correto deve ser considerado, ao passo que o que não apresenta nenhuma ou menor utilidade será descartado. Esses juízos de valor são configurados na experiência e reconhecidos como normas por cada grupo social.

Charaudeau (2008) descreve a natureza do argumento pragmático. Para esse autor, esse argumento diz respeito à norma fundada na quantidade, à norma como modelo de comportamento, à norma como argumento de prudência ou de conservadorismo. Pertencem ao domínio pragmático, segundo Charaudeau, os valores fundados na experiência que tendem a valorizar o que é habitual, durável.

Na Ultimato, foram identificados argumentos consoantes a esse tipo de procedimento. Com base na utilidade e finalidade, identificamos argumentos como em (A1):

“Ele (Deus) deu características de si mesmo aos dois gêneros [...] Homem e mulher juntos, **gerando em amor**, nutrindo, educando, **criando**, estabelecendo outros **seres completos** e também **capazes de amar, gerar, nutrir e educar**” (ULTIMATO, 2009, p. 65).

Observa-se com esse argumento que a ênfase dada à configuração da família está na sua capacidade de gerar filhos. Posteriormente, como em uma cadeia de sucessão esses filhos terão a mesma finalidade/utilidade “gerar seres completos capazes de amar, nutrir, educar” e, assim, sucessivamente. Com esse argumento, o indivíduo aparece condicionado a uma lógica de reprodução biológica como parte da finalidade de sua existência. Dentro dessa lógica é possível supor que são “menos válidos” os indivíduos e as relações que não correspondem a esse modelo tradicional.

Outro tipo de argumento do domínio de avaliação pragmático identificado diz respeito àqueles que buscam estabelecer normas de conduta e de comportamento. Essas normas podem ser avaliadas e, posteriormente, legitimadas pelas consequências positivas ou negativas que supostamente podem acarretar para a sociedade ou para determinado grupo. Em (A7), tem-se um exemplo: “[...] a discriminação por razões morais e religiosas contra, por exemplo, os gays, torna-se ridícula e hipócrita [...]”. Além do mais, a oposição que alguns fazem à homossexualidade não é educada, inteligente, coerente e caridosa” (ULTIMATO, 2010, p. 35). Ou seja, a orientação para a conduta cristã é não discriminar porque o contrário pode repercutir negativamente para a “imagem” do grupo cristão.

Além desse tipo de argumento, foram identificados também argumentos consoantes à utilização da norma como argumento de prudência e de conservadorismo como ocorreu em (A5): “[...] quanto a esse princípio, a Bíblia **não é temporal**, as palavras de Jesus são o critério e o fundamento para todo pronunciamento cristão sobre a sexualidade [...]” (ULTIMATO, 2010, p. 31).

Na Ultimato, a maioria desses argumentos conservadores se fundamentam no uso das escrituras para afirmação de verdades como se observa também em (A5): “Aqueles que argumentam que a igreja **deve mudar essa norma** devem estar cientes de que estão promovendo a divisão: se uma igreja se deixar levar a ponto de não considerar a atividade homossexual como um desvio da norma bíblica e reconhecer as uniões homossexuais como uma parceria possível de amor equivalente ao casamento, tal igreja não estaria sobre bases bíblicas, mas contra o testemunho inequívoco das Escrituras” (ULTIMATO, 2010, p. 31).

Na Ultimato, a referência maior está relacionada aos valores referentes a normas de comportamento como em (N6): “Além de não poder dar o seu aval à conduta sexual adúlterina e à homossexual, o cristão precisa aprender a **arte da convivência** com aqueles que

a praticam” (ULTIMATO, 2011, p. 15). Nessa referência, o enunciador requer do cristão um comportamento de solidariedade em relação aos homossexuais como se observa também em: “[...] o cristão é membro de uma comunidade cristã e responsável por seu **testemunho e comportamento**” (ULTIMATO, 2011, p. 15).

Observamos que ao ser convocado para agir solidariamente com o indivíduo homossexual, o cristão deve fazê-lo por ser uma questão de “testemunho, exemplo” a ser dado frente à sociedade. O seu oposto seria o respeito ao ser humano independente de sua identidade. Dessa forma, o que é evidenciado é a importância do comportamento do cristão e não o respeito à pessoa homossexual e à sua identidade.

Além das regras de comportamento, alguns textos explicitaram também argumentos com base no conservadorismo como em (N1): “Não posso compreender como a igreja que conheço **há 40 anos** pode apoiar aquilo que Deus condenou” (ULTIMATO, 2009, p. 17) (grifo nosso). Em (N8), o conservadorismo tem como sustentação o valor perene das Escrituras Sagradas: “**As Escrituras** proíbem as relações homossexuais promíscuas e, de igual modo, o relacionamento homossexual” (ULTIMATO, 2011, p. 15).

Além disso, o argumento do domínio da avaliação pragmática pode ser fundamentado na exposição do valor das coisas tomando como base elementos quantitativos. Foi o que ocorreu em (A6), quando o enunciador faz referência à importância da Bíblia como o maior dos best-sellers de todos os tempos: “[...] nos últimos anos, só as **147** sociedades bíblicas do mundo colocaram em circulação **145 milhões** de Bíblias e **297 milhões** de Novos Testamentos” (ULTIMATO, 2010, p. 34).

O procedimento de base quantitativa indica uma argumentação fundamentada no lugar da quantidade, ou seja, o valor de determinado elemento na argumentação é assegurado pela superioridade daquilo que, pela sua grande quantidade, consegue ser suficientemente proveitoso e abrangente ao maior número possível de pessoas, por exemplo.

Esse tipo de procedimento pode servir também para explicar ou apresentar argumentos em função da validade de certos valores, já que eles representam uma maioria, como ocorre em (A2), quando o enunciador busca justificar porque os valores cristãos precisam ser preservados: “Enquanto **a minoria materialista** tenta forçar a ateocracia e **a minoria homossexual** tenta fomentar a heterofobia [...]. A nós, **a maioria**, cabe, democraticamente o direito à resistência” (ULTIMATO, 2009, p. 41).

Dessa forma, a validade desse tipo de argumentação se constrói em cima do que é suposto representar a maioria, ou seja, se a maioria defende a relação heterossexual, supõe-se que essa deve ser a “correta”. São traços quantitativos que podem evidenciar também a

supremacia de valores e de normas de comportamento de um determinado grupo em detrimento de outro de menor número.

No entanto, não se trata apenas de um processo de garantia de se “fazer ouvir” a voz da maioria, mas pode implicar também em um “fazer calar” a voz da minoria que ora se levanta na reivindicação da garantia de seus direitos.

Ainda em relação ao domínio do pragmático, observa-se que a questão do que é útil/inútil. Esse aspecto conecta a relação sexual heterossexual à questão da procriação e ao casamento como lugar “sagrado” estipulado para a sexualidade. Dessa forma, é imposta e justificada a superioridade da relação heterossexual em detrimento da relação homossexual em função de uma certa utilidade para a sociedade (procriação), enquanto que a homossexualidade ficaria em segundo plano por não promover a natalidade e, assim, não seria “útil” à sociedade e à formação da família como se observa em (N9): “Deus criou o ser humano como homem e mulher é o **imutável padrão de matrimônio cristão** entre um homem e uma mulher como o **lugar apropriado para a intimidade sexual** é a base da **família**” (ULTIMATO, 2011, p. 20) (grifos nossos).

Esse tipo de argumento pode ter o seu teor argumentativo elevado com a possível alusão que pode ser feita à narrativa bíblica, segundo a qual Deus dá a seguinte ordem a Adão e Eva “Crescei e multiplicai”. Finalmente, a título de ilustração, segue o gráfico 3 que apresenta a recorrência dos procedimentos argumentativos na Revista Ultimato.

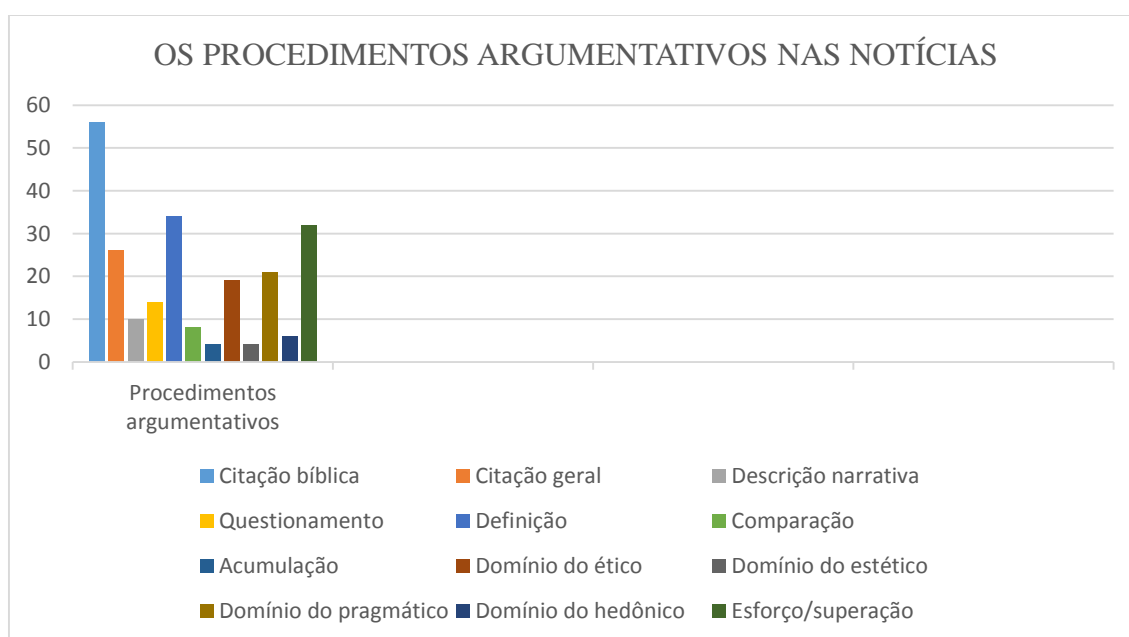


Gráfico 3: Os procedimentos argumentativos nas notícias.

As informações apresentadas pelo Gráfico 3 reforçam a presença marcante da Bíblia como referência para normatização da conduta e do comportamento dos indivíduos

cristãos. Dessa recorrência, é possível considerar que a prática homossexual continuará sendo rejeitada no âmbito das igrejas cristãs uma vez que não há “brecha” nas escrituras para essa prática. Assim, nos parece deslocadas e contraditórias as falas procedentes do universo cristão que algumas vezes assinalam o contrário, ou seja, a possível aceitação da relação homossexual.

5.4 OS PROCEDIMENTOS DESCRITIVOS NA ARGUMENTAÇÃO

Conforme informado anteriormente, o contexto de análise apresentou o modo de organização descritivo submetido ao modo argumentativo, contribuindo, assim, para a construção da argumentação na Revista *Ultimato*. Com fins argumentativos, foram identificados os componentes nomear, localizar e qualificar que compõem esse modo de organização. A seguir, explicitaremos a contribuição desses componentes para a constituição argumentativa na *Ultimato*.

5.4.1 O procedimento de nomear

O procedimento de nomear foi utilizado na constituição do efeito de veracidade nos textos da Revista *Ultimato*. Ao proceder à nomeação dos indivíduos e dos eventos apresentados, o enunciador não só os nomeia como os insere em uma determinada classe que os distingue e justifica a sua inserção nos textos como ocorre em (N1) com a figura “do **cardeal** Grodolewski, **prefeito** da Congregação para a Educação Católica” (ULTIMATO, 2009, p. 14).

Consideramos que o procedimento de nomear pode ser argumentativo na medida em que procede à identificação de um ser na especificação não só do seu nome, mas também na inserção desse ser conectado a uma respectiva classe de relevância social.

No contexto analisado, a classe a que se refere esses indivíduos pode reforçar a argumentação por fazer referência a esse indivíduo como ethos de sabedoria ligado a um campo de conhecimento. Partindo da nomeação dessas autoridades, o enunciador pode fazer referência a essa entidade e construir por meio da utilização de sua imagem uma argumentação associativa (em consonância com o seu ponto de vista), ou dissociativa (contrária a seu ponto de vista). No entanto, a análise apontou que a argumentação dissociativa foi utilizada de forma positiva pelo enunciador ao proceder à desconstrução dos pontos de vista considerados contrários. Este procedimento amplifica a sua imagem de “conhecedor” frente a seu interlocutor.

5.4.2 O procedimento de localizar

O procedimento de localização, segundo Charaudeau (2008), faz com que um determinado “ser esteja” e possa ser reconhecido pelo lugar que ocupa em um determinado espaço/tempo. Esse procedimento aponta a tentativa do enunciador em proceder a uma construção objetiva do mundo.

Dessa forma, o enunciador promove a sua visão sobre os eventos narrados deixando “mais explícito” ou “menos explícito” os dados que ele supõe serem necessários ao contrato comunicativo estabelecido entre ele e o seu leitor. Além disso, os procedimentos de construção objetiva do mundo ajudam a construir uma “visão de verdade” para a informação divulgada. Em (N1), o valor de verdade foi reforçado com informações exatas como em “Em novembro de 2005”, que especifica pontualmente a ocorrência do fato.

Na maioria dos textos analisados, esse mecanismo serviu como testemunha de “veracidade” ao marcar para o leitor de maneira objetiva o posicionamento de certos elementos no mundo “real”. Assim, as informações podem ser apreendidas pelo leitor com maior facilidade o que favorece de certa forma a aceitação das informações por serem consideradas “verdadeiras” em função da referência que se faz a elas e à sua posição no mundo. É o que ocorreu, por exemplo, em (A2): “[...] O Estado laico foi uma das bandeiras do protestantismo **no Brasil**” (ULTIMATO, 2009, p. 40).

Este mesmo procedimento foi utilizado também vinculado ao argumento de direção assumido sob a forma de argumento de propagação, como se observa em (A2): “O antirreligiosismo teve como epicentro a **Europa Ocidental**, estendeu-se para a **América do Norte**, e se espalha pela periferia do sistema mundial, chegando até nós” (ULTIMATO, 2009, p. 40).

A respeito do argumento de direção sob a forma de propagação, Perelman (1996) acrescenta que “se o fenômeno inicial já é, por si só, considerado um mal, recorrer-se-á o mais das vezes à noção de contágio (PERELMAN, 1996, p. 326). Esse tipo de argumento, observado em (A2), também foi identificado em (A10): “O que se iniciou **na Europa e na América do Norte** chegou **ao Brasil**” (ULTIMATO, 2011, p. 53). Nos exemplos referidos, o que o enunciador considera como fenômeno “nocivo” é a incorporação de pessoas homossexuais ao corpo sacerdotal, o que supostamente vem acontecendo nas várias denominações cristãs em volta do mundo.

Dessa forma, consoantes à proposta de Charaudeau (2008), consideramos que o procedimento de localização utilizado pelo enunciador cumpriu a sua função de tornar mais objetivas as informações divulgadas por meio do componente localizar/situar num determinado espaço e contexto e, com isso, contribuiu também para a argumentação, sobretudo, na criação

do valor de autenticidade atrelado à figura de um orador que de posse de discursos “sobre o mundo” pode se projetar como ente de sabedoria (ethos de sabedoria).

5.4.3 O procedimento de qualificação

Destacaremos a seguir o procedimento de qualificação por meio do qual o enunciador promoveu a sua construção identitária para a homossexualidade. Nos deteremos, consoantes ao objetivo da nossa pesquisa, à qualificação feita em torno da homossexualidade. A partir da análise da qualificação, foi possível identificar os imaginários sociais que sustentam a argumentação contrária à homossexualidade na Revista *Ultimato*.

Segundo Charaudeau (2008), o procedimento de qualificar objetiva reduzir a “infinidade do mundo”, ou seja, traz a amplitude de significações dos seres e do mundo a um recorte constituído de valores que o enunciador pretende divulgar. No que diz respeito à qualificação de seres humanos, esse procedimento ajuda na descrição de seu aspecto físico, gestual, de suas posturas, manias e comportamentos, dentre outros.

Na Revista *Ultimato*, o procedimento de qualificação foi direcionado para a descrição dos comportamentos humanos, sobretudo, sobre a descrição dos comportamentos relacionados à homossexualidade. Assim, o enunciador pode descrever dois grupos distintos: os homossexuais e os heterossexuais, cada um com características específicas que os inscrevem como sujeitos do mundo e ao mesmo tempo como entidades discursivas sobre as quais encontram-se as representações inerentes ao seu grupo social.

Dessa forma, consoantes à nossa investigação, buscamos verificar de que forma o procedimento de qualificação serviu para representar a homossexualidade. Atrelado à essa representação está o teor argumentativo da qualificação utilizado como mecanismo de convencimento para a defesa de uma tese contrária à homossexualidade.

O quadro 13 abaixo sintetiza o resultado do procedimento de qualificação identificado nas notícias.

Código de identificação da notícia	Referência	Elemento qualificativo
N1	“[...] aqueles que reconhecem que a homossexualidade é contrária a lei de Deus e à lei natural”.	“contrária à lei natural”
N2	“Essas anormalidades eram tão frequentes e comuns entre os povos que moravam na Palestina”	“anormal”
N4	“Não adianta embrulhar essas distorções em papel de presente para esconder a impropriedade e a feiura delas”	“distorção”, “impróprio”, “feio”

N5	“Paulo nomeia as suas perversões”; “[...] a prática do homossexualismo é pecaminosa, tanto porque perverte a criação original de Deus com respeito à sexualidade [...] quanto porque significa ingratidão em relação a Deus [...]”	“perversão” “pecado”, “perversão”, “ingratidão”
N8	“Relações homossexuais não promíscuas não libera a prática homossexual. Elas continuam fora da normalidade”	“anormal”
N12	“[...] nos reservamos o direito [...] de discordar da prática homossexual por entender que é bíblicamente pecaminosa e viola o padrão original de Deus para os seres humanos”.	“pecado” “contrária à lei natural”
N13	“A igreja pode e deve contribuir para a reversão desta tendência da homossexualidade, por ser ela contrária ao padrão bíblico cristão da moral”.	“contrária à lei de Deus”.

Quadro 12 - O procedimento qualificativo nas notícias da Revista Ultimato.

A seguir, o quadro 14 faz referência à qualificação identificada nos artigos de opinião.

Código de identificação do artigo	Referência	Elemento qualificativo
A1	“Deus previu a cruel perversão da masculinidade”	“cruel, pervertido”
A2	“Por sua mobilização política (e não por descobertas científicas) se promoveu a retirada dessa anomalia do rol das enfermidades e dos ilícitos”.	“anomalia, prática ilícita”
A4	“Voltemos ao questionamento inicial sobre como resguardar a criança dos desvios sexuais”	“desvio sexual”
A5	“Toda tradição doutrinária cristã ensina que há uma coisa chamada amor invertido, pervertido”.	“invertido, pervertido”
A6	“Ele (autor citado no texto) define claramente a homossexualidade como pecado”; “[...] as severas proibições quanto ao comportamento homossexual fazem de sua atividade uma transgressão diante da Lei de Deus”.	“pecado”, “transgressão”
A7	“[...]a conduta homossexual será considerada um desvio sexual”.	“desvio sexual”
A8	“Isso não quer dizer que não haja solução para a pessoa que nasceu com dificuldade heterossexual ou com tendência homossexual[...]”.	“dificuldade heterossexual, tendência”
A9	“O multiculturalismo, o politicamente correto, a cultura da morte (aborto, não procriação, homossexualismo, eutanásia).	“cultura da morte”
A10	“[...] A inclinação/tentação homoerótica é uma das manifestações da queda, uma enfermidade espiritual, um desvio de conduta, um pecado [...]”.	“enfermidade espiritual, desvio de conduta, “pecado”

Quadro 13 - O procedimento qualificativo nos artigos de opinião da Revista Ultimato.

Dessa forma, foi possível observar que o procedimento de qualificação assumiu importante papel na argumentação uma vez serviu à sedimentação de noções em torno da homossexualidade. Ao leitor, foi apresentada uma qualificação negativa sobre a homossexualidade que supostamente corresponde à crença do seu enunciador.

A síntese apresentada sobre a qualificação em torno da homossexualidade, chama a atenção para o fato de que a partir dessa qualificação negativa é arquitetada a construção de imaginários também negativos para a homossexualidade uma vez que os elementos qualificativos para descrevê-la representam do mesmo modo valores socialmente negativos. Trata-se de uma construção subjetiva que parte do “olhar” do enunciador sobre os fatos do mundo e, portanto, está intrinsecamente relacionada ao imaginário pessoal e social de quem a constrói, mas que ao ser projetada sobre um determinado interlocutor pode ser efetivamente eficaz na configuração das verdades que o enunciador tenciona com o seu discurso.

5.5 A ENUNCIÇÃO NA ARGUMENTAÇÃO DA REVISTA ULTIMATO

Conforme apontado por Charaudeau (2008), a descrição da organização enunciativa está relacionada a três atos locutivos: elocutivo, alocutivo e delocutivo. Trata-se de uma categoria que se sobrepõe aos outros modos. Essa modalidade estabelece a posição do enunciador em relação ao seu interlocutor, ao seu dito e ao discurso de um terceiro.

Na argumentação da Revista Ultimato, no que diz respeito à configuração da enunciação, observamos que a modalidade predominante foi a elocutiva. Assim, é possível inferir que tanto as notícias como os artigos de opinião foram construídos sob uma mesma perspectiva e com os mesmos objetivos. Em alguns casos, as duas modalidades discursivas se sobrepuseram, como se observa em (N2). O referido texto, apesar de estar inserido na seção MAIS DO QUE NOTÍCIAS, é, na verdade, um artigo de opinião, no qual o enunciador, por meio de uma argumentação polêmica, apresenta o seu ponto de vista sobre comportamento sexual.

Dessa forma, consideramos que os dois gêneros analisados são modalidades que veiculam uma opinião e um engajamento do sujeito enunciador sobre um determinado propósito do mundo, ou seja, são construídos sob o ponto de vista do sujeito enunciador.

No entanto, vale ressaltar que, por se tratar de textos argumentativos, nos dois gêneros identificamos também que o enunciador busca influir sobre o ponto de vista do seu interlocutor o que sugere a presença de um comportamento Alocutivo.

Do emprego da modalidade Alocutiva na argumentação, é possível acrescentar que o enunciador é reconhecido no contrato comunicativo por sua superioridade. São os “agentes especializados da fé”³² para ministrar a palavra (missionários, bispos, teólogos, padres) que têm a sua autoridade religiosa reconhecida institucionalmente e, por isso, vai influir sobre o comportamento do outro, ou seja, impõe ao interlocutor a execução de uma ação (converta-se, purifique-se). Caso seja negado o cumprimento da ação, existem as sanções, portanto, fica a “critério” do interlocutor aceitar ou não o ponto de vista enunciado.

Para isso, o enunciador recorreu também à modalidade Delocutiva, principalmente, sob a forma de um discurso relatado a fim de sustentar a veracidade de sua fala. Dessa forma, o enunciador arquiteta um jogo de substituição ao se apagar de seu ato de enunciação colocando para o seu leitor a Bíblia como elemento central do seu discurso. Assim, o leitor é inserido numa espécie de arranjo que o convoca a não colocar em questão a veracidade das afirmações do enunciador uma vez que o seu conteúdo atualiza, sobretudo, os mandamentos sagrados.

5.6 OUTROS PROCEDIMENTOS: AS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS

Além dos procedimentos discursivos e semântico, foram incorporados à argumentação outros procedimentos que, com base em Perelman (1996), denominaremos de técnicas argumentativas. São elas: o discurso de autoridade, o recurso de presença, o argumento pelo modelo/antimodelo, e a figura de presença.

5.6.1 O discurso de autoridade

O discurso de autoridade é um argumento utilizado para endossar a fala do enunciador. Geralmente esse tipo de argumento encontra-se alinhado à ideia do orador e de certa forma implica em quem o emprega explicitando as suas preferências e valores. Segundo Perelman (1996), trata-se de um argumento de prestígio que “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN, 1996, p. 348).

A principal autoridade invocada para dar sustentação aos argumentos na Ultimato foi a Bíblia por meio do procedimento discursivo da citação, já anteriormente referido. A superioridade da Bíblia é reconhecida como fonte de verdade e também como guia

³² Cf. Bourdie (1992).

para a normatização do comportamento e da conduta cristã, como se observa em (N10: “Não há outro sustentáculo para a não aceitação da homossexualidade senão as **Escrituras Sagradas**” (ULTIMATO, 2011, p. 15).

Além da Bíblia, foi recorrente também a voz de autoridade de professores, autores de livros e artigos e psiquiatras. Dentre essas vozes, destacam-se as vozes oriundas do universo clínico como ocorreu em (N5). Essa notícia traz a voz do psiquiatra e docente do corpo da Escola de Medicina da Universidade de Harvard, Armand Nicholi, segundo o qual: “A prática do homossexualismo é **pecaminosa**, tanto porque **perverte** a criação original de Deus com respeito à sexualidade com vistas à união sexual, quanto porque significa **ingratidão** em relação a Deus quanto a maneira como nos criou individualmente” (ULTIMATO, 2009, p. 17).

O emprego desse discurso de autoridade pelo enunciador atende a um duplo propósito: o primeiro, porque traduz a voz de um representante da esfera clínica, responsável por reforçar os argumentos por meio da representatividade de sua figura “psiquiatra do corpo docente da Universidade de Harvard” e, o segundo, refere-se ao efeito patêmico materializado pela palavra ‘ingratidão’ que insere no discurso o sentido de que o indivíduo homossexual e aqueles que concordam com ele são ingratos com Deus, porque não respeitam a forma como Deus os criou.

Essa afirmação atualiza no texto o posicionamento do enunciador e pode suscitar no leitor efeitos de “indignação” contra os indivíduos favoráveis a esse tipo de comportamento ou até mesmo uma sensibilização por meio da “culpa”, por ser a homossexualidade considerada um comportamento contrário à vontade de Deus, ou seja, são palavras cujos sentidos podem funcionar como elementos de promoção de “culpabilidade” do indivíduo homossexual e daqueles que com ele concordam.

Ao se referir à homossexualidade como “prática pecaminosa, perversão, ingratidão em relação à criação de Deus”, o discurso de autoridade (psiquiatra) faz aflorar o imaginário de que a homossexualidade é de fato algo contrário ao estado natural do homem, ao mesmo tempo em que sedimenta noções em torno da necessidade de um mecanismo de “reversão” capaz de “corrigir” o que está fora do seu estado normal.

Além disso, é possível afirmar que a presença de um representante da esfera clínica nos textos reescreve no corpo homossexual as marcas de um saber-ciência que reafirma a homossexualidade como transtorno patológico e, conseqüentemente, o sujeito homossexual como sujeito clínico suscetível de “cura”.

A homossexualidade passou por um progressivo processo de despatologização o que resultou em sua exclusão do rol das doenças mentais. No entanto, a psicologia ainda

atravessa constantemente a temática homossexualidade como se observa em (N3): “Para deixar de fazer o que odiamos, **precisamos de ajuda psicológica e religiosa** [...]” (ULTIMATO, 2009, p. 16).

O posicionamento em relação à condição clínica do sujeito homossexual sugere não apenas a necessidade de tratamento, mas estratégias de modificação (psicologia e religião), operando na construção de um indivíduo de “primeira ordem”.

Assim, verifica-se que a transformação invocada com a “conversão” implica a “morte” do sujeito homossexual materializada no seu corpo pelo abandono do “pecado” e pela aceitação de um novo modelo que lhe é imposto. Dessa forma, “morte” e “ressureição” são as duas faces de uma mesma moeda que condicionam a existência desse sujeito de “primeira ordem” como se observa em (N11): “Nós já **morremos** para o pecado [...]” (ULTIMATO, 2012, p. 15), e também em (N8): “A conversão nada mais é do que a invasão da graça divina na vida humana, produzindo uma verdadeira **ressureição** [...]” (ULTIMATO, 2011, p. 15).

Além disso, verificamos que as considerações feitas na Revista Ultimato a respeito da homossexualidade estão no território de controle do corpo que prevê a sexualidade como mecanismo para se alcançar a salvação. Trata-se de um processo de “santificação” promovido, sobretudo, por meio da privação sexual como observado em (N8): “As Escrituras proíbem as relações sexuais promíscuas e, de igual modo, o relacionamento homossexual” (ULTIMATO, 2011, p. 15).

A ideia difundida para o alcance da santificação é a prática da abstinência sexual pelos indivíduos não legitimados pelo casamento heterossexual procriativo, ou seja, o casamento heteronormativo é considerado o único “lugar” para a existência da sexualidade, conforme se observa em (N2): “Vamos desistir da estreita relação do **sexo** com o amor, com a **família** e com a **reprodução** ?” (ULTIMATO, 2009, p. 18) (grifos nossos).

Dessa forma, o indivíduo homossexual é submetido a uma padronização que se erige no desdobramento de duas “possibilidades”. A primeira, sob a forma de uma recomendação de “tratamento” que implica na negação de sua identidade homossexual (reconhecer-se pecador), e segunda, o abandono da prática homossexual e assunção de uma conduta casta (conversão).

O uso do argumento acima expõe também uma relação quase lógica que se instaura entre o todo e as partes”, ou seja, o que é válido para um, deverá ser válido para todos, incondicionalmente, e vice-versa. Este tipo de argumento diz respeito à noção de que o comportamento assumido pela igreja (o todo) deve ser o mesmo para o indivíduo homossexual

(parte), independente de qualquer situação, ou seja, a única regra válida é o casamento heterossexual procriativo.

Esse argumento está fundamentado na regra de justiça, segundo a qual é exigido tratamento igual entre indivíduos em situações semelhantes por possuírem os mesmos traços, estarem nas mesmas condições psicossociais ou pertencerem a um mesmo grupo.

Dessa forma, o argumento deixa claro que a regra estabelecida deve ser respeitada por todos e que a aceitação de pessoas homossexuais pelas igrejas está condicionada a um ajustamento de conduta que condiciona a prática sexual à existência do casamento heterossexual. Dos não casados, é requerida a castidade (mesmo se considerada absurda), que prevê a santidade do corpo e da alma como resultado da privação sexual considerada ilícita como se observa em (N2): “É muito mais seguro ficar com o “absurdo” das relações sexuais lícitas do que com o absurdo das relações sexuais ilícitas” (ULTIMATO, 2009, p. 18).

Ainda sobre o discurso de autoridade, identificamos o que denominamos de discurso contrário de autoridade caracterizado pela inserção no discurso da fala de uma autoridade com a função de ser desconstruída, deslegitimada pelo enunciador.

Perelman (1996) trata desse tipo argumento considerando o valor contestável tanto da afirmação quanto da autoridade de quem o profere. Para o autor “uma mesma autoridade é valorizada ou desvalorizada conforme coincida ou não com a opinião dos oradores” (PERELMAN, 1996, p.350). Assim, é possível falar em discursos de autoridade que em função do contrato no qual estão inseridos, das verdades e dos valores que constituem o universo dos indivíduos que dele participam, podem ser contestados ou questionados.

Na Ultimato, foi identificado esse tipo de argumento nos textos em que aparecem as vozes de autoridade de pessoas reconhecidas socialmente como escritores, jornalistas, médicos e professores. A finalidade do enunciador é contestá-las, como ocorreu com a fala do professor Gregório Ruiz “Essa interpretação (a do referido professor) é impossível de ser admitida mesmo sem se consultar outras passagens bíblicas” (ULTIMATO, 2011, p. 15). Assim, o orador constrói a imagem de alguém que “sabe” e, por isso, pode contestar. Esse procedimento atualiza no enunciador um ethos de sabedoria ao demonstrar um conhecimento amplo que o legitima a questionar representantes de esferas distintas como a midiática, a teórico/científica e a médica.

Além disso, o leitor pode ser levado a aceitar as verdades proferidas pelo enunciador decorrentes do embate e da polêmica que se instaura no confronto simbólico entre os opositores. Do embate, o enunciador sai como “vencedor” porque ele representa o saber e a

verdade e, sobretudo, o conhecimento bíblico sobre o qual está sustentado o seu posicionamento.

5.6.2 A figura de presença

Ainda no âmbito das técnicas argumentativas, identificamos a figura de presença representada principalmente pela recorrência à imagem do apóstolo Paulo como observamos em (N4): “A mais notável confissão a respeito disso foi feita por **Paulo**” (ULTIMATO, 2009, p. 16), e em (N6): “O ensino de **Paulo** tem um valor imenso se for considerado” (ULTIMATO, 2011, p. 15).

Vale ressaltar que, segundo o texto bíblico, Paulo, após ser transformado pela aceitação da fé cristã, se manteve casto durante toda a vida como observado em uma referência que ele faz a sua própria condição: “Digo, porém, aos solteiros e às viúvas, que lhes é bom se ficarem **como eu**” (1 Coríntios 7:8) (grifos nossos).

Além disso, um de seus ensinamentos de maior destaque registrado nas escrituras diz respeito ao fato de que o casamento heterossexual seria a melhor maneira para o controle da sexualidade: “Mas, se não podem conter-se, casem-se. Porque é melhor casar do que abrasar-se” (1 COR.7:9). Dessa forma, a sua figura encerra não só os mandamentos para a boa conduta cristã como também serve de modelo para os cristãos que querem manter a santidade do corpo.

Assim, consideramos que a referência feita à sua figura nas notícias sintetiza o bom comportamento, as boas regras de conduta, a supremacia do casamento heterossexual e os ensinamentos doutrinários que o enunciador busca difundir para os seus leitores.

5.6.3 O argumento pelo modelo

A argumentação pelo modelo objetiva oferecer incentivo à imitação. Segundo Perelman (1996), não se trata apenas de ilustrar ou fundamentar uma determinada regra, mas também de mobilizar uma ação nele inspirada. Em (A4), é possível observar como o argumento utilizado com a finalidade de demonstrar formas de se proteger as crianças de comportamentos considerados negativos, servem também para estabelecer o modelo de família que o enunciador busca representar: “Uma criança que cresce em uma família na qual os pais se amam e expressam isso abertamente aos filhos, o diálogo é aberto [...] sobre valores [...] tem menos

riscos de desenvolver uma conduta disfuncional, seja de ordem sexual ou de outras ordens” (ULTIMATO, 2010, p. 27).

Vale ressaltar que o modelo de família veiculado na Revista refere-se à instituição de papéis sociais atribuídos restritamente à união homem/mulher como se observa em (A10): “[...] a sexualidade como dom vitalício deve ser exercida no matrimônio heterossexual **monogâmico e vitalício** [...]” (ULTIMATO, 2011, p. 53) (grifos nossos).

O argumento pelo modelo ocorreu também na referência a pessoas cujos comportamentos, segundo o enunciador, podem contribuir para o estabelecimento de padrões morais e para o fortalecimento do caráter das crianças na luta contra todo tipo de perversão, como em (A4): “[...] quando ela (a criança) encontra alguém (um professor, um amigo, um religioso) que lhe dê referências de valores – em especial os espirituais -, ela ganha certa “imunidade” a desvios de conduta” (ULTIMATO, 2010, p. 27).

Para Perelman (1996), o modelo materializa a conduta a ser seguida ao mesmo tempo em que serve de caução a uma conduta já adotada. A conduta dessa forma, já seria validada pela referência feita ao modelo reconhecido ao qual ela se restringe, ou seja, o modelo já garante o valor da conduta.

O exemplo pelo modelo na Revista Ultimato apareceu relacionado à figura marcante do apóstolo Paulo por meio do argumento da figura de presença, mencionado anteriormente. A sua figura materializa no discurso o “ser perfeito” de conduta única e imaculada, portador de um comportamento que o aproxima de uma “divindade”. Para Perelman (1996), é essa noção que as religiões fornecem com a ideia do “homem divino” que deve ser imitado.

5.6.4 O argumento pelo antimodelo

Ao contrário do argumento pelo modelo, que busca instituir um paradigma digno de ser imitado, o argumento pelo antimodelo opera pelo seu contrário, ou seja, diz respeito aos comportamentos que devem ser evitados.

É assim que o enunciador convoca o seu leitor a rejeitar o que ele considera como desvios sexuais, entre eles, a homossexualidade em [N2]: “Vamos seguir o exemplo daquele austríaco que gerou sete filhos da própria filha?”, ou “Quem quiser se deitar com uma pessoa do mesmo sexo” (ULTIMATO, 2009, p. 18). Mais uma vez se observa a equiparação entre homossexualidade e delitos penais.

O argumento pelo antimodelo apareceu também na invocação dos desvios de conduta supostamente relacionados à figura masculina: “[...] sair com outra mulher, sair para comprar cigarros e não voltar, ser preso, beber o salário em vez de comprar comida, bater na mulher e nos filhos no desvario do álcool” (ULTIMATO, 2009, p. 65). Com esse argumento, o enunciador faz a junção do antimodelo da figura masculina que deve ser evitado ao mesmo tempo em que invoca a imagem do seu contrário. O seu contrário diz respeito a um modelo patriarcal que reinsere a ideia de um pai (figura masculina) provedor, protetor em cuja figura restritamente encontra-se a unidade familiar.

O gráfico 4 a seguir sintetiza a análise da argumentação empreendida nesse trabalho, e aponta as técnicas argumentativas mais recorrentes nas notícias e nos artigos de opinião publicados na Revista Ultimato sobre homossexualidade, conforme Perelman (1996).

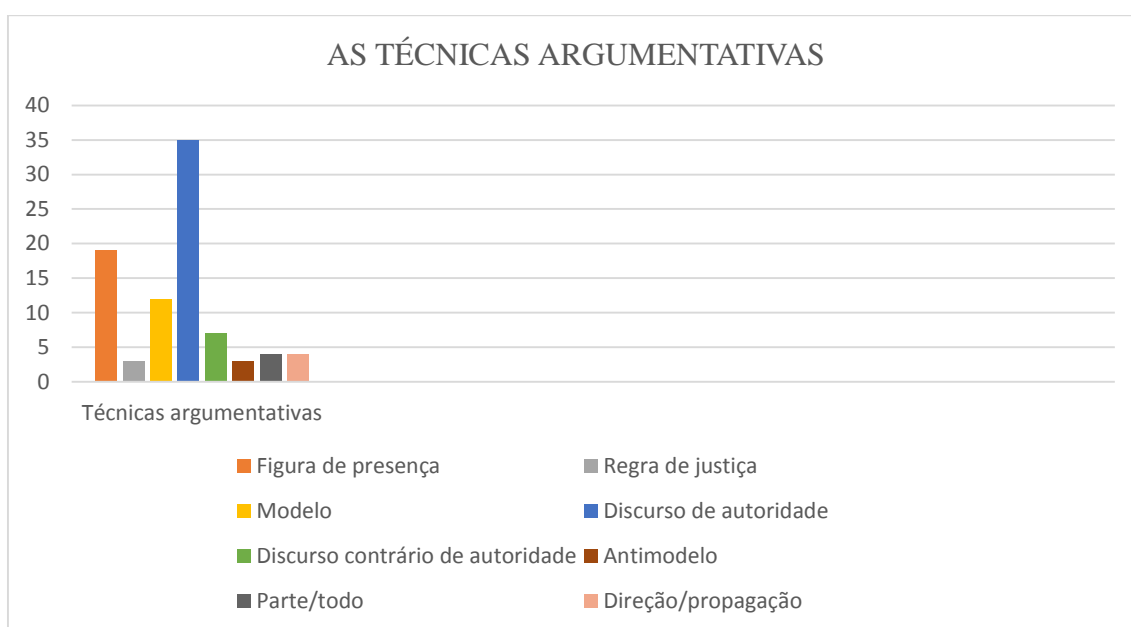


Gráfico 4 - As técnicas argumentativas na Revista Ultimato.

Com base na análise da recorrência dos procedimentos argumentativos (gráfico 3) e das técnicas argumentativas (gráfico 4), é possível qualificar os argumentos utilizados na Revista Ultimato, como mostra o gráfico 5 a seguir.



Gráfico 5 - Os argumentos na Revista Ultimato.

Falar da dimensão racionalizadora, que sintetiza os argumentos técnicos, conforme propõe a Teoria Retórica do Discurso, é abordar a relação existente entre o orador e seus argumentos. Trata-se de uma relação da ordem do saber, ou seja, diz respeito à maneira como o orador se empenha na utilização de argumentos que poderão estabelecer uma defesa mais consistente e legítima para a tese que pretende defender. Nesse quesito, é possível inferir que a argumentação na Revista Ultimato foi construída sob a Dimensão Racionalizadora, predominando uma argumentação mais técnica e legitimadora.

A argumentação técnica subentende-se pela presença expressiva de argumentos de ordem técnica como a citação, a definição, a comparação, a regra de justiça, o modelo, o antimodelo, o argumento da parte/todo. Os argumentos mais próximos do raciocínio lógico³³ (Logos) deram para a argumentação um caráter mais objetivo e técnico.

Essa informação implica supor a presença de um auditório particular, ou seja, o orador se dirige a um público especializado (cristão) cujos valores e crenças ele antecipadamente reconhece como mais fáceis de serem mobilizados em favor de sua tese. Para Dittrich (2008), esse é um dos pontos primordiais da argumentação que objetiva ser técnica “os discursos em que predomina a argumentação técnica são aqueles voltados para um auditório especializado e que, de um modo praticamente deliberado, objetivam atacar, defender ou reforçar determinada tese” (DITTRICH, 2008, p. 26). Para isso, é necessário o reconhecimento de uma “comunhão prévia” entre orador e auditório como parece ser o caso da Ultimato, sobretudo, com a utilização de trechos da Bíblia.

³³ Os argumentos de ordem técnica aqui denominados referem-se aos argumentos quase-lógicos, aos argumentos que fundamentam a estrutura do real e os argumentos baseados na estrutura do real. Todos esses argumentos, conforme propõe Perelmam (1996), estão dentro dos raciocínios lógicos.

A segunda maior recorrência refere-se aos argumentos legitimadores que, quando utilizados, testemunham a favor da figura do orador. Na *Ultimato*, consideramos que o orador buscou construir a sua legitimidade como ente portador de um saber que o seu interlocutor provavelmente não possui. O discurso de autoridade utilizado por ele aponta para essa tentativa, pois, observamos que sempre que recorreu a esse mecanismo argumentativo, o enunciador buscou projetar-se como “conhecedor” capaz de mobilizar e articular informações oriundas de várias fontes na defesa de seu ponto de vista. Inserem-se na ordem dos argumentos legitimadores a acumulação, o questionamento, o discurso contrário de autoridade e a citação geral.

Finalmente, foi possível observar também que os argumentos mais emotivos ocorrem em menor quantidade. Esses argumentos nos textos fizeram referência aos comportamentos de compaixão e solidariedade que os cristãos devem demonstrar para com o indivíduo homossexual.

A seguir, trataremos dos imaginários sociodiscursivos identificados na análise da argumentação aqui empreendida.

6. OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS DA HOMOSSEXUALIDADE NA REVISTA ULTIMATO

Em consonância com os objetivos da pesquisa, buscamos nesse capítulo relacionar a representação da homossexualidade, presente na configuração argumentativa, ao saber de conhecimento que a estrutura a fim de averiguar a construção de imaginários sociodiscursivos dela decorrente no discurso da Revista Ultimato.

6.1 OS SABERES DE CONHECIMENTO NAS NOTÍCIAS

Os saberes de conhecimento são considerados na Teoria Semiociológica maneiras de dizer que dão estrutura às representações. Segundo Charaudeau (2006), “os saberes de conhecimento não são categorias abstratas da mente, mas maneiras de dizer configuradas pela e dependentes da linguagem que ao mesmo tempo contribuem para construir sistemas de pensamento” (CHARAUDEAU, 2007, p. 197).

Essas maneiras de dizer traduzem as representações que cada grupo social constrói para “dizer” o mundo. Para Charaudeau (2006),

[...] essas representações constituem maneiras de ver (discriminar e classificar) e de julgar (atribuir um valor) o mundo, mediante discursos que engendram saberes, sendo que é com esses últimos que se elaboram sistemas de pensamento, misturas de conhecimento, de julgamento e de afeto” (CHARAUDEAU, 2006, p. 197).

No quadro a seguir, buscamos elucidar essas maneiras de dizer (constituição argumentativa) por meio das quais são apresentados um determinado tipo de saber a fim de identificar os imaginários sociodiscursivos que elas ajudam a sustentar. Em tempo, ressalta-se que, em virtude dos objetivos da pesquisa, os argumentos apresentados referem-se apenas aqueles nos quais identificamos algum tipo de representação da homossexualidade.

O quadro 15 seguir explicita a relação entre os saberes e os imaginários.

Cód	Referência	Argumento	Saber social	Imaginários
.				

N1	“[...] Por haver uma grande diferença entre aqueles que apoiam a chamada cultura gay – e se sentem livres para se enveredarem por esse caminho – e aqueles que reconhecem que a homossexualidade é contrária à lei de Deus e à lei natural , e não cedem a ela, seria injustiça não admitir esses últimos ao seminário.”	Argumento baseado na regra de justiça	Saber de crença opinião coletiva	Contrária à lei natural, contrária à lei de Deus (prática pecaminosa)
	“Na igreja de Corinto assim como havia extrapaceiros, ex-alcoólatras, ex-idólatras e ex-adúlteros, havia também ex-homossexuais passivos e ativos.”	Argumento de comparação	Saber de crença de revelação	Prática delituosa (trapaceiro), alcoolismo (comportamento patológico), idolatria, adultério (prática pecaminosa)
	“Todos (pecadores, entre eles os homossexuais), porém, por terem aceitado o evangelho, foram lavados, santificados e justificados no nome do Senhor Jesus [...].”	Argumento de esforço/superação	Saber de crença de revelação	Comportamento passível de “conversão”
N2	“Quem quiser deitar-se com um animal, com uma pessoa do mesmo sexo , com uma pessoa casada, com a mulher de seu próprio pai, com a filha ou nora, com uma criança [...].”	Argumento de acumulação	Saber de crença opinião relativa	Prática delituosa (pedofilia), zoofilia (comportamento patológico)
	“Essas anormalidades eram tão frequentes e comuns entre os povos que moravam na Palestina”	Descrição narrativa	Saber científico	Prática anormal (comportamento patológico)
	“A relação homossexual é chamada de algo detestável ou abominável aos olhos de Deus.”	Citação	Saber de revelação	Prática detestável (valor social negativo), abominável (valor negativo)
N4	“E se ele (o psiquiatra) for procurado por um pai de família que tem uma irresistível atração sexual pela filha menor de idade? Ou por um jovem que não mais deseja ter relações sexuais com animais? Ou por uma pessoa cujo desejo sexual é dirigido para cadáveres? [...] E se ele for procurado por um homem ou por mulher possuídos por desejos sexuais contrários à natureza (homossexualidade)?”	Argumento de questionamento/ Acumulação	Saber de crença opinião relativa	Prática semelhante à necrofilia (comportamento patológico), à zoofilia (conduta patológica, pedofilia (conduta delituosa), contrária à lei natural
	“Não adianta embrulhar essas distorções em papel de presente para esconder a impropriedade e a feira delas.”	Domínio do estético	Saber de opinião relativa	Prática feia, imprópria, distorção (valor social negativo)

	“[...] a verdadeira conversão é a difícil arte de discordar do próprio desejo (homossexualidade), quando ele é destituído e contrário à lei de Deus.”	Argumento pelo sacrifício	Saber de opinião relativa	Prática contrária à lei de Deus, destituída (valor social negativo)
N5	“Não posso compreender como a igreja que conheço há 40 anos pode apoiar aquilo (homossexualidade) que Deus condenou .”	Argumento pragmático/conservador	Saber de opinião coletiva	Prática condenável (prática delituosa)
	“Ao se referir aos pecadores [...], Paulo nomeia as suas perversões .”	Figura de presença	Saber de crença revelação	Prática pervertida (comportamento patológico)
	“Os homens, em vez de terem relações sexuais normais cada qual com a sua mulher, ardem de paixão uns pelos outros, homens praticando coisas vergonhosas com outros homens.”	Citação	Saber de crença revelação	Prática anormal (conduta patológica), vergonhosa (valor social negativo)
	“[...] a prática do homossexualismo é pecaminosa , tanto porque perverte a criação original de Deus com respeito à sexualidade [...] quanto porque significa ingratidão em relação a Deus [...].”	Citação	Saber de crença revelação	Prática pecaminosa, perversão (conduta patológica), contrária a lei natural
	“A sensação sexual contrária é o termo coletivo para “modos de comportamento afastado do normal , especialmente a homossexualidade .”	Citação	Saber de conhecimento científico (psicologia)	Prática contrária, afastada do normal (conduta patológica)
N6	“Não cabe ao cristão [...] humilhar ou apedrejar o homossexual ou a lésbica , em uma sociedade em que há muitos outros desvios como a injustiça, a avareza, o consumismo, a hipocrisia, o ódio [...].”	Comparação	Saber de crença opinião relativa	Lesbianismo e homossexualism o são práticas distintas, desvio de conduta moral (valor social negativo)
N7	“Ele (líder evangélico) foi inserido em relacionamentos homossexuais aos 9 anos, por um abusador .”	Comparação/citação	Saber de opinião relativa	Prática semelhante à pedofilia (prática delituosa)
	“Elas (relações homossexuais não promíscuas) continuam fora da normalidade , levando em conta o que prescrito nas Escrituras sagradas .”	Discurso de autoridade Bíblia	Saber de crença revelação	Prática anormal
N8	“Os que precisam da lei para se controlarem são os assassinos , os imorais, os homossexuais , os sequestradores , os mentirosos [...].”	Argumento de comparação	Saber de crença opinião relativa	Prática semelhante a assassinato, sequestro (prática delituosa)

	“A lei é boa também para os mentirosos , os que dão falso testemunho e os homossexuais [...]”	Argumento de comparação	Saber de opinião relativa	Prática semelhante a desvio de conduta moral
N9	“Deus criou o ser humano como homem e mulher e o imutável padrão de matrimônio cristão entre um homem e uma mulher como o lugar apropriado para a intimidade sexual é a base da família.”	Citação/comparação	Saber de crença revelação	Prática contrária à lei natural
N11	“Jesus trata o homossexual do mesmo jeito : recebe-o como pecador, pela graça, e provavelmente lhe diria: “Agora vá e abandone (custe o que custar) a prática homossexual.”	Argumento com base na regra de justiça/ Esforço e superação	Saber de crença revelação	Prática passível de “conversão”

Quadro 14 - A identificação dos saberes de conhecimento na constituição dos imaginários nas notícias.

No que diz respeito aos saberes presentes na argumentação sobre a homossexualidade, foram identificados os saberes de crença. Os saberes de crença, segundo Charaudeau, “visam a sustentar um julgamento sobre o mundo. Referem-se, portanto, aos valores que lhe atribuímos e não ao conhecimento sobre o mundo [...]” (CHARAUDEAU, 2006, p. 198). Dentre os saberes de crença, foram predominantes o saber de crença de opinião relativa e o saber de crença de revelação, como se observa no Gráfico 6 a seguir.

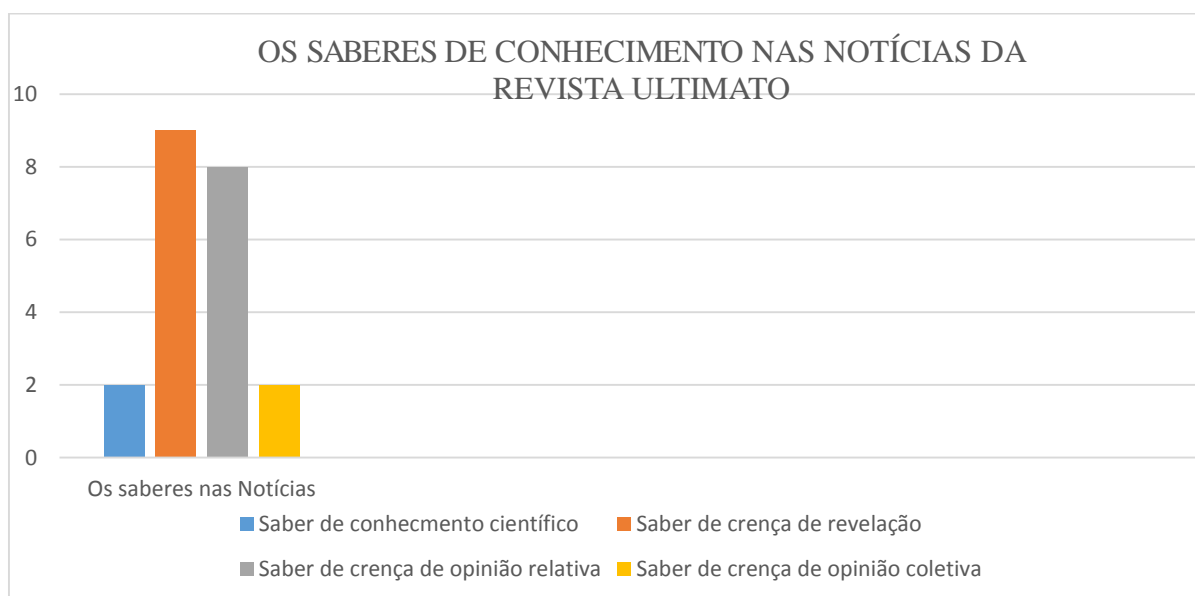


Gráfico 6 - Os saberes de conhecimento nas notícias da Revista Ultimato.

O gráfico 6 aponta que o saber de conhecimento de maior ocorrência foi o saber de crença revelação. A alta ocorrência do saber de crença revelação aponta para a filiação religiosa cristã dos membros do corpo editorial da Revista (bispos, missionários cristãos,

teólogos) e indica ainda que a argumentação nas notícias procederá, conforme aponta a análise, com base nas verdades apresentadas na Bíblia (saber de revelação).

O saber de crença de revelação é um tipo de saber superior e exterior ao indivíduo ao qual ele se submete passando a ser defensor e “pertencente” a esse saber (valor identitário) como é possível observar em (N8): “Enquanto os **cristãos** consideram a **Bíblia como regra de fé e conduta**, não há absolutamente como abrir brecha ao relacionamento entre um homem e outro homem, e entre uma mulher e mulher” (ULTIMATO, 2011, p. 11). Dessa forma, é possível observar a estreita relação entre o grupo (cristão) e a doutrina a que ele se refere (Bíblia) como justificativa para os posicionamentos assumidos na Revista Ultimato.

O segundo saber identificado foi o saber de crença de opinião relativa. Segundo Charaudeau (2006), trata-se de um saber que prevê uma espécie de avaliação segundo a qual o sujeito deve se posicionar favorável ou não frente a eventos do mundo. Da ocorrência do saber de crença de opinião relativa, é possível considerar que as notícias sobre a homossexualidade na Revista não são produzidas com o objetivo de divulgação do fato em si, mas são ao contrário, produzidas com base nas crenças, nos valores e nos julgamentos cristãos daqueles que compõem o corpo editorial (bispos, padres, missionários cristãos) e que fazem das notícias um espaço de “encenação” dos seus juízos de valor sobre a homossexualidade.

Daí a constatação, segundo Charaudeau, de que “Mortos são mortos, mas para que signifiquem ‘genocídio’, ‘purificação étnica’, ‘solução final’, ‘vítimas do destino’, é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais” (CHARAUDEAU, 2007, p. 131).

Trata-se de um processo de “construção” que ao buscar uma inteligibilidade do mundo procede a uma “encenação” dos fatos que traduz os significados que o enunciador pretende divulgar para o seu leitor. É dessa (re) construção dos fatos que resultam as avaliações, os julgamentos e os valores do enunciador. No entanto, o que a análise nos indica é que a “construção” das notícias na Ultimato não apenas “apontou” para um determinado sistema de valor, foi além disso já que buscou construir de forma enfática uma defesa contrária à homossexualidade. Dessa forma, consideramos que as notícias foram utilizadas como mecanismo de sedimentação e de promoção de noções que podem servir para distanciar os grupos homossexuais da fé cristã. Mesmo que em alguns casos a Revista tenha dito o contrário.

O terceiro saber identificado na argumentação refere-se ao saber de conhecimento científico que diz respeito a fenômenos do mundo e encontra-se além da subjetividade do sujeito. Segundo Charaudeau, “eles participam, portanto, de uma razão científica que constrói uma representação da realidade que vale pelo conhecimento do próprio

mundo” (CHARAUDEAU, 2006, p.197). Nas notícias da Revista Ultimato, foram os saberes de conhecimento científico sobre a homossexualidade que sustentaram a construção de parte dos imaginários sociodiscursivos que conectam a homossexualidade a um comportamento patológico (anormalidade).

Finalmente, o saber de crença de opinião coletiva indica nas notícias a presença de posicionamentos divergentes. Nas notícias, esses grupos correspondem ao grupo defensor da doutrina cristã e contrário à homossexualidade, e, o outro, aos homossexuais.

É ainda com base no saber de opinião coletiva que o enunciador demarca os espaços ideológicos e de valores que caracterizam a identidade do grupo cristão em oposição aos homossexuais como é possível verificar em (N1): “Por haver uma grande diferença entre **aqueles que apoiam a chamada cultura gay** – e se sentem livres para se enveredarem por esse caminho – e **aqueles** que reconhecem que **a homossexualidade é contrária à lei de Deus e à lei natural**, e não cedem a ela, **seria injustiça** não admitir esses últimos ao seminário” (ULTIMATO, 2009, p. 14). Dessa forma, é possível verificar como os imaginários sociodiscursivos são veiculados por saberes que dizem “as representações” sobre o mundo a partir de lugares sociais determinados.

Finalmente, consideramos que a identificação dos saberes possibilita a construção de “grades de inteligibilidade” segundo as quais é possível classificar e agrupar, em função do mesmo valor de sentido, os imaginários sociodiscursivos decorrentes da argumentação. Assim, identificamos na argumentação trinta e duas recorrências de imaginários sociodiscursivos. Os imaginários identificados representam a homossexualidade como contrária à lei natural, prática delituosa, comportamento patológico, passível de conversão, prática de valor social negativo, pecado e, ainda, o imaginário que diferencia erroneamente o conceito homossexual e lésbica.

O resultado da identificação e a ocorrência dos imaginários são representados na grade 1 abaixo.

NOTÍCIAS

IMAGINÁRIO IDENTIFICADO	N1	N2	N4	N5	N6	N7	N8	N9	N11	RECORRÊNCIA
Contrária à lei natural	X		XX	XX				X		6
Prática delituosa		X	X	X		X	X			5
Comportamento patológico	X	X	XX	XXXX			X			9
Passível de “conversão”									X	1
Valor social negativo		X	XXXX	X	X		X			8

Prática pecaminosa	X			X						2
Homossexualidade diferente lesbianismo (confusão conceitual)					X					1
TOTAL										32

Grade 1 – Os imaginários sociodiscursivos nas notícias da Revista Ultimato.

A grade 1 aponta para a recorrência dos imaginários que estruturam os saberes nas notícias da Revista Ultimato. Os imaginários sociodiscursivos aqui apresentados serão discutidos posteriormente. A seguir, procederemos à análise dos saberes de conhecimento nos artigos de opinião.

6.2 OS SABERES DE CONHECIMENTO NOS ARTIGOS DE OPINIÃO

Assim como nas notícias, o quadro 16 a seguir apresenta a representação da homossexualidade decorrente da constituição argumentativa, o saber de conhecimento a que ela se refere e os imaginários sociodiscursivos que ajuda a construir.

Cód.	Referência	Argumento	Saber social	Imaginários
A1	“ Homem e mulher juntos, gerando em amor , nutrindo, educando, criando, estabelecendo outros seres completos e também capazes de amar, gerar, nutrir e educar.”	Pragmático/ Utilidade	Saber de conhecimento/ Experiência	Não validade social
A2	“Por sua mobilização política (e não por “descobertas científicas” se promoveu a retirada dessa anomalia do rol das enfermidades e dos ilícitos [...] e se parte para proibir os que querem deixá-la .”	Argumento de acumulação	Saber de opinião relativa	Anomalia, enfermidade Comportamento patológico Prática ilícita (valor social negativo) Passível de cura
	“Enquanto a minoria materialista tenta forçar a ateuçracia e a minoria homossexual tenta fomentar a heterofobia [...] a nós, a maioria, cabe o direito à resistência.”	Argumento pragmático de quantidade	Saber de opinião coletiva	Prática heterofóbica
	“À vista desse problema crônico, não é o celibato, nem o casamento que vai nos livrar da pornografia, da infidelidade conjugal, da prostituição, do homossexualismo e da pedofilia .”	Comparação	Saber de opinião relativa	Pornografia, infidelidade conjugal (valor social negativo), prostituição, pedofilia (prática delituosa)

A3	“Resta saber se há perdão para o padre que mantém relações sexuais com uma mulher com a qual não se casou ou com pessoa do mesmo sexo ou que abusa da inocência de uma criança. É claro que sim. ”	Argumento de Questionamento	Saber de opinião relativa	Adultério, pedofilia (prática delituosa) Perdão (passível de cura)
	“A Bíblia é um catálogo de pessoas perdoadas , sobretudo, nessa área (sexual).”	Argumento pelo exemplo	Saber de crença de revelação	Passível de “cura”
	“[...] o fato é que se não houver arrependimento e mudança, a pedofilia poderá tornar-se uma prática tão “normal” quanto a prostituição, o amor livre, o adultério, o lesbianismo e o homossexualismo. ”	Argumento de esforço/ Superação/ Comparação	Saber de opinião relativa	Passível de cura, Pedofilia, adultério, prostituição (prática delituosa), , distinta do lesbianismo (confusão conceitual)
A4	“A partir da experiência clínica , o que constatamos, é que uma criança que cresce em uma família (heteronormativa) na qual os pais se amam e expressam isso abertamente aos filhos [...] ela (a criança) tem menos riscos de desenvolver uma conduta disfuncional , seja da ordem sexual (homossexualidade) ou de outras ordens.”	Argumento pelo modelo (família perfeita), sucessão	Saber de conhecimento científico	Conduta disfuncional (comportamento patológico)
A5	“Em Romanos, Paulo inclui o comportamento homossexual entre as consequências de se afastar de Deus.”	Citação bíblica / presença	Saber de crença de revelação	Afastamento de Deus (pecado)
	“Em 1 Coríntios , a prática homossexual está junto com a fornicação, o adultério, a idolatria, a avareza, a bebedeira, o furto e o roubo [...]”	Citação bíblica / comparação	Saber de crença de revelação	Fornicação, idolatria, avareza (pecado) Bebedeira (alcoolismo/ comportamento patológico) Adultério, furto, roubo (prática delituosa)
	“[...] o testemunho bíblico inclui a prática do homossexualismo , sem exceção, entre os tipos de comportamento que expressam notavelmente a humanidade afastada de Deus. ”	Discurso de autoridade: Bíblia	Saber de crença de revelação	Afastamento de Deus (pecado)
	“Se uma igreja se deixar levar a ponto de não considerar a atividade homossexual como desvio da norma bíblica e reconhecer a as uniões homossexuais como uma parceria possível de amor equivalente ao casamento, tal igreja não estaria sobre bases bíblicas [...]”	Discurso de autoridade: Bíblia	Saber de crença de revelação	Desvio da norma bíblica (prática pecaminosa)
	“Ele conclui (o autor referido): “A Bíblia define claramente a homossexualidade como pecado. ”	Argumento de citação / Autoridade	Saber de crença de revelação	Prática pecaminosa

A6	<p>“Os que baseiam a sua fé sobre o Antigo e o Novo Testamento não podem duvidar que as severas proibições quanto ao comportamento homossexual fazem de sua atividade uma transgressão diante da Lei de Deus.”</p>	Argumento de citação/ Discurso de autoridade Bíblia	Saber de crença de revelação	Transgressão diante da Lei da Deus (prática pecaminosa)
	<p>“Desde o início da vida humana, a companheira do homem é uma mulher e o companheiro da mulher, um homem.”</p>	Pragmático conservador	Saber de revelação	Contrária à lei natural
	<p>“Só a descoberta desse ato (homem/mulher) criador de Deus já seria suficiente para se reconhecer os caminhos da heterossexualidade.”</p>	Pragmático conservador	Saber de crença de revelação	Contrária à lei natural
	<p>“É nessa porção da Bíblia que se encontra a passagem mais explícita contra a homossexualidade: “Com homem não te deitarás, como se fosse mulher.”</p>	Discurso de autoridade: Bíblia / Citação	Saber de crença de revelação	Prática pecaminosa
	<p>“Até as mulheres trocaram suas relações naturais por outras, contrárias à natureza.”</p>	Citação bíblica	Saber de crença de revelação	Contrária à natureza
	<p>“Paulo fala sobre o homossexualismo masculino “Da mesma forma os homens abandonaram as relações naturais com as mulheres e se inflamaram de paixão uns pelos outros.”</p>	Figura de presença / Citação bíblica	Saber de crença de revelação	Contrária à natureza
	<p>“Mesmo no meio científico, alguns admitem que os homossexuais podem mudar sua orientação sexual.”</p>	Argumento de superação	Saber de conhecimento científico	Passível de “cura”
	<p>“O próprio Robert Spitzer, professor da psiquiatria da Universidade de Columbia [...] “descobriu que 78% dos homens e 95% das mulheres que voluntariamente se submeteram a uma terapia “restauradora” relatam uma mudança em sua sexualidade.”</p>	Discurso de autoridade	Saber de conhecimento científico	Passível de “cura”
A7	<p>“Se a consciência de um homossexual não o deixar em paz, apesar do apoio ostensivo da mídia, de alguns profissionais da saúde e até de alguns líderes evangélicos, por que não se pode dar a ele auxílio psicológico ou pastoral, caso a pessoa espontaneamente o deseje?”</p>	Questionamento	Saber de crença de opinião relativa	Passível de “cura”
	<p>“No caso dos protestantes, enquanto eles se conservarem fieis às Escrituras Sagradas, sua única regra de fé e conduta, a conduta homossexual será considerada um desvio sexual.”</p>	Discurso de autoridade: Bíblia	Saber de crença de revelação	Desvio sexual (comportamento patológico)
	<p>“Isso não quer dizer que não haja solução para a pessoa que nasceu com dificuldade heterossexual ou com tendência homossexual, para a pessoa que recebeu no lar estímulos contrários à heterossexualidade, que foi levada ao</p>	Argumento de esforço/ superação / acumulação	Saber de crença de opinião relativa	Dificuldade heterossexual, tendência homossexual (comportamento patológico)

A8	homossexualismo por causa de abusos sexuais cometidos por familiares e estranhos, que chegou a essa situação por curiosidade , que tornou-se homossexual em função da propaganda da homossexualidade (novelas, filmes, internet, paradas gays).”			Abuso sexual (prática delituosa) Curiosidade, propaganda (escolha individual)
	“[...] Os pregadores do evangelho não estão proibidos, à luz da Bíblia, de condenar como pecado a prática homossexual. ”	Discurso de autoridade: Bíblia	Saber de revelação	Prática pecaminosa
A9	“O multiculturalismo, o politicamente correto, a cultura da morte (aborto, não-procriação, homossexualismo, eutanásia), a agenda GLSTB lastreiam na pós-modernidade que, negadora de qualquer verdade, afirma o individualismo, o subjetivismo e o relativismo.”	Pragmático utilidade / Comparação	Saber de crença de opinião relativa	Não procriação (Não validade social) Eutanásia, aborto (prática delituosa)
	“Afirmar os valores cristãos vai se tornando um ato de delinquência, e, dos direitos civis dos homossexuais, se passa para a obrigatoriedade da sua normalidade.”	Regra de justiça	Saber de crença de opinião relativa	Prática anormal (comportamento patológico)
A10	“[...] a existência de pessoas com tendências homoeróticas , a serem acolhidas e escutadas pastoralmente, sob o princípio de ser a sua prática contrária ao ensino das Sagradas Escrituras. ”	Ético solidariedade / Discurso de autoridade: Bíblia	Saber de crença de revelação	Prática contrária às Escrituras (prática pecaminosa)

Quadro 16 - A identificação dos saberes de conhecimento na constituição dos imaginários nos artigos de opinião.

O quadro 16 acima sintetiza a ocorrência dos saberes resultantes da argumentação nos artigos. Assim, identificamos como mais recorrentes os saberes de crença. Dentre eles, destacam-se os saberes de revelação e os saberes de opinião relativa como elucida o gráfico 7 abaixo.

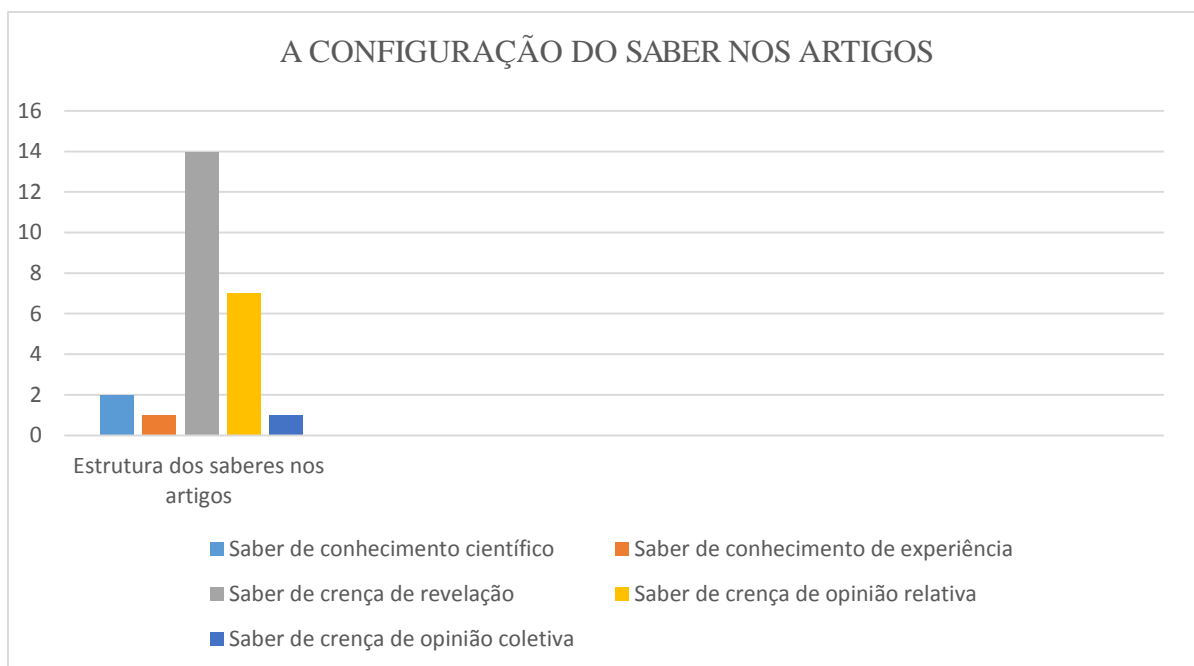


Gráfico 7 - Os saberes de conhecimento nos artigos de opinião da Revista Ultimato.

A alta ocorrência do saber de crença de revelação aponta para a presença marcante da Bíblia como fundadora das opiniões emitidas pelo enunciador. É sob a sua “condução” que são construídos os imaginários sobre a natureza pecaminosa e “anormal” da homossexualidade por ser considerada contrária à lei natural.

Dessa forma, a Bíblia aparece como caução para modelos de pensamento e de comportamento que têm como alvo a disciplina heteronormativa como se observa em (A6): “É nessa **porção da Bíblia** que se encontra a passagem mais explícita contra a homossexualidade: “Com homem não te deitarás, como se fosse mulher” (ULTIMATO, 2010, p. 34). Assim, a validade do que está escrito refere-se a um saber “superior” ao indivíduo, cabe ao cristão o “ajustamento” a esse modelo de pensamento e de comportamento.

Alinhado ao saber de crença de revelação, figura o saber de crença de opinião relativa. O saber de crença de opinião relativa possibilita ao sujeito comunicante uma tomada de posição como se observa em (A10): “Isso não quer dizer que **não haja solução** para a pessoa que nasceu com **dificuldade heterossexual** ou com **tendência homossexual**, para a pessoa que recebeu no lar estímulos contrários à heterossexualidade, que **foi levada ao homossexualismo por causa de abusos sexuais** cometidos por familiares e estranhos, que chegou a essa situação **por curiosidade**, que tornou-se **homossexual em função da propaganda da homossexualidade** (novelas, filmes, internet, paradas gays)” (ULTIMATO, 2010, p. 36).

Nesse trecho, o enunciador não só emite a sua opinião sobre a possibilidade de “cura” para a homossexualidade, como também constrói e apresenta para o leitor os supostos motivos que favorecem o surgimento de um comportamento homossexual.

No que diz respeito ao saber de experiência, identificamos a sua ocorrência em (A1): “**Homem e mulher** juntos, **gerando em amor**, nutrindo, educando, criando, **estabelecendo outros seres** completos e também capazes de amar, **gerar, nutrir** e educar” (ULTIMATO, 2009, p. 65) (grifos nossos). Dessa forma, o saber de experiência aparece como fundador de argumentos que representam a condição restritiva da sexualidade ligada à reprodução e à formação da família.

A lógica da reprodução biológica natural está sustentada na experiência social que prevê a reprodução como resultado da presença de indivíduos heterossexuais. Assim, o enunciador recorre ao saber de conhecimento de experiência como um mecanismo capaz de reforçar a supremacia da união tradicional.

Ainda em relação aos saberes, o saber de conhecimento científico foi identificado nos argumentos que justificam a existência de um saber-ciência sobre o corpo e sobre a sexualidade que os investem em um dispositivo de investigação. Por isso, a presença de representantes da esfera clínica (psiquiatras, psicoterapeutas, psicólogos) e também da referência feita a teorias médico/científicas.

No entanto, consideramos que no contexto investigado a utilização do conhecimento científico reaviva a suposta necessidade de submeter o “corpo homossexual” a avaliações que sejam suficientes válidas para identificar a sua origem “para então redimir, condenar e apagar as “homossexualidades” (CARNEIRO, 2009, p. 114) como se observa em (A6): “Mesmo no **meio científico**, alguns admitem que os homossexuais podem **mudar** sua orientação sexual” (ULTIMATO, 2010, p. 35).

Finalmente, o saber de crença de opinião coletiva foi identificado em argumentos que colocam em oposição grupos sociais que se confrontam no espaço simbólico dos embates sociais em defesa de uma identidade coletiva como se observa em (A2): “Enquanto a **minoria materialista** tenta forçar a ateocracia e a minoria **homossexual tenta fomentar a heterofobia** [...] **a nós, a maioria**, cabe o direito à resistência” (ULTIMATO, 2009, p. 41).

Consideramos que os saberes identificados da argumentação ajudaram a fundamentar a construção de imaginários sobre a homossexualidade, dentre eles, os que representam a homossexualidade como contrária à lei de Deus, prática delituosa, comportamento patológico, *passível de “conversão”*, valor social negativo, prática pecaminosa, homossexualidade diferente de lesbianismo, validade social, prática heterofóbica

e escolha individual. A seguir, é apresentada a “grade de identificação” que sintetiza a ocorrência dos imaginários mais recorrentes nos artigos de opinião.

IMAGINÁRIO IDENTIFICADO	ARTIGOS DE OPINIÃO										RECORRÊNCIA
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	
Contrária à lei natural						XX XX					4
Prática delituosa			X X		X			X	X		5
Comportamento patológico		X		X	X		X	X	X		6
Passível de “conversão”		X	X X X			XX	X				7
Valor social negativo		X	X								2
Prática pecaminosa					XX XX	XX X		X		X	9
Validade social	X								X		2
Prática heterofóbica		X									1
Escolha individual			X					X			2
TOTAL											38

Grade 2 - Os imaginários sociodiscursivos nos artigos de opinião Revista Ultimato.

A grade 2 aponta para a recorrência dos imaginários que estruturam os saberes nos artigos da Revista Ultimato. Os imaginários sociodiscursivos apresentados nas notícias e nos artigos de opinião serão discutidos na próxima seção.

6.3 OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NA REVISTA ULTIMATO

Os imaginários sociodiscursivos são formas de descrever os saberes partilhados explícitos no ato de linguagem (VALE, 2010, p. 339). São eles que traduzem os valores e os julgamentos de cada grupo social atuando como “espelhos identitários” da realidade.

No entanto, os imaginários têm a necessidade de ser sustentados por meio de uma racionalização discursiva, ou melhor, nas palavras de Charaudeau (2006), “esses imaginários fragmentados, instáveis e essencializados têm necessidade de ser materializados” (CHARAUDEAU, 2006, p. 206).

Com base em Charaudeau (2006), diremos ainda que esses imaginários materializados por meio dos discursos dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos sociais têm do mundo ao mesmo tempo em que corporificam os seus julgamentos, crenças e valores. Segundo Charaudeau, o indivíduo “constrói seu saber sob a dependência da realidade, pois não pode pensar a si próprio senão mediante as representações que ele se dá” (CHARAUDEAU, 2006, p. 191).

Nessa linha de abordagem, verificamos de que maneira o discurso cristão veiculado nas notícias e nos artigos de opinião representou a homossexualidade. Assim, identificamos dez desdobramentos distintos, a saber: contrária à lei de Deus, prática delituosa, comportamento patológico, comportamento passível de “conversão”, prática de valor social negativo, pecado, homossexualismo semelhante a lesbianismo, prática heterofóbica.

O gráfico 8 abaixo apresenta a junção dos imaginários sociodiscursivos veiculados nos artigos de opinião e nas notícias.

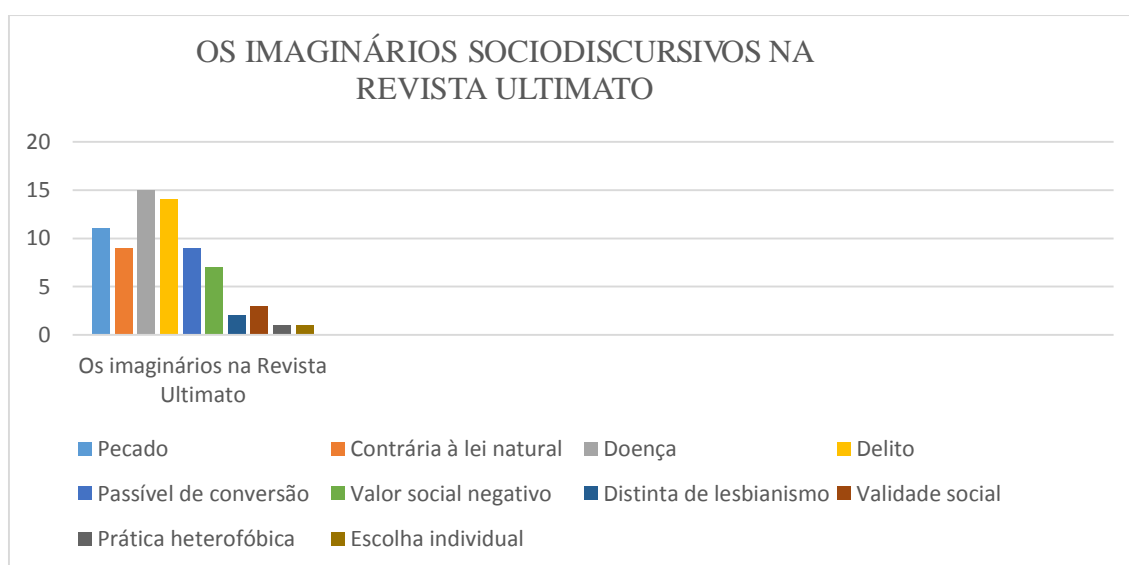


Gráfico 8 – Os imaginários sociodiscursivos na Revista Ultimato.

Conforme aponta o gráfico 8, o imaginário mais recorrente na Revista Ultimato diz respeito ao imaginário que aponta a homossexualidade como um comportamento patológico (doença). No entanto, não nos ateremos aqui ao aspecto de maior ou menor recorrência de cada um dos imaginários e sim na relação interdiscursiva estabelecida entre eles como dispositivo de promoção e de justificação de um posicionamento contrário à homossexualidade.

Dessa forma, começaremos a elencar o imaginário que condiciona à homossexualidade a uma prática contrária à lei natural. É possível considerar que esse imaginário tem como fundamento o saber de crença de revelação que o conecta à doutrina

cristã segundo a qual Deus criou homem e mulher como prevê o livro de Gênesis: “E criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou” (BÍBLIA SAGRADA, 1995, p. 3). Assim, trata-se de uma verdade de valor inquestionável a qual o leitor deve aderir.

A adesão do sujeito enunciador à doutrina cristã o identifica como sujeito pertencente a um determinado grupo que se submete a uma doutrina que o implica enquanto sujeito individual e coletivo. Isso porque consideramos que, ao reconhecer a homossexualidade como contrária à lei de Deus e à lei natural, o enunciador se projeta como ente conectado à doutrina cristã segundo a qual a criação do homem partiu da matriz Adão/Eva, ou seja, da lei natural de Deus para criação (macho/fêmea).

Além disso, esse saber de crença nos parece fundamentado no valor da tradição, *imaginário da “tradição”*. Segundo Charaudeau (2006), o imaginário da tradição pode ser representado por um discurso de busca pela origem ou de retorno às fontes, ou seja, o imaginário de tradição pode estar “sustentado por discursos que referem a um mundo longínquo no tempo, no qual os indivíduos teriam conhecido um estado natural de pureza” (CHARAUDEAU, 2006, p. 211). Ainda segundo o autor, esse mundo é evocado como um “paraíso perdido” para o qual o homem deve se voltar na busca da pureza e da autenticidade (Éden da Bíblia). No entanto, no que diz respeito à homossexualidade, o imaginário fundamentado na busca pela origem autêntica e pura, conforme propõe Charaudeau (2006), pode invocar o seu contrário, ou seja, os indivíduos “impuros” ou “não autênticos”.

A impureza é representada na doutrina cristã pela noção de “pecado”. O imaginário que conecta a homossexualidade a uma condição pecaminosa também foi identificado nas notícias e artigos da Revista Ultimato.

Esse imaginário pode ser traduzido socialmente pelos “discursos de apelo à erradicação do que poderia representar uma “nódoa” (CHARAUDEAU, 2006, p. 211). Com isso, a presença desse imaginário pode refletir socialmente na possível exclusão social do indivíduo sexualmente “diferente” devido a sua condição “marcada”.

A “marca” seria, então, uma maneira de distinção que prevê a identificação como forma de classificação pela qual se tornam possíveis “a diferenciação” e a exclusão do “socialmente diferente” ou “inadaptado”. Aos inadaptados, a sociedade “limpa” e livre de nódoas reserva a “periferia” do espaço social do qual se tornam “menos válidas” as vozes dele decorrente. Trata-se de um espaço de silenciamento como efeito da oposição periferia/centro segundo a qual o sujeito pode ou não ter o direito de “dizer” e assim de “tornar-se” indivíduo “dizente” e ao mesmo tempo válido socialmente.

Além da noção periférica a que são submetidos os corpos “estranhos”, a ideia do sujeito não válido socialmente está também conectada a táticas de poder que indicam estruturas sociais que projetam a supremacia da relação heterossexual em função da lógica da reprodução biológica.

Nesse caso, os menos válidos são aqueles incapazes de garantir à sociedade a manutenção e a preservação da espécie traduzida pela relação heteronormativa procriativa. A procriação, segundo essa lógica, é também um instrumento de “classificação” que garante ao indivíduo a sua validade social. Além disso, é um imaginário que por meio de uma biopolítica do corpo define em função de sexualidade tudo o que o indivíduo é ou pode representar socialmente.

É essa biopolítica do corpo, identificada na análise, que faz emergir o imaginário que refere-se à “anormalidade” do sujeito homossexual. A presença desse imaginário invoca a condição clínica (biogenética) do sujeito com base nos critérios de “normalidade, anormalidade, anomalia” que o incapacita de “ser” alguma coisa no meio social em função de sua sexualidade “invertida”. Trata-se de uma noção que insere a homossexualidade no rol de patologias, como observado em (N2): “Essas **anormalidades** eram tão frequentes e comuns entre os povos que moravam na Palestina” (ULTIMATO, 2009, p. 18) e que sela mais uma vez a “diferenciação” do corpo homossexual por meio da suposta “lepra” de que é portador.

O imaginário utilizado na negação da homossexualidade, enquanto identidade social por meio de sua condição patológica, tem como fundamento um saber de conhecimento, sobretudo, um saber científico, por exemplo, a psicologia, a psiquiatria e as suas respectivas teorias. Dessa forma, a invocação da psicologia como saber-ciência sobre a homossexualidade que deveria depor a favor da desconstrução de estereótipos ajuda a fomentar o seu contrário: o aspecto patológico da homossexualidade. Ou ainda melhor, nas palavras de Sampaio (2009), “é um exemplo de como os preconceitos podem contribuir para a difusão de ideias apresentadas como “científicas”, mas na realidade ancoradas em (pre) juízos dos seus autores” (SAMPAIO, apud CARNEIRO, 2009, p. 7).

Trata-se também de uma maneira de observar como uma mudança de discurso não necessariamente implica em mudança na prática social e na forma de como os indivíduos lidam com a realidade. Assim, a homossexualidade continua a ser inscrita no território das patologias e não das identidades.

Ao descrever o indivíduo como “sujeito clínico”, observamos também que os textos apresentam, em resposta à suposta “necessidade” desse sujeito, a possibilidade de “cura” uma vez que saúde e doença são duas faces de uma mesma moeda representadas

discursivamente por meio da condição homossexualidade/não homossexualidade. É com essa finalidade “curativa” que o indivíduo homossexual supostamente deve negar “a si mesmo” e a sua identidade. Trata-se de um mecanismo que prevê a “morte” do sujeito individual e de sua identidade.

A morte é um aspecto recorrente no discurso cristão como recurso necessário para a transformação como se observa em (N11): “Nós já **morremos** para o pecado [...]” (ULTIMATO, 2012, p. 15). O seu oposto é a ressurreição do indivíduo que agora “convertido” em uma nova criatura deverá abandonar a prática do pecado, e no caso da homossexualidade, a sua identidade.

A argumentação contrária à homossexualidade se constrói sobre o imaginário de que o sujeito homossexual é passível de “cura” porque ele é um indivíduo “doente” como aponta a maior recorrência no gráfico 8 que liga a homossexualidade a um comportamento patológico. Para que a “cura” se efetive, é necessária uma dupla tomada de posição por parte do indivíduo homossexual. A primeira, reconhecer-se “pecador” e admitir carecer de “cura, e a segunda, aceitar a “conversão” espiritual por meio da qual o corpo será “purificado” e “curado”. Assim, existe a possibilidade de “superação” da marca que o distingue e que o torna “marcado” e, portanto, “estranho” ao outro.

Assim, consideramos que é a presença desse ente “marcado” socialmente que causa o estranhamento do outro, sobretudo, na sua caracterização de “diferente” sobre a qual incide a necessidade de um processo de assimilação (tornar idêntico) que reporta ao processo histórico de colonização. Trata-se, então, de uma tentativa de colonização do corpo” que reivindica um retorno ao que é “puro” e “natural” pela aniquilação da diferença sexual como se observa em (N6): “Ele deveria ser temporariamente **afastado** dos privilégios da comunidade, até que sua natureza carnal fosse **suplantada**” (ULTIMATO, 2011, p. 15).

Após tais modificações, o indivíduo estará apto a participar do corpo congregacional cristão representado principalmente pelos rituais litúrgicos como batismo, santa ceia, comunhão, etc. Assim, a transformação do indivíduo refere-se a uma via de mão dupla que vai do corpo à alma e da alma ao corpo, ou seja, os suplícios a que é submetido o corpo (negação da sexualidade/privação sexual) pode ser convertido em processo para se alcançar a santificação da alma, ao mesmo tempo em que a alma “santificada” pode afastar e reafirmar a sua santidade por meio dos rituais litúrgicos.

A identidade cristã materializada por meio de sua aceitação no corpo congregacional e da participação nos rituais litúrgicos representam para o sujeito homossexual a sua volta ao “centro” distante do valor negativo atribuído a quem está na “periferia” social.

Esse imaginário que se refere a um valor social negativo também foi identificado na argumentação da Revista *Ultimato*. Dentre eles, o imaginário que estabelece a ligação da homossexualidade à criminalidade como ocorreu em (A3): “À vista desse problema crônico, não é o celibato, nem o casamento que vai nos livrar da **pornografia, da infidelidade conjugal, da prostituição, do homossexualismo e da pedofilia**” (ULTIMATO, 2010, p. 37). Dessa forma, a homossexualidade pode ser reconhecida no imaginário sustentado por um saber de crença comum que insere a homossexualidade no rol dos delitos como a pedofilia e a prostituição, embora, não se saiba ainda a sua natureza, se religiosa ou penal.

O imaginário social negativo incide sobre o corpo do sujeito homossexual no reconhecimento de sua “distorção”, “feiura”, “abominação” como se observa em (N2): “A relação homossexual é chamada de **abominável** [...]” (ULTIMATO, 2009, p. 18), ou ainda em (N4): “Não adianta embrulhar essas **distorções** em papel de presente [...]” (ULTIMATO, 2009, p. 16) e retoma o imaginário social de valor estético que tende a desvalorizar o que é considerado “feio”. No caso do corpo, o elemento de consideração será o próprio corpo ou uso que se faz dele.

Ainda, foram identificados imaginários com base no saber de opinião coletiva. Essa ocorrência faz referência a grupos sociais que em função de suas ideologias se apresentam como opositores. É assim, que são projetados os discursos que opõem cristão/não cristão, defensores e opositores da homossexualidade. É com base nesse imaginário que o enunciador promove a sua argumentação com base na noção de que os grupos heterossexuais estariam supostamente sofrendo perseguições dos grupos homossexuais contra os quais é preciso se defender como se observa em (N9): “[...] devemos defender nossos lícitos interesses, e travar lícitos embates pela preservação dos valores de nossa cultura, dos direitos naturais e do bem comum” (ULTIMATO, 2011, p. 53).

O embate entre o que supostamente é lícito ou não lícito figura no imaginário social em torno do que é aceito socialmente em função de sua legalidade. O seu oposto invoca comportamentos ilegais que em nome do bem comum precisam ser “extintos” ou pelo menos controlados.

É esse imaginário que figura ainda na comparação feita entre a homossexualidade e as práticas delituosas. Ao colocá-los na mesma esteira, o enunciador não só evoca a sua “origem” já historicamente criminal como também o configura entre os comportamentos que em função de sua “ilegalidade” precisam ser suprimidos. Trata-se de uma comparação recorrente, porém inexata da mesma natureza daquela que condiciona a distinção do indivíduo homossexual (masculino) do indivíduo lésbica (feminino).

E, por fim, ainda tratando da inexatidão das noções construídas por meio dos imaginários sociais, identificam-se aquelas que evidenciam a homossexualidade como um comportamento a que um certo indivíduo pode ou não aderir devido a sua conveniência.

Essa noção afasta-se da questão de proclamação das identidades como lugar de indivíduos que não precisam ser “classificados” ou “marcados” em função da sua sexualidade uma vez que a sua condição social/ existência está para além de qualquer forma de “normatização”. Dessa forma, o sujeito não precisa “aderir” a essa ou aquela identidade, ele precisa apenas “ser” para que a sua existência seja respeitada.

No entanto, o que se observa é que ainda persistem as formas de estigmatização como mecanismo plural de segregação do espaço social, dos indivíduos e das vozes que eles representam submetidos a uma biopolítica do corpo que enquadra a sexualidade como dispositivo que implica o “ser” em toda a sua essência. Assim, se o indivíduo tiver a sexualidade “negada” ele também será negado socialmente.

Dessa forma, foi possível verificar de que forma os imaginários são representados e instigados em função de certos valores e crenças de um grupo social. Eles se configuram na possibilidade de um interdiscurso que investe sobre a aparência de doutrina para implicar o “ser” não em sua essência, mas na posição social como “corpo”.

Assim, o discurso cristão por meio da articulação dos imaginários imprime no “corpo homossexual” a sua condição identitária/social cujos valores simbólicos são por eles reconfigurados e sedimentados no discurso social cristão.

Dessa forma, a análise possibilitou a confirmação de que os grupos sociais ao produzirem os seus discursos constroem os seus sentidos em relação a essa materialidade com base nos contextos nos quais estão inseridos. É assim que, segundo Charaudeau (2006), se apresentam os textos escritos que de maneira mais ou menos imutável são transmitidos de geração em geração, como o texto bíblico, por exemplo.

Tudo isso nos remete mais uma vez para a questão de que uma suposta aceitação ou “maleabilidade” discursiva sobre a homossexualidade por parte de qualquer indivíduo ou instituição cristãos não passam de uma “encenação” social que esbarará fortemente no tradicionalismo cristão tornando-se sem efeito na prática.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui empreendida foi realizada com o objetivo de apontar: a) Quais são as estratégias argumentativas utilizadas nos artigos de opinião e nas notícias da Revista Ultimato; b) Como essas estratégias são utilizadas na veiculação de imaginários sociodiscursivos; e c) Que imaginários sociodiscursivos são possíveis depreender dos artigos de opinião e das notícias da Revista Ultimato.

Utilizamos como aporte teórico-metodológico a Teoria Semiolinguística. Através dos Modos de Organização do Discurso, sobretudo do Modo Argumentativo, foi possível observar a organização discursiva dos artigos de opinião e das notícias para descrever a sua composição argumentativa.

Verificamos que as notícias foram (re) configuradas em função da intenção comunicativa do enunciador, passando de uma visada de informação para uma visada de prescrição. Nos artigos, também houve alteração em relação à visada nos quais passou a operar também uma visada de prescrição. Nesse aspecto, é relevante destacar que tanto as notícias quanto os artigos de opinião da Revista Ultimato serviram à doutrinação e a fixação das normas estabelecidas pela ideologia cristã.

Além da Teoria Semiolinguística, recorreremos às teorias argumentativas, a saber, a Nova Retórica e a TRD para identificar nos textos a presença das técnicas argumentativas que ajudaram a sustentar os pontos de vista contrários à homossexualidade na Revista Ultimato. As técnicas argumentativas utilizadas apareceram vinculadas à dimensão de ordem mais técnica, pois foram predominantes os argumentos de ordem mais objetiva. Os argumentos legitimadores foram identificados na alta recorrência do discurso de autoridade que no corpus apareceu como prova do saber do enunciador. Os argumentos de ordem sensibilizadora ocorreram em menor quantidade e foram utilizados, sobretudo, nas demonstrações de solidariedade e compaixão para com o indivíduo homossexual.

Da argumentação, foram identificados os imaginários sociodiscursivos veiculados na Revista. Dentre eles, identificamos os imaginários sociodiscursivos que caracterizam a homossexualidade da seguinte forma: prática contrária à lei de Deus, prática delituosa, patologia, comportamento passível de “conversão”, prática de valor social negativo, pecado, comportamento de pouca validade social, prática heterofóbica, escolha individual e diferente de lesbianismo.

Destes desdobramentos consideramos que a homossexualidade continuará a ser fortemente rejeitada no meio cristão, sobretudo, porque a ideologia cristã está fundamentada na

Bíblia da qual se tem apenas uma interpretação possível, a dos agentes especializados da fé institucionalizada que condenam de maneira veemente a possibilidade do amor “plural”. Foi possível observar também que o modelo de amor ainda sustentado pela ideologia cristã concebe a relação afetiva com objetivos específicos que visam à formação do clássico modelo de casamento heteronormativo e procriativo.

Sendo assim, aos indivíduos que não se encaixam nessa norma, cabe-lhes a “conversão” do corpo e da alma para que abandonem a velha natureza pecaminosa. Essa é a mensagem que representa a fé institucionalizada e portadora dos bens espirituais que não podem ser concedidos a um indivíduo de “segunda ordem”. É também a mensagem fortemente divulgada nos artigos de opinião e nas notícias da Revista Ultimato, o que reforça o caráter normativo/prescritivo das mensagens veiculadas nos dois gêneros analisados.

Dessa forma, consideramos que a mensagem veiculada sob o propósito de informar insere-se na prerrogativa do Cristianismo de se fazer chegar amplamente “a verdade” até os fiéis. Destaca-se ainda, que sob essa perspectiva, o importante é que a palavra seja levada e que a homossexualidade nela representada, como pecaminosa, patológica, desviante, seja rejeitada. Assim, é que a fé institucionalizada considera que, levar a palavra neste contexto, corresponde a um ato amor ao próximo que precisa ser limpo e liberto de sua natureza carnal.

No entanto, o que se observa é que o discurso da fé que deveria agregar é, sobretudo, um discurso dissociativo, de separação que faz questão de marcar os limites entre a “margem” e o “centro” e as (im) possibilidades de trâmite entre eles.

Enfim, a pesquisa nos possibilitou observar como alguns discursos que aparentemente não têm função prescritiva, podem ser manejados com a finalidade de sedimentar determinados pontos de vista ampliando fortemente os limites existentes entre os que se consideram “limpos”, “corretos”, e, por isso, dignos de uma sociedade também limpa e digna, e aqueles que são marcados como “invertidos” a quem se destinam às margens da sociedade até que sua condição seja alterada.

Finalmente, consideramos que conseguimos alcançar o nosso objetivo de pesquisa, que foi o de verificar como se configura a argumentação e os imaginários sociodiscursivos na Revista Ultimato representante do discurso cristão. Com isso, conseguimos demonstrar que a homossexualidade continuará sendo fortemente rejeitada mesmo que alguns discursos atualmente cogitem o contrário.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. S. **A arte de argumentar**: Gerenciando razão e emoção. Rio de Janeiro: Ateliê, 2010.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3ª ed. São Paulo: Presença, 1980.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- BAKHTIN, M. (1953) Os Gêneros do discurso. In_____ . **Estética da criação verbal**. Tradução do francês de Maria Ermantina G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 261 – 302.
- BRÄKLING, K.L. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re) significação da palavra do outro. In: ROJO, R. **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCN'S**. São Paulo: EDUC, 2000.
- BOFF, Odete M. B.; KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. **O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação**. ReVEL, vol. 7, n. 13, 2009. Disponível em: www.revel.inf.br.
- BOURDIEU, P. Gênese e estrutura do campo religioso. In: **A economia das trocas simbólicas**. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, P. Apêndice I: Uma interpretação da Teoria da religião de Max Weber. In: **A economia das trocas simbólicas**. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- BUSSIN, V.M. **Religião, sexualidade e gênero**. Rever, ano 11, n.1, 2011.
- CARNEIRO, N. S. **“Homossexualidades” uma psicologia entre Ser, Pertencer e Participar**. Porto: Legis Editora. Coleção Livpsci/Psicologia, 2009.
- CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 2002. (Série Princípios)
- CITELLI, A. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione, 2003.
- CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et alii. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (orgs). **Gêneros: reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004 b. p. 13-41.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H; MACHADO, I. L; MELLO, R. (orgs). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001. p. 23-38.

CHARAUDEAU, P. Discurso e Ideologia. In: **I Congresso Internacional da Faculdade de Letras** – Rio de Janeiro, 1989.

CHARAUDEAU, P. Para uma nova análise do discurso. In: Carneiro, Agostinho Dias (org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.

CHARAUDEAU, P. **O contrato de comunicação em sala de aula**. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 37, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2012.

CHARAUDEAU, P. "Identidade social e identidade discursiva: o fundamento da competência comunicacional", In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.

CHARAUDEAU, P. "Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux", in Boyer H. (dir.), **Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène**, L'Harmattan, Paris, 2007. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Les-stereotypes-c-est-bien-Les,120.html>>. Acesso em: 28 de nov. de 2013.

CHARAUDEAU, P. "A televisão e o 11 de Setembro: alguns efeitos do imaginário". In: **LOGOS 24: cinema, imagens e imaginário**, Ano 13, 1º semestre, 2006. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/A-televisao-e-o-11-de-Setembro.html>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

CHARAUDEAU, P. "Uma análise semiolinguística do texto e do discurso", In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27, 2005. Disponível em:< <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

CHARAUDEAU, P. "**De quelques imaginaires sociaux de la Modernité. Une prise de conscience pour une meilleure défense des identités linguistiques et culturelles**", Actes du Colloque du Congrès de la FIPF à Lima, 2003. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/De-quelques-imaginaires-sociaux-de.html>>. Acesso em: 26 out. 2013.

CHARAUDEAU, P. "Le contrat de communication dans la situation de classe". In: **Interactions**, Halté J. F. (éd.), Université de Metz, 1993. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Le-contrat-de-communication-dans,57.html>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

CHARAUDEAU, P. "La argumentación persuasiva. El ejemplo del discurso político". In: Shiro M. & alii. **Haciendo discurso**. Homenaje a Adriana Bolívar, Facultad de Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2009. Disponível em: < www.patrick-charaudeau.com/La-argumentacion-persuasiva-El.htmlv>. Acesso em: 6 ago. 2013.

CORREIA, J.C. Comunicação, mundo da vida e reificação. In: CORREIA, J.C (Org). **Comunicação e poder**. Beira Interior: Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior: Série Estudos em Comunicação, 2002, p. 8-19.

CUNHA, D.E.C. **O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião**. São Paulo: Contexto, 2002.

DITTRICH, I. V. **Por uma teoria retórica do discurso: princípios teóricos e metodológicos**. Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste. v.10, n.2, p. 91-116, Foz do Iguaçu, 2008.

DITTRICH, I. V. **Por uma retórica do discurso: argumentação técnica, emotiva e representacional**. Alfa, São Paulo, 2008.

FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003. v. 1. p. 136.

FARRIS, J. R. Homossexualidade como conflito moral: Duas Perspectivas Cristãs. In: Arno V. Scheunemann, Anete Roesse. (Org.). **Homossexualidade, Conjugalidade e Violência**. São Leopoldo: Oikos-Abac, 2006.

FAUSTO NETO, A. **Processos midiáticos e construção de novas religiosidades: dimensões discursivas**. Revista Galáxia, n. 3, 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. L. M. Pondé Vassallo. Pretropólis: Vozes, 1977.

GALINARI, Melliandro Mendes. As emoções no processo argumentativo. In: Machado, Ida Lúcia et alli (Orgs.). **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 221-239.

GOMES, M. C. A Algumas reflexões sobre Semiolingüística. In: MACHADO, I. L. (Org). **Analisando Discursos**. Caderno de Pesquisa nº 26, Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1995. p. 1-12.

GOMES, P.G. **Processos midiáticos e construção de novas religiosidades: dimensões históricas**. Revista Galáxia, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

JURKEWICZ, R. S. **Cristianismo e Homossexualidade**. UFSC, 2003. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/regina.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2013.

KOCK, I.G.V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUZADA, S. O. Discurso político, mídias e cenografia: o “jogo de máscaras” nas capas de Veja. In: CARMELINO, A.C. (org). **Nos Caminhos do texto: Atos de Leitura**. v.2. p. 169-191. Coleção Mestrado em Linguística. Franca: 2007.

MACHADO, I.L. Uma teoria de análise do discurso: A semiolingüística. In: MARI, H. et alii. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001.

- MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. São Paulo: Pontes, 1997.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. IN: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros Textuais & Ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: **Gêneros textuais – reflexões e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 23-36.
- NOGUEIRA, C.M.M. **Considerações sobre o modelo de análise do discurso de Patrick Charaudeau**. Revista Ensaio em Educação e Ciências, vol. 6, n.1. Belo Horizonte, 2004.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes, 1987.
- PERELMAN, C. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PEREIRA, J.C. **Religião e poder: os símbolos do poder sagrado**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Ano 2, v. 3, 2008. Disponível em: <<http://ufjf.emnuvens.com.br/index>>. Acesso em: 23 ago. 2013.
- PLANTIN, C. **A argumentação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- SANTOS, J.M. Sobre reis, mensageiros e mensagens. In: CORREIA, J.C (Org). **Comunicação e poder**. Beira Interior: Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior: Série Estudos em Comunicação, 2002, p. 221-274
- SANTOS, V. S. **Uma perspectiva cristã sobre a homossexualidade**. Fides Reformata. VII. nº 1. p. 99-132. Disponível em:< <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora>>. Acesso em: 24 de ago. 2013.
- SOUZA, W.E. Retórica, argumentação e discurso. In: MARI, H et ali. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do discurso – FALE/UFMG, 2001.
- VALE, R.P.G. **Dos saberes implícitos: As propostas de Análise em Habermas e em Charaudeau**. Gláuks, v.10. Viçosa, 2010, p. 331-347.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. vol. 1. Brasília: UnB e Imprensa Oficial, 2000.

9. ANEXOS

Notícia 1 - Vaticano barra a entrada de homossexuais em seminários.

NOTÍCIAS

Vaticano barra a entrada de *homossexuais* em seminários

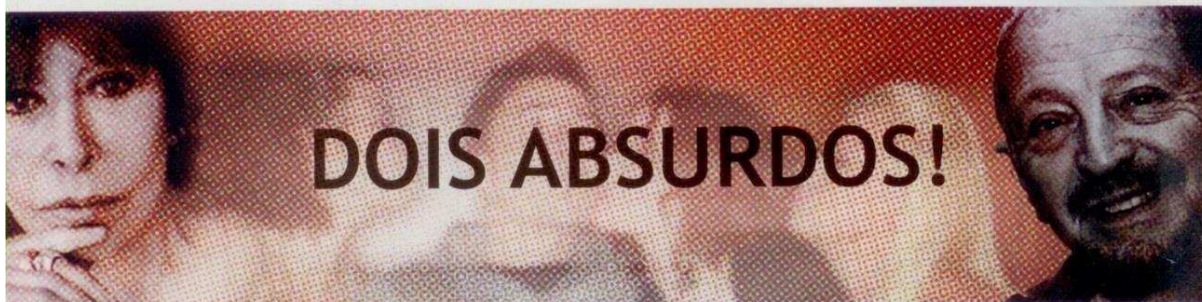
Em novembro de 2005, o Cardeal Grocholewski, prefeito da Congregação para a Educação Católica, expediu um documento sobre a admissão de candidatos com tendências homossexuais ao seminário e às ordens sacras. Em novembro de 2008, por meio do *Manual de regras para o uso da psicologia na admissão e na formação de padres*, a mesma congregação reforça e amplia o cuidado que a Igreja deve ter com esses aspirantes. Por haver uma grande diferença entre aqueles que apoiam a chamada cultura *gay* — e se sentem livres para se enveredarem por esse caminho — e aqueles que

reconhecem que a homossexualidade é contrária à lei de Deus e à lei natural, e não cedem a ela, seria injustiça não admitir esses últimos aos seminários e posteriormente à ordenação, caso sejam de fato vocacionados ao ministério. É preciso crer no poder transformador do Espírito Santo. Na igreja de Corinto, assim como havia ex-trapaceiros, ex-álcoólatras, ex-idólatras e ex-adúlteros, havia também ex-homossexuais passivos e ex-homossexuais ativos (1Co 6,9-11). Todos, porém, por terem aceitado o evangelho, “foram lavados, santificados e justificados no nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus” (1Co 6,11).



Notícia 2 – DOIS ABSURDOS!

mais do que
NOTÍCIAS



DOIS ABSURDOS!

Na edição de 15 de março da *Folha de São Paulo*, a cronista Danuza Leão (“Cotidiano”, p. 2) afirma que é um absurdo privar moças e rapazes, “com seus hormônios explodindo”, de seguir o caminho da natureza. É também um absurdo exigir que os noivos façam aquele juramento de amor contínuo até que a morte os separe.

No dia seguinte, 16 de março de 2009, o médico e escritor Moacyr Scliar, no mesmo caderno do mesmo jornal, imaginou como seriam as coisas se aquela união projetada para durar a vida inteira não fizesse mais sentido numa sociedade em permanente mudança, “sujeita a crises que bagunçam todos os conceitos e todas as crenças”. Nesse caso, ao se casarem, os noivos assinariam um documento aceitando o rompimento da relação desde que ela não seja mais do agrado de ambos ou de um deles. “Isso possibilitará a troca simples e automática do cônjuge, sem necessidade de qualquer providência legal.”

Na verdade, estamos diante de dois absurdos opostos. Tendo em vista os “hormônios explodindo”, a dificuldade histórica e comprovada da monogamia, a pressão numérica dos que pensam e agem de modo adverso, a exposição despuorada de estímulos sensuais, a força da

sociedade permissiva e a pesada influência dos meios de comunicação — é mesmo um absurdo sustentar o ensino judaico-cristão da disciplina sexual. O outro absurdo é o caminho contrário: soltar todas as amarras e deixar cada um à vontade frente aos tais “hormônios explodindo”. Passe-se a ideia de que não é para legalizar nada. Quem quiser deitar-se com um animal, com uma pessoa do mesmo sexo, com uma pessoa casada, com a mulher de seu próprio pai, com a filha ou nora, com uma criança, faça-o sem problema algum — nem diante da lei, nem diante da crença nem diante da consciência. Vamos seguir o exemplo daquele austríaco que gerou sete filhos da própria filha. Vamos desistir da estreita relação do sexo com o amor, com a família e com a reprodução. Vamos jogar fora a ideia de Deus, a religião, o temor do Senhor e as Escrituras. “Rompamos suas correntes e livremo-nos de suas algemas” (Sl 2.3, AS21).

O pior é que “todo mundo é mal resolvido em sexo (quem diz o contrário, mente)”, como assevera o filósofo Luiz Felipe Pondé, o mesmo que acredita na possibilidade da revogação da lei contra a pedofilia em nome dos “avanços contra os preconceitos” (*Folha de São Paulo*, 26/01/09, p. E6). Depois de desfrutar “das delícias dos homens — mulheres

em grande número” (Ec 2.8, AS21), o autor de *Eclesiastes* continua a “correr atrás do vento” (expressão que aparece dez vezes nesse livro do Antigo Testamento).

Não se deve pensar que essa liberação desordenada da explosão hormonal seja um fato novo na história. Essas anormalidades eram tão frequentes e comuns entre os povos que moravam na Palestina na época de Moisés e do êxodo de Israel do Egito para Canaã (1.500 anos antes de Cristo), que o livro de Levítico está cheio de ordens para proteger a relação sexual predeterminada e sadia. Proíbiam-se as relações com a mulher pertencente ao pai, com a irmã, a tia, a nora, a cunhada, a filha ou neta de uma mulher com a qual já se teve relações, a mulher do outro, outra pessoa do mesmo sexo e com animais (Lv 18). A relação homossexual é chamada de algo detestável ou abominável aos olhos de Deus (Lv 18.22). Porque havia casos de zoofilia na cultura da época, os israelitas deveriam saber: “Ninguém, homem ou mulher, deverá ter relações com um animal; isso é uma imoralidade, e a pessoa fica impura” (Lv 18.23, NTLH).

É muito mais seguro ficar com o “absurdo” das relações sexuais lícitas do que com o absurdo das relações sexuais ilícitas!

Notícia 3 – Psicóloga evangélica é censurada publicamente.

NOTÍCIAS

por Lissânder Dias

Psicóloga evangélica é censurada publicamente

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) puniu no dia 31 de julho a psicóloga Rozangela Justino, com “censura pública” por apoiar pessoas que voluntariamente desejam deixar o comportamento homossexual.

“Ela não pode em hipótese alguma fazer referência a qualquer tipo de tratamento ou de mudança de comportamento no sentido de atingir as pessoas com orientação homoafetiva”, disse o presidente do Conselho

Federal de Psicologia, Humberto Verona, ao Portal Terra, com base na resolução 01/99 do conselho.

Pós-graduada com a tese “Da Homossexualidade à Heterossexualidade: há possibilidade de resgate da heterossexualidade”, Rozangela, que trabalha há vinte anos com homossexuais, disse se sentir “amordaçada” após a condenação do CFP. “Estamos diante de uma norma inconstitucional que impede a liberdade de pensamento e científica, e a expressão dos mesmos”, afirma.

Rozangela decidiu não mais atender pessoas com conflitos na identidade sexual homossexual, enquanto a decisão do CFP estiver vigente. Segundo ela, sua integridade física está ameaçada.

Notícia 4 – Reprimir os desejos é uma atividade humana necessária.

Reprimir
os desejos é
uma atividade
humana
necessária

O princípio elementar do cristianismo, aquilo que constitui a verdadeira conversão, é a difícil arte de discordar do próprio desejo, quando ele é destituído por ser contrário à lei de Deus

Digamos que Contardo Calligaris tenha razão: “O terapeuta não pode tomar partido nem pelo desejo sexual do paciente, nem pelas instâncias que discordam dele”.

E se ele for procurado por um médico que não consegue se conter e abusa de suas pacientes quando estão sozinhas com ele em seu consultório ou quando estão anestesiadas?

E se ele for procurado por um pai de família que tem uma irresistível atração sexual pela filha menor de idade? Ou por um jovem que não mais deseja ter relações sexuais com animais?

E se ele for procurado por uma pessoa cujo desejo sexual é dirigido para cadáveres ou por uma mulher que só sente orgasmo completo quando é exposta pelo parceiro à humilhação, maus-tratos e dor? E se ele for procurado por um homem ou uma mulher possuído por desejos sexuais contrários à natureza (homossexualidade)?

Segundo o psicoterapeuta Contardo Calligaris, “de um terapeuta, espera-se que ele deixe suas opiniões e crenças (morais, religiosas, políticas) no vestuário de seu consultório, a cada manhã”.

Para um terapeuta seriamente imbuído de espírito cristão, isso é muito difícil. Pois, se souber dosar bem o cuidado médico com o cuidado religioso, ele tem condições de ajudar o paciente duplamente.

No artigo *Discordando de nosso próprio desejo*, publicado na *Folha de São Paulo* (20/08/2009), Calligaris não discute a possibilidade de se oferecer uma terapia para mudar a orientação sexual de pacientes homossexuais, mas tenta dizer por que concorda com a reprecensão dada pelo Conselho Federal de Psicologia à psicóloga Rozângela Alves Justino, no dia 31 de julho. Ele explica que “reprimir os desejos dos outros e o nosso próprio desejo é uma atividade humana tradicional”.

Há muitas coisas que fazemos que estão contra nossos próprios desejos. Muita gente fuma e quer deixar de fumar; se embriaga e quer deixar de beber; ingere cocaína e quer deixar de se drogar; quer gastar menos e continua gastando muito; quer ter uma união estável e continua mudando de parceiro; quer fazer exercícios físicos e continua sedentário; gostaria muito de ter uma relação heterossexual e não consegue. Sempre foi assim e sempre será. A mais notável confissão a respeito disso foi feita por Paulo: “Não faço o que desejo, mas o que odeio” (Rm 7.15). E para deixar de fazer o que odiamos, precisamos de ajuda psicológica e religiosa, muito mais desta do que daquela. Paulo não conclui seu texto com essa chocante, porém, realista confissão, mas com um pedido de socorro: “Que situação terrível, esta em que eu estou! Quem é que me livrará da minha escravidão a essa mortífera natureza inferior?” (Rm 7.24, BV).

O título do artigo de Calligaris é sugestivo: *Discordar de nosso próprio desejo*. Se a maioria de nós não discordar de nosso próprio desejo, a humanidade desaparecerá.

Não adianta embrulhar essas distorções em papel de presente para esconder a impropriedade e a feiura delas. Isso é mentira pregada contra nós mesmos e só agrava o problema.

O princípio elementar do cristianismo, aquilo que constitui a verdadeira conversão, é a difícil arte de discordar do próprio desejo, quando ele é destituído por ser contrário à lei de Deus. Jesus deixou isso claro: “Se alguém quer vir após mim, a si mesmo se negue, tome a sua cruz e siga-me” (Mc 8.34).

Notícia 5 – Pastores gays e pastoras lésbicas na Igreja Luterana Americana.



Pastores gays e pastoras lésbicas na Igreja Luterana Americana

O impasse foi enorme. Estava em jogo se um pastor gay ou uma pastora lésbica poderia permanecer como ministro de Deus na Igreja Evangélica Luterana na América (ELCA, sigla em inglês). Um dos pastores se levantou e disse: "Não posso compreender como a igreja que conheço há 40 anos pode apoiar aquilo que Deus condenou. Isso significa que, a partir de agora, se diz que nas Escrituras a homossexualidade e o casal de pessoas do mesmo sexo são aceitáveis por Deus". Outros se expressaram a favor porque era um gesto de justiça e hospitalidade. No dia 24 de agosto de 2009, quando chegou a hora da votação, pouco mais da metade dos 1010 votantes (55,3%) se tornou responsável pela abertura da denominação de 4,6 milhões de

membros ao ministério pastoral de pessoas de conduta homossexual, desde que vivam numa relação estável.

Os 451 membros da Assembleia Geral da ELCA que votaram contra certamente levaram muito a sério o ensino da Bíblia sobre o assunto. Ao se referir aos pecadores que não glorificam a Deus como Deus, Paulo nomeia suas perversões: "Os homens, em vez de terem relações sexuais normais cada qual com sua mulher, arderam de paixão uns pelos outros, homens praticando coisas vergonhosas com outros homens" (Rm 1.27, BV).

Se os 559 luteranos que votaram a favor tivessem lido o verbete "Homossexualism" do *Baker's Dictionary of Christian Ethics*, provavelmente ficariam pelo menos indecisos. Pois o autor do texto de

cinco colunas não é outro senão o psiquiatra Armand Nicholi, do corpo docente da Escola de Medicina da Universidade de Harvard, autor de *Deus em Questão — C. S. Lewis e Freud debatem Deus, amor, sexo e o sentido da vida* (Editora Ultimato). Embora concorde com a decisão de tornar sem efeito o código 302 da Classificação Internacional de Doenças, não mais considerando o homossexualismo como desvio ou transtorno sexual, Nicholi não hesita em afirmar que "a prática do homossexualismo é pecaminosa, tanto porque perverte a criação original de Deus com respeito à sexualidade com vistas à união sexual, quanto porque significa ingratidão em relação a Deus quanto à maneira como nos criou individualmente" (*Dicionário de Ética Cristã*, p. 333).

Heterossexualidade — "a relação sexual normal"

Curiosamente, nas páginas dedicadas às variantes da função e vida sexual (869 a 874), o *Dicionário de Psicologia Dorsch* usa algumas expressões que não corroboram com a noção de que qualquer forma de relação sexual é normal.

A *sensação sexual contrária* é o termo coletivo para "modos de comportamento sexual afastado do normal, especialmente a homossexualidade".

O *sadismo* é o "comportamento sexual deviante".

A *promiscuidade* é o "comércio sexual desregado de homens e mulheres entre os povos primitivos".

A *psychopatia sexualis*, termo hoje antiquado, serve "para designar todos os *desvios mórbidos* do impulso sexual".

A *erotomania* é "mania, loucura, delírio sexual, desejo sexual exacerbado".

A *hiperssexualidade*, o *paradoxismo sexual* e a *satiríase* são termos para designar a "sexualidade exagerada".

O *fetichismo*, o *masoquismo* e o *necrofilia* são "desejos sexuais pervertidos" e o livro acrescenta: perversão é "toda forma de 'desvio sexual para o anormal'".

O *desvio sexual* é o termo usado "para designar os afastamentos da 'norma sexual'" (p. 870).

E a heterossexualidade o que é? O *Dicionário de Psicologia* (não de teologia) Dorsch responde com apenas e suficientes três palavras: é a "relação sexual normal".

Notícia 6 – Homofobia: não cabe ao cristão discriminar.

Homofobia: não cabe ao cristão discriminar

Além de não poder praticar nem dar seu aval à conduta sexual adúltera e à homossexual, o cristão precisa aprender a arte da convivência com aqueles que as praticam. Por ter se comprometido espontaneamente com Cristo ao se converter, o cristão é membro de uma comunidade cristã e responsável por seu comportamento e testemunho. Por isso, ele não é retirado do mundo, da sociedade no meio da qual vive. Segundo Paulo, o cristão não deve ficar separado dos não-cristãos, que vivem a seu bel-prazer. Para viverem separados, os cristãos "teriam de sair deste mundo" (1Co 5, 10, NTLH), atitude com a qual Jesus não concorda. Na oração sacerdotal do Cenicéio, Jesus é claro: "Não peço que os tires do mundo, mas que os guardes do Maligno" (Jo 17, 15, NTLH). Retirado do mundo, o cristão jamais seria "o sal da terra" e "a luz do mundo" (Mt 5, 13-16).

Por uma questão de princípios, se o cristão não se retira da sociedade, ele tem de aprender a conviver com seus contemporâneos e vizinhos, sem se deixar influenciar ou enredar por eles. Convivência e convivência são coisas distintas: *convivência* é viver com outra pessoa; *convivência* é complicidade, colaboração, conluio.

Não cabe ao cristão discriminar, desprezar, odiar, maltratar, humilhar ou apedrejar o homos-

sexual ou a lésbica, em uma sociedade em que há muitos outros desvios, como a injustiça, a avareza, o consumismo, a hipocrisia, a idolatria, o ódio, a vingança, a arrogância, a frivolidade e assim por diante. Cabe ao cristão conviver com todas essas pessoas, com temor e tremor, sem espírito de superioridade, reprovando todas essas coisas mais pela conduta do que pelas palavras.

O ensino de Paulo tem um valor imenso se o contexto for considerado. Não há concessão alguma ao desregramento sexual. No mesmo capítulo, o apóstolo é enfaticamente contrário à presença de certo indivíduo da comunidade cristã de Corinto que estava tendo relações com a mulher de seu pai (já morto ou não), provavelmente sua madrastra. Ele deveria ser temporariamente afastado dos privilégios da comunidade, até que sua natureza carnal fosse suplantada pela nova natureza (1Co 5, 1-5). No capítulo seguinte, Paulo recorda que entre os membros fundadores da comunidade cristã havia ex-homossexuais ativos e ex-homossexuais passivos, bem como muitos outros *eo-isto-e-aquilo* (1Co 6, 9-11).

Na comunidade, o critério seria um: na sociedade, seria outro. Não se pode exigir que o não-cristão se comporte como cristão, mas é lícito exigir que o cristão se comporte como cristão.

Notícia 7 – Morre líder de ministério com homossexuais.

por Lissander Dias

Morre líder de ministério com homossexuais

Carlos Henrique Bertilac da Silva morreu no dia 10 de março, aos 53 anos, de ataque cardíaco, logo após voltar de um retiro em Suzano, SP. Ele era missionário do Projeto Água Viva em Niterói, RJ. Dedicou mais de 20 anos ao "Grupo de Amigos" (GA) — um ministério com o objetivo de acolher e apoiar pessoas que desejam deixar a homossexualidade.

Ao longo dos anos, Carlos Henrique transformou sua própria casa em um lugar comunitário — a Casa Hebron — onde recebia pessoas necessitadas de refúgio e amor. Hoje são oito casas comunitárias espalhadas pelo sudeste e Distrito Federal. Há inúmeros locais para pronto-atendimento e grupos de ajuda mútua em diferentes igrejas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal.

Carlos foi homossexual ativo por anos. Segundo sua esposa Ruth Bertilac — com quem se casou em 1989 e teve uma filha — ele foi inserido em relacionamentos homossexuais aos 9 anos, por um abusador. Aos 25, se converteu a Jesus Cristo na Comunidade Cristã 58, em São Gonçalo, RJ, umas das poucas igrejas da época que acolhia um público mais urbano e alternativo. "Carlos Henrique foi incansável na obra do Senhor. Morreu fazendo o que mais amava: resgatar vidas para o Senhor, anunciar as boas novas e oferecer o abraço paterno de um amor intenso aos órfãos espalhados pelo Brasil", disse Ruth Bertilac.

Notícia 8 – Evitar a promiscuidade na relação gay é bom, mas não é suficiente.

Evitar a promiscuidade na relação gay é bom, mas não é suficiente



Relações homossexuais não promíscuas não liberam a prática homossexual. Elas continuam fora da normalidade, levando-se em conta o que está prescrito nas Escrituras Sagradas. Enquanto os cristãos consideram a Bíblia como sua regra de fé e conduta, não há absolutamente como abrir uma brecha ao relacionamento sexual entre um homem e outro homem, entre uma mulher e outra mulher, mesmo que um seja fiel ao outro e que uma seja fiel à outra.

Não é necessário trazer à lembrança as muitas passagens bíblicas que condenam a prática homossexual. Basta consultar a primeira das Cartas Pastorais de Paulo. Logo no início, o apóstolo diz que "a lei é boa, se for usada como se deve". E continua: "Devemos lembrar,

é claro, que as leis são feitas não para pessoas corretas, mas para os marginais e os criminosos, os atreus e os que praticam o mal e para os que não respeitam a Deus nem a religião". Em seguida, Paulo menciona alguns comportamentos que devem ser corrigidos por causa das tais leis. A lista não é pequena. Os que precisam de lei para se controlarem são os assassinos, os imorais, os homossexuais, os sequestradores, os mentirosos, os que dão falso testemunho e "os que fazem qualquer outra coisa que é contra o verdadeiro ensinamento". Por último, o apóstolo diz que "esse ensinamento se encontra no evangelho que Deus me encarregou de anunciar, isto é, na boa notícia que vem do Deus bendito e glorioso" (1 Tm 1.8-11, NTLH).

Não são só os parricidas, os matricidas, os demais assassinos e os

sequestradores que precisam da força da lei para serem contidos, tanto em seu próprio benefício quanto em benefício geral. A lei é boa também para os mentirosos, os que dão falso testemunho e os homossexuais (algumas traduções preferem usar os sinônimos pederastas, sodomitas ou infames).

As Escrituras proíbem as relações sexuais promíscuas e, de igual modo, o relacionamento homossexual. A lei é o instrumento para prevenir desmandos. E a graça de Deus é o instrumento para fazer o que a lei não consegue fazer: dar ao pecador a possibilidade do perdão e da "metanoia" (conversão religiosa e moral). A conversão nada mais é do que a invasão da graça divina na vida humana, produzindo uma verdadeira ressurreição, não física, mas moral e espiritual.

Notícia 9 – Anglicanos marcam 2ª conferência global para discutir futuro da denominação.

Anglicanos marcam 2ª conferência global para discutir futuro da denominação

A Fellowship of Confessing Anglicans (Fraternidade de Anglicanos Confessantes — FCA), que se reuniu em abril deste ano em Nairóbi, no Quênia, decidiu convocar uma nova Conferência Global sobre o Futuro do Anglicanismo (GAFCON II). O evento vai acontecer em 2013 e será precedido por um encontro de lideranças em Nova York, em 2012.

A primeira conferência aconteceu em 2008, em Jerusalém. Na ocasião, os participantes assinaram a *Declaração de Jerusalém*, um documento que reafirma o apoio à chamada "fé ortodoxa". Entre as afirmações, o documento declara "reconhecer que Deus criou o ser humano como homem e mulher e o imutável padrão de matrimônio cristão entre um homem e uma mulher como o lugar apropriado para a intimidade sexual é a base da família".

A Igreja Anglicana sofre atualmente com divisões por causa de temas controversos, como a ordenação de homossexuais.

Fonte: The Christian Science Monitor, 01/05/2011, FCA

Notícia 10 – É tão taxativa a condenação bíblica da homossexualidade?



É tão taxativa a condenação bíblica da homossexualidade?

Esta pergunta aparece no capítulo que trata da homossexualidade na Bíblia, no livro *Homossexualidade — ciência e consciência*, escrito por seis professores do departamento de prexis da Universidade Pontifícia Comillas, em Madrid, e publicado no Brasil pela Edições Loyola, em 1985. A resposta estaria no artigo intitulado *É mais fácil passar um carvão pelo fundo de uma agulha do que encontrar respaldo bíblico para a homossexualidade* (Ultimato, setembro/outubro de 1998).

Se a Bíblia não é taxativa no que diz respeito ao comportamento homossexual, então é melhor ensartar as armas de uma vez por todas. Não há outro sustento para a não aceitação da homossexualidade senão as Escrituras Sagradas.

O professor Gregorio Ruiz, autor da pergunta, escreve que o pecado de Sodoma, de onde "provêm as palavras sodomita e sodomita, que designam

em todas as línguas modernas precisamente a prática homossexual, principalmente entre homens", é "um pecado de injustiça, mais concretamente de anti-hospitalidade e não necessariamente de violação sexual".

Em benefício de sua tese, o professor prefere dizer que os homens de Sodoma foram à casa de Ló para conhecer que tipo de estrangeiros ele hospedava (conhecer no sentido comum e não no sentido de ter uma relação sexual completa). Essa interpretação é impossível de ser admitida, mesmo sem se consultar outras passagens bíblicas. Contudo, a leitura do segundo capítulo da Segunda Carta de Pedro deixa patente que o pecado de Sodoma era de fato de natureza sexual.

Ao referir-se a esse episódio, o apóstolo afirma que Deus salvou Ló, "um homem bom, que estava aflito porque conhecia

a vida daquela gente imoral". Outras versões ampliam o sentimento de Ló frente à situação: o sobrinho de Abraão sentia-se "atormentado" (HR, EPC), "atribulado" (S21), "deprimido" (TEB), "entristecido" (EP), "oprimido" (MS), "revoltado" (CT, EPC) ou "muito agoniado" (NBV). Ló sofria com o que via e ouvia, pois eles levavam uma vida devassa, dissoluta, libertina, luxuriosa, imoral e indecente (2Pe 2,6-10). Embora o pecado da injustiça social seja grave e tenha também acontecido em Sodoma, Gomorra e outras cidades da planície (Ez 16,49-50), o que causou mais dor para Ló foi a libertinagem dos seus contemporâneos e contemporâneos.

A narrativa do livro de Gênesis torna impossível a sugestão do professor Gregorio Ruiz. Ao cercar a casa de Ló e exigir que ele lhes entregasse os dois anjos com aparência humana, a multidão de jovens e adultos

queria mesmo "deitar com eles" (BP), "abusar deles" (RA, BJ), "ter relações com eles" (NBV, NTLH, NVI, EP, CNBB), "conhecê-los intimamente" (S21). O próprio Deus já havia revelado a Abraão, tio de Ló, sua intenção de destruir a cidade, pois "há terríveis acusações contra Sodoma e Gomorra, e o pecado de seus moradores é muito grande" (Gn 18,20).

É igualmente oportuno lembrar o que Judas "servo de Jesus Cristo e irmão de Tiago", escreve em sua carta: "Não se esqueçam da cidade de Sodoma e Gomorra e das cidades vizinhas, cheias de imoralidade de toda espécie, inclusive a paixão de homens por homens" (Jd 7).

Qualquer distorção das Sagradas Escrituras nessa área (e em outras) torna perigosamente inocentes os cristãos que querem conviver com a fé e o pecado sem o menor constrangimento. É uma péssima contribuição em um momento de efervescência da questão homossexual.

Notícia 11 – A irrefreável homossexualização de homens e mulheres.

A irrefreável homossexualização de homens e mulheres

Um garoto de 8 anos, adotado por um casal de lésbicas, na Califórnia, faz tratamento para trocar de sexo. A juíza da Vara de Infância e Juventude da Austrália aprova “mudanças de sexo” de meninos e meninas.

Uma das denominações presbiterianas dos Estados Unidos, depois de retirar de sua constituição a norma que exigia “fidelidade no casamento entre um homem e uma mulher, ou castidade no celibato”, readmite ao ministério o pastor que há vinte anos renunciou ao cargo por ser gay.

Um blog feito por jovens e para jovens encoraja os adolescentes de 12 anos para cima a assumir a homossexualidade, a ser eles mesmos e a conhecer os seus direitos.

A ministra das Finanças da Austrália anunciou em 2011 que sua parceira estava grávida, graças a uma fertilização *in vitro*.

Uma lésbica brasileira, ex-assembleiana, apresenta-se como “líder missionária, pregadora, conferencista internacional, capelã, escritora” e também “lavada, remida no sangue de Jesus e justificada pelo poder da salvação”. Ela e sua companheira são

fundadoras e pastoras de uma comunidade evangélica em São Paulo.

Segundo pesquisa do Datafolha de 2009, o Brasil tem mais de 5 milhões de bissexuais. Em setembro de 2010 eles comemoram o Dia do Orgulho Bissexual.

Em seu livro *Acompanhamento de Vocações Homossexuais* (Paulus, 2008), José Lisboa Moreira de Oliveira, doutor em teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, afirma que: 1) “hoje, em toda parte, aumenta cada vez mais o número de vocacionados e vocacionadas homossexuais” (p. 5); 2) “em países como os Estados Unidos, já é comum encontrar seminários e casas de formação com pelo menos metade de seus membros formada de pessoas homossexuais” (p. 5); 3) “na maioria dos casos, os vocacionados e vocacionadas praticam a homossexualidade de forma ativa e intensa mantendo relações sexuais constantes com parceiros fixos e exclusivos, ou com diversos parceiros no mesmo período ou em períodos diferentes” (p. 43).

Em *Homossexualidade — ciência e consciência* (Loyola, 1985), o professor

Javier Gato, da Universidad Pontificia Comillas, de Madrid, menciona as pesquisas de C. S. Ford e F. A. Beal, segundo as quais há “mais grupos humanos que permitem a homossexualidade do que aqueles que a proíbem absolutamente” (p. 95).

Nada disso, porém, altera o que as Escrituras dizem sobre o assunto. *É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que encontrar respaldo bíblico para a prática homossexual* (Ultimato, setembro/outubro de 1998, p. 20, e novembro/desembro de 2011, p. 15).

Muitos, por ignorância ou maldade, “tomam carona” nos episódios da mulher adúltera e de Zaqueu para facilitar as coisas. De fato, Jesus estendeu os braços graciosamente aos pecadores mais notórios, como afirmavam os fariseus. Contudo, depois de desautorizar o apedrejamento da mulher surpreendida em adultério e de declarar a ela o famoso “Eu também não a condeno”, Jesus acrescentou de forma imperativa: “Agora vá e abandone sua vida de pecado” (Jo 8.11). É cinismo mencionar a

primeira frase e omitir a segunda. No caso de Zaqueu, o próprio publicano declarou: “Olha, Senhor! Estou dando a metade dos meus bens aos pobres; e se de alguém extorei alguma coisa, devolvi-a quatro vezes mais” (Lc 19.8). Jesus trata o homossexual do mesmo jeito: recebe-o como pecador, pela graça, e provavelmente lhe diria: “Agora vá e abandone [custe o que custar] a prática homossexual”.

O evangelho não distorcido faz o casamento da justificação com a santificação. Daí a pergunta de Paulo: “O que vamos dizer? Seria que devemos continuar no pecado [no adultério, na rouboalheira e no homossexualismo] para que a graça de Deus aumente ainda mais? *É claro que não!* Nós já morremos para o pecado; então como podemos continuar vivendo nele?” (Rm 6.1-2). E isso não é só teoria. Na igreja de Corinto havia ex-homossexuais passivos e ex-homossexuais ativos. Eles “foram levados, foram santificados, foram justificados no nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito de nosso Deus” (1Co 6.11).

Notícia 12 – O Estatuto da Diversidade Sexual é heterofóbico e cristofóbico.

O Estatuto da Diversidade Sexual é heterofóbico e cristofóbico

A comissão de Altos Estudos da Convenção Batista Brasileira, reunida em Aracaju, SE, no início do ano, em seu pronunciamento oficial a respeito do projeto de lei que versa sobre o Estatuto da Diversidade Sexual, fez, entre outros, os seguintes pronunciamentos:

“Quanto à homofobia, somos contra qualquer tipo de discriminação, desrespeito, abuso ou violência, seja contra quem for. Todavia, nos reservamos o direito constitucional (liberdade religiosa) de discordar da prática homossexual, por entender que é biblicamente pecaminosa e viola o padrão original de Deus para os seres humanos. O Antigo e o Novo Testamentos desaprovam severamente práticas homossexuais (Lv 18.22; 20.13; Is 3.9; Rm 1.24-27; 1Co 6.9-10; 1Tm 1.9-10). Consequentemente, não aprovamos tais práticas”.

“Entendemos que o casamento, nos parâmetros bíblicos, salvaguarda os interesses das crianças. Adicionalmente, cremos que é direito de toda criança ter pai e mãe. Portanto, o Estado deve reconhecer e apoiar o matrimônio. Não concordamos com a criação de um novo modelo de casamento contrariando a Bíblia, a própria Constituição (art. 226) e o Código Civil (art. 1521). Por sinal, quebra a normatividade do casamento heterossexual, os mais diferentes modelos poderiam ser propostos, tais como: casamento aberto, casamento incestuoso, casamento temporário, casamento poligínico, casamento poliândrico etc. Ministros religiosos não podem ser forçados a realizar e reconhecer uniões homoafetivas e devem ser respeitados em seus direitos humanos.”

“Defendemos que ministros religiosos e profissionais liberais devem ter assegurado o direito de ministrar

tratamento a homossexuais que assim o desejem.”

“No que diz respeito a assegurar oportunidades de trabalho para não heterossexuais, entendemos que forçar empresas ou instituições a empregarem pessoas cujo comportamento ou crenças são contrárias à visão das citadas organizações constitui violação constitucional.”

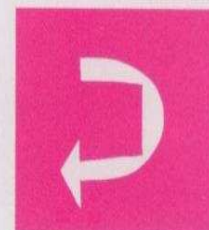
“Finalmente, rejeitamos qualquer instrumento de coerção que nos force a concordar com as práticas institucionais e antibíblicas. Por sinal, vale enfatizar que esse Estatuto é inconstitucional, ilegal, heterofóbico e cristofóbico. Sabemos que, quando os poderes terrenos e divinos colidem, nossa obrigação é ‘obedecer a Deus, e não a seres humanos’ (At 5.29). Portanto, nenhum poder na terra – seja cultural ou político – nos forçará ao silêncio ou à acomodação.”

(Fonte: Batista Pioneiro, órgão oficial da Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil, abril de 2013)

Notícia 13 - A igreja pode e deve contribuir para a reversão da homossexualidade.



A igreja pode e deve contribuir para a reversão da homossexualidade



Não agora, mas, em abril de 2000, o Colégio Episcopal da Igreja Metodista do Brasil ofereceu três orientações pastorais aos seus membros no que tange à relação da igreja com a homossexualidade.

Primeira – Sob hipótese alguma devemos ter uma atitude preconceituosa e discriminatória em relação aos homossexuais. São pessoas carentes de respeito e amor.

Segunda – Não devemos considerar os homossexuais mais pecadores do que alguns que estão dentro da igreja, que são mentirosos, maldizentes, injustos, como bem classificou o apóstolo Paulo (1Co 6.9-10). A igreja tem a tendência de considerar o adúltero um pecador mais aceitável do que um homossexual.

Terceira – Por outro lado, não devemos deixar de dizer ao pecador, seja ele homossexual ou não, que “o salário do pecado é a morte, mas o dom

gratuito de Deus é a vida eterna, por Cristo Jesus, nosso Senhor” (Rm 6.23), abordando a graça de Deus para com todos os pecadores. A homossexualidade é, em muitos casos, uma tendência de ordem orgânica e/ou emocional, e como tal deve ser considerada. A igreja pode e deve contribuir para a reversão desta tendência da homossexualidade, por ser ela contrária ao padrão bíblico cristão da moral.

(Fonte: *Expositor Cristão*, maio de 2013, p. 7)

Artigo 1 - Deus – Pai ou Mãe?

Da linha de frente

Deus — Pai ou Mãe?

Bráulio Ribeiro

Os braços que me aquietam quando eu era criança, o colo que me consolava, a voz que me aquietava cantando à noite quando eu despertava inquieta de um pesadelo não eram de meu pai — eram de minha mãe. Quem me dava um trocado pra comprar bala depois da escola, quem me cobria, quem me vestia, era sempre minha mãe. A casa da minha infância, cujas lembranças me trazem conforto, tem o cheiro dela, e mesmo quando eu saía na rua pra tomar caldo de cana e comer pastel era em sua mão, que hoje sinto tão pequena e magra, que eu segurava.

Minha experiência não é diferente do que é vivenciado pela maioria da população brasileira e do mundo. Mãe pra nós é igual amor caloroso, quente, cheiroso, vivo. Pai já é mais complicado. Pra muitos, infelizmente, pai significa abuso, violência, abandono, dor.

No livro de Gênesis temos duas narrativas da criação. A primeira (Gn 1.27) é mais geral e o processo de criação do homem é resumido em uma frase. A segunda (Gn 2) nos narra os detalhes de como Deus formou o homem do barro e de como criou a mulher. Uma narrativa não contradiz a outra. Na cronologia dos detalhes da criação Deus criou a mulher depois do homem, mas ela não foi uma invenção de último minuto. As evidências bíblicas e o próprio caráter de Deus nos comunicam que Deus pensou a humanidade mulher e homem

desde o início, ambos à sua imagem e semelhança.

Na pessoa de Deus encontramos a plenitude da masculinidade e também da feminilidade. Ele deu características de si mesmo aos dois gêneros, planejando que apresentássemos a imagem completa do amor numa família heterossexual. Homem e mulher juntos, gerando em amor, nutrido, educando, criando, estabelecendo outros seres completos e também capazes de amar, gerar, nutrir e educar.

Apesar de muitas vezes usar imagens maternas para se referir a seu amor por nós, Deus certamente teve uma razão

Deus previu que a cruel perversão da masculinidade nos deixaria quase incapazes de entender o verdadeiro significado do amor de um pai

para chamar-se de Pai. Apesar de a ideia de um Deus Pai nos distanciar da noção de amor sacrificial e transcendente que brota mais fácil quando se fala de mãe, ela prevê um modelo de amor paterno para a humanidade. Deus previu que a cruel perversão da

masculinidade nos deixaria quase incapazes de entender o verdadeiro significado do amor de um pai. Ele precisou garantir pessoalmente que este modelo fosse expresso de forma inequívoca e o fez tornando-se ele o Pai.

É uma escolha que todo tradutor faz — reduzir significados — e que ele, como tradutor de suas verdades celestiais para nós, também teve de fazer. Então ele se fez Pai; ainda assim, nos deixa ver seu lado mãe. É o Pai-Mãe como exemplo de hombridade e não de macheza. É um pai-mãe que persegue, que missiona, que se inclina e que se humilha (*missio Dei*).

Seu amor às vezes é “brega” e “babão” como amor de mulher ou música sertaneja; outras, é digno e contido, mas nunca indiferente, cruel ou egoísta. Como uma mãe, ele faz tudo o que é necessário para nos dar conforto, prazer, alegria, alimento, calor. Como um pai, ele nos dá destino, missão, identidade. Ele é um solo de violino que corta o silêncio com uma melodia profunda, mas também um surdo, uma orquestra completa de tambores axé, que marca o ritmo alegre e complexo de nosso desfile nas micaretas da vida.

Na América Latina, o continente onde o pai veio de longe e ao nos estuprar nos concebeu bastardos, vivemos no vazio da imagem masculina do amor. O pai se foi, e dói em nossa alma órfã. Resgatar a imagem do pai é tarefa de nossos homens de verdade; recriar uma figura masculina não baseada nos modelos culturais corrompidos que vemos todos os dias em nossos lares, mas na imagem do Deus Pai.

No entanto, o Deus-Mãe sempre vai nos ser importante. Vamos precisar dele para entender com o coração o amor transcendente. Sem a Mãe, nosso Deus não é completo, não é vivo. A misericórdia, a ternura, o carinho sempre nos chegarão do Deus-Mãe, que não saiu um dia com outra mulher, que não foi comprar cigarros para nunca mais voltar, que não foi preso, que não bebeu o seu salário em vez de nos comprar comida, que não bateu em nossa mãe e em nós no desvario do álcool.

Pai-Mãe nosso celestial, acima do gênero e falhos modelos humanos, tenha piedade de nós, nos ajude a conhecer o verdadeiro amor...

Bráulio Ribeiro, missionário em Porto Velho, RO, é autor de *Chamado Radical* (Editora Ultimata), braulta.ribeiro@pai.com.br

Artigo 2 – ATEUCRACIA & HETEROFOBIA

Reflexão

ATEUCRACIA & HETEROFOBIA

Robinson Cavalcanti

A humanidade conviveu e tem convivido com regimes não-democráticos: monarquias absolutas, teocracias, ditaduras, aristocracias, oligarquias, que privilegiam famílias, etnias, religiões, partidos ou classes. Com a substituição do poder personalizado pelo poder institucionalizado, surgiram os Estados Nacionais, as constituições e a democracia, como “o povo politicamente organizado”. Na maioria das vezes, o formalismo democrático e a liturgia das eleições apenas legitimam grupos, que controlam os aparelhos do Estado. Ao povo cabe apenas escolher periodicamente, entre os escolhidos, os seus senhores. Presencia-se no Ocidente, sob a fachada da democracia, uma nova autocracia: a dos ateus e agnósticos e materialistas secularistas — netos do Humanismo — contra a maioria religiosa dos cidadãos. Essa ideologia aparece mais nítida com o término da Guerra Fria, e pretende confundir Estado laico com Estado secularista. Por Estado laico se entende aquele legalmente separado das igrejas, sem religião oficial, com a igualdade perante a lei, que se constitui um avanço

para a civilização, e que foi uma das bandeiras do protestantismo histórico no Brasil. O Estado secularista expressa uma ideologia militante de rejeição da religião, de sua negação como fato social, cultural e histórico, ou a considerando intrinsecamente negativa. No passado, tivemos a influência da filosofia positivista que, com sua “lei dos três estados”, advogava a marcha inexorável da história de uma etapa religiosa inferior para uma etapa superior, pretensamente científica ou positiva. Essa filosofia marcou grande parte das ideologias contemporâneas, inclusive o marxismo, cujos regimes, oficialmente ateus, procuravam “colaborar” com esse processo histórico perseguindo implacavelmente a religião e tornando compulsório o ensino do ateísmo. O que essa elite iluminada tem dificuldade de aceitar é o fato de que, no século 21, a religião em vez de diminuir está aumentando, no que Giles Kepel denomina “a revanche de Deus”, e que dá o título do novo *best-seller* de John Micklethwait e Adrian Wooldridge, *Deus Está de Volta*. Há todo um malabarismo intelectual para “explicar” essa anomalia, e, por outro lado, se procura promover um

combate sistemático para contê-la. O antirreligiosismo teve como epicentro a Europa Ocidental, estendeu-se para a América do Norte, e se espalhou pela periferia do sistema mundial, chegando até nós. Há uma prioridade de se atacar as religiões monoteístas de revelação, porque julgam que o monoteísmo promove a intolerância e a revelação traz conceitos e preceitos autoritativos retrógrados (o pecado, por exemplo) que se chocam com as visões tidas como superiores da autonomia das criaturas. Mais particularmente, esse ataque se centra contra o cristianismo. A intolerância para com a religião implica impossibilitar sua expressão nos espaços públicos ou que seus seguidores ajam publicamente por motivações religiosas. A religião, para seus adversários secularistas, deveria apenas ficar confinada às quatro paredes dos templos e dos lares, à subjetividade de cada um, condenada à irrelevância. Essa elite se sente iluminada, superior, com o papel histórico de proteger as pessoas delas mesmas, de corrigir seus “arrastos” e de “educar” a humanidade, seja pelo apropriação dos aparelhos ideológicos

Há uma prioridade de se atacar as religiões monoteístas de revelação, porque julgam que o monoteísmo promove a intolerância e a revelação traz conceitos e preceitos autoritativos retrógrados

do Estado (educação, mídia), seja pelo uso do aparelho coercitivo do Estado (leis, justiça, polícia). Na esteira desse movimento temos tido a chatice do “politicamente correto” (moralismo de esquerda), a luta por retirar símbolos religiosos dos espaços públicos, acalhar com os dias santificados, proibir a saudação “Feliz Natal” (deve-se apenas desejar “Boas Festas!”), e a defesa de bandeiras como a liberação sexual, o aborto (no lugar do direito à vida, o direito da mulher a dispor do “seu” corpo), a eutanásia e a licitude das “orientações sexuais” — a chamada agenda GLSTB (gays, lésbicas, simpatizantes, transgêneros e bissexuais). Por sua mobilização política (e não por “descobertas científicas”) se promoveu a retirada dessa anomalia do rol das enfermidades e dos ilícitos — e se instituiu o casamento homossexual — e se parte para proibir os que querem deixá-la, cassar o registro de psicoterapeutas, forçar a

maioria a mudar seus padrões morais e criminalizar os que não aderirem. Enquanto a Europa e a América do Norte já evidenciam um novo ciclo de perseguição religiosa, corre no Congresso Nacional um projeto de lei que fará o autor desse artigo ser condenado a até cinco anos de prisão por escrevê-lo. Enquanto a minoria materialista tenta forçar uma anacronia e a minoria homossexual tenta fomentar uma heterofobia — ódio aos que insistem no seu direito de afirmar a normalidade da heterossexualidade, e de não aceitar a normalidade do homocritismo — eles recebem o apoio liberalismo teológico. A nós, a maioria, cabe, democraticamente, o direito à resistência.

Dr. Robinson Cavalcanti é síndico anglicano da Diocese do Pacífico e autor de, entre outros, *Cristianismo e Política – leitura bíblica e prática histórica* e *Alguns, a País e o Mundo – desafios e limites de evangelizar*. www.dai.org.br

Artigo 3 – Pedofilia e perdão

ESPECIAL

Pedofilia e perdão

Os escândalos acontecem nos países mais prósperos e cultos da Europa (Alemanha, Áustria, Espanha, Holanda, Irlanda, Itália e Suíça) e na mais poderosa nação do planeta (Estados Unidos). Atingem também a Austrália. Destes, quatro são países de maioria católica. O número de crianças, adolescentes e jovens abusados por padres é assustador. Só na Irlanda, os dossiês publicados em 2009 apontam mais de 15 mil vítimas. Na Holanda são cerca de 1.100 casos presumíveis de

abuso sexual cometido por membros do clero na década de 1950. Na Alemanha houve um "touram" de denúncias, nas palavras de Elke Huemmel, chefe da força-tarefa criada para prevenir novos casos. Nos Estados Unidos, o crime foi cometido contra duzentas crianças com deficiência auditiva por um único padre durante 24 anos (1950-1974) e na mesma instituição (St. John's School).

No Brasil, sabe-se que três padres da Diocese de Penedo, em Alagoas, acabam de ser ouvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no

Fórum da Justiça Estadual, em Arapiraca, a 146 quilômetros de Maceió, e reconhecidos como pedófilos. O padre mais novo tem 43 anos e o mais idoso, 83. Os três foram ordenados aos 25 anos. Seus nomes ainda estão na mais recente edição do *Anuário Católico do Brasil*, mas contra que teriam sido afastados do exercício do sacerdócio. Ainda em Alagoas, foram encontradas em 2009, na casa de um padre alemão, 1.300 fotos com cenas de sexo explícito ou pornografia infantil envolvendo meninos.

Centenas de artigos e editoriais sobre o assunto estão sendo publicados ao redor do mundo, inclusive no Brasil. A Igreja Católica Romana e o próprio papa estão sendo duramente fustigados. A observação de Roseli Fischmann, professora de pós-graduação em educação da

USP, parece oportuna: "Copiando a miopia humana na política, [autoridades católicas] esperam a máxima visibilidade dos méritos e a completa impunidade dos erros".²

A questão do celibato vem à tona novamente. Alguns tentam defender a Igreja Católica e outros a atacam sem clemência. O jornalista João Pereira Coutinho, da *Folha de São Paulo*, esforça-se para minimizar as crises, lembrando que, das 210 mil denúncias de abuso contra crianças na Alemanha desde 1995, apenas 400 (0,2%) envolveram padres católicos.³ No entanto, ele esquece que essa minoria é composta por pessoas que, por serem ministros de Deus, têm muito mais responsabilidade que as outras. Já o editorial do dia 28 de março do mesmo jornal diz que "há uma diferença básica entre a compaixão pelo pecador, de ordem essencialmente privada, e o esforço, de ordem corporativa e política, de preservar a instituição [tradicionalmente voltada ao segredo e à intransparência] dos escândalos que a acometem".

Embora seja contrário ao celibato dos padres, o psicanalista Contardo Calligaris não acredita que o fim do celibato seria remédio contra a pedofilia. "Já o teólogo Hans Küng, conhecido como o mentor dos intelectuais católicos, diz que o celibato "é a raiz de todos esses males".⁴ O leigo católico Antônio Carlos Ribeiro, autor de *Justiça e Paz*, endossa o texto de Hans Küng e propõe que o celibato seja optativo para os padres seculares.⁵ Seja como for, a observação de Paulo deve ser considerada: "Já que existe tanta

imoralidade sexual, cada homem deve ter a sua própria esposa, e cada mulher, o seu próprio marido" (1Co 7.2, NTLH).

Nem Jesus nem os apóstolos instituíram o celibato obrigatório para ministros religiosos. O que eles propõem é a castidade para solteiros, viúvos e casados, para padres e leigos, para homens e mulheres. Nem todo celibatário é casto. Há que se diferenciar uma coisa e outra. E mais fácil ser celibatário do que ser casto.

O voto de celibato e de castidade e o próprio casamento, sozinhos, não garantem a ausência de transgressões e escândalos. Desde a queda, o homem e a mulher têm uma forte indole pecaminosa, não fazem o bem que preferem, mas o mal que detestam, porque o pecado habita neles, como testemunha Paulo (Rm 7.15-16). Ninguém, religioso ou leigo, pode ser ingênuo: todos têm a mesma potencialidade dupla (tanto para o certo como para o errado). Jesus deixou claro que é do interior do coração humano que vem uma porção de coisas más, e entre elas está a imoralidade sexual e o adultério (Mc 7.20-23). Um dos heróis do romancista russo Fiódor Dostoiévski diz que "há uma luta entre Deus e o Diabo e seu palco é o coração humano". C. S. Lewis, o celebrado autor de *A Crônica de Narnia*, avisa que todos precisamos enxergar nossa própria pecaminosidade, "além dos atos pecaminosos em particular". É o filósofo alemão Immanuel Kant que confessa: "Somos um lenho torcido do qual não se podem tirar tábuas retas". A vista desse problema crônico, não é o celibato nem o casamento que vai nos livrar da pornografia, da infidelidade conjugal, da prostituição, do homossexualismo e da pedofilia. Só há um remédio, aquele que Jesus sabiamente recomendou: negar-se a si mesmo, isto é, dizer não à vontade pecaminosa todas as vezes que ela se manifestar, como, por exemplo, a vontade de abusar de uma criança. (Lc 9.23).

O bispo de Petrópolis, Dom Filipe Santoro, tem uma palavra precisa e aliviadora: "O momento presente,

marcado pela acirrada discussão sobre a pedofilia, é uma grande ocasião de purificação e conversão da Igreja para poder comunicar com transparência a todos o abraço da justiça e da misericórdia de Deus, que é a razão pela qual ela existe". A corrupção generalizada e escandalosa do clero no século 15 provocou, na primeira metade do século seguinte, a Reforma Protestante e o Concílio de Trento. Os escândalos, por serem insuperáveis, muitas vezes precedem movimentos bem-sucedidos e demorados de reforma moral e religiosa.

Resta saber se há perdão para o padre que mantém relações sexuais com uma mulher com a qual não se casou ou com uma pessoa do mesmo sexo, ou que abusa da inocência de uma criança. É claro que sim, desde que haja transparência, arrependimento — do tipo que João Batista exige (Lc 3.8) —, confissão e propósitos renovados. O mesmo pode acontecer com pastores protestantes e leigos acusados de escândalos sexuais ou outros quaisquer. A Bíblia é um catálogo de pessoas perdoadas, sobretudo nessa área. Basta ler a história da prostituta Raabe, do escândalo de Davi, da "mulher surpreendida em adultério" (Jô 8.3), da "mulher pecadora" (Lc 7.36-50), do homem da igreja de Corinto que se arreveu "a possuir a mulher de seu próprio pai" (1Co 5.1; 2Co 2.5-11) e dos ex-homossexuais passivos ou ativos que foram transformados e perdoados "pela invocação do Senhor nosso Jesus e pelo Espírito de nosso Deus" (1Co 6.11, BP).

O fato é que, se não houver denúncia, se não houver disciplina e se não houver arrependimento e mudança, a pedofilia poderá tornar-se uma prática tão "normal" quanto a prostituição, o amor livre, o adultério, o lesbianismo e o homossexualismo. ■

Notas
1. *Folha de São Paulo*, 21 de março de 2010, p. 22.
2. *Folha de São Paulo*, 28 de março de 2010, p. A-14.
3. *Folha de São Paulo*, 23 de março de 2010, p. E-8.
4. *Folha de São Paulo*, 17 de abril de 2010, p. E-72.
5. *Folha de São Paulo*, 21 de março de 2010, p. 3 (caderno "Mais").
6. *Folha de São Paulo*, 31 de março de 2010, p. A-3.



38 ULTIMATO | Maio-junho 2010

Artigo 4 – Com resguardar a criança do sexo precoce, da pornografia e da homossexualidade.

CAPA

Como resguardar a criança

do sexo precoce, da pornografia e da homossexualidade

Carlos "Catto" Grzybowski

Entender por que uma pessoa se comporta como se comporta sempre foi um dos mistérios da humanidade. Para responder a esse mistério, vários campos do saber, como a filosofia, a psicologia, a biologia, a antropologia, a sociologia e a teologia, têm criado teorias que abarcam desde aspectos exclusivamente biológicos até aspectos de cunho unicamente transcendental.

A verdade é que, até o presente momento, temos muitas teorias e poucas certezas sobre o que realmente define a conduta humana.

As vertentes mais comuns que encontramos hoje na ciência e na cultura quando se trata de explicar o comportamento humano podem ser agrupadas em cinco grandes linhas: teorias biológicas ou organicistas, teorias da aprendizagem, teorias do inconsciente, teorias de base espiritual e teorias dos sistemas.

As *teorias biológicas ou organicistas* postulam que o comportamento é resultado de transmissões neurais, e estas, determinadas no código genético — filando de modo bem geral. O grande impasse nessa perspectiva é a impossibilidade de saber se é a biologia que determina a conduta ou se é a conduta que altera a biologia. À velha questão do ovo ou a galinha. Pode-se até averiguar a perda de transmissão neural em alguns comportamentos (como a depressão), mas não se pode definir exatamente se ela é causa ou consequência da

disposição mental. Muitos cientistas hoje afirmam categoricamente que a biologia determina a conduta, mesmo porque isso impulsiona a indústria farmacêutica. Entretanto, os estudos feitos até hoje sobre o genoma humano não sustentam esse determinismo. Da mesma forma que a ansiedade pode causar um "curto-circuito" em nosso sistema neurovegetativo e jogar seu gâstrico em um estômago vazio, causando gastrite e até úlceras, não se pode afirmar que não ocorram tais "curtos-circuitos" na produção de neurotransmissores sob certas condições extracorpóreas. As pessoas que têm soluções rápidas para aliviar todo tipo de sofrimento (inclusive o mental), as indústrias farmacêuticas investem fortunas no desenvolvimento de pesquisas que apontem soluções químicas para a conduta e a mídia se encarrega de tornar dogmáticas as teorias biológicas. Gregory Bateson¹ é categórico em contrapor-se a essa teoria afirmando que "não há nenhum comportamento [...] e nenhuma aprendizagem nos próprios organismos". Infelizmente a paz não vem em cápsulas!

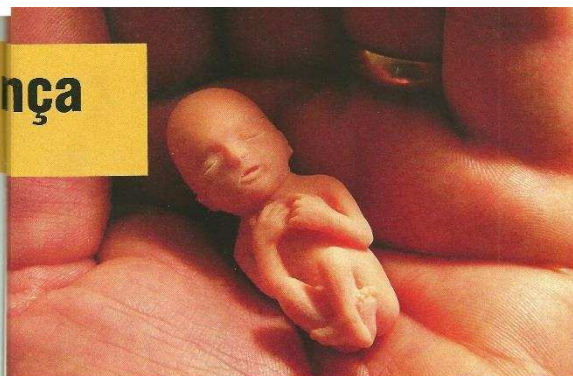
As *teorias da aprendizagem*, por sua vez, apontam para outra direção. Grosso modo, fazem em seu bojo a ideia de que nascemos como uma tabula rasa, na qual vão sendo desenhados os traços de nossa conduta — seja por condicionamento, por imitação ou por aprendizagem social,

Para os postulantes dessa teoria, somos fruto do meio em que vivemos! Entretanto, os estudos recentes sobre resiliência (a capacidade de uma pessoa suportar adversidades e sair-se bem) colocam em cheque as teorias que chamam a função do meio como moldador da conduta.

As *difíceis teorias do inconsciente*, que dominaram o campo da psicologia no final do século 19 e durante boa parte do século 20, especialmente a partir dos estudos de Freud, nos informaram que "as pessoas tinham impulsos inconscientes que as levavam a fazer o que faziam. Como estes impulsos eram inconscientes, a mente consciente podia apenas ficar perplexa a respeito do que a pessoa fazia e pensava".²

Assim, aquilo de conduta humana é explicado por meio do inconsciente. A encantadora erudição de Freud e alguns de seus seguidores e a popularização da sua teoria levam, até os dias de hoje, as pessoas a acreditar esse "determinismo psíquico". Para Freud, muito do comportamento humano era estabelecido a partir das experiências infantis nos primeiros anos de vida, em especial na relação da criança com a mãe, e, a partir de então, reprimido no inconsciente, que atua como maestro da conduta para o restante da vida.

Quanto às *teorias de base espiritual*, em praticamente todas as culturas acredita-se que há elementos extranaturais que interferem na



conduta humana. Deuses, anjos e demônios são narrados desde as mitologias mais remotas como sendo o poder de interferir em nossa forma de agir. A Bíblia e toda a teologia hebraico-cristã nos informam que há uma dimensão espiritual invisível, cujos seres pertencem a outra ordem de realidade e por isso têm o poder de se apressar de nosso corpo e mente (embora haja cristãos que não acreditam na existência dessa dimensão, tentando pulverizar as narrativas bíblicas sobre o tema em interpretações que remetem às outras teorias mencionadas). Por mais que alguns afirmem que tal ideia é retrógrada e anticientífica, no que tange às explicações da conduta humana, nenhuma teoria até aqui postulada pode ser afirmada como mais verossímil — são apenas teorias.

A *teoria dos sistemas* entende que a conduta é resultado de várias sistemas que interagem em um determinado tempo e espaço e que,

simultaneamente, essa conduta, ao se manifestar, gera mudanças nos vários sistemas, tornando a realidade cada vez mais complexa em um processo contínuo circular.

Voltemos ao questionamento inicial sobre como resguardar a criança dos devios sexuais. Segundo algumas teorias, qualquer prevenção é impossível. Para outras, isso é perfeitamente viável em qualquer tipo de conduta — inclusive a sexual.

A partir da experiência clínica, o que constatamos é que uma criança que cresce em uma família na qual os pais se amam e expressam isso — abertamente aos filhos, o diálogo é aberto — não sofre sobre trivialidades, mas sobre valores — e os valores de integridade, lealdade, companheirismo e amizade prevalecem entre os membros da família, sem menos riscos de desenvolver uma conduta disfuncional, seja de ordem sexual ou de outras ordens. Nos estudos sobre

resiliência, o que se tem constatado é que, mesmo uma criança crescendo sob as mais adversas circunstâncias (em meio à periculosidade dos pais ou à criminalidade, por exemplo), quando ela encontra alguém (um professor, um amigo, um religioso) que lhe dê referências de valores em especial valores espirituais — ela ganha certa "imunidade" a devios de conduta.

Assim, a ciência hoje passa a estudar a saúde (e não somente a doença) e descobre que a espiritualidade é um elemento fundamental na prevenção de condutas disfuncionais, seja de que instâncias forem.

Notas
1. Gregory Bateson. *Microworlds*. Lisboa: Círculo de Publicações, 1966. p. 71.
2. Jay Haley. *Aprendizado e ensinamento terapêutico*. Porto Alegre: ARTHED, 1968. p. 86.

Carlos "Catto" Grzybowski, 38 anos, mestre em psicologia (DSE/UE/11) e terapeuta familiar. Mora em Curitiba, PR.

Sobre a sexualidade cristã

Wolffhart Pannenberg



Shutterstock

Sobre o amor — Pode o amor ser pecaminoso? Toda tradição doutrinária cristã ensina que há uma coisa chamada amor invertido, pervertido. Os seres humanos são criados para o amor como criaturas de Deus, que é amor. Ainda assim, essa ordenação divina é corrompida sempre que as pessoas se afastam de Deus ou amam outras coisas mais do que a Deus.

Sobre o casamento — A união indissolúvel do casamento é o alvo da nossa criação como seres sexuais (Mc 10,2-9). Visto que, quanto a esse princípio, a Bíblia não é temporal, as palavras de Jesus são o critério e o fundamento para todo pronunciamento cristão sobre a sexualidade, não somente para o casamento, mas também para nossa identidade como seres sexuais. De acordo com o ensinamento de Jesus, a sexualidade humana como macho e fêmea tem como alvo a união indissolúvel do casamento.

Sobre a homossexualidade — As determinações bíblicas quanto à prática homossexual são claras e não dão margem à ambiguidade quanto à rejeição de tal prática. Todas as afirmações sobre esse assunto concordam mutuamente,

sem exceções [...]. Sobre esse assunto, o judaísmo sempre se viu como distinto de outras nações. Essa mesma distinção continuou a determinar as afirmações do Novo Testamento sobre a homossexualidade, em contraste à cultura helenista, que não via problema algum com as relações homossexuais. Em Romanos, Paulo inclui o comportamento homossexual entre as consequências de se afastar de Deus (Rm 1,27). Em 1 Coríntios, a prática homossexual está, junto com a fornicação, o adultério, a idolatria, a avareza, a bebedeira, o furto e o roubo, entre os comportamentos que impedem a entrada no reino de Deus (1Co 6,9-10). O Novo Testamento não contém nenhuma passagem que possa contrabalançar essas afirmações paulinas. Assim, o testemunho bíblico inclui a prática do homossexualismo, sem exceção, entre os tipos de comportamento que expressam notavelmente a humanidade afastada de Deus. Esse resultado exegético coloca amarras estreitas na visão sobre a homossexualidade que uma igreja sob a autoridade do Espírito Santo pode ter.

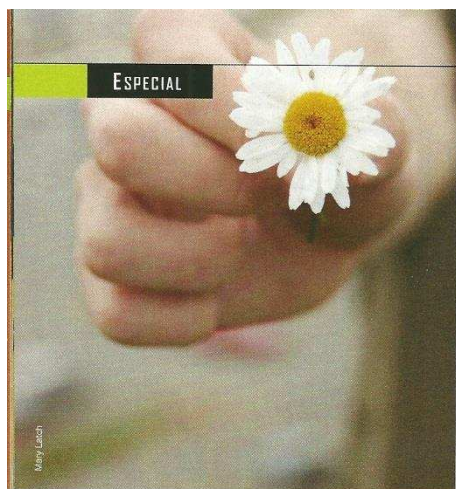
Sobre o papel da igreja — A igreja tem de conviver com o fato de que,

na área sexual, assim como em outras áreas, desvios de norma não são excepcionais, mas, antes, comuns e difundidos. A igreja deve agir com tolerância e compreensão para com todos os envolvidos, mas também deve levá-los ao arrependimento. Ela não pode abandonar a distinção entre a norma e o comportamento que se desvia da norma. Aqui estão os limites de uma igreja cristã que está sujeita à autoridade das Escrituras. Aqueles que argumentam que a igreja deve mudar essa norma devem estar cientes de que estão promovendo divisões: se uma igreja se deixar levar a ponto de não considerar a atividade homossexual como um desvio da norma bíblica e reconhecer as uniões homossexuais como uma parceria possível de amor equivalente ao casamento, tal igreja não estaria sobre bases bíblicas, mas contra o testemunho inequívoco das Escrituras. Uma igreja que desse esse passo, deixaria de ser a igreja una, santa, católica e apostólica.

Traduzido por Vítar Grandi da Silva Pereira

Wolffhart Pannenberg, teólogo protestante alemão nascido na Polónia, é professor de teologia sistemática na Universidade de Marburg e diretor do Instituto de Teologia Escamônica. É autor de *Teologia Sistemática* (Paulus).

Artigo 6 - Pai nosso, que estás nos céus! Seja feita a tua vontade quanto à nossa sexualidade.



Pai nosso, que estás nos céus! Seja feita a tua vontade quanto à nossa sexualidade

Nas palestras sobre religião e homossexualidade realizadas na Universidade Federal de Viçosa por ocasião da 1ª Semana da Diversidade Sexual, em maio de 2010, alguém sugeriu que, antes de qualquer coisa, se fizesse a oração do Pai-Nosso. Outro participante achou a ideia estranha, pois a universidade é laica. Se fosse levada a sério, a oração do Senhor poderia ter ajudado, principalmente por causa da terceira súplica que nela aparece: “Seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu” (Mt 6.10).

Qual é a vontade, ou melhor, a prescrição de Deus quanto à sexualidade humana? A resposta encontra-se no livro-texto do cristianismo, as Escrituras Sagradas, o maior *best-seller* de todos os tempos (nos últimos anos, só as 147 sociedades bíblicas do mundo colocaram em circulação 145 milhões de Bíblias e 297 milhões de Novos Testamentos). O nigeriano Yusufu Turaki, mestre em teologia e doutor em ética social, explica que “nossa visão sobre a homossexualidade não deve proceder de fontes humanas, mas da Palavra de Deus”. Ele conclui: “A Bíblia define claramente a homossexualidade como pecado” (*Comentário Bíblico*

Africano, 2010, p. 1389). Há vários anos, o psiquiatra Armand Nicholi, da Universidade de Harvard, autor de *Deus em Questão*, escreveu: “Os que baseiam sua fé sobre o Antigo e o Novo Testamentos não podem duvidar que as severas proibições quanto ao comportamento homossexual fazem de sua atividade uma transgressão diante da Lei de Deus” (*Dicionário de Ética*, 2007, p. 337).

Desde o início da vida humana, a companheira do homem é uma mulher e o companheiro da mulher, um homem, como se pode ver no artigo *Uma paráfrase da Bíblia sobre a criação da mulher* (pág. 25). Só a redescoberta desse ato criador de Deus já seria suficiente para se conhecer os caminhos da heterossexualidade. Todavia, como reforço, é bom consultar outras passagens bíblicas.

É comum ridicularizar a história da destruição de Sodoma e Gomorra e pôr panos quentes no pecado principal daquelas cidades próximas ao mar Morto, na Palestina. A descrição nua e crua que a Bíblia faz da orgia homossexual coletiva e generalizada, ousada e incontrolável (Gn 19), tem suporte em outras passagens bíblicas (Ez 16.46-52; 2Pe 2.6-8 e Jd 7). Pedro conta que Lô, que vivia em

Sodoma, “todos os dias [...] ficava muito agoniado em ver e ouvir as coisas más que aquela gente fazia” (2Pe 2.8, NTLH).

Embora o livro de Levítico contenha leis cerimoniais, profiláticas e higiênicas, ele contém também leis de valor durável. No capítulo 18, diversas uniões sexuais são consideradas fora da lei e a maior parte delas ainda é levada a sério pelo senso comum. Relações sexuais com a mãe ou outra mulher do pai, com a irmã, a neta, a nora, a cunhada e a mulher alheia eram terminantemente proibidas para o povo judeu. É nessa porção da Bíblia que se encontra a passagem mais explícita contra a homossexualidade: “Com homem não te deitarás, como se fosse mulher” (v. 22). No versículo seguinte, há outra séria e óbvia proibição: “Não tenha relações sexuais com um animal” e “mulher nenhuma se porá diante de um animal para ajuntar-se com ele; é depravação”.

A carta de Paulo aos Romanos é o único texto bíblico que menciona explicitamente a homossexualidade feminina: “Até suas mulheres trocaram suas relações naturais por outras, contrárias à natureza” (Rm 1.26). No verso seguinte, Paulo fala sobre o homossexualismo masculino: “Da

mesma forma, os homens abandonaram as relações naturais com as mulheres e se inflamaram de paixão uns pelos outros”. Paulo volta a falar sobre o assunto pelo menos mais duas vezes (1Co 6.9-11 e 1Tm 1.9-10).

Certo empresário queria saber se um homossexual poderia deixar de ser homossexual. Para responder a pergunta, seu interlocutor abriu a Bíblia e leu para ele a passagem que mostra que na igreja de Corinto havia ex-homossexuais passivos e ativos (veja *A porno-Corinto*, pág. 28). Mesmo no meio científico, alguns admitem que homossexuais podem mudar sua orientação sexual. O próprio Robert Spitzer, professor de psiquiatria da Universidade de Colúmbia, famoso por ter ajudado a excluir a homossexualidade da lista de doenças mentais da Associação Psiquiátrica Americana (1973), “descobriu que 78% dos homens e 95% das mulheres que voluntariamente se submeteram a uma terapia ‘restauradora’ relataram uma mudança em sua sexualidade” (*Por que confiar na Bíblia?*, 2005, p. 124).

Embora a hermenêutica dessas passagens bíblicas seja tranquila, naturalmente algumas pessoas, até mesmo cristãs (católicas e protestantes), fazem uma leitura diferente, a “leitura gay”, como se diz.

Artigo 7 - Heterossexualidade sem homofobia e homossexualidade sem heterofobia.

Heterossexualidade sem homofobia e homossexualidade sem heterofobia

Se todos somos igualmente marcados pelo pecado, tanto potencialmente como na prática, a discriminação por razões morais e religiosas contra, por exemplo, os gays, torna-se ridícula e hipócrita, além de acrescentar mais um pecado ao nosso vergonhoso currículo moral. Além do mais, a oposição que alguns fazem à homossexualidade não é educada, inteligente, coerente e caridosa. Há casos de agressão verbal e física. Em algumas vertentes muçulmanas acentuadamente fundamentalistas, os homossexuais podem ser condenados à morte. Nem todos os prisioneiros dos muitos campos de concentração eram judeus ou inimigos do regime nazista — alguns eram apenas homossexuais.

Em contrapartida, os homossexuais não podem dar lugar à heterofobia. Eles podem sair do armário sem pretender colocar os hétéros nos armários vazios. A sociedade precisa enxergar esse processo em andamento. Se os homossexuais podem defender a bandeira da homossexualidade, por que os heterossexuais não podem defender a bandeira da heterossexualidade?

Se a consciência de um homossexual não o deixar em paz, apesar do apoio ostensivo da mídia, de alguns profissionais da saúde e até de alguns líderes religiosos, por que não se pode dar a ele auxílio psicológico ou pastoral, caso a pessoa espontaneamente o deseje? Se uma igreja se recusa a celebrar um casamento gay ou ordenar um padre ou pastor homossexual, por que zombar, perseguir, multar ou prender o responsável por esse comportamento, exigido por seu credo? Os homos querem liberdade de pensamento e de ação. O mesmo acontece com os hétéros.

A prática homossexual é condenada pelas três religiões monoteístas do planeta: o cristianismo, o judaísmo e o islamismo. No caso dos protestantes, enquanto eles se conservarem fiéis às Escrituras Sagradas, sua única regra de fé e prática, a conduta homossexual será considerada um desvio sexual. Entretanto, os cristãos horrorizados com a homossexualidade se obrigam pela mesma Bíblia a ficar horrorizados também com o adultério, com a hipocrisia, com o roubo, com o egocentrismo, com a soberba, com a incredulidade, com a inveja, com a violência, com a berrante injustiça social e daí por diante. E com a mesma intensidade!

Artigo 8 - A solução do problema gay na perspectiva cristã.



Com a presença de nanos homossexuais na cidade grega de Corinto e a completa ausência de normas contrárias e de reações homofóbicas na sociedade grega, bastaria a Paulo instituir o casamento gay e combater apenas a orgia homossexual.

Mas não foi isso o que ele fez, nem o que aconselhou. Em sua primeira Carta aos Coríntios, o apóstolo é bem explícito: "já que existe [aquí em Corinto] contra imoralidade sexual, cada homem deve ter a sua própria esposa, e cada mulher, o seu próprio marido" (1 Co 7:2, NTL1).

Para não se colocar contra a maré, contra a cultura, contra a opinião pública, contra os ritos (Apelo em espírito) e contra a "contritação", Paulo deveria ter proscrito no máximo a monogamia homossexual: "já que existe em Corinto tantos prostitutos, tantas orgias homossexuais, cada homem deve ter o seu próprio homem, e cada mulher, a sua própria mulher".

Se somos realmente cristãos, se devemos obedecer às normas preestabelecidas desde a criação, se entendemos que a Bíblia é a Palavra de Deus, se reconhecemos a autoridade do apóstolo Paulo, amor de treze dos 27 livros do Novo Testamento, o casamento gay deve ficar totalmente fora de cogitação.

A rigor, e para os cristãos, a questão gay tem de ser enfrentada de outra maneira. Permanecer no armário ou voltar para ele não resolve. Casar-se com o parceiro do mesmo sexo não resolve. Adotar e criar filhos ora sem mãe ora sem pai não resolve. Fazer uma leitura gay da Bíblia não resolve. Filtrar-se a uma igreja gay e ter passos e passos homossexuais não resolve. Livrar-se de qualquer preconceito por parte da sociedade não resolve.

Isso não quer dizer que não haja solução para a pessoa que nasceu com dificuldade homossexual ou com tendência homossexual, para a pessoa que recebeu no lar estímulos contrários à heterossexualidade, para a pessoa que foi levada ao homossexualismo por causa de abusos sexuais cometidos por familiares ou estranhos, para a pessoa que chegou a essa situação por curiosidade e para a pessoa que tornou-se homossexual em função da propagação da homossexualidade (revistas, filmes, internet, paradas gays etc.). A solução é a graça de Deus, que ela deve buscar persistentemente. A graça de Deus a levará à conversão, como aconteceu com certo número de pessoas em Corinto (1 Co 6:11). Trata-se, honestamente falando, de um milagre, algo inexplicável operado pelo Espírito Santo. Embora dependente da soberania de Deus, a gênese dessa

experiência religiosa tem muito a ver com o ministério da igreja, que precisa orar, amar, acolher, compreender o drama da homossexualidade e comunicar as boas novas da salvação.

A participação de profissionais da saúde não deve ser descartada nem pela igreja nem pela medicina. Na verdade, a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia não "impede os psicólogos de atenderem pessoas que queiram reduzir seu sofrimento psicológico causado por sua orientação sexual, seja ela homo ou heterossexual". A proibição, continua o documento, "é claramente colocada na adoção de ações coercitivas tendentes à cura e na expressão de concepções que considerem a homossexualidade doença, distúrbio ou perversão". Naturalmente, os pregadores do evangelho não estão proibidos, à luz da Bíblia, de condenar como pecado a prática homossexual, desde que charrem todos os outros pecados de pecado e desde que anunciem também a graça de Deus.

A conversão não significa obrigatoriamente que o ex-homossexual ou a ex-lésbica precisa casar-se novamente com pessoa de sexo diferente. A aceitação do evangelho e o compromisso com Cristo indicam uma mudança radical no estilo de vida, seja qual for o estado civil. E o mesmo se requer do heterossexual

solteiro ou casado. Na final das contas, a moral sexual cristã não visa apenas os homossexuais, as mulheres e os casados. Ela é também para os heteros, os homos e os solteiros, e em qualquer fase da vida (adolescentes, jovens, adultos e idosos).

A conversão não impede que haja um desagradável descuido que provoque uma acidental queda, que deve ser confessada e abandonada para ser perdoada (1 Jo 1:9). Entre os muitos problemas de comportamento que havia na igreja de Corinto, um deles era na área sexual.

O apóstolo teria encontrado, em sua próxima passagem por Corinto, alguns daqueles irmãos que haviam abandonado as imoralidades carnais de volta a elas, fato que o humilharia muito e o faria chorar por eles (2 Co 12:21). Em sabido que um deles havia succumbido à tentação de deitar-se com a mulher de seu pai (1 Co 5:1), embora, depois da disciplina, tivesse se arrependido amargamente e se arrependido (2 Co 2:5-8).

Em vez de alisar as normas de conduta, o apóstolo as confirma: "Fugam da imoralidade sexual, [pois] todos os outros pecados que alguém cometer, fora do corpo os comete; mas quem peca sexualmente, peca contra o seu próprio corpo. [pois] é santuário do Espírito..." (1 Co 6:18-20).

Há esperança para o homossexual temente a Deus

Willem Lane Craig

Se você é homossexual ou tem inclinação, mantenha-se puro. Se você não é casado, deve praticar abstinência de toda atividade sexual. Eu sei que isso é difícil, mas o que Deus está pedindo que você faça é simplesmente o mesmo que ele requer de todas as pessoas solteiras. Isso significa manter puro não só o seu corpo, mas em especial a sua mente. Assim como o heterossexual deve evitar a pornografia e a imaginação, você também precisa manter sua vida e pensamentos limpos.

Resista à tentação de racionalizar o pecado, dizendo: "Deus me fez assim". Deus deixa claro que ele não quer que você caia ao pecado, mas, sim, que você o honre mantendo puros o corpo e a mente.

Procure aconselhamento profissional cristão. Com tempo e esforço, você pode vir a usufruir de relações normais e heterossexuais com a sua esposa. Há esperança!

Traduzido por Wilar Brandia da Silva Pereira

Willem Lane Craig, doutor em teologia pela Universidade de Marburg, no Alemanha, é um filósofo pela Universidade de Birmingham, no Inglaterra, é professor de filosofia na Faculdade de Teologia da Universidade Bala, em La Mirada, na Califórnia.

Artigo 9 – Cristianismo, secularismo e cidadania.

REFLEXÃO **Robinson Cavalcanti**



Cristianismo, secularismo e cidadania

A realidade do século 21 é que a democracia não é um valor ou uma prática universal, e a liberdade religiosa é uma exceção nos Estados teocráticos, confessionais ou ateus. As restrições, discriminações, violências e migrações forçadas atingem milhões de cristãos sob a dominação do islamismo, do budismo, do bramanismo ou do comunismo. O Ocidente silencia diante das violações aos direitos humanos. Os interesses políticos e econômicos falam mais alto. A única ação política possível para os cristãos é a luta pela sobrevivência. O sonho de uma era de liberdade após a queda do Muro de Berlim ficou distante. O fato novo — e inesperado — tem sido o surgimento

de uma nova onda de intolerância, discriminação e perseguição religiosa contra as expressões do monoteísmo de revelação (particularmente o cristianismo) no Ocidente pós-cristão, no mundo dito civilizado, no qual o cristianismo foi uma inegável variável histórica e cultural. Na Europa, o secularismo avançou rapidamente, como desdobramento do iluminismo e do racionalismo, e do vazio existencial trazido pelo liberalismo teológico, enquanto imigrantes não-cristãos e sem tradição democrática ocupavam o lugar dos nacionais que não nascem. Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia vão abjurando do seu passado cristão. O multiculturalismo, o politicamente correto, a cultura da morte (aborto,

não-procriação, homossexualismo, eutanásia), a agenda GLSTB lastreiam uma pós-modernidade que, negadora de qualquer verdade, afirma o individualismo, o subjetivismo e o relativismo. O único absoluto é o relativo, na litúrgia da "diversidade" ilimitada. Sob a falsa retórica da defesa de um desejável laicismo, minorias organizadas no aparelho do Estado, na academia e na mídia — de fato partidária e leninista — promovem essa ideologia nos aparelhos ideológicos (imprensa, entretenimento, educação) e coercitivos (legislação, judiciário, polícia). No Reino Unido, alguém recentemente afirmou: "Trocamos uma cultura religiosa de tolerância por uma cultura não-religiosa de intolerância". Essa ideologia impõe o Estado contra

a nação, e a lei contra a cultura. O argumento religioso é desqualificado — vedada sua expressão no espaço público ou sua influência na formulação das políticas públicas — empurrado "sob varas" para a irrelevância social das subjetividades ou para o espaço privado dos lares e dos templos. Afirmar os valores cristãos vai se tornando um ato de delinquência, e, dos direitos civis dos homossexuais, se passa para a obrigatoriedade da sua normalidade. Em uma globalização assimétrica e

O fato novo tem sido o surgimento de uma nova onda de intolerância contra as expressões do monoteísmo de revelação

unilateral, com um centro e várias periferias, a intolerante ideologia do secularismo chega até nós, e já é uma realidade no Brasil, com militantes em todos os partidos e esferas do poder. A existência de uma expressiva população católico-romana e o crescimento de uma população protestante (ambas com convicções e líderes articulados) se manifestou nas reações necessárias — embora muitas vezes desordenadas, incoerentes ou interessadas — nas últimas eleições presidenciais, no conflito com o secularismo que distorce o laicismo e tenta, mais uma vez, colocar o Estado contra a nação. O desafio está diante de nós, cada vez mais ameaçador, e de desdobramentos imprevisíveis. Enquanto isso, uma parcela do protestantismo, em guetos, ainda cultiva o isolacionismo, a alienação política e a irresponsabilidade cívica, a ascese individual e a busca do além-mundo. Uma parcela crescente busca o poder e a prosperidade já nesse mundo. Grupos que, por muito tempo, cultivaram a alienação, chegaram à

esfera pública sem reflexão bíblico-teológica ou conhecimento dos fatos e pensamentos sociais da igreja, pois o moralismo-legalismo substituiu a ética social, e a concepção de pecados sociais e estruturais. Com uma visão corporativista e clientelista, participam do mundano realismo ("é dando que se recebe"), com episódios escandalosos. Há quem saia de Davi à Dilma, presos aos paradigmas do antigo Israel, não escondendo uma tentação teocrática,

"como cabeça e não como cauda" (um rei ou um ataláia evangélico...), carnes de humildade e de contribuições das ciências humanas. Históricos e pentecostais sérios, porém atingidos pelo pessimismo anabatista ou pré-milenista/ pré-tribulacionista, ou pelo comodismo-consumismo, se esqueceram da visão de participação construtiva de uma cidadania responsável e promotora dos valores do reino de Deus, dos missionários pioneiros e de gerações de protestantes brasileiros; ou da visão de uma missão integral no mundo, onde, dentro das regras democráticas, devemos defender nossos lícitos interesses, e travar lícitos embates políticos pela preservação dos valores da nossa cultura, dos direitos naturais e do bem comum, tendo as instituições eclesiais, os indivíduos e os movimentos de inspiração cristã papéis diferenciados e complementares. O divisionismo e a desorganização dos evangélicos, contudo, apenas agravam o problema; mais, sob a Providência, uma nova realidade poderá surgir, para a relevância da igreja e o bem do país.

Dom Robinson Cavalcanti é bispo evangélico do Diocese do Recife e autor de, entre outros, *Cristianismo e Política — Nova Bíblia e prática histórica, A Igreja, o Povo e o Mundo* — disponível em www.drc.org.br — identidade, relevância, decisão.

Artigo 10 - Os evangélicos e a pororoca gay.



REFLEXÃO Robinson Cavalcanti

Os evangélicos e a pororoca gay

Vive-se sob o impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em legitimar as uniões homossexuais. Uma Assembleia Constituinte soberana, tanto na intenção como na redação, restringiu esse instituto a um homem e uma mulher, igualmente o Código Civil. A decisão do STF contrariou a intenção e o texto do legislador. A função legisladora é competência do Legislativo, mas a Medida Provisória (MP), os decretos e os portarias deslocam essa função para o Executivo, fragilizando a democracia. Vem crescendo essa indesejável função legislativa também por parte do Poder Judiciário, nas "interpretações" de evidente viés ideológico. Uma

corte de militantes é outro visco para a democracia e para a separação jurídica dos cidadãos. Outras "interpretações" não tardarão, impondo uma camisa de força sobre a liberdade do Legislativo quanto a essa matéria, como a PLC 122 — um atentado à liberdade de expressão e à liberdade religiosa. Ela foi aprovada na Câmara dos Deputados, acentos todos os deputados evangélicos, e nenhum advogado representando qualquer organização protestou-se ter ouvido no STF. Os escrivãos do Mar de Berlim caram sobre as ideologias contemporâneas e o voto foi preenchido pela chate do "politicamente correto" (puritanismo de esquerda), pela defesa do multiculturalismo como o valor universal, pela cultura da morte,

pelo relativismo pós-moderno e pela agenda GLSIB, enquanto prospera o hedonismo consumista egoísta e alienante. Afirmai: "Pelo gênero, que a única súplica que lhe resta foi a defesa da sodomia!". A articulação intencional dos homossexuais e das elites secularizadas foi a mais condenada pela humanidade, com uma plataforma: descriminalização (decisão política e não científica), legalização, paralização dos oponentes sob a pecha de "homofóbicos" e, por fim, criminalização dos "homofóbicos". Afirma-se o caráter natural, inevitável e irremovível dessa "orientação" (predeterminação crítica). Igrejas demonstram a perceber a nova "revolução cultural", e com um déficit

de estudo sobre a sexualidade, se sentem ameaçadas e acudadas on, pelo liberalismo teológico, legitimam o homossexualismo para a adoção dos seus ministros e benefício de uniões. O que se iniciou no Europa e na América do Norte chegou ao Brasil, como sempre: "As rvoas que aqui gerariam, geriram como lá". Em 1998 votei, com a maioria (mais de 80%) dos bispos anglicanos de todo o mundo, na Conferência de Lambeth, a Resolução 1.10, afirmando a sexualidade como um dom de

a crise do anglicanismo é, em muito, decorrente da rebelião da minoria contra essa resolução. Em carta aberta ao Senado, defendi a dignidade de toda pessoa humana, os direitos civis de todos os cidadãos, a liberdade de expressão, a liberdade religiosa e a posição contrária à criação de um ente familiar homossexuário e à criminalização dos heterossexuais que não aceitam a normalidade do homossexualismo (heterosofobia). Tenho afirmado que todo discurso científico é uma descrição da natureza caída (depravação total), que a inclinação/tenção homossexual é uma das manifestações da queda, uma esfericidade espiritual, um pecado, como tantos outros, que demanda, igualmente, arrependimento e novidade de vida. O sangue de Cristo lava todos os pecados, e o poder do Espírito Santo, pela igreja como comunidade terapêutica, ou pelos instrumentos científicos disponíveis, pode lavar ainda todas as coisas, transformando-as a imagem do caráter de Jesus. Foi tachado de "retrogrado" e "homofóbico". Seria discriminatório com os homossexuais se os tratasse de forma diferente dos demais pecadores. Não querem ser consultados

pecadores, celebrando o "orgulho" da sua condição em "paradas" financiadas com o dinheiro dos contribuintes, qualquer que seja o partido nas diversas esferas do poder estatal. Além do ensino e da pastoral interna, temos um mandato cultural, a necessidade de evangelizar a cultura, o dever de expor e propor os direitos e os deveres naturais, os valores do reino e a busca do bem-comum na esfera pública, o exercício do profetismo e pecaminosidade universal e a possibilidade universal de perdão, reconciliação, conversão e santificação. Devemos pregar nos templos e nos espaços públicos (nas "arrepagens") o que as Escrituras ensinam, e o consenso dos fiéis o entendeu por 2 mil anos. Não podemos acatar o veto do espírito do século, ou revisar conceitos (não preconceitos), "humanizar Deus" buscando respeitabilidade, ou abandonar os ex-homossexuais. As "pororocas" da história passam. A Igreja permanece. O "evangelho" protestante não é tão simplesmente "evangelho" assim. Além do fundamentalismo, o liberalismo é um desafio concreto.

Robinson Cavalcanti é bispo auxiliar da Igreja de Recife e autor de, entre outros, O Evangelho e a Política — teoria bíblica e prática histórica; O Espírito e a Palavra — desafio a uma teologia dogmática — e, também, A Igreja e o Mundo — www.ia.org.br

Seria discriminatório com os homossexuais tratá-los de forma diferente dos demais pecadores

Deus, a ser exercitada no matrimônio heterossexual monogâmico vitalício, reconhecendo vocações especiais para a celibato e a existência de pessoas com tendências homossexuais, a serem acolhidas e escutadas pastoralmente, sob o princípio de ser a sua prática contrária ao ensino das Sagradas Escrituras. Os Clérigos da Diocese do Recife acolheram esses princípios

3ideias
Ideias Transformando Vidas

SUPERLançamento
www.z3ideias.com.br
Central de Atendimento: 19 3464.9000

Matriz (19) 3464.9000	São Paulo (11) 2626.0712	Belo Horizonte (31) 2626.1274
Brasília (61) 2626.1254	Curitiba (41) 2626.1275	Recife (81) 4062.0011
		Rio de Janeiro (21) 3005.7624

desafio bíblico

Impressão rápida e eficiente para quem quer se manter atualizado. Das bíblicas, com o melhor preço e entrega rápida. Das bíblicas, com o melhor preço e entrega rápida.

Artigo 11 - A construção de uma sexualidade relacional.

CASAMENTO E FAMÍLIA
Carlos "Catito" e Dagmar Grzybowski



A construção de uma sexualidade relacional

O compositor e cantor baiano Raul Seixas afirmava em uma de suas músicas que ele preferia ser uma "metamorfose ambulante". Na verdade o ser humano é realmente um ser em contínua construção. A cada novo dia, a cada nova experiência, a cada novo relacionamento, nós somos transformados. Nossa sexualidade é parte inseparável desta construção.

A ideia de uma sexualidade estática e imutável adquirida nos primeiros anos da infância é bastante questionável do ponto de vista das teorias mais atuais no campo da psicologia, como a Teoria Sistêmica.

Em outra perspectiva, o reducionismo fisiologicista que observamos hoje em muitos campos das ciências do comportamento e especialmente da mídia quer nos levar a pensar que a sexualidade é algo exclusivamente sensorial e orgânico – nada mais equivocado! O principal agente construtor da sexualidade é a mente. É por meio dela que somos capazes de evocar sentimentos de desejo ou repulsa, de excitação ou aversão, de amor ou ódio.

Todavia a mente humana é extremamente complexa e construída a partir de influências genéticas, ambientais, familiares, sociais, religiosas, culturais e uma infinidade de outros fatores que vão moldando nossa forma de perceber a realidade. Logo, a sexualidade humana é algo de grande complexidade. Reduzi-la a uma dimensão meramente fisiológica é rebaixar o ser humano de sua condição primordial de *homo sapiens sapiens* e animalizá-lo.

Assim, a sexualidade humana deve ser compreendida dentro desta condição de complexidade intrínseca a ela. Simone de Beauvoir afirma categoricamente: "A gente não nasce mulher, torna-se mulher".¹ Pode-se dizer o mesmo de qualquer outra expressão da sexualidade.

Acima de tudo, porém, a sexualidade precisa ser compreendida dentro da dimensão da relacionalidade. Somos seres relacionais e a sexualidade é uma das expressões de nossos relacionamentos. O outro é que me constitui: só me torno marido diante de uma esposa.

As mudanças sociais das últimas décadas, com excessiva ênfase no individualismo, transformaram a sexualidade de uma expressão relacional em uma expressão objetal, ou seja, em vez de o outro me constituir, torna-se um objeto para meu uso, na busca de um desfrute sensorial/fisiológico. Essa busca é sempre insaciável e neste viés surgem todas as perversões e a indústria da pornografia.

A sexualidade relacional é aquela que, antes da penetração genital, busca a interpenetração de "outros orifícios" relacionais: a interpenetração do olhar, que atravessa o "orifício" da pupila e enxerga e deixa enxergar a alma (Mt 6.22); a interpenetração do falar, que atravessa o orifício auditivo e toca o mais profundo do ser (Pv 16.24) – não apenas a pele. Para estas outras interpenetrações são necessários tempo e diálogo fecundo. Não acontecem em um primeiro encontro – nestes encontros rápidos com finalidade sexual, o máximo que se obtém é o orgasmo fisiológico, e a verdadeira celebração da sexualidade é muito superior a isso.

É necessária uma nova reflexão (Rm 12.2) sobre a sexualidade, fugindo da superficialidade de binarismos como *homo x hetero*, que só causam discussões reativas e pouco produtivas. Pensar na sexualidade como uma construção complexa e permanentemente mutante, cujo elemento motriz é o *relacional*, é o desafio.

Nota
1. BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1.

Carlos "Catito" e Dagmar são casados, ambos psicólogos e terapeutas de casais e de família. São autores de *País Santos, Filhos Nem Tanto*.

38 ULTIMATO | Julho-Agosto, 2013